



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Patrícia Lopes de Almeida

UMA REDE DE SETE ALDEIAS DE MORTÁGUA

“DA SERRA AO RIO”

PROGRAMA ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pela Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade
de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

Junho de 2021

Departamento de Arquitetura

Uma Rede de Sete Aldeias de Mortágua

“Da Serra ao Rio”

Programa Estratégico de Desenvolvimento Rural

Patrícia Lopes de Almeida

Dissertação no âmbito do seminário Cidade e Reabilitação Urbana: entre o planeamento institucional e as ações de cidadania do Mestrado Integrado em Arquitetura, orientada pela Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

Junho de 2021

1 2 1 9 0



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

AGRADECIMENTOS

A toda a minha Família, em especial e principalmente aos “meus Pais e ao meu Irmão”, que são a base de tudo o que tenho e terei, que conquistei e irei conquistar, e aos meus Avós, sou profundamente grata a todos por todo o apoio incondicional que me têm dado ao longo do meu percurso e que sem eles e sem a força e confiança que me tem passado, nunca teria chagado até aqui.

À Dona Lucinda que sempre apoiou os meus sonhos e objetivos de vida, que em tempos me orientou e conduziu e torceu para que o meu futuro fosse melhor, um grande obrigada.

À minha tia Géna pela paciência e pela disponibilidade dela para me ajudar, pela sua boa disposição e pelos bons momentos passados.

Ao meu tio Filipe pela também ajuda e disponibilidade, ao meu tio Miguel que hoje é mais uma estrela no céu, mas que me mostrou a sua bela terra de Paredes e que também sempre acreditou que era possível!

À Joana Rita Lopes, a quem sou muito grata por sempre ter acredito que iria conseguir, que nunca desistiu de mim e me apoiou até ao final desta dissertação sem nunca me deixar desistir.

Aos meus amigos, aqueles que estiveram sempre lá e que sempre me ajudaram de alguma forma, fosse com uma simples palavra de conforto, um sorriso, mas que me ajudaram a descontraír e a ultrapassar barreiras nos momentos mais difíceis.

À Professora Doutora Margarida Relvão Calmeirão pela paciência e orientação desta dissertação.

“Um Obrigada a Todos por Acreditarem e por me Ajudarem a Acreditar que é Possível, porque nem sempre é fácil mas nada é impossível!”

A presente dissertação pretende dar a conhecer a atual realidade das aldeias rurais portuguesas, neste caso das aldeias de Mortágua, apoiada nos acontecimentos passados, no contexto atual, e no valor patrimonial que estas contém. Esta dissertação é motivada pela consciência de que Mortágua e as suas aldeias definem um território que apesar da riqueza de recursos e da sua variedade se encontra subaproveitado, portanto, tem como objetivo refletir sobre estas características (rurais, naturais e humanas) e as suas potencialidades.

Neste seguimento, pretende-se elaborar uma estratégia de desenvolvimento para um conjunto de aldeias de Mortágua, com base nos seus valores, culturais, naturais e endógenos. Assente na definição de uma rede constituída por sete aldeias situadas “entre a Serra e o Rio” - Pala, Monte Lobos, Vale de Mouro, Laceiras, Paredes, Caparrosinha e Marmeleira.

Esta estratégia tem como princípios a valorização da identidade, a reabilitação e a coesão das sete aldeias, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida e para a fixação de população, e ainda sensibilizar a população local para a importância de salvaguardar o que é deles. A operacionalização desta estratégia passa pela criação de uma Associação de Desenvolvimento. Seguindo o modelo de intervenção e segundo os objetivos estratégicos definidos, é proposto um conjunto de medidas para dinamizar, potencializar, valorizar e desenvolver as aldeias e a relação destas com o meio natural e paisagístico.

Pretende-se ainda de forma adequada e adaptada às várias dinâmicas territoriais e às atividades turísticas/rurais, um turismo sustentável, e que seja um fator de desenvolvimento nos domínios económico, social, cultural, ambiental e territorial. Ou seja, pretende-se que a partir desta estratégia de valorização os habitantes locais e a associação possam promover algumas atividades vocacionadas para o turismo e atividades pedagógicas.

Palavras-Chave

Mundo Rural, Abandono, Património, Identidade, Desenvolvimento, Salvaguarda e Valorização, Rede, Reabitar, Aldeias de Mortágua.

Abstract

The present dissertation intends to make known the reality of the Portuguese rural villages, in this case the villages of Mortágua, supported in the past events, in the current context and in the equity value they contain. This dissertation is motivated by the awareness that Mortágua and their villages define a territory that despite the richness of resources and its variety is under-utilized, therefore, it aims to reflect on these characteristics (rural, natural and human) and their potentials.

Following this, it is intended to elaborate a development strategy for a set of villages of Mortágua, based on its cultural and natural values. Based on the definition of a network consisting of seven villages located “between the mountain and the river” – Pala, Monte Lobos, Vale de Mouro, Laceiras, Paredes, Caparrosinha and Marmeleira.

This strategy has as its principles the enhancement of identity, rehabilitation and cohesion of the seven villages, in order to contribute to improving the quality of life and the settlement of the population, and also to raise awareness among the local population of the importance of safeguarding what is theirs. The operationalization of this strategy involves the creation of a Development Association. Following the intervention model and according to the strategic objectives defined, a set of measures is proposed to boost, enhance, value and develop the villages and their relationship with the natural environment and landscape.

It is also intended in an appropriate way and adapted to the various territorial dynamics and tourist/rural activities, a sustainable tourism, and that is a factor for development in economic, social, cultural, environmental and territorial fields. That is, it is intended that from this valorisation strategy the local inhabitants and the association can promote some tourism-oriented and pedagogical activities.

Key words

Rural World, Abandonment, Heritage, Identity, Development, Safeguarding and Valorisation, Network, Reinhabit, Villages of Mortágua

Sumário

Glossário e Siglas	13
Introdução	15
PARTE I	
I. Conceitos	23
O Património Cultural e Rural	25
O Abandono do Mundo Rural	35
Conceito de Desenvolvimento Rural	43
PARTE II	
II. Os Exemplos	53
Aldeias Históricas: o exemplo (PAHP)	55
Aldeias de Xisto: o exemplo (PAX)	67
Síntese	79
PARTE III	
III. Da História, à Terra: Diversidade e Identidade	81
Ocupação das Aldeias de Mortágua e Evolução Socioeconómica	83
A Terra, Paisagens e Recursos Naturais	89
As Gentes: Homem e a Cultura	99
Produtos Endógenos e Turismo da Região	103
Património Edificado – Arquitetura da Região	109
IV. Do Conhecer ao Plano Estratégico	117
Sobre “As aldeias nos tempos de hoje” - Levantamentos	117
Vale de Mouro	124
Marmeleira	132
Caparrosinha	144
Monte Lobos	150
Pala	157
Laceiras	164
Paredes	170

V.	Da Estratégia à Rede	175
	A Estratégia de Desenvolvimento Rural	175
	A Rede de Aldeias de Mortágua da “Serra ao Rio”	187
	Síntese	209
	Considerações Finais	213
	Referências bibliográficas	221
	Fontes de Imagens	235

Glossário e Siglas

- ADL** | Associação de Desenvolvimento Local
- ADXTUR** | Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto
- AH** | Aldeias Históricas
- AIBT** | Ações Integradas de Base Territorial
- AX** | Aldeias de Xisto
- CCDRC** | Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro
- CIAM** | Congresso Internacional da Arquitetura Moderna
- DGADR** | Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural
- FEADER** | Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- FEDER** | Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- GAL** | Grupos de Acção Local
- GTL** | Gabinete Técnico Local
- ICCROM** | International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
- ICOMO** | Conselho Internacional de Museus
- ICOMOS** | Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios
- INATEL** | Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores
- LEADER** | Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural – Iniciativa Comunitária de Apoio ao Desenvolvimento Rural
- NUT** | Unidades de Territoriais Estatísticas de Portugal
- ONU** | Organização das Nações Unidas
- PAC** | Política Agrícola Comum
- PAH** | Programa das Aldeias Históricas de Portugal
- PAX** | Programa das Aldeias de Xisto
- PO Centro** | Programa Operacional Centro
- PPDR** | Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional
- PRAH** | Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal
- PROT** | Plano Regional de Ordenamento do Território
- QCA** | Quadro Comunitário de Apoio
- QCA** | Quadro Comunitário de Apoio
- RAX** | Rede de Aldeias de Xisto
- UE** | União Europeia
- UNESCO** | Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

Introdução

A presente dissertação propõe uma estratégia de desenvolvimento para um conjunto de aldeias de Mortágua, com a intenção de promover e salvaguardar a identidade e o seu património cultural/rural, valorizando e transmitindo as suas memórias e tradições, através de uma Rede de sete aldeias do Concelho de Mortágua, entre a “Serra e o Rio”. Designada assim devido ao local em que cada aldeia se situa e devido à herança paisagística e natural da região. O abandono, o envelhecimento da população, a consecutiva descaracterização e degradação das aldeias e o pouco aproveitamento e atração destas aldeias, são aspetos negativos que resultam da falta de uma estratégia de coesão territorial a nível local e nacional, e ainda da falta de interesse das entidades e da ausência de reconhecimento pelos proprietários do valor patrimonial e identitário destas aldeias. Esta situação que ao longo dos tempos tem vindo a agravar as desigualdades entre territórios, tem provocado alterações nas várias dinâmicas locais, o abandono dos aglomerados do interior do país, e conseqüentemente, a degradação, a descaracterização e a perda de legados e da identidade. Pretende-se, com esta estratégia, alterar esta tendência protegendo, salvaguardando e valorizando o património natural, arquitetónico e cultural das aldeias de Mortágua.

Deste modo, pretende-se um desenvolvimento que altere os desequilíbrios entre territórios, numa perspetiva de coesão económica e social de combate à desertificação, que melhore a qualidade e estimule a fixação de população, contrariando as tendências de despovoamento. Pretende-se ainda, a colaboração da população na valorização e qualificação do território, a promoção das práticas agrícolas e ambientais e a valorização das florestas, e a adaptação do desenvolvimento às condições ambientais, de modo a preservar e valorizar os recursos naturais, como solo, água, biodiversidade e sem degradar ainda a qualidade da paisagem e dos patrimónios rurais/culturais.

Apesar de Mortágua ter um elevado número de núcleos com potencial para serem incluídos nesta estratégia, por razões operativas e para conseguir fazer os levantamentos necessários no contexto de uma dissertação teve de se limitar o estudo.

Neste sentido, optou-se por definir uma Rede de sete aldeias, designada de Rede de Sete Aldeias de Mortágua da “Serra ao Rio”, com características semelhantes e diferentes a nível do seu enquadramento territorial.

No entanto, é importante referir que apesar de se ter limitado esta investigação a uma Rede de sete aldeias, também é importante que todas as restantes aldeias do concelho que não foram estudadas, sejam incluídas numa estratégia que reflita sobre o passado, presente e futuro de maneira a preservar e a melhorar a qualidade de vida de forma harmoniosa. Com isto pretende-se entender como é que se poderá intervir nestes aglomerados, de maneira a melhorar a qualidade de vida dos residentes e possibilitar a fixação de outros. Para isto, é importante promover estas aldeias de maneira a aumentar a autoestima territorial. Assim para esta Rede de aldeias, pretende-se estabelecer uma estratégia de desenvolvimento a partir da definição de um modelo de intervenção.

Como tal, e de acordo com o modelo e os seus objetivos, são propostas um conjunto de ações para os aglomerados e a criação de uma entidade (Associação, com os seus gabinetes) capaz de gerir, planear e programar o desenvolvimento. São então propostas medidas de reabilitação e de revitalização das aldeias de Mortágua. Apoiada em exemplos nacionais de reabilitação de aldeias, as opções a apresentar para a “reinvenção do rural” devem passar pela criação de oportunidades económicas que permitam manter a população residente destas aldeias e também atrair novos habitantes que permitam desenvolver de forma sustentável estes territórios, tendo como objetivo principal a qualidade de vida a coesão social territorial e o crescimento e competitividade do território de Mortágua. Das sete Aldeias da Rede da “Serra ao Rio”, cada uma com a sua estrutura, apresentam variadas potencialidades de desenvolvimento que necessitam de diferentes ações de intervenção. Intervenções que, de um modo geral, pretendem contribuir para melhorar a qualidade de vida nestas aldeias e das suas populações. Desta forma, pretendeu-se segundo a estratégia de desenvolvimento valorizar o património material e imaterial, da região e divulgar e promover a identidade das Aldeias de Mortágua.

Esta dissertação está dividida em três partes, a primeira é composta por três subcapítulos com o objetivo de esclarecer algumas questões e alguns modelos atuais, visto que a arquitetura trabalha com questões políticas e sociais do território, do património (material e imaterial), da paisagem (natural e cultural), e das ferramentas de gestão e desenvolvimento territoriais. No primeiro subcapítulo colocou-se em primeira linha de investigação o conceito de Património Cultural e Rural, que esclarece a importância de preservar e valorizar o património material e imaterial, enquanto ferramentas de desenvolvimento rural (sustentável).

O segundo aborda o problema do abandono dos mundos rurais, sendo este um problema europeu, analisando as causas da desertificação dos meios rurais, assim como as consequências do “abandono”, despovoamento e desertificação. Sendo importante criar uma estratégia de desenvolvimento coerente, e ainda fundamental adaptar um método multidisciplinar para a valorização dos recursos endógenos e diversificação do tecido económico, social, cultural e turístico. Por último o terceiro subcapítulo que aborda o conceito de desenvolvimento rural, que através dos seus objetivos, estabelece diretrizes e prioridades para o progresso do mundo rural. Onde se encontra a importância de planejar e ordenar o território.

Na segunda parte, de modo a entender que iniciativas é que têm sido orientadas para tentar contrariar o desequilíbrio e o despovoamento dos mundos rurais do interior do país, são analisadas iniciativas e políticas de desenvolvimento dos territórios, para compreender que estratégias já foram usadas para melhorar as aldeias do Interior do país. Semelhante ao que se pretende propor e de maneira a ser possível fazer um paralelismo com o que se pretende com o caso de estudo da presente dissertação, foram escolhidos dois exemplos: o Programa das Aldeias Históricas de Portugal e o Programa das Aldeias de Xisto.

A terceira parte apresenta o processo de pesquisa sobre a zona em estudo onde se apresenta o levantamento e a análise das características das aldeias e do concelho, de modo a entender o enquadramento e a relação destes territórios com o meio ambiente envolvente. Seguidamente apresenta-se o levantamento e registo detalhado das aldeias e do seu património, em constante alteração e abandono. Com estes levantamentos pretendemos estudar estas aldeias, analisar o seu património rural/cultural e natural. Para finalizar, apresenta-se a proposta para a estratégia e as propostas que concluem o trabalho de análise anterior. Com isto, pretende-se encontrar respostas a questões de investigação de como se pode intervir, reabilitar e voltar a dar vida a estas aldeias, que apresentam valor patrimonial rural/cultural, de modo a darem resposta às necessidades atuais. Com o objetivo de salvaguardar a identidade local, pretende-se estabelecer ligações entre as várias aldeias, ao mesmo tempo, que possibilita uma estratégia de desenvolvimento rural (sustentável).

Pretende-se ainda entender como se pode intervir nestas aldeias, de modo a melhorar a qualidade de vida dos que nelas vivem e tornando possível a fixação de novos habitantes e verificar se o turismo, de algum modo é uma solução para a permanência destas aldeias. Para que esta estratégia resulte, é fundamental a promoção, comunicação e marketing, destas aldeias de modo a aumentar a visibilidade territorial e a autoestima contribuindo para o reforço da identidade local e do município.

A Rede permite a promoção do conjunto das aldeias de uma forma integrada para além de permitir, pelo conjunto, ultrapassar debilidades como falta de serviços, comércio e pessoas.

Com o número mínimo de habitantes por aldeia e com a população cada vez mais envelhecida, hoje em dia é muito importante refletir e intervir nestes núcleos, de maneira a garantir a sua sustentabilidade e a salvaguarda do património rural/cultural e identitário, mas acima de tudo assegurando o desenvolvimento local/rural, não só das aldeias mas também do concelho. Com isto espera-se que esta estratégia seja uma opção para o futuro. Como tal, é necessário olhar para a salvaguarda cultural, social, económica e ambiental e não apenas pela salvaguarda da arquitetura, como acontece na maior parte dos programas de reabilitação nacionais. Se isto acontecer, estes aglomerados acabariam por, no futuro, ficar submissos ao turismo, não sendo esse o objetivo pretendido. A estratégia baseia-se na criação da Rede de maneira a interligar sete aldeias com características diferentes, que permitam um desenvolvimento sustentável.

PARTE I

I. Conceitos

Antes de avançar para o trabalho de campo consideramos pertinente clarificar alguns conceitos fundamentais para o desenvolvimento desta investigação, tais como o Abandono do mundo rural, o Património Cultural e Rural e Desenvolvimento Rural. Que servem de linhas de orientação para a estratégia de desenvolvimento da Rede de Aldeias. As dinâmicas do mundo rural ligadas à reabilitação e requalificação, melhoria dos padrões de qualidade de vida, são questões que se referem às transformações de ideias e de usos sobre o meio rural e que representam uma nova e incontornável realidade sociológica. O meio rural e as paisagens são o reflexo da relação do homem e a natureza, são a prova entre a relação do meio natural e as pessoas. Logo, a arquitetura, como método multidisciplinar e interventivo, deve levantar questões políticas e sociais e questionar-se em relação ao património (material e imaterial), ao mundo rural e às ferramentas de gestão e desenvolvimento territorial.

O Património Cultural e Rural

Património material ou imaterial, é uma herança, um valor deixado e criado pela comunidade. O reconhecimento dos valores patrimoniais será sempre o motivo que justifica a conservação do património, porque refere-se à identidade e memória de uma sociedade. Deste modo, o património é uma herança, um valor criado pela comunidade. Logo, esta herança deve ser conservada e salvaguardada para as futuras gerações, e assim sucessivamente, sendo esta essencial para o enriquecimento e coesão. Consequentemente é fundamental, enquanto arquitetos, assumir uma posição política face ao conceito de património, de modo a existir coerência quando se trabalha com o mesmo. O conceito património é dividido em várias categorias, sendo que neste trabalho interessa abordar o património cultural e rural. A preocupação com a questão do património cultural e rural é um tema ao que longo dos tempos tem passado por várias alterações. Este conceito surge no cruzamento entre a (re)construção de memórias e identidades, como recurso estratégico dos processos de requalificação, refuncionalização e renovação da imagem dos territórios. Uma base de iniciativas (formais e informais) de educação patrimonial, e como uma oportunidade de envolver a comunidade na compreensão do modo de estruturação dos seus territórios e nas relações dinâmicas com outros (Carvalho, 2012:15). O conceito património “evoluiu muito ao longo dos séculos e ainda está em constante mutação, fazendo dele um conceito ‘nómada’, cujo significado se vai alterando de acordo com a evolução das sociedades e a importância que estas atribuem à passagem do tempo pelos objetos” (Choay,1990).

Na época da Revolução Francesa, a noção de “património histórico”, surge na primeira Comissão dos Monumentos Históricos, por Rucker com questões relacionadas à salvaguarda e conservação dos monumentos históricos. Já no século XIX, com o impacto da Revolução Industrial, “O monumento histórico adquire por isso uma nova determinação temporal” (Choay, 2018:145). Deste modo, nasce uma nova consciência histórica, ligada à “emergência da consciência patrimonial e o reconhecimento do seu valor cultural” (Alves 2002, apud Barreiros e Craveiro 1995: 45) seguido das alterações provocadas pela modernidade, em que se valoriza/preserva a memória dos lugares, do que é antigo e que se está a perder. Surgindo a consagração de um novo tipo de culto, em que o monumento histórico é considerado, um “signo insubstituível, mas “Ruskin sublinha a oposição de um lado e de outro da fatídica linha de divisão entre a *arquitectura tradicional* e a *construção moderna*” (Choay, 2018: 145).

Esta consciência, tida pela ação dos defensores do património, no século XIX, adotou dois critérios essenciais e complementares: a criação da legislação de proteção e a disciplina de conservação.

Na primeira conferência internacional relativa à conservação e preservação dos monumentos, a Conferência de Atenas¹, que deu origem a “Carta de Atenas” em 1931, tinha como objetivo orientar questões e preocupações relacionadas com aspetos legais, técnico-construtivos e os princípios orientadores da ação de conservação. O documento trata da urgência da execução e fortalecimento de organizações nacionais e internacionais, que estabelecem conceitos base, focadas na preservação e restauro dos monumentos. O monumento, entendido como objeto singular, passa a conter “um conjunto de preocupações relacionadas com a sua importância estética, histórica, sociocultural e simbólica, justificando a necessidade de controlar as transformações no espaço evolvente” (Alves, 2002:46).

No final da Segunda Grande Guerra, em Portugal, alterara-se o pensamento sobre o património, e começa-se a refletir sobre as necessidades da população em geral. Como resultado o domínio patrimonial deixa de estar limitado aos edifícios individuais; passando a incluir os conjuntos edificados e o tecido urbano: quarteirões e bairros urbanos, aldeias, cidades inteiras e até mesmo conjuntos de cidades, como o demonstra “a lista” do Património Mundial estabelecida pela UNESCO” (CHOAY, 2018:12).

No decorrer do século XX, foram integrados novos bens ao conceito património, para além do monumento e dos objetos artísticos, foram reconhecidas como património as atividades culturais de uma comunidade, desde os elementos "materiais e imateriais". Ainda no século XX, houve preocupações no âmbito da valorização e salvaguarda do património. Através de importantes organizações internacionais com matrizes estruturais e funcionalidades distintas, tais como, a UNESCO², o Conselho da Europa³ e o ICOMOS⁴, que através de documentos, influenciaram o modo de entender o património e contribuíram para um melhor entendimento ao nível dos critérios reguladores e, conseqüentemente, dos vários termos usados no património (Carvalho, 2012), questionando ainda o porquê da procura do Homem em querer preservar os vestígios do seu passado. Estas preocupações de salvaguarda, valorização e conservação do património devem-se a questões ligadas à perda de identidade, mudança demográfica e cultural, estrutural e ainda ambiental.

¹ Conferência realizada em 1931, no âmbito do Instituto de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações, representada principalmente pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM).

² Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, fundada em 1945

³ Organização intergovernamental de âmbito europeu, fundada em 1949.

⁴ Criada em 1965 para representar o Conselho Internacional dos Monumentos e dos Sítios

Com a Carta de Veneza de 1964⁵, a noção de monumento histórico passou a englobar a criação arquitetónica como “lugar urbano e rural” (Choay, 2018a: 216), contudo a importância dada à conservação da arquitetura vernácula só se legitima na década seguinte, com a Carta Europeia do Património Arquitetónico em 1975. Nesta foram adotados e anunciados princípios como o do artigo 1.º: “O património arquitetónico europeu é formado (...) pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído”⁶.

Na década de 70, por iniciativa do Conselho da Europa, é pela primeira vez reconhecida a importância do património rural, no apelo de Granada à Arquitetura Rural e ao Ordenamento do Território (Valverde, 2012:48). A preocupação com os pequenos povoados (aldeias) vai sendo reforçada ao longo dos anos e cresce a normativa internacional sobre salvaguarda, conservação e valorização do património rural. E ainda a importância dada a temas como “a afirmação da identidade”, a “descentralização cultural” e a “democratização cultural”, sendo importante a criação de uma estratégia de desenvolvimento rural. Elaborada de modo “multidisciplinar e aplicada de modo multisectorial, com uma medida territorial clara, bem como a diversificação das atividades económico-sociais e a promoção do desenvolvimento de comunidades rurais viáveis e renovação das aldeias” (Valverde, 2012:49), com o objetivo claro de combater a constante ameaça de desaparecimento dos mundos rurais, devido ao rápido abandono das práticas agrícolas e do êxodo para a cidade e ainda, da emigração para a Europa.

O interesse cultural pelo mundo rural, surge segundo os valores de “memória, antiguidade, legitimidade, criatividade, escassez, singularidade ou exemplaridade”, e a sua compreensão enquanto património, que abrange bens materiais (imóveis e móveis) e imateriais (Carvalho; Fernandes, 2012: 22). No entanto o mundo rural e a sua paisagem têm vindo a sofrer constantes transformações. Fatores como a urbanização, as acessibilidades, o despovoamento, a diminuição das práticas agrícolas, pastoris e silvícolas, o abandono dos espaços e estruturas produtivas, entre outros, mostram os processos que, com diferente intensidade, provocaram alterações no mundo rural e são a base das preocupações relativamente ao ordenamento do território.

⁵ Carta dedicada à Conservação e ao Restauro de Monumento e Sítios, é fruto do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, com o apoio da UNESCO, do Conselho da Europa, do ICCROM e do ICOM, à escala internacional, consagrando.

⁶ Carta Europeia do Património Arquitetónico, adotada pelo Comité dos Ministros do Conselho da Europa, em Outubro de 1975, criada para o Congresso sobre o Património Arquitetónico Europeu, Amesterdão. Ver em: www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/CARTAEUROPEIADOPATRIMONIOARQUITECTONICO.pdf

Um dos grandes motivos de risco para o património rural é o abandono da cultura da agricultura. Com este constante abandono, através Apelo de Granada para a Arquitetura Rural no Ordenamento reconheceu-se a importância do ordenamento integrado do território, onde consideraram que é necessário “(...) reconhecer no património arquitetónico rural não apenas valores estéticos, mas também o testemunho de uma sabedoria secular” (Primo, 1999: 210). O património rural material assume diferentes extensões ou manifestações. Considerando assim que deste fazem parte, todas as construções isoladas ou em conjunto, que permaneçam “ligadas a atividades agro-pastoris e florestais, assim como a pesca; apresentem interesse, quer pelo seu valor histórico, arqueológico, artístico, lendário, científico ou social, quer pelo seu carácter típico ou pitoresco; se integrem na paisagem de modo coerente” (ibidem).

De um modo geral, a paisagem construída pelas populações rurais transmite-nos a relação harmoniosa e equilibrada com o suporte físico, adotando uma clara dimensão cultural, sendo também considerada património material. Os bens imateriais são as “expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de saber fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos” (Carvalho; Fernandes, 2012: 23), entre outros. Deste modo é fundamental identificar, salvaguardar, valorizar, dar a conhecer e reconhecer o valor dos vários elementos caracterizadores da paisagem e da vida rural. Tudo o que constitui e pertence ao mundo rural representa a identidade, a afetividade e a memória entre a população rural e o seu território. Assim o conceito de Património Rural é reconhecido pela sua singularidade, mas é ainda fundamental que o espaço rural corresponda a um quadro de qualidade de vida, quer para residir permanentemente ou para tempo sazonal. Para isso, é essencial definir estratégias e ações de conservação dinâmica, de reparação, de inovação, de transformação adaptativa, de manutenção e de gestão a longo prazo.

Por sua vez, tanto o património cultural como o natural têm sofrido constantes ameaças de destruição, que se devem a fatores naturais e ainda ao desenvolvimento social e económico. Já com a Convenção para a Proteção do Património, Mundial, Cultural e Natural⁷, considerou-se fundamental e obrigatório garantir “ a identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do património cultural e natural”⁸, através de ações colaborativas, tais como a aprendizagem partilhada, a educação, a capacitação, a interpretação do património e atividades de investigação.

⁷ Documento que resultou da 17ª Conferência Geral da UNESCO, em Paris no ano de 1972.

⁸ UNESCO, Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972, artigo 4º.

Na convenção foram considerados, Património Cultural, “os monumentos”, “os conjuntos de edificações” e “os lugares”. Quanto aos considerados Património Natural, são os recursos naturais constituídos por formações físicas e biológicas. Sendo que estes são indispensáveis à sobrevivência humana, logo, é fundamental proteger os recursos naturais.

O património deve ser assumido como um vetor estratégico, capaz estabelecer oportunidades de desenvolvimento, possibilitando a inversão, ou até mesmo a diminuição, dos problemas que ainda vão alterando o mundo rural. Seja cultural ou natural, paisagístico ou arquitetónico, histórico ou artístico, os territórios rurais são possuidores de um rico património, um recurso que deve ser, de facto, valorizado e servir de base a uma nova estratégia de desenvolvimento (Alves, 2002).

Em síntese, importa salientar que a coesão económica, social e territorial de Portugal, deve assentar na salvaguarda e na valorização do património, de modo a melhorar a qualidade estética e vivencial dos mundos rurais (aldeias, paisagens). O mundo rural, na sua multiplicidade patrimonial (rural, natural e cultural), dispõem de uma base sólida de valores naturais, paisagísticos e populacional, que devem ser levados em conta nos objetivos do desenvolvimento rural (sustentável). São vários os exemplos de programas e projetos de desenvolvimento, orientados, elaborados e implementados por Grupos de Ação Local (GAL) que abrangem ações diretas em prol do património, isto normalmente através de uma estratégia, de ações consistentes e envolvendo várias parcerias. Estratégias de desenvolvimento que procuram manter a identidade sociocultural, em benefício da dinamização de atividades com sustentabilidade económica, em prol de várias colaborações regionais e nacionais, e por último o serviço de solidariedade inter-territórios, como acontece no caso das Aldeias Históricas de Portugal e nas Aldeias de Xisto.

O Abandono do Mundo Rural

Nas últimas décadas o progressivo despovoamento do mundo rural levou ao abandono das aldeias, levando à perda essencial da memória e identidade do interior de Portugal Conduzindo ao êxodo rural. Ao longo dos tempos foram-se perdendo povoados que persistiam há séculos nas aldeias, devido ao abandono das comunidades principalmente dos mais jovens, levou ao despovoamento e constante envelhecimento populacional dos mundos rurais. É fundamental um “(...)desenvolvimento que revivifique essa parcela dormente do nosso país é um itinerário longo que partindo do conhecimento das causas e circunstâncias, desenvolva a estrutura microempresarial, ative os serviços de proximidade, cuide dos patrimónios construídos e ambientais” (Pereira apud Cavaco, 2012: 4).

De acordo com o Retrato Territorial de Portugal, que resume um conjunto de informações dedicadas ao país, divididas em três âmbitos: - Qualificação territorial, Qualidade de vida, coesão e, por último, Crescimento e competitividade do país-verificam-se as diferenças territoriais. Desde a segunda metade do século XX a evolução da população vêm demonstrando consecutivas diferenças territoriais, entre o interior (mundo rural) pouco promovido e o litoral cada vez mais atrativo (INE, 2017:5). O país assiste a um desequilíbrio populacional que afeta particularmente as zonas rurais. Já o êxodo rural e o crescimento das cidades levou ao aumento populacional das regiões metropolitanas, provocando o crescente despovoamento das zonas rurais.

O êxodo rural e a emigração, conduziram à diminuição e ao envelhecimento da população nas áreas rurais, mantendo-se as diferenças até aos dias de hoje, em que a taxa de envelhecimento é maior nas zonas predominantemente rurais, e onde as taxas de mortalidade descem e as taxas de natalidade não sobem, alterando o ciclo de crescimento natural, passando as zonas rurais a ser consideradas mais frágeis. Por outro lado verifica-se nestas zonas um aumento do desemprego e da exclusão social, bem como a degradação dos recursos naturais e do ambiente, o desequilíbrio e enfraquecimento do tecido produtivo. O decréscimo da população conduz à diminuição do uso das infraestruturas existentes e à paralisação, quando não regressão, dos centros urbanos das áreas rurais (Silva, 2009:51). Com isto, a procura de emprego e boas condições de vida, faz com que as populações, em especial os mais jovens, migrem para as zonas mais a litoral ou para as cidades, levando assim à persistência da tendência de decréscimo populacional.

Estes desequilíbrios territoriais e, por consequência, sociais necessitam de uma estratégia de coesão que combata a desertificação e degradação da qualidade de vida das comunidades, que não pertencem aos centros urbanos. Para contornar esta situação, é necessário criar políticas públicas bem delineadas e orientadas para todo o território. Porém, qualquer política delineada deve ter em consideração, não só o território, como a população. É fundamental, criar uma estratégia adaptada, ligada à valorização social, económica e cultural/rural. Mas também carece de uma estratégia de desenvolvimento, que tenha em consideração o desenvolvimento rural (sustentável) e a coerência entre as várias atividades relacionais com o mundo rural (humana e natural).

A política do abandono do interior deve-se a vários fatores, dos quais se destacam: a inexistência de uma estratégia de desenvolvimento ajustada, numa visão que interligue o país; a ausência de planeamento dos territórios rurais; a falta de investimento público; a instabilidade das economias rurais assente na subordinação face à agricultura e à fraca capacidade do tecido produtivo; o afastamento referente aos principais centros de iniciativa e inovação; a carência de apoio e dinamização e o resultante desajuste entre as infra-estruturas de suporte necessárias; a dificuldade do tecido socioeconómico em aprender o modo de vida da sociedade urbana sem descurar os seus valores e vantagens específicas (Silva, 2009:51). Todos estes fatores provocam a instabilidade da qualidade de vida dos mundos rurais, causando assim, o aumento da desertificação e a consequente degradação das áreas rurais.

Contudo, atualmente, as transformações globais são também algo positivo, um novo “estímulo/desafio” para as áreas rurais, trazendo consequentemente novas perspectivas de desenvolvimento. No entanto, importa entender quais as dinâmicas do desenvolvimento das políticas e estruturas nacionais que se ajustem à realidade de cada zona rural, como é o caso de Mortágua, um território rural que pertence ao interior centro de Portugal.

Apesar da alteração a nível mundial, os objetivos das zonas rurais passam pela valorização dos vestígios do passado para construir o futuro, relação esta que se reflete num conjunto de possíveis benefícios para as populações dos mundos rurais, económico, social, ambiental, cultural e espacial. Isto é, importa destacar que os objetivos da estratégia para os territórios rurais, neste caso o de Mortágua, passam pela conservação, valorização e preservação do património rural e cultural, das tradições culturais e das paisagens naturais. Mas também pelo desenvolvimento rural (sustentável), de modo assegurar e criar condições de vida, tanto dos residentes como dos visitantes, podendo ajudar na criação de novas dinâmicas locais (Silva, 2009: 65).

Por conseguinte é fundamental apostar fortemente na melhoria das condições de vida das pessoas residentes nas zonas rurais, isto através de um processo de desenvolvimento rural (sustentável), de modo a contrariar o consecutivo aumento da desertificação do interior do país. É fundamental criar condições que assegurem o regresso de jovens à agricultura e que mantenham e apóiem os agricultores que existem atualmente, fazendo deste um novo impulso, fundamental para o setor agrícola e para a vitalidade dos mundos rurais.

Neste local, concelho de Mortágua, os agricultores são os atores importantes para um desenvolvimento que se pretende sustentável, sendo que estes, para além de produzirem alimentos, dedicam-se a vários serviços, nomeadamente, à conservação da natureza, à gestão das paisagens rurais e a promoção do turismo. É por isso essencial estabelecer o desenvolvimento no setor primário. No entanto, é ainda fundamental uma abordagem num método multifuncional de valorização dos recursos endógenos e diversificação do tecido económico, social, cultural e turístico. Assim, é essencial combater o abandono dos mundos rurais através de projetos específicos baseados no local que consigam, em conjunto com as populações e respetivos parceiros, identificar os problemas do local, apostando na intervenção e animação dos territórios rurais. Contudo, em Portugal existem ainda áreas rurais que revelam ausência de planeamento e ordenamento, como é o caso de Mortágua, acrescentando ainda a falta de meios técnicos, financeiros e humanos. Colocando em causa o serviço das entidades administrativas, muitas vezes dificultando a preservação, conservação e desenvolvimento destes mundos rurais. É fundamental um investimento na investigação destas zonas de modo a solucionar os problemas que as prejudicam, mas também, importa harmonizar a estratégia de preservação, conservação em relação com o desenvolvimento integrado na formação destes instrumentos de ordenamento. Por conseguinte, é necessária entender o meio natural, cultural, social económico e ainda humano das zonas rurais.

Os mundos rurais passam a ter maior importância, assistindo-se à revalorização dos valores da ruralidade porque o rural funciona como local de refúgio, assumindo-se ainda como uma marca de identidade (Cardoso, 2011: 28). Para proteger as zonas rurais, é importante rever e implementar quadros políticos para assegurar a sustentabilidade bio-cultural e a resiliência na utilização e transformação dos mundos rurais relativamente às ameaças, aos riscos e às oportunidades mundiais, nacionais e locais. É fundamental implementar políticas através de programas, de estratégias económicas, soluções de governança, de partilha de informação e de apoio cultural.

O carácter complexo dos mundos rurais necessita do desenvolvimento de políticas específicas e intersectoriais que considerem os grandes fatores culturais, sociais, económicos e ambientais. Neste sentido, foram criados em Portugal instrumentos e políticas próprias para o ordenamento e gestão das zonas rurais, através da criação de programas, assentes num conjunto de políticas que tinham como objetivo incentivar o desenvolvimento rural. No entanto, para colocar em prática as políticas de desenvolvimento rural para várias comunidades ou territórios, requer-se a compreensão do saber e o entendimento de um vasto conjunto de agentes públicos e privados (Cardoso, 2011: 29). É, portanto importante a criação de modelos territoriais coesos que valorizem as multifuncionalidades, o património, a igualdade social, a multiplicidade e o bem-estar das populações e visitantes, isto porque, ao mesmo tempo, os territórios rurais são locais de crescente interesse e atração, a vários níveis, desde as várias paisagens, atividades agrícolas, produtos, lazer, tradições e costumes entre outros. É ainda importante que os modelos contrariem o despovoamento assim como o empobrecimento dos mundos rurais.

Nesta sequência, têm surgido alguns projetos que admitem as fragilidades de algumas regiões, mas acima de tudo, que valorizam as potencialidades locais. Entre o desenvolvimento e a preservação/conservação, estas iniciativas criam medidas que estimulam a valorização dos lugares e as condições de vida. São projetos, com níveis de sucesso e escalas diferentes, que tencionam contribuir para a harmonia das desigualdades entre territórios do país e focam os seus objetivos para territórios rurais, fragilizados e em risco de abandono. Dos vários projetos saliento apenas dois, o Programa das Aldeias Históricas de Portugal e o Programa das Aldeias do Xisto. Existindo vários projetos e na impossibilidade de estudar todos com o mesmo grau de profundidade, optei por estudar, apenas estes dois, uma vez que pela escala e contexto me permitem fazer uma relação com o objeto de estudo da presente dissertação. Permitindo ainda fazer uma análise crítica dos processos e entender o que falhou e o que resultou.

São várias as questões que se têm colocado ao longo dos anos sobre o mundo rural e o seu desenvolvimento. De que modo pode contribuir o mundo rural para as sociedades urbanas? Que oportunidades estas disponibilizam para que os territórios rurais valorizem os seus recursos? De que modo se deverão organizar os territórios rurais e que condições deverão reunir para potenciar a valorização dos seus recursos dando um desejado contributo para os desafios globais e garantindo simultaneamente o desenvolvimento e bem-estar das comunidades locais?

Com as várias e profundas alterações nas sociedades, reconhece-se que o espaço rural consegue adotar uma nova perspetiva para além da atividade agrícola. Este novo entendimento torna-se mais claro depois da publicação de três documentos: - O Futuro do Mundo Rural, pela CEE, em 1988; New Trends in Rural Policymaking, pela OCDE, em 1988; What Future for Countryside, pela OCD, em 1993 (Oliveira 2013: 36, apud Carneiro 2004:3). Nestas publicações as questões ligadas ao desenvolvimento rural, adquirem uma maior preocupação ecológica e social, disposta a combater os desequilíbrios entre espaços rurais e urbanos, através da elaboração de um modelo de desenvolvimento a partir do local. Este modelo assenta na valorização dos produtos locais, no reforço da população residente, na capacidade para atrair pessoas, no reforço da colaboração entre agentes locais e na elaboração de estratégias de ação que permitam a participação das populações em áreas essenciais. Fundamentalmente, trata-se de criar junto das comunidades locais a consciência de que devem adotar um papel mais interventivo na revitalização, promoção e diversificação da economia das áreas rurais, possibilitando depois a fixação e atração da população, valorizar as produções e assegurar melhores condições de vida.

Os objetivos e princípios do Desenvolvimento Rural (DR) surgem pela primeira vez com a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), de 1991/92, visto que a importância institucional dada ao DR, foi apenas possível a partir de programas de desenvolvimento rural ou regionais resultantes da reforma dos Fundos Estruturais, FEDER e FSE, que deu origem à criação da Política Estrutural de Desenvolvimento Rural (Oliveira apud Carneiro; Cavaco, 2013). Posteriormente dá-se uma nova reforma da PAC⁹, em 1995, que modificou as políticas de DR propostas.

⁹ Proposta que gerou a base estratégica da Agenda 2000, precedida pela Conferência Europeia sobre o Desenvolvimento Rural (1996), onde se iniciou a real política de desenvolvimento rural da UE.

Nesta mesma fase, é criada a base estratégica da Agenda 2000 e é ampliada a PAC (de 1992) a partir de três medidas: o aumento da competitividade da agricultura europeia; a criação de uma política rural integrada; e o reforço das organizações ambientais da PAC (Oliveira apud Carneiro, 2013:37).

Mais tarde, com o objetivo da União Europeia promover o desenvolvimento rural, é consagrada a Declaração de Cork -“Um Mundo Rural Vivo”¹⁰- que propõe uma nova reforma da política agrícola, assente numa estratégia de orientação para o mercado, e passou a defender a necessidade de existir uma abordagem integrada e multifuncional do desenvolvimento rural, com o objetivo de valorizar o potencial económico e a riqueza ambiental dos meios rurais. Posteriormente, em 2016 há uma atualização da declaração¹¹ que assume como prioritárias as preocupações com o êxodo rural e com os jovens, defendendo a necessidade de assegurar que as sociedades e os mundos rurais se mantêm lugares atrativos para viver e trabalhar, melhorando o acesso a serviços e as oportunidades para os cidadãos rurais, promovendo o empreendedorismo em domínios rurais tradicionais, bem como novos setores da economia.

É com a Agenda 2000, de 1999, que surge uma nova etapa para reforçar a reforma da política de desenvolvimento rural (período de 2000-2006), cujos objetivos passavam pela criação de um sector agrícola e florestal mais forte, através da competitividade das áreas rurais e da preservação do ambiente natural e ainda do património rural.

Em 2011, com o intuito de se integrar na Europa 2020, a PAC sofre uma nova reforma, cujo objetivo passava por reforçar a competitividade do sector agrícola, fomentar a inovação, combater as alterações climáticas e apoiar o emprego e o crescimento nas áreas rurais (Oliveira apud CE-DGADR, 2013:44). De acordo com os desafios, que a sociedade europeia enfrentava com a programação até 2020, considerava-se que a PAC poderia ser um instrumento fundamental para o desenvolvimento económico e social, mas, para isso, a nível europeu, esta deveria ser “uma política pública forte, abrangente nas suas opções, baseada em regras comuns e com meios suficientes para promover o desenvolvimento da agricultura em todo o território da U.E.” e a nível do plano nacional deveria assegurar-se, “que os instrumentos de política contribuam para o aumento do valor gerado pelo sector agrícola e florestal

¹⁰ Elaborada na sequência da primeira Conferência Europeia, de 1996, sobre o Desenvolvimento Rural em Cork, na Irlanda, “As Perspetivas de Futuro para uma Europa Rural”, organizada no âmbito da presidência irlandesa da União Europeia.

¹¹ Atualização da Declaração de Cork 2.0, em 2016, Uma Vida melhor nas zonas rurais, https://parceriaptsolo.dgadr.gov.pt/images/Cork2Declaracao_PT.pdf

e agro-industrial em todo o território nacional, que contribuam para a coesão e equidade sociais, que assegurem, nomeadamente, a continuidade na produção de bens ambientais e na mitigação das alterações climáticas e da desertificação” (Oliveira, 2013).

As alterações sucedidas nas áreas rurais articuladas às transformações sociais mais globais, provocadas principalmente pelo aumento da urbanização e da industrialização, originaram movimentos a favor da conservação das áreas rurais, tomando-se assim consciência do valor que as zonas rurais poderiam vir a representar.

Portugal tem-se empenhado em tentar melhorar a coesão territorial, em conjunto com a coesão económica e social, no quadro do projeto europeu. Contudo o conceito de coesão territorial passa para lá da noção de coesão social e económica. A nível político, o objetivo é avançar para um desenvolvimento mais equilibrado diminuindo as diferenças existentes, impedindo os desequilíbrios territoriais e dando mais coerência às políticas regionais ou setoriais que têm impacto territorial. Cada vez mais a competitividade e a riqueza das regiões dependem das pessoas e das empresas pertencentes ao território, através da colaboração e da adoção de políticas de promoção ao desenvolvimento rural e a coesão territorial.

Reconhecendo a importância de uma estratégia para o mundo rural e a sua progressiva complexidade e multiplicidade (de acordo com o alargamento da União Europeia), as novas políticas têm como princípios estruturantes o reconhecimento da singularidade dos territórios e do seu potencial de recursos, e a importância dos conceitos de sustentabilidade, subsidiariedade e corporação. O principal objetivo passa pela adaptação da prática agrícola às preocupações ambientais e paisagísticas, preservar e valorizar a paisagem e vários patrimónios culturais/rurais, e ainda descobrir novas funções e usos para as zonas rurais que contenham esses princípios orientadores (Carvalho, 2011).

Segundo Carvalho (2011), coincidentemente, as últimas orientações europeias relativas ao desenvolvimento rural¹², propunham a alteração de modelo para o setor agrícola, assente em objetivos produtivistas, alicerçados nos mercados, preços e excedentes, entre outros, para um modelo focado na comunidade rural e na organização das suas paisagens, acompanhadas da progressiva valorização e participação dos

¹² Que correspondem ao Programa de Iniciativa Comunitária LEADER (Ligação Entre as Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), de carácter inovador, configurava uma referência incontornável e que, representava a dimensão de maior visibilidade da nova conceção de desenvolvimento para o mundo rural europeu.

atores rurais na delimitação e gestão das políticas. Importa ainda lembrar a importância do “mundo rural” e as suas implicações para a forma como perspetivamos as possíveis trajetórias (e políticas) de desenvolvimento dos territórios rurais. O pensamento que tem vindo a ser desenvolvido conduz necessariamente às dinâmicas de inovação em áreas rurais, e ao modo como estas podem ser (re)inventadas e adaptadas aos novos tempos e a várias coesões e conexões entre territórios e comunidades.

Em 2019 foi aprovado o novo PNPOT¹³, que define uma estratégia para a organização e desenvolvimento territorial, alicerçada numa visão de longo prazo que visa promover a coesão e potenciar a competitividade externa através da valorização do território. É um instrumento de desenvolvimento territorial, que através do seu enquadramento estratégico e operacional apresenta um papel fundamental como referencial territorial para o Programa de Valorização do Interior, a Estratégia Nacional de Referência para a Política de Coesão pós 2020 e para o Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNPOT, 2019).

Na sua estratégia o PNPOT, adota e desenvolve o princípio de Coesão Territorial. Com base neste conceito, o PNPOT assume vários princípios territoriais, tais como, Enfatizar a importância da Governança Territorial como motor de articulação institucional e reforço da subsidiariedade, através de várias cooperações governamentais e de distintos atores e ainda uma maior coerência entre políticas setoriais e políticas de base territorial. Promover dinâmicas preferenciais de Organização Territorial; Valorizar a Diversidade e a Especificidade Territoriais, considerando os ativos e as potencialidades locais e regionais como elementos de desenvolvimento e de diferenciação para o aumento da coesão e da sustentabilidade, nomeadamente em territórios rurais ou menos desenvolvidos; Reforçar a Solidariedade e a Equidade Territoriais como forma de promover a coesão dos territórios e diminuir as disparidades geográficas e sociais através de mecanismos de política que garantam direitos iguais a todos os cidadãos; Promover a Sustentabilidade da Utilização dos Recursos nos diversos Territórios, assumindo a pressão da escassez e do desperdício dos recursos e delapidação do património natural, paisagístico e cultural, a requalificação de património natural, paisagístico e cultural perdido; Incentivar as

¹³ O primeiro PNPOT (Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território) criado, em 1998, pela Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, teve a sua primeira revisão do - Lei n.º 99/2019 - publicada em 5 de setembro de 2019 (Diário da República n.º 170/2019, Série I). (<https://pnpot.dgterritorio.pt/pnpot>)

Abordagens Territoriais Integradas enquanto instrumentos de potenciação dos ativos locais e regionais e de capacitação institucional a diferentes níveis territoriais, desenvolvendo estratégias, políticas e intervenções de coordenação e de cooperação para a coesão.

Estes desafios do PNPOP cruzam-se um pouco com os objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU, o que de certo modo é uma boa ligação estratégica. O PNPOP integra o referencial territorial nacional para a elaboração, alteração ou revisão dos instrumentos de gestão territorial, e ainda para a definição de estratégias setoriais e de desenvolvimento socioeconómico com expressão no território.

Assim, este tipo de Programas mostram-nos a necessidade de abordar os mundos rurais de modo inovador e criativo, que envolvem diversos aspetos do saber e de proximidade com as populações. Agora o desafio, é criá-los e cruzá-los, sendo possível a criação e assegurar a qualidade de vida da população residente e dos visitantes, contrariando a tendência de abandono/desertificação e degradação, isto é, o objetivo passa pela valorização, preservação e conservação integrada a todos os setores.

O desenvolvimento rural deve ser considerado como um processo dinâmico, multidimensional e multissetorial, que imprescindivelmente deve ter um contacto direto com as populações, e deve existir um investimento na formação para um conhecimento recíproco entre atores e recetores sobre o conceito de património. Perante isto, é fundamental criar-se um modelo de carácter dinâmico e interativo, que promova a articulação entre agentes locais, as instituições locais e o governo. Logo as políticas e a gestão do território têm um papel importante, necessitam de estabelecer uma base exigente, mais flexível à multidisciplinaridade e variedade, e sobretudo, deve garantir os seus objetivos e modos de atuação, e ainda, deve ser simples na relação com estes conceitos.

Em conclusão é fundamental valorizar, conservar, salvaguardar, dinamizar os recursos e atividades naturais/ambientais, endógenos e patrimoniais dos espaços rurais para o desenvolvimento económico, rural e cultural, visto que estes podem ser considerados como bases para um desenvolvimento rural.

PARTE II

II. Os Exemplos

A preocupação com o abandono, despovoamento e falta de estratégias de desenvolvimento territoriais e o esquecimento pelo interior do país (maioritariamente rural). Marcado por uma população envelhecida, desmotivada e descrente no futuro, e a procura dos jovens por melhores condições e qualidade de vida dentro e fora do país, levou à procura de alternativas que alterassem estas tendências negativas em territórios rurais. Isto através de Programas de desenvolvimento que incentivem os habitantes e as pessoas a fixarem-se e a empreender nestes mundos rurais. Como tal, é necessário mudar, para melhorar o futuro, é importante apostar na revitalização do meio rural, através de intervenções diretas com o apoio e interação das comunidades locais, tirando partido das vantagens locais e pelo incentivo às atividades locais/tradicionais que valorizam os mundos rurais. Este é um tema atual visto que ainda se verifica em algumas zonas do interior a descaracterização e destruição das aldeias, por isso é necessário uma rápida e eficaz intervenção das autoridades locais e das entidades governamentais (Ferreira, 2011: 9). A reestruturação do espaço rural passa pela reorganização social, económica territorial e até tecnológica. Como base para a intervenção em espaço rural existem dois modelos de desenvolvimento estratégicos que tem servido de alicerce a estas alterações, o “Funcionalista” - relacionado com os negócios do turismo, da busca pelo aumento da variedade de ofertas em espaços rigorosamente escolhidos, tendo em consideração os seus potências económicos; e o “Territorialista”- relacionado com o valor patrimonial e com os recursos humanos. Baseando-se na valorização do desenvolvimento local, isto é, pela criação de empregos pela qualidade e bem-estar e pela beleza.

Como tal, a concretização de objetivos de cariz político, passa pela coordenação e integração das várias autoridades públicas envolvidas, e ainda por organismos privados que contribuem, pelas suas ações, de modo a (re)desenhar a ocupação e a organização do espaço. Preservar e proteger o meio rural, é considerado um tema principal, cada vez mais discutido, económica, social e politicamente, por vários agentes. Deste modo a “[...]valorização dos recursos ecológicos, culturais e paisagísticos, e a sua articulação com as novas utilizações e funções dos territórios rurais, em particular as atividades e as práticas turísticas, destacam-se das diversas iniciativas que pretenderam integrar objetivos patrimoniais, económicos e sociais, numa estratégia de desenvolvimento que visou igualmente, objetivos turísticos” como foi o caso das Aldeias Históricas de Portugal e as Aldeias do Xisto (Região Centro)” (Carvalho, 2011).

Neste meio de conservação e valorização do património, dos recursos culturais, de relação homem e meio ambiente, natureza e paisagem e a procura de novas utilizações e funções para os territórios rurais, principalmente nas atividades e práticas turísticas, destacaram-se várias iniciativas. Que procuraram integrar objetivos económicos e sociais, numa estratégia de desenvolvimento que pretendeu, de igual modo, objetivos turísticos, como aconteceu com o Programa das Aldeias Históricas de Portugal (PAHP).

As Aldeias pertencentes ao programa “são consideradas símbolos do que foi o nosso passado e raízes aldeãs [...]”. O PAHP teve um papel fundamental no combate da desertificação do espaço rural, “pois foi o modo encontrado para combater a desertificação populacional no interior raiano, promovendo a região, criando pólos atractivos e emprego, numa tentativa de conseguir voltar a fixar população jovem em zonas rurais.” (Ferreira, 2011: 11). Estas aldeias, nas memórias e na história são consideradas grandes exemplos de antigas vilas fortificadas que durante o século XIX ficaram no esquecimento, entrando, depois, em declínio. Mais tarde no séc. XX ruralizaram-se e tornaram-se “vilas-aldeias”. São estas características e as suas diferenças, que as tornam atrativas, a presença do património edificado e a sua estrutura urbana de matriz medieval, integradas num espaço de relação com a envolvente da paisagem num meio rural, conjuntos monumentais que interessava preservar e valorizar.

A Rede das Aldeias Históricas de Portugal resulta de uma iniciativa que se desenvolveu no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio, através do Programa do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR) e com continuidade no Quadro Comunitário de Apoio III (2000-2006). No programa estão apresentadas as análises económico-social, os objetivos, os eixos prioritários e as respetivas medidas para o período inicial, do ano 1994 ao ano 1999.

Nesse âmbito surge o Programa das Aldeias Históricas de Portugal (PAHP) denominado de ação-piloto de carácter experimental, integrado no PPDR (componente do FEDER) e nas Ações Integradas de Base Territorial (AIBT). Inicialmente foram definidas várias linhas de ação dedicadas às infraestruturas básicas, à salvaguarda e valorização do património, à promoção e divulgação do território e à animação das economias locais. Destas várias linhas de ação, a “ação piloto” tencionava seguir os objetivos ligados à “Medida 4 (Ações de desenvolvimento económico em áreas rurais)



1. Aldeias Históricas de Portugal - Aldeia de Sortelha.
2. Aldeias Históricas de Portugal – Aldeia de Castelo Novo

cujo objetivo principal, passava pela valorização das características de património rural e dos elementos de interesse histórico-cultural particulares das aldeias e lugares, “no sentido de melhorar os padrões de vida e modernizar os seus serviços de apoio económico e social, permitindo uma maior capacidade de fixar a população, atrair o turismo, incentivar novas atividades complementares da agricultura e reativar profissões em decadência” (idem: 174). A realização desta medida passaria pela concretização de três eixos distintos: 1) o apoio à dinamização económica de zonas habitacionais rurais; 2) a recuperação de aldeias turísticas; 3) e a ativação de lugares ou aldeias em vias de desertificação.

Com as várias linhas de ação definidas pretendia-se alcançar os seguintes objetivos gerais: o desenvolvimento social e económico; a preservação da memória através da valorização da herança histórica; a dinamização do turístico-cultural; e a participação dos atores locais públicos e privados em parceria com os diferentes níveis da Administração. São componentes que complementam a componente física do programa cujo objetivo era potenciar os efeitos resultantes das intervenções físicas nos respetivos espaços urbanos. Sendo que tudo isto foi possível através da criação, dinamização e promoção da marca e rede Aldeias Históricas, associada aos propósitos do programa, desde a sua criação, à implementação de uma estratégia de animação, promoção e divulgação sociocultural, turística. E ainda dos recursos ecoculturais, existentes nas várias aldeias, algo positivo para o desenvolvimento destas aldeias, com problemas estruturais, que se devem ao consecutivo abandono demográfico e ao enfraquecimento/diminuição económica e social. Através da recuperação destas aldeias pretendia-se combater o despovoamento que afetava grande parte do interior rural do país, apoiando atividades que gerassem emprego, melhorassem as condições de vida sociais ou económicas das populações residentes e a diversificação da oferta turística, promovendo o património local e nacional que se encontrava degradado e que era necessário recuperar.

Na primeira fase do PAHP (1994-1999), foram integradas dez aldeias pertencentes a oito municípios da Beira Interior¹⁴, conjunto com elementos caracterizadores e diferenciados que, ao mesmo tempo, permitiam criar uma identidade comum entre si, como a história, a cultura e o património.

Para que fossem aprovadas, o programa achava pertinente que, para cada caso, fosse elaborado um Plano de Aldeia¹⁵. O planeamento e a organização do referido

¹⁴ As dez aldeias escolhidas para o programa, pertencentes à Beira Interior foram: Almeida, Castelo de Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha

¹⁵ Plano de Aldeia – deveria conter um levantamento e caracterização da área de intervenção, um diagnóstico da situação e uma proposta de intervenção.

Programa (AHP)	Data	Objetivos (Mundo Rural)	Instrumentos	Aldeias Integradas na Programas
QCA II Sub Programa PPDR (Programa do Potencial de Desenvolvimento Regional)	1994/ 1999	Ação piloto de valorização do património	Planos de Aldeia	
		Revitalizar a economia dos núcleos rurais e AH. Permitir as funções turísticas	Plano global de Intervenção Programa AH	10 Aldeias da Região da Beira
QCA II Sub Programa PORC (Programa Operacional Regional do Centro)	2000 / 2006	Busca de novas oportunidades para espaços de baixa densidade. Aprofundar as intervenções testadas no QCA II	Ações integradas de base territorial (eixo prioritário II). Medida II.3. Ações inovadoras de dinamização de aldeias.	12 Aldeias (acrescento de mais aldeias 2 em 2005 ao grupo anterior)

3. Enquadramento Institucional do Programa AH

Plano de Aldeia foi determinante para o desenvolvimento harmonioso de toda a recuperação, uma vez que declaradas à partida as relações de forte complementaridade entre projetos e a criação de parcerias entre promotores e agentes de financiamento, possibilitou e proporcionou coerência e fundamento às reabilitações particulares, tendo como base a estratégia de rede.

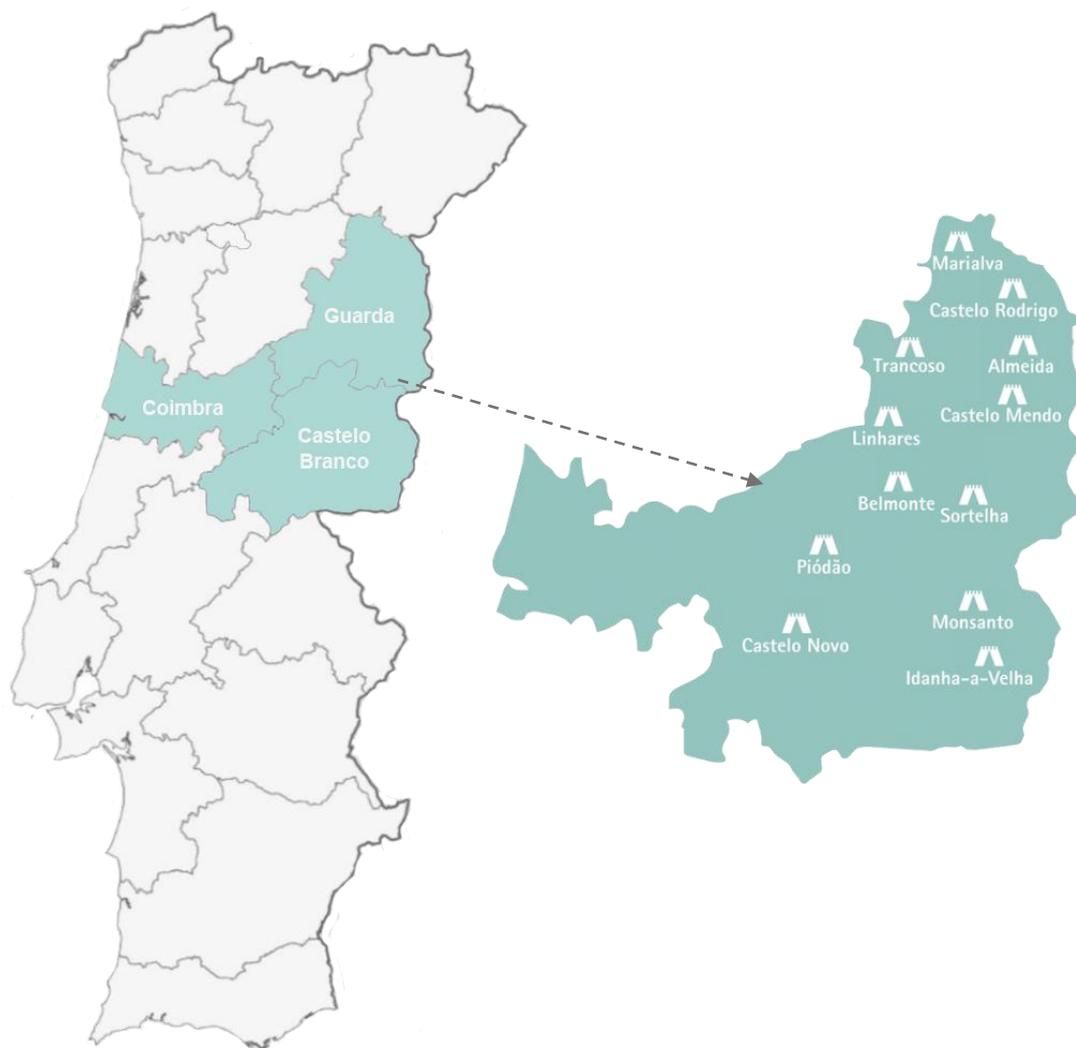
A integração da Aldeia de Piódão no programa teve grande importância para o programa, visto ter conseguido manter os habitantes na aldeia e sobretudo, manteve a dinamização social e económica. Deste modo, a Aldeia de Piódão é considerada como um exemplo de sucesso para a intervenção de outras aldeias, mas tendo em conta os resultados obtidos, face ao desafio e ambição que estavam implícitos à estratégia, não foi possível a sua conclusão durante o período estipulado no programa. Como tal, foram necessários mais investimentos e mais tempo, para a Recuperação das AH. Com o sucesso da primeira fase, foi decidido manter a Recuperação das Aldeias na reestruturação do programa AH no âmbito do QCA III (2000 até 2006)¹⁶, cujos objetivos passavam pela consolidação e aprofundamento da metodologia e de ações, aumentando a rede com mais duas aldeias.

Com a integração de mais duas aldeias ao programa, Belmonte e Trancoso, aumentando o conjunto para 12 aldeias, foi possível reforçar o território em Rede, consolidar, dar escala e continuidade às metodologias e ações de intervenção elaboradas no quadro anterior, dando maior importância à componente imaterial (animação, promoção e divulgação), sobretudo na divulgação e promoção do programa, não considerada na primeira fase.

Todo o Programa Aldeias Histórias de Portugal foi financeiramente suportado pelo FEDER, bem como por investidores privados, que ao todo disponibilizaram de um valor de 44 milhões de euros. Investimentos divididos por: ações de valorização do património; de reforço e requalificação da capacidade de alojamento turístico, de apoio à animação turística, das infraestruturas e equipamentos de promoção das potencialidades, promoção turística do território e das acessibilidades locais e transversais. (Marques, 2014).

Com as várias forças e potencialidades das respetivas Aldeias da Rede, de acordo com a estratégia geral de intervenção, foram lançados objetivos cuja intenção era desenvolver atividades locais que criassem dinamismo social, económico e cultural, e que fossem acessíveis a todos.

¹⁶ O Programa Operacional Regional do Centro inserido no III QCA (2000-2006), contempla no âmbito das Ações Integradas de Base Territorial (AIBT), iniciativas de carácter positivo em territórios e temáticas específicas, como é o caso das Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias (Medida II.3), onde se inclui mais duas aldeias à RAHP.



4. Localização das Aldeias Históricas de Portugal

Isto só seria possível através da criação de Associações de Desenvolvimento Local, que teriam como função principal a elaboração e estruturação do plano de animação de cada aldeia. Por outro lado importa destacar a componente imaterial, representada por atividades de animação sociocultural, ações globais de valorização da Rede de Aldeias Históricas, e de promoção e divulgação, comunicação, bem como os eventos associados à animação sociocultural que são fundamentais à componente física do programa. Importa ainda destacar os investimentos feitos em ações de animação, dinamização e promoção da marca Aldeias Históricas, o valor do investimento registado no PAH corresponde a um valor máximo, quer em termos absolutos, quer relativos de 9,3% do investimento executado no âmbito do programa (Ribeiro, 2017:243). Com isto foi criada a imagem de identidade da rede, as Cartas de Lazer das Aldeias Históricas - oito volumes publicados em 2000 pelo INATEL em parceria com o Diário de Notícias e o site (ainda ativo e atualizado¹⁷) (Ribeiro apud Graça & Espírito Santo, 2017: 244).

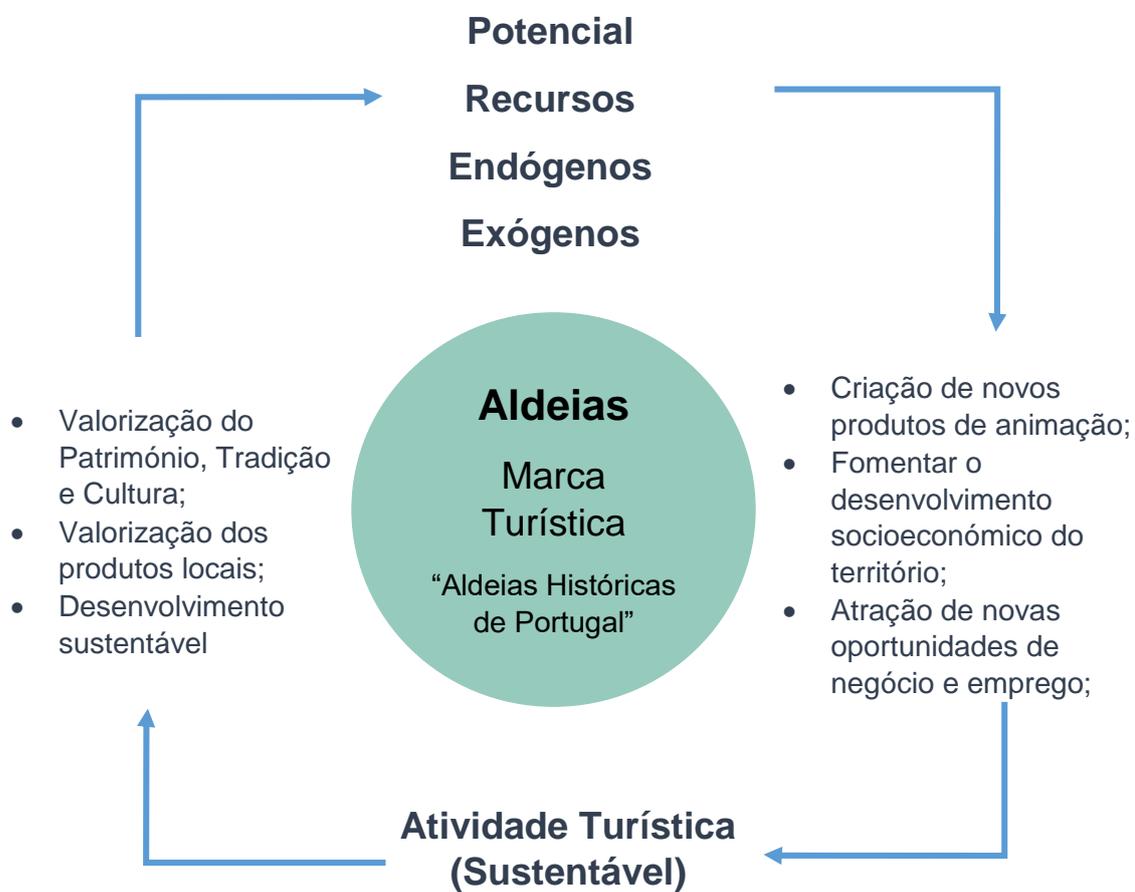
Consequentemente e de modo a assegurar a promoção e o desenvolvimento turístico da Rede “Aldeias Históricas de Portugal”, foi fundamental criar a Associação de Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal (ADTAHP)¹⁸, em 2007, no final do QCA III. Os princípios iniciais desta Associação baseavam-se na história, na cultura e no património, interligados num produto turístico-cultural que incluía a modernidade, inovação e internacionalização.

A ADTAHP é a entidade gestora da marca turística, patrocinada pela CCDRC- Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região Centro¹⁹), que conta com parceiros públicos e privados. Esta Associação tem o dever de orientar e promover a Marca “Aldeias Históricas de Portugal; Qualificar o produto turístico das aldeias históricas, a partir da definição de uma estratégia planeada de atuação e promoção, e do desenvolvimento de produtos turísticos; Apoiar o desenvolvimento de uma política de incentivos aos investidores que desejem investir na região e organiza-la com as instituições públicas e privadas que possam estar envolvidas; Promover iniciativas de animação cultural e divulgação do património das Aldeias; Colaborar para a melhoria da qualidade de vida local e para a diversificação e dinamização da atividade económica,

¹⁷ Websait esse que foi reformulado e melhorado, em termos de imagem e de conteúdos – <http://www.aldeiashistoricasdeportugal.com/>

¹⁸ Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal (ADTAHP) - Instrumento concretizado formalmente no final de 2008 e que tinha como principal objetivo o desenvolvimento turístico da Rede das Aldeias Históricas.

¹⁹ A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), organismo desconcentrado do Ministério do Planeamento, com tutela conjunta com o Ministério do Ambiente, tem por missão executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades e de desenvolvimento regional ao nível da NUT II Centro, promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional e apoiar tecnicamente as autarquias locais e as suas associações.



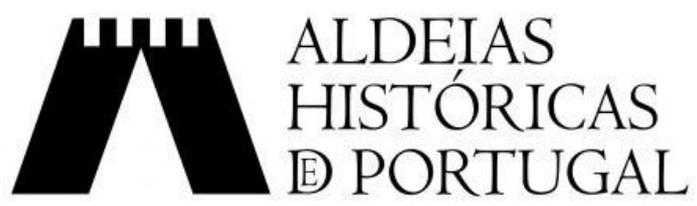
sobretudo na área do turismo e promover ações de qualificação e divulgação do património cultural, assim como a qualificação dos recursos humanos e outras (Ribeiro, 2017: 179). A ADTAHP surge como instrumento de cooperação e ligação entre agentes turísticos e outros agentes locais com negócios no território, no quadro de parcerias estabelecidas ou a estabelecer, no sector privado, no sector público ou entre o sector público e o privado. É importante salientar que o que hoje reconhecemos como marca territorial de turismo das Aldeias Históricas de Portugal e o seu sucesso tiveram na sua base um conjunto de intervenções de requalificação e reabilitação urbana das aldeias em parceria com as comunidades. Sem esse esforço de fornecer a estas aldeias e às comunidades condições e qualidade de vida, não existiria um suporte que assegurasse o seu sucesso e desenvolvimento.

A partir de uma gestão partilhada e cooperativa, a criação da marca pretendeu, através da promoção territorial e da oferta turística, preservar a cultura e o património contra a desertificação. A intervenção integrada na amplitude das fases de conceção e implementação apresentou como principais dimensões inovadoras, a valorização dos contextos territoriais e dos recursos endógenos; a criação de uma marca territorial, a criação de guias de informação, a colocação de placas de informação nas aldeias e na rede, dotaram de sinalética os eixos viários, produtos das Aldeias Históricas de Portugal, a criação de Planos de Animação da Rede das Aldeias Históricas e ainda, a criação de alguns percursos suportados pelas potencialidades do território.

Dessa estratégia e gestão surgiram: a Rede das Aldeias Históricas de Portugal, a Grande Rota Pedestre, a Grande Travessia BTT, os Caminhos Históricos – Percursos Pedestres e a Rede de Percursos Cicláveis. Também surgiu a criação de uma plataforma digital que possibilita a programação das diversas ofertas do território. Por outro lado, para a ADTAHP, foi importante a sua integração, cooperação, parcerias e gestão com a iniciativa do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE)²⁰ para afirmação da Associação e do projeto das Aldeias Históricas. Importa garantir o benefício dos investimentos realizados até hoje nesta Rede, que permitiram a criação de uma das marcas mais valorizadas no mercado turístico nacional e com representatividade internacional.

Posteriormente com a necessidade de dar continuidade e consistência à iniciativa anterior ao PROVERE, e tirando proveito da experiência adquirida e consolidada nas iniciativas com impacto positivo no território, a ADTAHP assume o

²⁰ - PROVERE é um instrumento criado pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, no âmbito do Quadro Estratégico Nacional (2007-2013) e também para o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente.



6. Marca e Selo de Recomendação, Aldeias Históricas de Portugal

desafio de desenvolver uma estratégia adaptada e planeada com todos os interessados para o período 2014-2020, chamada de Estratégia de Eficiência Coletiva das Aldeias Históricas de Portugal (EEC AHP 2020). O pretendido para a estratégia era a coesão e competitividade do território das AHP através da inovação e promoção do uso eficaz dos recursos, apostando na sustentabilidade ambiental, adaptação ao crescimento verde (sustentável) e na coesão social, reforçando o desenvolvimento local e o reconhecimento da marca AHP no contexto nacional e internacional. Era ainda pretendido que a Rede das AHP tivesse capacidade operacional e institucional para elaborar uma candidatura à Lista de Património Mundial da UNESCO, para o reconhecimento do valor histórico destes recursos. Para tal era essencial continuar a executar ações com vista na preservação e valorização do património no conjunto das AHP, bem como a valorização dos saberes e das atividades económicas, distinguindo-as do contexto internacional. Isto é, apostando na ligação a conceitos de inovação e sustentabilidade, em conjunto com a reabilitação urbana e inclusão social, valorizando assim o saber científico e empírico como instrumento-chave para a conservação de um “produto” diferente. Este Programa veio mostrar que o interior do país também tem boas oportunidades de vida e de rendimento.

O Programa de Recuperação das Aldeias Históricas de Portugal estabeleceu o início de uma época de programas de aldeias com características próprias de carácter tradicional. Veio ainda influenciar a criação de outras intervenções (integradas no âmbito territorial da CCDRC sendo que, a partir destas, os pequenos meios rurais passaram a ter maior visibilidade. O PRAH apresenta-se, como um projeto que tem como objetivo mobilizar esforços e vontades de muitos e não só dos que habitaram ou habitam nas aldeias. É também um programa destinado aos jovens que poderão encontrar um “novo mundo” nos antigos espaços do nosso passado comum, ajudando, com o seu dinamismo e espírito empreendedor, para renovar alguns dos espaços que foram, em tempos, locais dos nossos antepassados e da sua história. Para os empresários é um programa onde poderão encontrar nas construções antigas e comuns, novas apostas de futuro.

Para concluir, este é um projeto exemplo para todos que tencionam mudar e ter uma vida melhor, mantendo o respeito pelas tradições, costumes e marcas que a terra nos deixou, considerando que os princípios mais importantes são a harmonia com a cultura e com o povo que, no seu quotidiano, mantêm e constroem a nossa identidade.

Aldeias do Xisto: o exemplo (PAX)

O Programa Aldeias do Xisto (PAX), criado entre 2000 e 2002, foi uma das iniciativas baseadas nos princípios do PAHP, embora com novos valores e critérios. Se os critérios de seleção das aldeias do PAHP davam preferência aos elementos patrimoniais de carácter monumental, delimitando o conjunto de seleção, mas ao mesmo tempo facilitando a possibilidade de criação de ideias relativamente aos propósitos de salvaguarda. O presente programa dá a conhecer uma perspetiva mais “característica” dos aglomerados rurais, apoiada no tema do património rural e em todo o conjunto de usos, costumes, saberes e tradições pertencentes as várias aldeias (Ribeiro, 2017: 179).

O território onde se situam as aldeias que constituem o programa é o Pinhal Interior, conhecido como uma área com uma identidade muito própria em termos de recursos naturais, ligada à floresta e à água, com potenciais oportunidades de desenvolvimento, em atividades de turismo e lazer. Contudo, são múltiplas as deficiências e desequilíbrios, como o despovoamento, o envelhecimento, o abandono e a degradação dos elementos estruturantes das paisagens e a desvitalização económica e social, representando uma das áreas mais problemáticas do Interior do país em termos de desenvolvimento (Carvalho, 2009: 185).

O Programa das Aldeias do Xisto (PAX) é uma iniciativa pública de desenvolvimento regional e local deste território, com objetivo de salvaguarda do património rural e constituir uma rede de locais de interesse turístico. Deste modo o conceito de desenvolvimento integrado dará lugar ao Programa Aldeias do Xisto (PAX).

Segundo Vítor Ribeiro (2017), o PAX surge de um esforço desenvolvido pela equipe de gestão do PO Centro e dos municípios da região em tentar reunir o trabalho que já havia sido realizado desde meados dos anos 80, de modo disperso e desarticulado pelos vários GTL da região, que não determinava um programa ou plano integrado. No entanto, estabelecia desde logo três componentes essenciais que viriam a ser o PAX: as aldeias (que deram origem à RAX), as praias fluviais (que deram origem à Rede de Praias fluviais) e os percursos (que deram origem à Rede de Caminhos do Xisto) como elementos de coesão. Esses processos de transformação foram importantes para fomentar o desenvolvimento, mas mais importante era a vontade de combater a desvitalização socioeconómica e a desertificação demográfica, dando início



7. Aldeias de Xisto - Piódão, Concelho de Seia

8. Aldeias de Xisto - Freguesia de Vide

a algumas intervenções nas aldeias serranas, realizadas no âmbito do GAT e do GTL da Lousã²¹, que se dedicaram a desenvolver propostas de ação com o objetivo, de apoiar as intervenções das habitações privadas de carácter rural das aldeias serranas, pretendendo que estas tivessem melhores condições de habitabilidade, mas que ao mesmo tempo não alterassem a imagem das aldeias tradicionais. A preocupação em reabilitar o património que se encontrava em degradação, suscitou a vontade de criar melhores condições para atrair e fixar população, bem como criar interesses e fatores turísticos, que atraíssem os visitantes, sendo o principal objetivo criar condições para o desenvolvimento de várias atividades turísticas (cinegéticas, florestais e agro-pastoris) e a valorização dos recursos e produtos locais. É de acordo com esses esforços, em conjunto com os diversos objetivos manifestados pelos municípios interessados em aderir à iniciativa, foram criadas bases para o que viria a ser o PAX, através da criação de mais um conjunto de GTL, com as suas várias propostas. (Ribeiro, 2017: 181).

O programa, como conceito base, para Aldeias do Xisto viria a seguir um programa de intervenção pensado e criado para desenvolver esta região a nível económico, com objetivo principal de recuperar tradições, valorizar o património arquitetónico, dinamizar as artes e ofícios tradicionais e preservar a paisagem envolvente. Com os seus principais vetores, assumir-se-á como projeto-âncora da AIBT (Ações Integradas de Base Territorial) do Pinhal Interior. Mas o programa não foi pensado unicamente como um novo destino turístico, pelo contrário, foi desenvolvido de modo sustentável, envolvendo a população local e valorizando a sua identidade (Rodrigues, 2012: 26). O envolvimento e interesse dos habitantes e proprietários, aliada à qualidade das intervenções orientadas pelos técnicos das Câmaras Municipais e à comunicação adotada, originava novas vontades de adesões.

A estruturação e a implementação da AIBT do Pinhal Interior, é representada por dois eixos de grande importância: “o turismo (cultural e ecológico) e o património (cultural e natural) ” (Carvalho, 2009). O PAX foi implementado pela CCDRC, contudo é importante referir que foram criadas várias linhas de ação: ações de reabilitação social e ações de formação (componente imaterial, que integra a qualificação dos recursos humanos e agentes económicos, a comunicação e animação sociocultural e turística), envolvendo as populações das aldeias da RAX de modo, a adquirirem competências básicas em várias áreas que apoiassem as outras medidas. O PAX pretendia garantir a valorização dos recursos essenciais das aldeias, valorizando e potenciando os vários recursos (florestais, hídricos e turísticos) e abrindo a área a novas perspetivas.

²¹ Gabinete Técnico Local da Lousã, dedicou-se e responsabilizou-se pelo centro histórico desta vila e das aldeias serranas pertencentes ao seu Município, começando a sua iniciativa em 1985, e decorreu durante três anos.

A componente social (imaterial) foi importante para a estratégia, devido à relação com a comunidade e devido a ter sido desenvolvida em simultâneo, à intervenção infraestrutural, uma das principais ideias que tinha sido adotada e elaborada na experiência piloto do PAH.

As principais linhas de ação do PAX centravam-se em quatro vertentes, de características e princípios diferentes, ao mesmo tempo independentes, mas ligadas entre si: a vertente social, patrimonial e cultural, turística e a comunicação e marketing.

A vertente “social pretendia melhorar a qualidade de vida das populações das aldeias, elevando os níveis de auto-estima dos seus residentes, motivar a fixação da população, atrair novos residentes, melhorar o seu tecido social e agregando-as num processo participativo de desenvolvimento, potenciar pequenas economias locais. A vertente patrimonial e cultural, pretendia salvaguardar o conjunto edificado “aldeia” como um valor patrimonial em si (material e imaterial) e enquadrando a aldeia no meio envolvente (património natural). A vertente turística tencionava fomentar o surgimento de unidades de alojamento (TER) - Turismo em Espaço Rural; criar elementos informativos na aldeia; motivar a atenção de agentes turísticos (empresas de animação); rede de atracões (centros interpretativos e ecomuseus). A vertente de comunicação e marketing procurava afirmar uma marca para o território representando a oferta de serviços turísticos como hotéis, pousadas, alojamento em espaço rural, restauração, animação turística e comércio tradicional; possibilitar um sentido de corpo entre as comunidades abrangidas; potenciar a articulação - efeito de escala” (Batista, 2015: 31).

Contudo a implementação dos Planos de Aldeia contribuiu também para elaborar e assegurar um conjunto de condições fundamentais que possibilitaram a apresentação de bases do produto turístico. No entanto ainda no período da AIBT do Pinhal Interior, resultaram três iniciativas fundamentais. A primeira, o Sistema de Incentivos Específicos para o Pinhal Interior, apoiou a criação e reforço de iniciativas de investimento empresarial²², e a segunda o Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica, e por último o Sistema de Incentivos a Pequenas Iniciativas Empresariais, que possibilitaram a ampliação a uma escala municipal, apoiados por outros programas, como LEADER + (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) e pelo PRIME (Programa de incentivos à Modernização da Economia). A candidatura e seleção das aldeias para a rede, promovida pelas Câmaras Municipais a que pertenciam, tinham como responsabilidade a elaboração prévia de um Plano de Aldeia para cada uma delas, um “instrumento preparado por equipas técnicas multidisciplinares, que, no fundo,

²² Dedicados às áreas de alojamento turístico, animação turística, restauração, comércio e divulgação de produtos locais (em especial o artesanato)



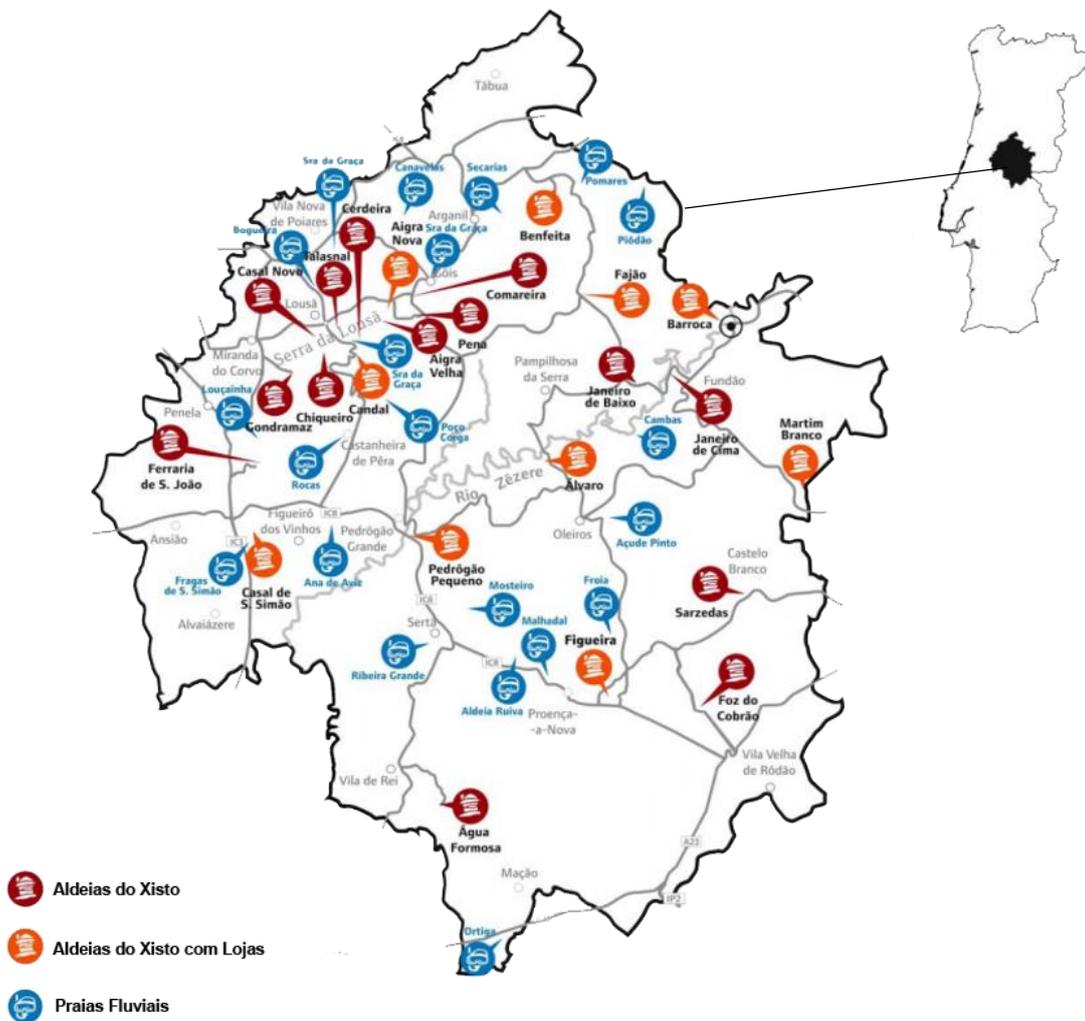
9. Esquema da estratégia (Recursos e ofertas)

incluía a reflexão e as linhas orientadoras de ação do estudo realizado sobre cada aldeia, nas suas competentes socioeconómicas, culturais e demográficas” (Marques, 2014: 456).

Para a escolha destas foram ainda definidas medidas base de seleção, devendo estas conter: “património arquitetónico de cariz popular em quantidade e qualidade; a maior parte dos seus edifícios deveriam ser em xisto à vista; deveria existir unidade formal do tecido urbano; integração com a paisagem; existência de percursos turísticos que facilitassem a sua ligação em rede; possibilidade de implantação de infraestruturas turísticas; adaptação do mobiliário urbano e sinalética e a capacidade técnica e financeira para recuperar totalmente os aglomerados” (Ribeiro, 2017: 184).

Inicialmente o programa integrou um grupo de 12 aldeias pertencentes a 13 municípios, aumentando depois, durante o QCA III, para 24 aldeias, pertencentes a 14 concelhos, voltando novamente a aumentar para 27 aldeias em 16 concelhos situados na região centro (Castelo Branco e Coimbra), distribuídas por quatro conjuntos autónomos pertencentes as divisões administrativas em busca da coesão territorial, fazendo assim parte destes: a Serra da Lousã, com 12 aldeias; a Serra do Açor, com 5 aldeias; o Zêzere, com 6 aldeias e o Tejo-Ocreza, com 4 aldeias. Ao contrário do que é conseguido no PAHP e com o elemento diferenciador, na Rede de Aldeias do Xisto foi possível a coesão e a junção de um número variado de aldeias do mesmo concelho, o que possibilitou ao visitante uma diversificada oferta, a nível de serviços e cultura, num território rural. Continuando, entre os vários planos de aldeia pertencentes ao PAX, deveria existir coerência, onde era necessário criar e desenvolver um plano estratégico do conjunto, intenção que virá a materializar-se com o Plano Global de Desenvolvimento Sustentado das Aldeias do Xisto (PGDSAX).

Como tal, a partir do PGDSAX, organizado e promovido por uma nova Associação, uma Associação de desenvolvimento designada de Pinus Verde, em parceria com os vários municípios, entidades institucionais e agentes económicos e culturais da região e com o apoio da CCDRC (Carvalho, 2009), foram definidas várias ações integradas nos eixos de intervenção: imagem e marketing do território, comunicação e informação, novas funcionalidades económicas que trabalhem em rede, plano de animação das Aldeias do Xisto, construção de uma rede de lugares segundo os sítios intervencionados no quadro do PAX e por último, a gestão e promoção das Aldeias do Xisto e dos seus produtos. Para a materialização destes eixos, especialmente deste último, para afirmar as Aldeias do Xisto como um produto turístico, foi fundamental a criação da Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR) (Carvalho, 2009: 497).



10. Redes de Aldeias do Xisto

A ADXTUR é uma entidade de promoção e divulgação das Aldeias do Xisto, em que o seu principal objetivo não é a venda de experiências nem de serviços, mas sim ajudar a dinamizar e a divulgar o destino turístico das Aldeias do Xisto. É de salientar que o que atualmente identificamos como marca territorial de sucesso, teve na sua base um conjunto de ações de requalificação física das aldeias²³, que envolveram os habitantes das Aldeias do Xisto proporcionando-lhes formações, em que objetivo era fornecer-lhes bases a nível de atendimento turístico, da gastronomia, artesanato e ainda a nível das artes e ofícios tradicionais. Sem esse empenho e interesse em proporcionar a estas aldeias e às populações condições em busca da qualidade de vida e de oferta, não haveria uma base que garantisse o seu sucesso e desenvolvimento.

A estratégia de desenvolvimento e promoção da ADXTUR para a RAX, passa pela criação de um conjunto de iniciativas tendo em vista a preservação, a promoção e valorização das paisagens naturais e culturais das aldeias, tal como, a gestão e divulgação da marca e do produto turístico de modo inovador e criativo.

Estas iniciativas são baseadas na oferta de alojamento, percursos pedestres, trilhos, centros de BTT, praias fluviais, lojas tradicionais e eventos. A constante atualização do calendário de animação do território das AX comprova o total empenho das entidades locais e da comunidade, e demonstra ainda a organização dinâmica no território, que de certo modo contribui para minimizar o efeito da sazonalidade (com maior procura no Verão). As várias iniciativas são responsáveis por diversos interesses, a nível, gastronómico, artesanal, cultural, natural, educativo, desportivo, um conjunto de vários interesses integrados em diversas atividades e eventos que fomentam a atratividade territorial, a um vasto e variado público, nacional e internacional ao longo do ano. No entanto, a estas iniciativas foi ainda fundamental associar equipamentos de apoio a quem participe nas várias atividades, como: estacionamento, balneários, estações de serviço em self-service para bicicletas (Carvalho, 2009: 500). A parceria deste projeto Rede das Aldeias do Xisto a outros, tem sido fundamental para divulgar, promover o projeto e ainda quebrar barreiras a nível nacional e internacional.

Como exemplo disso são: o projeto internacional, apoiado no âmbito do Programa SUDOE - INTERREG IV B, Eco-Arq- Aplicação da eco -reabilitação na arquitetura tradicional do Sudoeste Europeu, a Rede do Património do Xisto em parceria com a Associação de Desenvolvimento Local Pinus Verde, e o Museu de Røros, uma

²³ Onde foi feita a maior parte do investimento no âmbito do programa, planos de aldeia referido anteriormente.



cidade classificada como Património da Humanidade pela UNESCO, na Noruega, e a Rede de Arte Rupestre das Aldeias do Xisto. É ainda de referir a participação das AX em vários eventos nacionais e internacionais como, a Bolsa de Turismo de Lisboa, desde 2006 e a Feira Internacional de Turismo em Berlim em Março de 2009, apresentando a sua integração nas estratégias de promoção turística das marcas Centro de Portugal (Carvalho, 2009:187).

Após a fase inicial, correspondendo ao período do III QCA (2000-2006) ter terminado, a ADXTUR geriu e deu continuidade ao projeto. No entanto as Aldeias do Xisto, durante as três fases de programação e elaboração das políticas públicas (2000-2006; 2007-2013; 2014-2020), passaram de um projeto idealista para um produto turístico de referência, que integra várias atividades e experiências baseadas em elementos distintos (Carvalho, 2017). A ADXTUR, em parceria com 19 municípios da Região Centro e com mais de 100 operadores privados, atuam no território, e lideram o projeto de desenvolvimento sustentável, designado de Rede de Aldeias do Xisto. Deste modo a ADXTUR reúne as vontades públicas e privadas de uma Região, numa gestão partilhada e participativa criando uma marca, onde o pretendido foi a promoção de um território, a criação da riqueza de oferta de serviços turísticos e a preservação da cultura e do património, cujo pretendido é combater a desertificação do mundo rural.

Segundo a ideologia de atuação da ADXTUR o principal objetivo parte da criação de modelos de qualidade para as várias vertentes da marca Aldeias de Xisto, face a isto a sua realização passar pela criação de um Selo de Recomendação das Aldeias do Xisto, de qualificação e certificação dos produtos e serviços de modo a garantir que estes cumpram todos os princípios legais, exigidos pela ADXTUR, sendo depois reconhecidos como modelos de qualidade. A partir dessa estratégia e gestão nasceram: a Rede das Aldeias do Xisto, a Rede de Caminhos do Xisto e a Rede de Praias Fluviais. E ainda a criação da plataforma digital que facilita a programação à distância das várias ofertas e também a abertura de lojas em vários pontos do Norte a Sul do país. No entanto, e sendo possível afirmar-se como uma iniciativa de reforço à competitividade do território, com características inovadoras e sustentáveis, a ADXTUR apresenta algumas candidaturas de maneira a aceder a programas políticos nacionais, podendo estes colaborar na concretização de algumas ações, através de incentivos fiscais e financeiros.



Sobre Nós ▾ Notícias Perguntas e Respostas

[O meu Xisto](#) [Entrar](#) [Criar uma nova conta](#)



[TERRITÓRIO ▾](#) [ALDEIAS ▾](#) [EXPERIÊNCIA ▾](#) [COMER E DORMIR ▾](#) [AGENDA](#) [LOJAS](#) [PROCURAR](#)

Aldeias do Xisto ganham Prémio Nacional de Turismo na categoria Turismo em Rede



[COMO CHEGAR ▾](#) | [PROCURE ALOJAMENTO ▾](#)

12. Selo de Recomendação, ADXTUR
13. Plataforma online das Aldeias de Xisto (www.aldeiasdoxisto.pt)

A partir da análise do processo e da investigação dos resultados, conclui-se que as aldeias carecem de uma estratégia de intervenção, visto que deixaram de ser valorizadas pela sua capacidade produtiva tradicional. Os atuais modelos europeus apontam o turismo como um motor de desenvolvimento aos mais diversos níveis, é considerado como uma atividade capaz de renovar e intervir nas várias dinâmicas, nos comportamentos das populações, na ocupação e funcionamento dos territórios. O património é um dos atrativos do turismo e surge como um elemento de grande visibilidade e relevância estratégica no âmbito do desenvolvimento dos territórios e das populações, mas, para que resulte, é fundamental um planeamento suportado nas políticas e nos instrumentos integrados, tendo estes como base os recursos específicos (endógenos) como o património cultural e natural, criando uma nova visão e valorização dos recursos dos territórios rurais (Carvalho, 2012: 33). A importância desta dimensão territorial, como se verificou nas Aldeias Históricas e nas Aldeias do Xisto, reflete-se como eixo estruturante para o desenvolvimento rural (sustentável) que contribui para melhorar, equilibrar e combater os desequilíbrios ligados aos vários recursos. Assim sendo, nos casos analisados, a prioridade não passava só pela componente turística, mas também pela qualificação, conservação/valorização, por intervir/requalificar e dinamizar as aldeias e as comunidades locais, com objetivo de combater os vários desequilíbrios nos territórios rurais. O planeamento apresenta-se, como uma ferramenta fundamental para salvaguardar os recursos existentes e favorecer as populações residentes e futuras.

Contudo, também se verificou que a fragilidade, o risco de despovoamento mas também, a multiplicidade e originalidade/identidade das áreas rurais, requerem uma maior discussão e cooperação entre a população, entidades públicas e privadas, políticas e instrumentos de desenvolvimento. Para isso surgiram a Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal (ADTAHP) e a Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR), suportadas por meios financeiros e técnicos para a gestão através do planeamento. Os propósitos da estratégia da ADTAHP e da ADXTUR, assentam na conservação, valorização e qualificação do local e dos recursos, divulgação, promoção e animação cultural e natural e acima de tudo, no caso da ADXTUR, na qualificação e formação, todos estes aspetos buscam e contribuem para a melhoria da qualidade de vida local. Estas associações servem de articuladores com todas as outras entidades e fundos e ainda, facilitam o controlo das várias atividades e da execução dos programas.

PARTE III

III. Da História, à Terra: Diversidade e Identidade

Após o enquadramento teórico dos conceitos e dos exemplos referidos nos capítulos anteriores, pretendemos agora fazer uma análise da caracterização do Concelho de Mortágua. Das várias aldeias pertencentes ao concelho de Mortágua apenas sete foram escolhidas para este trabalho - Vale de Mouro, Marmeleira, Caparrosinha, Monte Lobos, Pala, Ladeiras e Paredes - pelas paisagens, pelos elementos naturais e pelas suas relações naturais que ligam as aldeias através das ribeiras. Pelas suas diferenças de morfologia que criam espaços e paisagens distintas e pelos vários elementos culturais e patrimoniais comuns que se relacionam entre si. Optamos por estas sete aldeias, porque possuem características que conjugadas com novas funções, podem fomentar o desenvolvimento, o que não inviabiliza que mais tarde possam ser integradas mais aldeias do concelho à Rede.

No entanto, é necessário compreender os problemas associados a estes núcleos, de modo a entender onde é necessário intervir, pois é cada vez mais importante preservar o património, material e imaterial, para que não se perca por completo a memória e identidades das aldeias, e, acima de tudo, para que se torne melhor a vida nas aldeias.

De acordo com o Modelo Territorialista, integrado no Plano Regional de Ordenamento do Território Centro, “para qualquer tipo de intervenção nestes ou noutros espaços rurais, cujo objetivo seja a sua melhoria e requalificação, tem que se respeitar as suas características biofísicas - relevo, geologia, clima, solos, flora, fauna; e ainda antrópicas - uso do solo, rede de transportes, índices económicos e sociais; que são o suporte da sua constituição” (CCDRC, 2011). Neste sentido procedemos à análise e caracterização do território que integra as aldeias.

Neste capítulo apresentamos uma narrativa histórica sobre a Ocupação das Aldeias de Mortágua, seguidamente a análise do território nos dias de hoje. Com paisagens múltiplas e diversas, Mortágua é um concelho com características naturais próprias, no qual, ao longo dos tempos o Homem foi mantendo riqueza cultural e rural. Deste modo, é importante analisar o território de Mortágua nas relações entre Homem e Natureza. Através da caracterização dos recursos naturais e dos aspetos culturais e rurais, de modo a criar uma visão geral e integrada, do Concelho de Mortágua.

Ocupação das Aldeias de Mortágua e Evolução Socioeconómica

Mortágua é uma das zonas do território Português habitado há mais anos, onde existem vestígios que datam de há acerca de um milhão e meio de anos (CMM). Não existirá grandes diferenças nos modos de ocupação pelas comunidades do Concelho de Mortágua, isto é as povoações atuais encontram-se no mesmo local dos seus antepassados. Instrumentos, artes rupestres, práticas agrícolas, entre outros, datados já do período paleolítico e até neolítico provam essa existência. A Revolução Neolítica veio trazer o progresso, destacando, “ [...] a prática da agricultura rudimentar dos cereais, a domesticação de animais, o fabrico de peças de cerâmica, de tecidos, o polimento da pedra, o aperfeiçoamento de lâminas de sílex e de pontas de setas, o fabrico de mós manuais, a formação de aldeias, a construção de sepulturas e locais de culto” (Sá, Neto, Abreu & Gonçalves,2001). Já a presença dos moinhos de vento, calçadas, pontes e nomes de locais são também indicadores da permanência de povos Lusitanos, Mouros, Árabes e Romanos.

As tribos Lusitanas, que terão habitado o concelho de Mortágua no séc. IV a. C, dedicavam-se ao pastoreio, as atividades agrícolas de cereais, à produção de farinha de bolota. Por volta de 218 a. C. os Romanos vieram para a Península Ibérica. Depois de vários confrontos com os lusitanos, conquistaram os seus territórios. A presença dos romanos no Concelho teve uma grande influência na paisagem e na agricultura. Isto porque inventaram processos práticos de drenagem, de planificação e de estabilização das margens dos rios, de Mortágua, a romanização veio melhorar a prática hidroagrícola. Trazendo a inovação das produções agrárias, das quais se destaca a plantação de espécies arbóreas, como castanheiros, loureiros entre outros que são espécies características deste concelho.

A cultura de regadio terá permitido nesta época criar uma economia de subsistência, o impacto da civilização romana foi extraordinário. Para Mortágua foi muito importante as práticas de engenharia agrícola aplicadas nos terrenos deste território, visto que a prática da regularização agrária das margens dos cursos de água, foi sem dúvida bem conseguida. Tendo sido uma mais-valia para os agricultores, visto que possibilitou o aumentando da superfície de cultivo, levando à fixação de pessoas. Que através da agricultura se auto sustentavam e comercializavam os seus produtos para outras regiões. A presença e ocupação romana também terá ainda uma influência determinante através da criação da rede viária, vias estas que facilitaram a ligação entre regiões e vários povos. Acredita-se que essa via romana ligava o litoral ao interior.

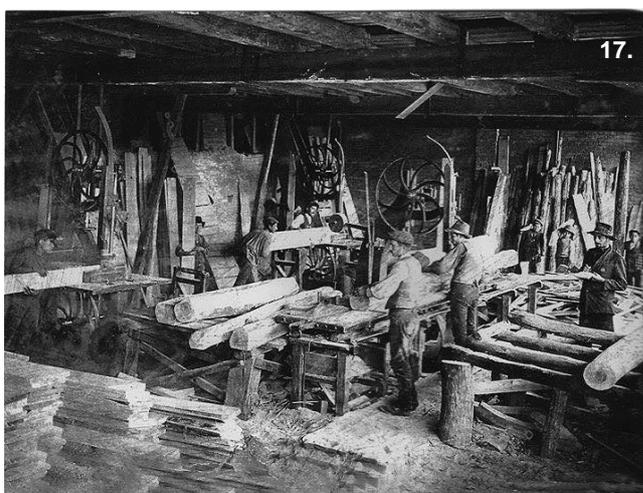
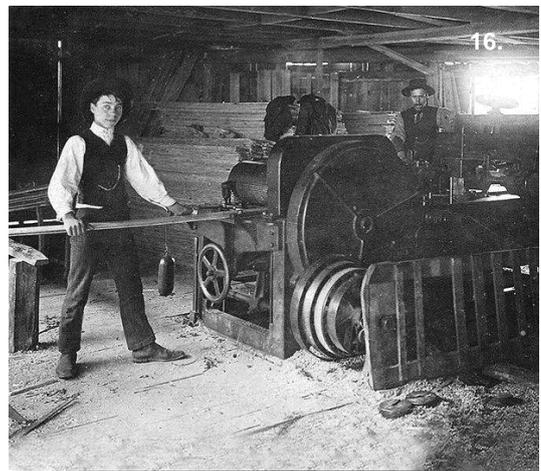
Julga-se que estes caminhos romanos persistiram até à grande revolução dos transportes e comunicações, durante a segunda metade do século XIX.

Em Setembro de 1192, Mortágua recebe o seu primeiro foral pela Rainha D. Dulce, esposa de D. Sancho I (CM Mortágua). Este foral, “Dona Dulce”, foi a autêntica carta de fundação do município, com informações dedicadas à magistratura e ao funcionalismo local. A vila foi constituída então como o novo Município, com direito português (com magistratura privada, com funcionários locais e com o delegado do rei).

No início do século XIX Mortágua sofreu com a invasão das tropas francesas. Muitas pessoas fugiram e esconderam-se, e as suas aldeias foram completamente saqueadas (ouro, prata, cereais, animais etc) e muitas casas, capelas e igrejas foram destruídas. Anos depois das Invasões Francesas, no ano de 1864, o concelho de Mortágua, apresenta um número total de população de 8 313 habitantes.

Na segunda metade do século XIX o concelho de Mortágua é marcado pela política de desenvolvimento do país (transportes e comunicações), com a construção da estrada macadamizada que ligava Viseu à Mealhada, e da linha ferroviária da Beira Alta, que passando neste concelho ligava o litoral Português a Espanha e ao Continente Europeu. Estas infraestruturas foram determinantes para o desenvolvimento e economia de Mortágua. A economia de Mortágua, desde os finais do século XIX até à atualidade, depende da floresta e a principal indústria do concelho é a serração de madeiras, situada próximo da estação do caminhos-de-ferro (Sá, Neto, Abreu & Gonçalves, 2001: 82). O pinheiro foi (em tempos) o elemento principal e caracterizador do Concelho de Mortágua, dando assim início ao designado “Ouro Verde” do concelho. Mas mais tarde, surge o eucalipto, espécie que se torna a principal e a mais abundante do concelho.

Na zona das aldeias e nas zonas mais próximas da vila, a agricultura era a principal atividade. São exemplos dessa atividade os campos agrícolas, as hortas, as vinhas. Ainda no ano de 1981 (CM Mortágua) a economia estava predominante assente no sector primário e em indústrias tradicionais. Ao longo dos tempos estas atividades agrícolas têm vindo a secundarizar-se dando lugar a indústrias como de cerâmica, têxteis, madeiras, fabricação de botões e a produção de caramelos. Com o crescimento do concelho desenvolveu-se o comércio. Predominavam, os chamados operários-agrícolas, que trabalhavam nas fábricas, e no tempo livre dedicavam-se à prática agrícola e à criação de gado.



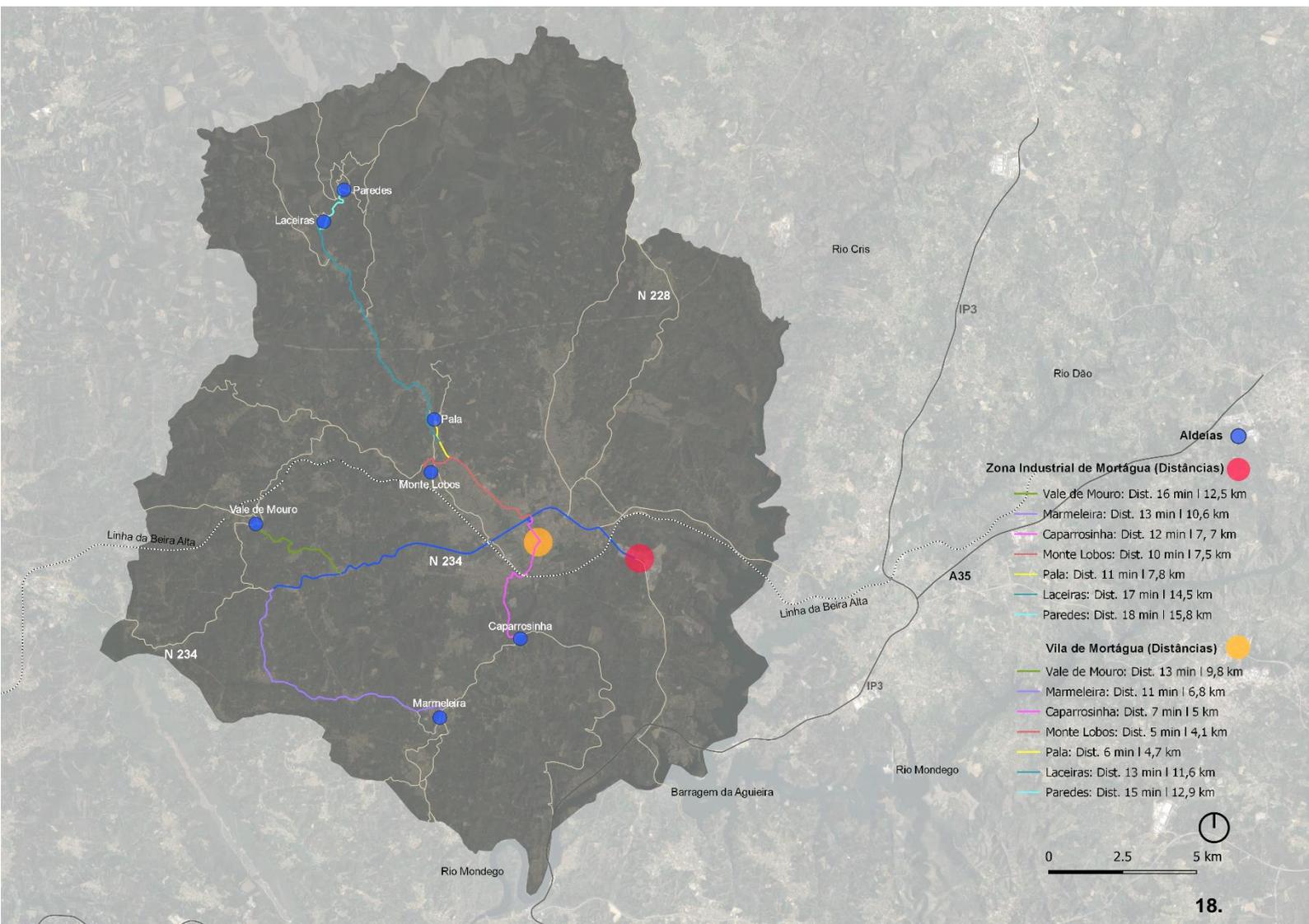
14. Linha da Beira Alta e a Serração de Madeiras.
15. Primeira Serração de Madeiras do Concelho de Mortágua
16. Técnico de Madeiras
17. Tratamento de Madeiras

Ao longo das décadas o concelho de Mortágua tem vindo a sofrer grandes alterações. No século XXI, as atividades económicas estão centradas, sobretudo, nos setores secundário e terciário, com um tecido empresarial dinâmico e diversificado composto por micro, pequenas e médias empresas.

Independentemente da diminuição da produção do setor primário, esta prática e a ligação à terra e à floresta continua ativa. Devido ao envelhecimento da população agrícola e à diminuição das explorações agrícolas existentes, houve uma grande diminuição da produção agrícola para fins comerciais, acabando atualmente por ser uma atividade familiar/subsistência.

Atualmente existem no concelho 15 empresas que estão classificadas como das maiores do ranking das 300 empresas do distrito de Viseu²⁴. É ainda de salientar que a maioria destas empresas (60%) aumentou o seu volume de negócios (CM Mortágua) e estas empregam mais ou menos 681 trabalhadores. Estas indústrias e outras não referidas podem ser também uma mais-valia para as aldeias de Mortágua, isto é, muitas das pessoas que não habitam e não pertencem ao concelho e trabalham na zona industrial de Mortágua, poderiam ter a oportunidade de habitar nas aldeias do concelho, para isso é importante a criação de mais alojamento e condições para receber novos habitantes, de modo a servir as necessidades das pessoas que trabalham nestas empresas, sem terem que se deslocarem a grandes distâncias para outros concelhos vizinhos.

²⁴ Sendo que as empresas classificadas no ranking são: FHC – Farmacêutica, S.A; Pellets Power (38º), situada no Pólo Industrial do Freixo; Laboratórios Basi – Indústria Farmacêutica, SA; Agueira Florestal – Produção, Gestão e Exploração Florestal, L.da; Overpharma – Produtos Médicos e Farmacêuticos, L.da; Labialfarma – Laborat.Pr. Farmacêuticos e Nutracêuticos, L.da; Supermortágua - Supermercados, L.da; Tria – Serviços, Materiais e Equipamentos, L.da; O & M – Operação e Manutenção Industrial, S.A; EONERGI – Energia Eólica, S.A; Chama – Equipamentos Térmicos, S.A; Vidraria Mortágua, G.A. Mendes, L.da; Alexandra Pinto Pacheco Unipessoal, LDA; e Socitop, Unipessoal, L.da.



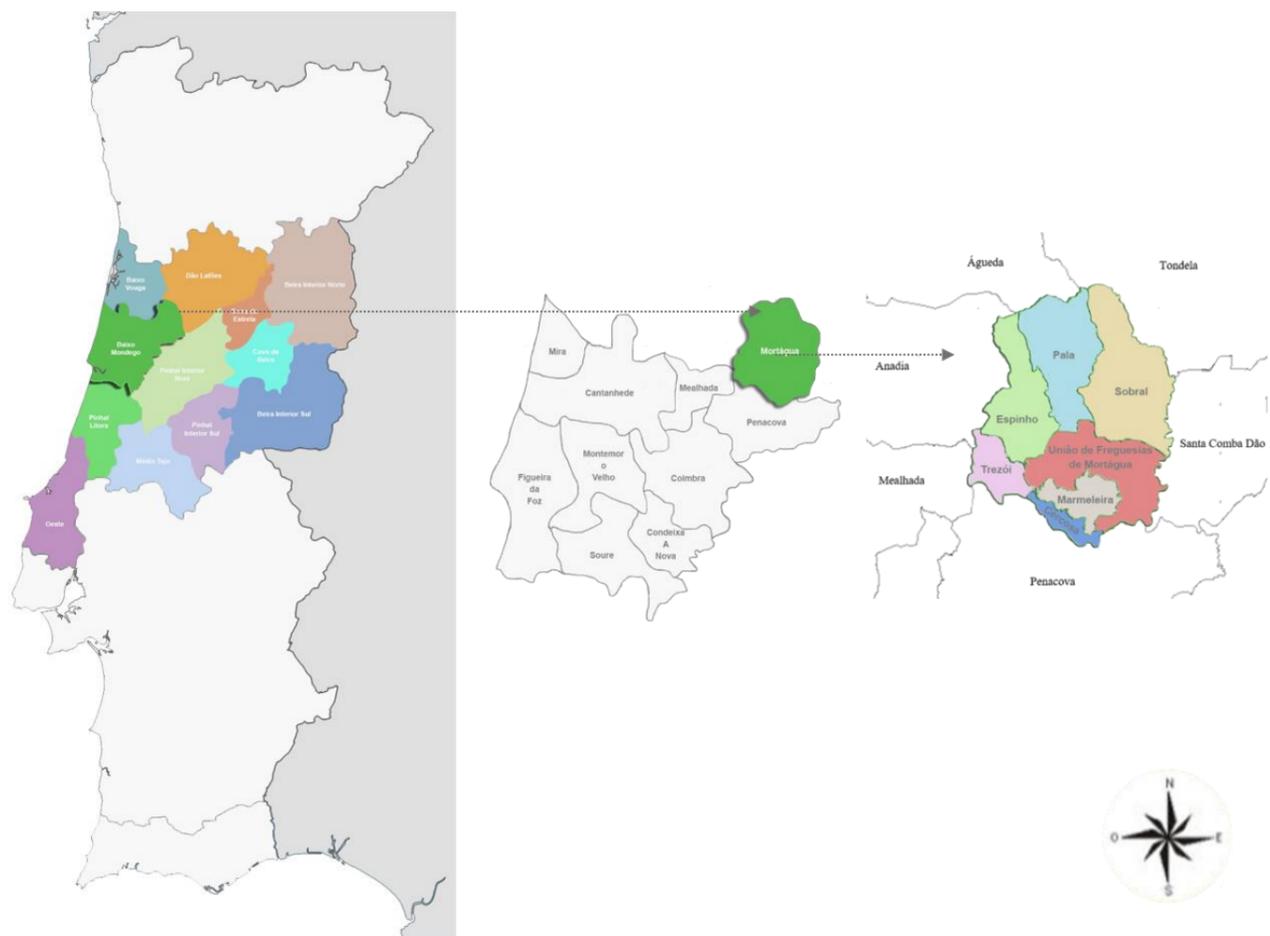
18. Mapa de distâncias, entre as aldeias, a Vila e Zona Industrial

A Terra, Paisagens e Recursos Naturais

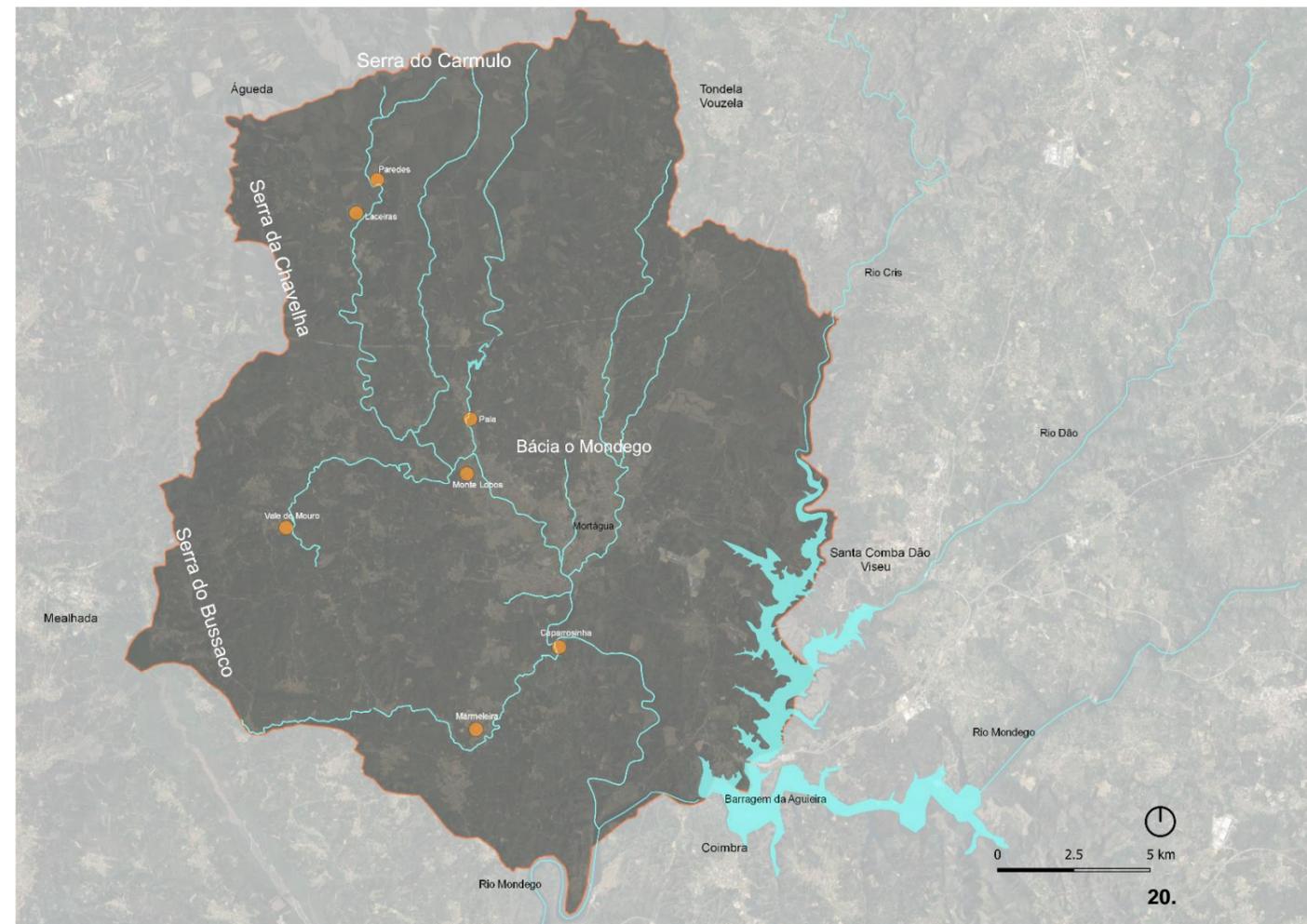
Localizado na região centro, o concelho de Mortágua, do ponto de vista administrativo, insere-se na NUT III da Região Norte, do Baixo Mondego, região esta que integra o Município de Mortágua pertencente ao distrito de Viseu. Mais precisamente esta a sub-região faz parte da “Plataforma do Mondego”. Este território pertence a um sistema de montanha e vales, e é definido por fronteiras naturais dos concelhos vizinhos. A Nascente é definida pelo rio Criz que serve de limite entre Mortágua e os Municípios de Santa Comba Dão e Tondela, a Sul pelo rio Mondego que divide os Municípios de Mortágua e Penacova, a Norte e Noroeste pela Serra do Caramulo que separa Mortágua do Município de Águeda, a Oeste Mortágua e o Município de Anadia são separados pela Serra da Chavelha e a Sudoeste a Serra do Bussaco separa os Municípios de Mortágua e Mealhada. Este concelho possui diversas paisagens e recursos, e é composto por aldeias dispersas pelo território.

O território de Mortágua, ocupa uma área de montanha de natureza notável. Mortágua é caracterizada por uma grande variação de cotas, sendo que as mínimas variam entre os 70 metros, a Sul do concelho, nas proximidades da aldeia de Almaça e atinge a maior altura aos 773 metros em Monção, pertencente à freguesia do Sobral. A Norte as cotas médias andam na ordem dos 400 metros de altura. Já na região centro do concelho as cotas baixam para uma altura de 250m, sendo que esta zona abrange as aldeias de Pala, Mortágua e Sobral, que são as várzeas da zona centro de Mortágua, onde se situa a maior área agrícola e urbana possibilitando uma quebra da mancha florestal deste concelho²⁵. A zona da “Bacia de Mortágua” é caracterizada por uma pequena depressão de mais ou menos 14 quilómetros quadrados de declives suaves, a Este e Centro, e de relevo um pouco mais definido a Sul, e as terras altas fronteiriças a Norte e Oeste (serras do Caramulo e do Bussaco). A morfologia dos núcleos, resulta em grande parte da morfologia de Montanha/Serra. A maioria das aldeias consolidam-se em montes e vales, devido à possibilidade de assegurar a sobrevivência das pequenas comunidades, através da existência de terrenos férteis e das linhas de água. Este território de Mortágua apresenta uma grande diversidade resultante do contraste morfológico entre a área da Serra, com declives, e a área aplanada, a Bacia de Mortágua.

²⁵ Gabinete Técnico Florestal (2014). Caderno I, Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Mortágua. Mortágua



19.



20.

19. Esquema das Divisões Administrativas do Concelho de Mortágua
 20. Mapa de demonstração de Fronteiras Naturais

As características topográficas e geológicas (xisto, granito) refletem-se na forma como se constroem e estruturam estas aldeias, assim como pela imagem que criam. O uso de materiais locais possibilita a singularidade dentro de cada paisagem, mas a topografia estabelece a variedade de recursos, criando uma imagem diferente de aldeia para aldeia. Este concelho é incluído no Maciço Ibérico, a totalidade da sua superfície pertence à plataforma do Mondego sendo esta caracterizada, nas zonas de maior altitude (a Norte), por rochas pertencentes ao chamado Complexo Xisto Grauváquico ante-Ordoviciano onde predominam os xistos argilosos cinzentos, e os xistos cloríticos esverdeados. Na área junto à Barragem da Aguieira predominam os xistos grauvacóides, filádios grafitosos, e finalmente grauvaques ²⁶. Na bacia de Mortágua encontramos ainda os xistos gressos de cor amarela – acastanhada, avermelhada ou acastanhados. É ainda definida por depósitos de Grés do Buçaco e é formado por camadas de argila fina, areosa e, por último, um conjunto de blocos de quartzo, quartzito e xistos. De um modo geral, conclui-se que a totalidade dos terrenos da área do concelho de Mortágua são de origem câmbrica²⁷. Já na zona mais a Norte do concelho, mais para o lado da Serra do Caramulo, predomina o granito.

Posto isto, a maioria dos aglomerados do concelho são zonas de xisto, implementados em vales, uns com pouco e outros com maior declive, isto é, as suas ruas variam de inclinação. A criação destes aglomerados normalmente, estruturou-se através de uma rua principal que se alarga ao adro da igreja ou capela e pode interligar outros espaços públicos de carácter administrativo ou social: espaços públicos associados a infraestruturas e equipamentos com fontanários, associações e juntas. Na rua principal existem também ligações a ruas estreitas, um pouco mais inclinadas que ligam a restante aldeia a outros espaços, como campos a ribeiras, espaços sociais. Normalmente as construções desenvolvem-se à face da rua a ocupar a frente do lote com dois pisos. Contudo, com o aumento das novas construções algumas das características urbanísticas e arquitetónicas iniciais foram-se perdendo, dando lugar a novas construções, construções rebocadas de implantação e volumetria distinta, como aconteceu nos sete aglomerados escolhidos para a Rede: Vale de Mouro, Marmeleira, Caparrosinha, Monte Lobos, Pala, Laceiras e Paredes.

²⁶ Filádios Grafitosos - Um tipo de rocha menos dura e mais plástica e conseqüentemente menos resistente à erosão;

- Grauvaques - um tipo de rocha mais dura, coerente e de fraca plasticidade. (Sá, Neto, Abreu & Gonçalves,2001: 150)

²⁷ Câmbrica - Deriva quase exclusivamente da desagregação dos xistos, que constituem as rochas dominantes daquela formação. (Sá, Neto, Abreu & Gonçalves,2001: 150)

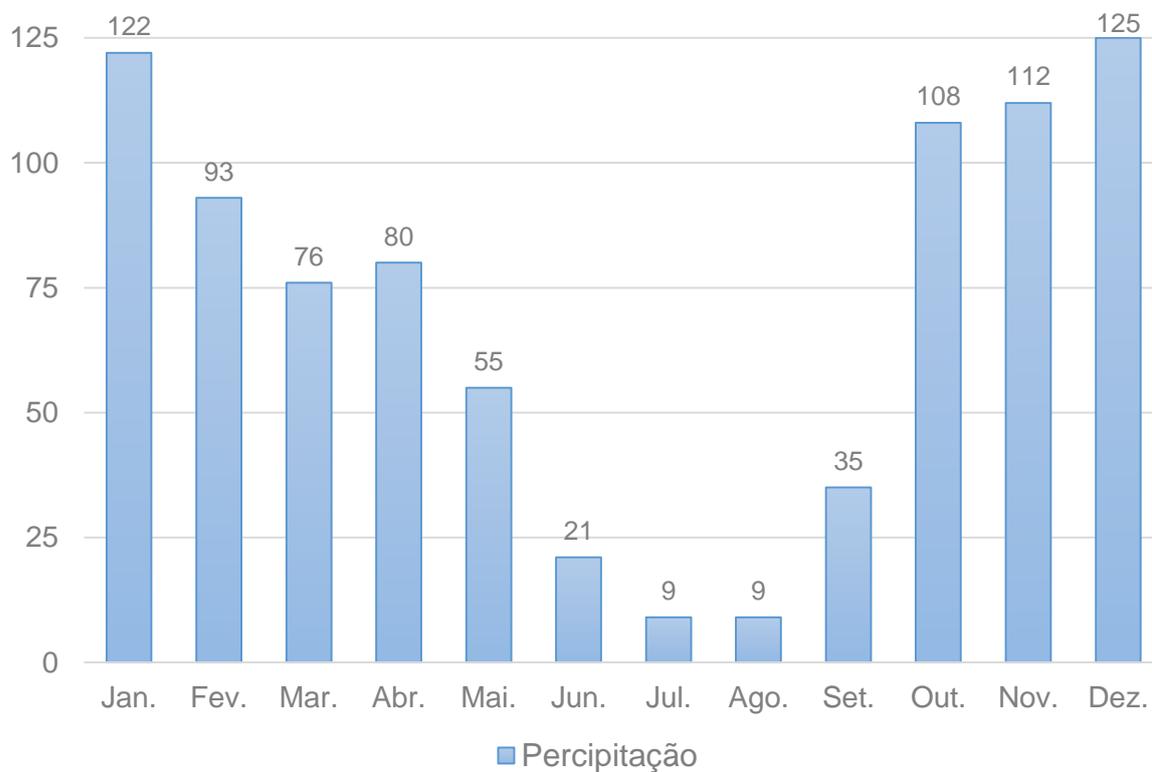
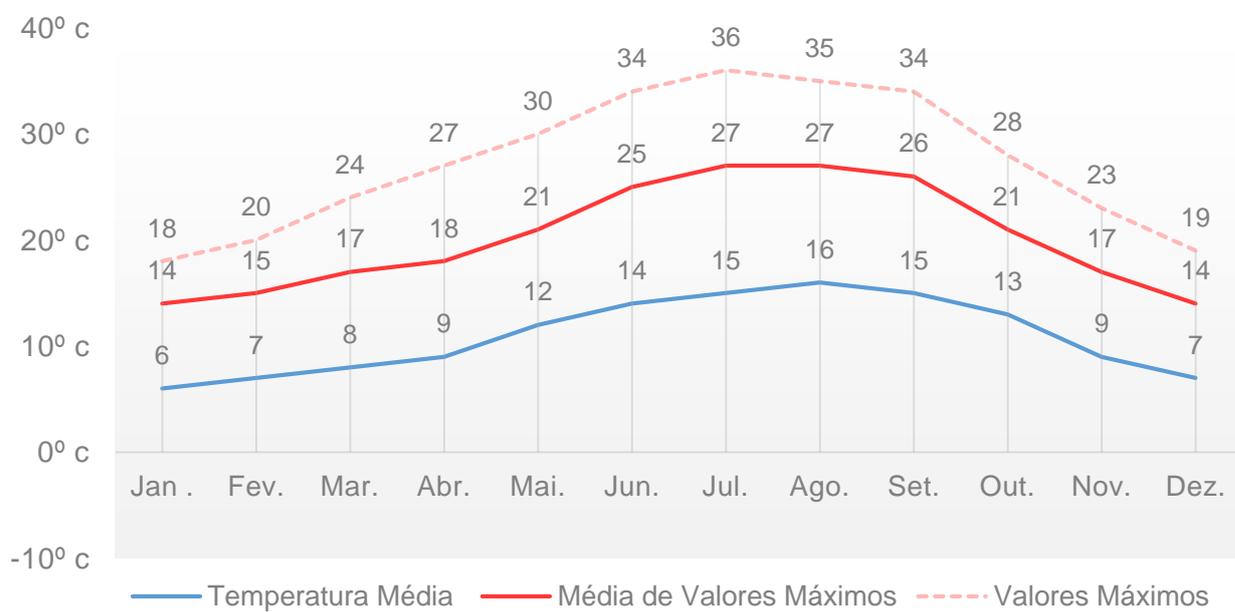
Surge ainda em algumas aldeias a presença mista dos dois materiais (granito e xisto) em que o granito é usado nos elementos estruturais de maior exigência, como soleiras e cunhais, sendo as paredes em xisto.

Por entre os montes e vales, que variam entre o xisto e o granito (em menor quantidade), o concelho de Mortágua é ladeado a Este e Sudoeste pela importante massa de água da Albufeira da Agueira, integrada na bacia hidrográfica do rio Mondego, onde desaguam ainda os rios Criz e Dão. A água é um dos principais recursos naturais do concelho, sendo que a sua superfície e a sua paisagem são banhadas na sua maioria pela Bacia Hidrográfica do Rio Mondego. A sul, o Mondego recebe as águas de dois importantes rios, Criz e Dão, que se cruzam próximo da aldeia de Falgaroso de Maio, antes de desaguarem no Mondego, perto da Barragem da Agueira. Existem várias ribeiras que servem todo o concelho ao longo do ano fazendo assim com que esta região seja uma das mais bem servidas em água da Região Centro. A ribeira de Mortágua, situada no centro do Concelho tem vários afluentes onde vão desaguar os caudais de norte a sul, antes de vazar no rio Mondego.

Também o clima é distinto, sazonal e geograficamente. O clima é um fator que contribuiu para o uso dos solos: urbano, agrícola, florestal e turístico. Contribuiu para que este fosse um território propício a atividades como agricultura, a plantação e ainda em alguns sítios (muito pouco) o pastoreio.

Assim, para avaliar as várias vertentes físicas do concelho, é importante conhecer as suas condições climáticas. Da análise dos gráficos verifica-se um período quente e seco entre os meses Junho a Setembro, com temperaturas entre os 15°C e os 25°C; com um período chuvoso entre Outubro a Fevereiro; um período frio principalmente entre os meses de Dezembro a Fevereiro com temperaturas médias de 9°C a 11°C; em termos de transição da Primavera entre os meses de Março e Maio contém temperaturas médias de 13°C a 17°C; quanto ao período de transição de Outono entre os meses de Outubro e Novembro as temperaturas médias rondam entre os 17°C a 13°C.

De acordo com a análise e os valores, à semelhança das restantes áreas do país, o clima de Mortágua apresenta influências mediterrânicas sobre influência oceânicas, que se fazem sentir através do Vale do Mondego, e sem colocar de parte a influência continental, constatada nos limites orientais do concelho. Estas influências mediterrânicas verificam-se, devido à sua relação entre a estação mais seca e quente com a estação mais fria e chuvosa.



21. Temperatura do ar, normais climatológicas, referente ao ano 2019/2020.

22. Precipitações Médias, referente ao ano 2019/2020.

O próprio concelho de Mortágua, estabelece uma fronteira entre o litoral mais húmido e o interior mais seco, onde as amplitudes térmicas são significativas. É de salientar que o relevo mais alto de Mortágua (a Serra) influencia as condições do clima junto à bacia de Mortágua. Quanto aos nevoeiros e aos seus níveis de humidade, nesta região, são constantes, sobretudo nos pontos mais elevados e junto à barragem.

Por outro lado, a ação do clima reflete-se também no coberto vegetal. Com características mediterrâneas a vegetação é diversificada e com espécies características. Um território conhecido como “Ouro Verde”, visto que 85% da sua área é floresta e agrícola. Esta região apresenta ainda a presença de espécies como o Castanheiro, Carvalhos e o Pinheiro Bravo, que eram predominantes nesta região. Atualmente estes tipos de vegetação nas paisagens do Concelho têm-se vindo a perder, distribuindo-se e surgindo de modo muito disperso, nos dias de hoje, num número muito reduzido²⁸. Isto deve-se a diversos fatores como os incêndios, o envelhecimento da população e abandono agrícola. O abandono das terras e a invasão por vegetação espontânea ou plantação de espécies florestais muito combustíveis que deram origem ao aumento contínuo da mancha florestal e um aumento da perigosidade (a nível de incêndios). O rápido crescimento das espécies de Eucalipto foram alterando, substituindo e ocupando as terras de cultivo e as zonas ribeirinhas. Favorecendo assim a indústria de extração de madeira, que tem hoje um papel muito importante para o concelho de Mortágua, tanto a nível social quanto económico. No entanto, descaracterizou a paisagem natural do concelho.

É fundamental inverter esta tendência de descaracterização da paisagem, requalificar, valorizar e recriar a imagem/paisagem do concelho. Apesar de tudo e em menor escala, ainda são visíveis em quase todo o Concelho espécies como o cipreste, o loureiro, o rosmaninho, a oliveira, os choupos, o medronheiro, freixos, azinheiras, árvores de fruto, entre outras, plantadas pelo homem ao decorrer dos séculos. Deste modo, importa preservar o que ainda existe, nas zonas ribeirinhas, nas encostas da serra e no vale central, mantendo a identidade e imagem da região. Para além das espécies vegetais, o concelho de Mortágua também dispõe de habitats de animais e de uma biodiversidade que conservam a natureza, mas devido à caça indiscriminada, a utilização exagerada de pesticidas, atropelamentos e plantio de produtos monoculturais,

²⁸ Em tempos é ainda de referir que o castanheiro era a espécie dominante deste concelho, sendo que atualmente ainda existe, mas como já referido de um modo muito disperso por todo o concelho. Existiam ainda matas preservadas ao longo de algumas ribeiras, perto de uma das aldeias do concelho (Lourinha de Baixo), que foram destruídas pela doença da “tinta”.

fez com que houvesse uma grande diminuição da existência de animais de carácter selvagem, fazendo com que a fauna ficasse mais pobre. Entre algumas espécies existentes neste meio serrano destacam-se: o coelho, a fuinha, o gato bravo, a lebre, a lontra, os morcegos arborícolas, os morcegos, a raposa, o rato lirão e o texugo. Este conjunto de mamíferos também foi diminuindo gradualmente ao longo das décadas. O javali que esteve à beira da extinção há anos atrás, conseguiu sobreviver, devido ao êxodo rural e à extinção do seu predador, o lobo. Recuperou e hoje é a espécie mais abundante em algumas zonas rurais do concelho, que vai também provocando alguns estragos em zonas agrícolas. A Águia-de-asa-redonda, a Andorinha das chaminés e dos beirais, o Cartaxo, a Coruja das torres e a do mato, o Falcão peregrino, o Melro, o Corvo-marinho, o Gaio, a Garça cinzenta, o Gavião, a Gralha, o Guarda-rios, o Milhafre-negro, a Pega (*Pica pica*), a Perdiz, a Rola, são algumas espécies de aves que se podem ainda observar pelo concelho de Mortágua, apesar de também existir uma diminuição. A avifauna tem muito interesse pela sua variedade e resulta dos diversos habitats que este concelho oferece: rios, ribeiras, floresta, hortas e prados que garantem a presença de várias espécies de aves.

Nos rios e ribeiras como um dos recursos mais presentes deste concelho, também houve uma diminuição e desaparecimento das espécies de peixes, como os Barbos, as Bogas, os Bogardos, as Enguias, os Escalos e as Trutas. Dos diferentes anfíbios e répteis existentes destacam-se a Rã-ibérica, a Salamandra Lusitânica, a Salamandra vulgar, o Tritão Marmorado e de Ventre Laranja. Podem encontrar-se onde quer que haja água doce mais ou menos estagnada e são facilmente observáveis na Primavera.

É importante preservar estas espécies ainda existentes, reabastecer com espécies autóctones (arbóreas e arbustivas) várias zonas dedicadas a espaços de lazer e de referência cultural e ambiental. Os diversos acontecimentos que levaram e levam a alterações no território, põem em causa não apenas a fauna e flora, mas também as aldeias e com certeza é fundamental alterar estas tendências. De modo a não se perder definitivamente a identidade, paisagem, património e vida nas aldeias, por isso é que se torna cada vez mais importante criar uma estratégia que melhore a qualidade de vida e as condições deste território.



23. Raposa

24. Milhafre

25. Borboleta

As Gentes: Homem e a Cultura

Sobre a base natural do território, composta pelos atributos e valores naturais anteriormente referidos, foi imposta uma rede artificial de divisões administrativas a partir da qual a sociedade se organiza: concelhos, municípios, vilas, freguesias. O concelho de Mortágua dispõe de uma área de 251,2 Km²²⁹, e o seu território municipal divide-se em sete freguesias, Pala (1 016 hab), Espinho (1 105 hab), Sobral (2 311 hab), Trezói (377hab), União de Freguesias de Mortágua (3 992 hab), Marmeleira (503 hab) e Cercosa (303 hab)³⁰.

A nível de densidade populacional e de acordo com os Censos de 1991 a 2011 o Município da Sub-região do Pinhal Interior Norte, onde residiam 9 607 pessoas (com uma área de 251.18 km²), representa 1,1% do território da região Centro e 10,36% da NUT III do Baixo Mondego, sendo este considerado o 5º maior Concelho. Mas, contrariamente, o Município de Mortágua é o que apresenta uma menor densidade populacional: 38,27 habitantes/km². Na década 90 foi a altura que apresentou dados mais “positivos”, uma vez que foi a época em que sofreu uma menor perda de população comparando com os 30 anos anteriores.

De acordo com as tabelas etárias, segundo os Censos (1991/2011), o escalão das classes mais jovens é o que sofre uma maior diminuição com o conseqüente aumento dos grupos etários mais idosos, acabando por existir um maior índice de envelhecimento da população, o que representa um grande problema para o desenvolvimento local, representando assim uma imagem de uma população envelhecida. De acordo com a análise entre 2001 e 2011 existe uma diminuição de população residente de menos 7,44%³¹. Em 2017 o concelho dispunha de 8 948 habitantes e em 2019 dispunha de 8 830 (PRODATA, 2019), apresentando uma fraca densidade populacional, principalmente nas zonas mais rurais. Dando continuidade ao decréscimo da natalidade e o progressivo envelhecimento da população³², repercutem-se negativamente para o concelho, potenciando o abandono da agricultura em torno dos aglomerados populacionais. O abandono das terras e a invasão por vegetação de rápido crescimento aumenta a mancha florestal e aumenta a perigosidade e descaracterização da paisagem.

²⁹ - Representa 1,1 % do território da região Centro, e 10,36% da NUT III - Baixo Mondego (2424,69km²) o que representa o 5º Concelho com maior área

³⁰ Dados de acordo com os Censos 2011.

³¹ Instituto Nacional de Estatística, I.P. (2011), Censos 2011 Resultados Definitivos – Região Centro, 2012, Lisboa, Portugal, p. 104, ver em <https://censos.ine.pt/>

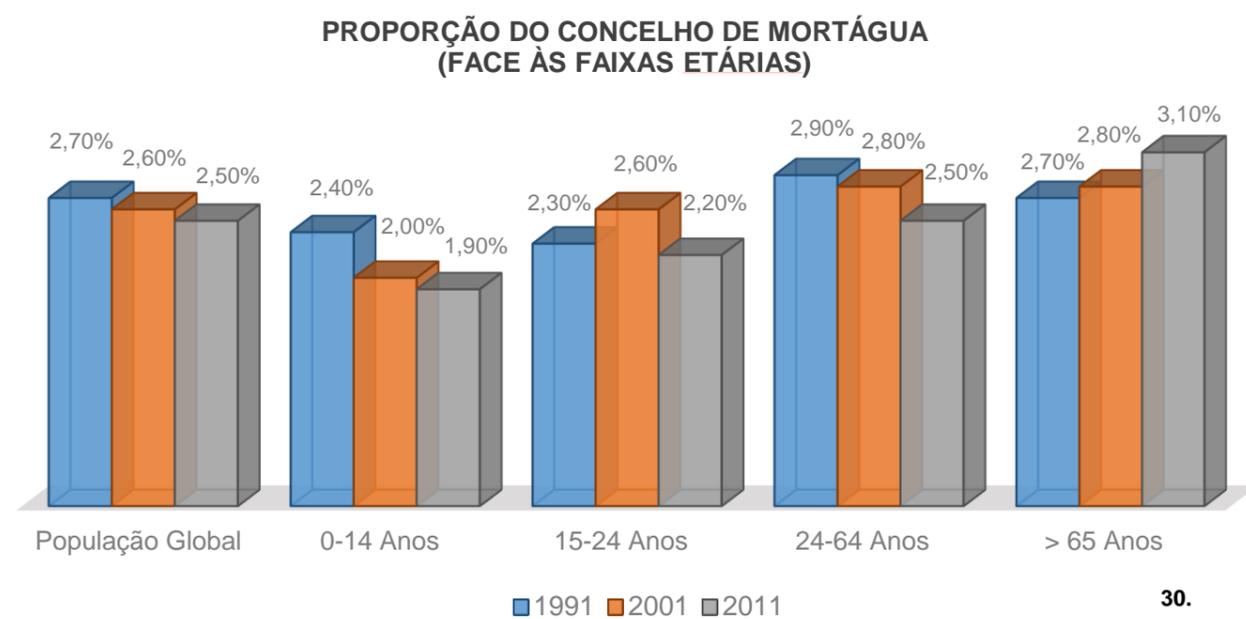
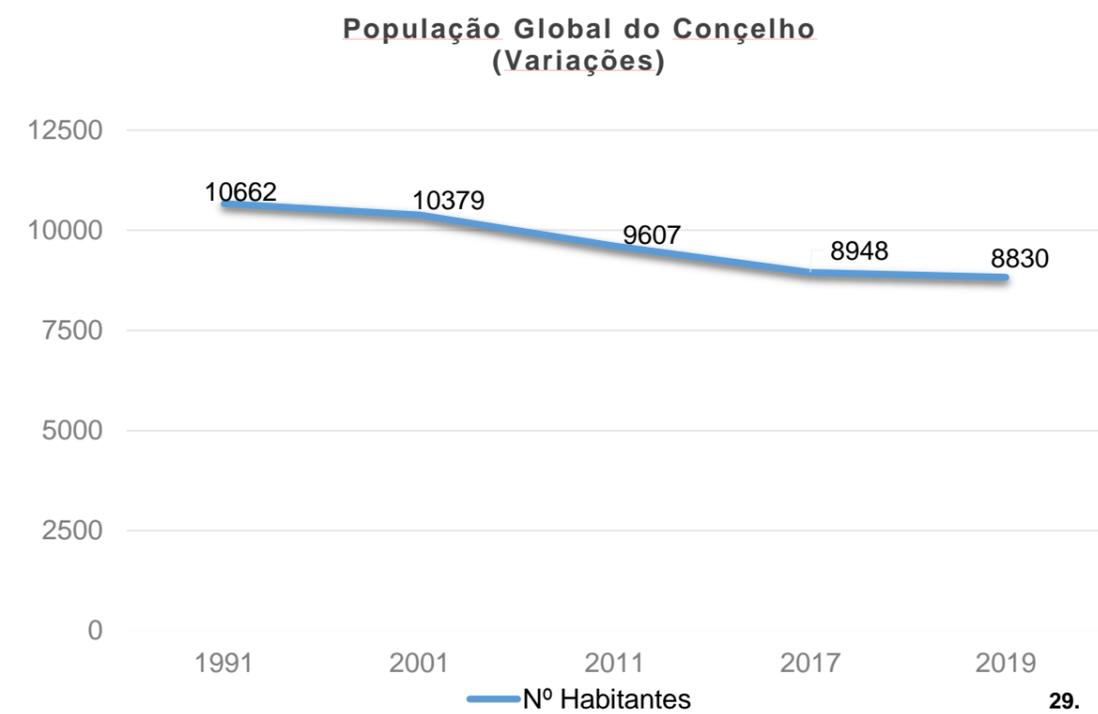
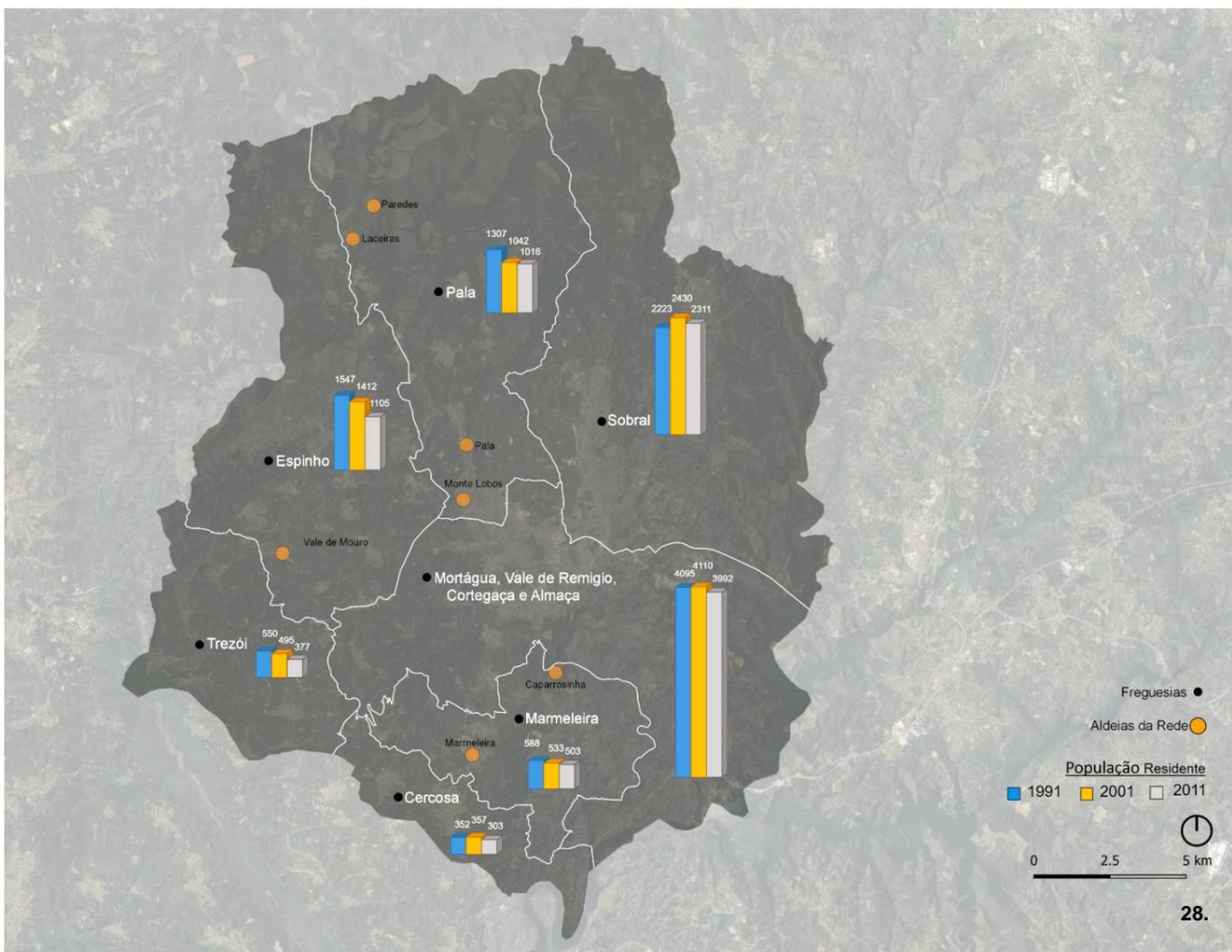
³² Em 2001, o índice de envelhecimento (idosos por cada 100 jovens) era 371,5 e em 2016 era 606,6 (dados extraídos do INE).

Unidade Geográfica (NUT III)	Área Total	%
1º Cantanhede	390,89	16,12%
2º Figueira da Foz	379,06	15,63%
3º Coimbra	319,41	13,17%
4º Soure	265,07	10,93%
5º Mortágua	251,18	10,36%
6º Montemor	228,97	9,44%
7º Penacova	216,74	8,94%
8º Condeixa	138,68	5,72%
9º Mira	124,03	5,12%
10º Mealhada	110,66	4,56%
Total	2424,69	100%

Unidade Territorial (Freguesias)	População Residente 2001 / 2011		Área Total	Densidade Populacional 2001 / 2011 Hab/km ²	
	2001	2011		2001	2011
Concelho de Mortágua (Total)	10 379	9 607	251,18	41,13	38,27
Cercosa	357	303	8,72	40,94	34
Espinho	1 412	1 105	41,34	34,16	26,7
Marmeleira	533	503	18,51	28,80	30,4
Pala	1 042	1 016	48,86	21,33	20,7
Sobral	2 430	2 311	64,16	37,87	35,9
Trezói	495	377	17,51	28,27	23,5
União de Freguesias (Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça) *	4 110	3 992	52,11	76,6 (2011)	
*Almaça	95	84	6,81	13,95 (2001)	
*Cortegaça	468	437	12,68	36,91 (2001)	
*Mortágua	2797	2793	25,93	107,87 (2001)	
*Vale de Remígio	750	678	6,69	112,11 (2001)	

26. Quadro de Unidade Geográfica, (Área - Nut III – Baixo Mondego) da Área total do Concelho em comparação a outros concelhos do mesmo distrito.

27. Quadro de Freguesias População Residente (2001/2011), Área total e Densidade Populacional por freguesias (Hab/km²).



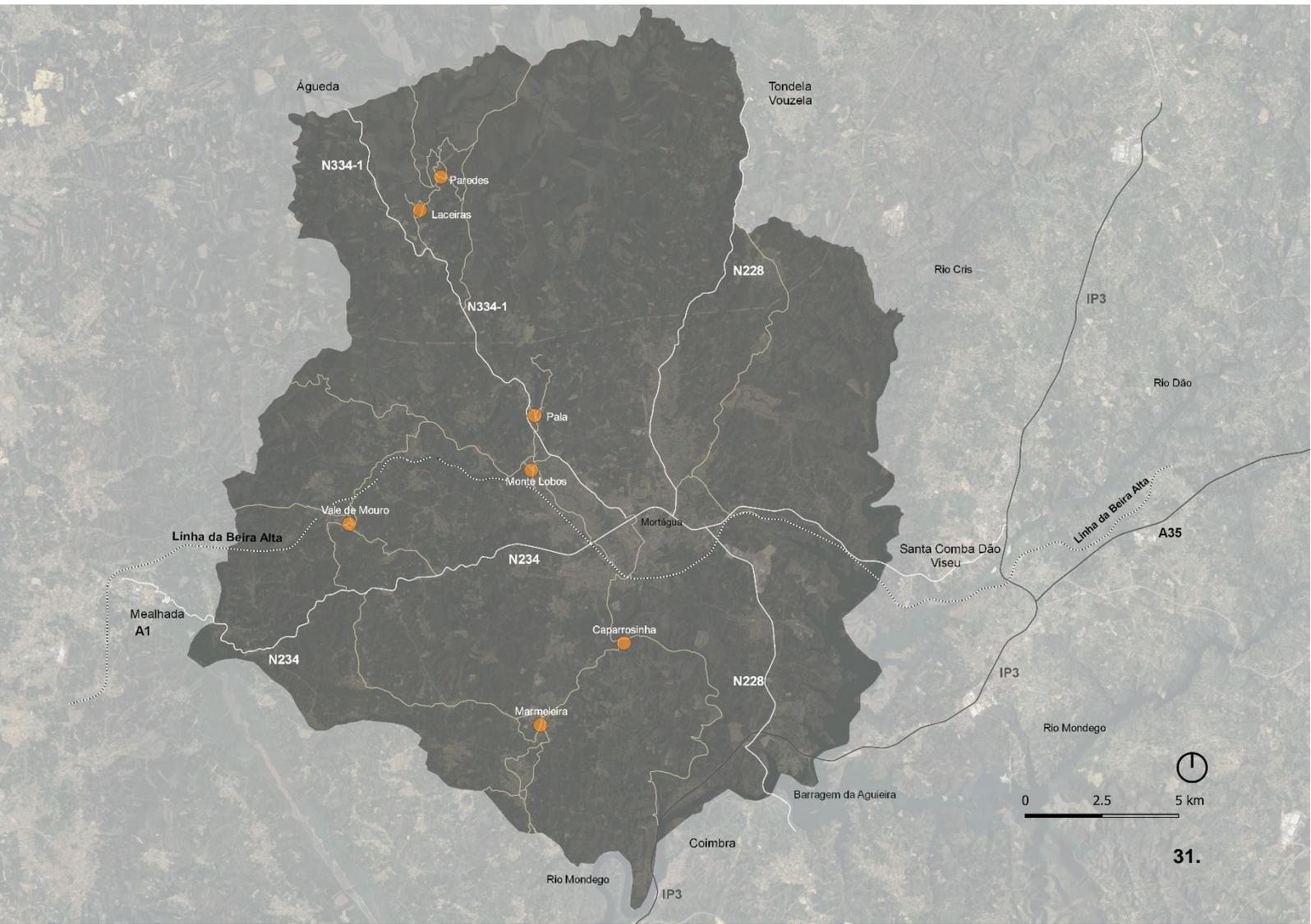
- 28. Evolução da População Residente por Freguesias (1991 a 2011).
- 29. Evolução da População global do Concelho (1991 a 2019).
- 30. Evolução em Proporções das Faixas Etárias do Concelho (1991 a 2011)

A partir do mapeamento dos eixos viários existentes, podemos verificar que existe um conjunto que serve o concelho e liga as aldeias à Vila e a outros Concelhos. As novas acessibilidades surgem como um elemento estruturante na organização e potencialização e uma mais-valia para a fixação de população. Sendo este um elemento necessário para melhorar a acessibilidade, de modo a ultrapassar o isolamento das zonas de montanha.

As transformações demográficas e económicas do Município devem ser entendidas de acordo com a sua centralidade a nível distrital, regional e nacional, que beneficia de uma posição estratégica associada aos vários eixos rodoviários - Estrada Nacional 334-1 e EN 228; IP3 (a 7km) e IP5 (a 30 km) com acesso a Viseu, o IP3 facilita o acesso aos concelhos vizinhos, aos principais centros urbanos da região (Viseu, Coimbra, Aveiro), do país (Lisboa e Porto), bem como aos principais portos comerciais (Aveiro, Figueira da Foz) e aeroportos (Lisboa e Porto), e ainda a A25 que faz a ligação (Aveiro e Vilar Formoso).

Mortágua dispõe ainda de ligações à autoestrada (A1), que podem ser feitas através da via norte na Mealhada (a 25km) e através da via sul em Coimbra (a 35km). A construção da autoestrada veio facilitar a ligação entre Viseu - Coimbra através do acesso ao IC12, denominado atualmente de A35, e outro de acesso único a Mortágua. Sendo considerado um projeto de importância a nível regional e nacional, como um forte potenciador de desenvolvimento de Mortágua. Ao criar novas e boas acessibilidades, faz com que este seja um fator que motive a fixação de pessoas e que seja um elemento importante para o desenvolvimento económico. Com a criação destas duas vias, IC12 e A24 o concelho fica situado num local privilegiado em termos de acessibilidades. Este concelho é ainda servido pela linha ferroviária da Beira Alta, que facilita o acesso aos principais centros urbanos, Aveiro, Coimbra, Figueira e Leixões e à fronteira de Vilar Formoso³³. A nível das acessibilidades o interior do concelho, possui uma boa rede viária, possibilitando e facilitando a ligação entre os aglomerados populacionais, assim como o fácil acesso à sede do concelho e aos concelhos vizinhos. É importante salientar que a autarquia teve um papel importante, devido ao seu esforço de construir e de manter em bom estado de conservação a rede viária. Também foi criada uma rede de transportes públicos intra-concelhio, para melhorar a mobilidade entre Municípios, sobretudo para os que residem nas localidades mais afastadas da sede do Concelho.

³³ - Câmara Municipal, Geografia, obtido em: <http://www.cm-mortagua.pt>



31. Rede Viária do Concelho de Mortágua

Produtos Endógenos e Turismo da Região

O Concelho de Mortágua apresenta uma variedade de qualidades naturais, paisagísticas, geográficas e urbanas. A adaptação do Homem a esta região acrescentou um valor cultural, contudo, é essencial um mapeamento das atividades, tradições e eventos principais, para entendermos como se manifesta a identidade do Concelho.

As principais tradições do Concelho estão ligadas às atividades económicas locais, como a agricultura, a criação de gado (cabras, vacas, ovelhas, porcos, galinhas, coelhos, javalis, bois) e o artesanato³⁴. Estas atividades estão ligadas ao uso dos recursos, bem como a valores naturais, porque dependem deles. Da agricultura surge a apanha da castanha, da noz, da azeitona, da uva e das sementeiras. Ao nível do artesanato, a população fabricava os seus instrumentos de trabalho com o uso de vários materiais, como a madeira, vime e verga, linho, lã e ainda o barro vermelho. Ainda hoje em Mortágua se desenvolvem atividades como a olaria (peças de cerâmica). Esta análise decorre do levantamento local e da informação dos residentes, permitindo-nos concluir que hoje, apesar da pouca venda, estas atividades ainda se praticam, sendo maioritariamente para consumo próprio, das famílias locais. As principais atividades são a indústria, carpintaria, apicultura, fumeiros, artesanato, serralharia, criação de gado, vinhos, agrícola, restauração. Destacam-se ainda a produção e produtos tradicionais do Concelho de Mortágua: azeite, mel, resina, castanha, avelãs, nozes, pinhões, vinho, pão, doçaria (filhoses, velhozes e bolo de cornos), enchidos, hortícolas, cereais (trigo, centeio, milho), fruta, carne e algum artesanato com madeira, cerâmica, linho, lã e verga.

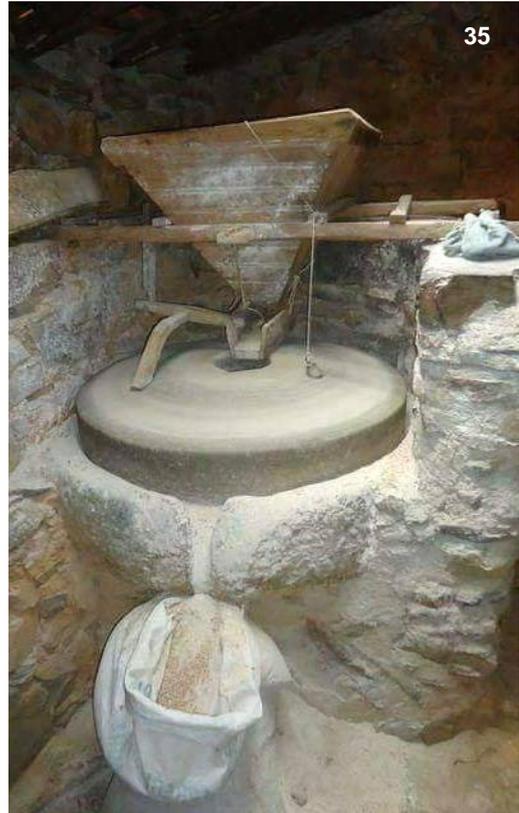
Em todas as aldeias há eventos e festas religiosas anuais que são uma atração para visitantes, como, por exemplo, festas religiosas em honra de vários santos, como São Francisco de Assis (Vale de Mouro), São Miguel (Marmeleira), São Bento (Caparrosinha), São Silvestre (Monte Lobos), São Gens (Pala), Nossa Senhora da Saúde (Laceiras) e Santa Luzia (Paredes).

A gastronomia é outra componente cultural, de expressão e compreensão de modos de vida das antigas gerações e que as atuais deram continuidade.

³⁴ Das várias atividades agrícolas e de criação surge a carne, o leite, o queijo e o estrume (para fertilizar as hortas), para uma maior produtividade dos campos.



32



35



33



34



36

32. Atividade de Descamisar as espigas em convívio.

33. Técnica de Cestaria em vime

34. Técnica de fiar o linho

35. Produção de Farinhas em mó de pedra

36. Peças de Cerâmica

Hoje a gastronomia do Concelho é baseada na carne de porco, que dá origem aos enchidos (à morcela, à chouriça e ao presunto), e de galinha que todas ou quase todas as casas tem. O borrego e o cabrito também continuam a fazer parte dos hábitos alimentares das famílias de Mortágua, normalmente para fazer a tradicional carne assada no forno a lenha - a "Lampantana", usada nas festas e convívios habituais em família, assim como o pão de trigo caseiro e a broa de milho ou de mistura, o vinho, o azeite e até o vinagre de vinho. Existem outras receitas tradicionais típicas desta região, como o Sarrabulho, as Tripas cozidas, o Cabrito Assado, o Bucho, os Negalhos, a Caldeirada de Cabrito ou Borrego, o Arroz de Molho Pardo, as Filhoses ou Velhozes, o Arroz Doce, a Aletria, o Bolo de Cornos, o Bacalhau com batata acompanhado da broa caseira e do azeite, tudo o que representa o concelho e o seu povo, refeições que eram criadas de produtos plantados e criados nos seus campos e casas, desde os tempos antigos até agora mantendo a tradição.

É ainda de mencionar que vários territórios rurais tem vindo a perspetivar-se a partir do aproveitamento das suas características turísticas. Mortágua contém um património histórico, cultural, gastronómico e natural que se encontra diretamente relacionado com as Aldeias de Mortágua. O concelho de Mortágua apresenta condições para a realização de Rotas e Percursos Pedestres e Rodoviários que proporcionam ao visitante um olhar e a descoberta do território e das suas aldeias, assim como a observação da sua fauna e flora. As principais rotas da região e os seus respetivos percursos rodoviários atuais e antigos são:

Atuais: a Rota de Mortalacum que atualmente se designa de Rota de Mortágua (aprox. 4km), a Rota d'Agueira (aprox. 40km), a Rota da Irmânia (aprox. 20km), a Rota de Mortágua, Rota do Xisto (aprox. 40km).

Antigas: Rota Campestre (aprox. 30km), a Rota d'Águas Vivas (aprox. 44km), a Rota da Estrada Real (aprox. 30km), a Rota das Invasões (aprox. 25km), a Rota de Almocreves (aprox. 25km), a Rota de São Gens (aprox. 20km), a Rota do Barro Vermelho (aprox. 10km), a Rota do Reguengo (aprox. 10km).

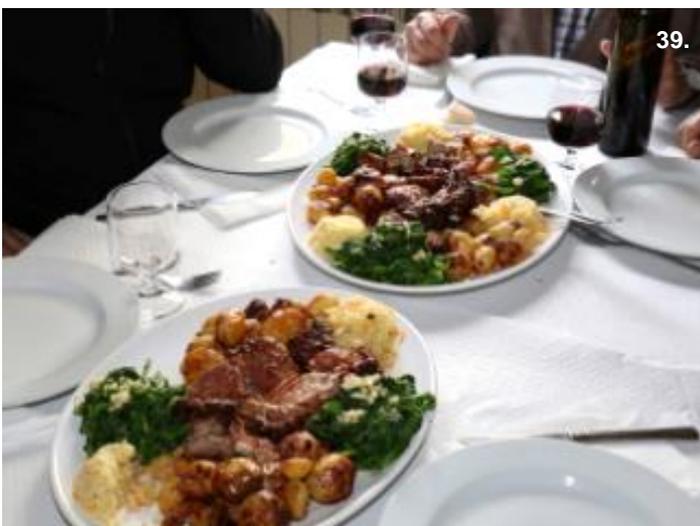
Principais percursos pedestres da região: o Percorso Pedestre das Quedas de Água das Paredes, os Percursos Pedestres da Fraga, os Percursos Pedestres entre a Ponte do Barril/ Parque das Nogueiras/ Parque Verde e o Trilho pedestre dos Moinhos da Ribeira de Fraga.



37.



38.



39.

37. Bolo de Cornos.

38. Lampantana

39. Cabrito assado

Antes dos citados anteriormente já existiam alguns percursos e a vontade, por parte do Município, de mostrar ao visitante, a partir dos mesmos, o que este Concelho contém a nível de património natural e cultural, tais como: o Percorso Marmeleira/Caparrosinha, o Percorso Paredes/Laceiras e o Percorso de Monte Lobo.

Quanto às principais atividades desportivas terrestres desta região existe: o BTT, o Rally (Setembro), e os Passeios a Cavallo. As atividades de BTT, praticadas neste concelho, estão inseridas em dois Percursos Cicláveis: o Percorso Verde e o Percorso Azul.

No caso das atividades em meio aquático destacam-se: a Pesca, os Passeios de Barco, o mergulho, a escalada, Waterline, a Canoagem, o Remo, Sky Aquático, desportos estes praticados maioritariamente por atletas de competições nacionais e internacionais.

É de fazer ainda uma referência à Zona das Quedas de Água das Paredes, um espaço totalmente natural onde são praticados alguns desportos, de natureza como, o mergulho, a escalada e Waterline. São feitos alguns encontros neste local para a prática destes desportos.

Relativamente aos serviços, os equipamentos de educação, e de saúde, hospitais e postos, farmácias, estão concentrados na sede de concelho. Os centros de apoio a idosos, assim como lares, existem na sede do concelho, mas, também na Aldeia da Marmeleira (gerida pela associação local). Os serviços de segurança estão também localizados na sede de concelho.

Património Edificado – Arquitetura da Região

“O património construído vernáculo é importante; ele é a expressão fundamental da cultura de uma comunidade, do seu relacionamento com o seu território e, ao mesmo tempo, a expressão da diversidade da cultura mundial.” (Carta Sobre o Património Construído Vernáculo, 1999)

Antes de avançar para o trabalho de campo considerámos ainda pertinente clarificar alguns aspetos relacionados com o tipo de património existente no concelho. As características físicas, paisagísticas e naturais de um território, como o relevo, a qualidade dos solos, a geologia, a hidrografia, o clima e o coberto vegetal, são elementos que tem influência sobre as formas de ocupação humana, nas tipologias construtivas que resultam da relação com a Natureza. Estas características que possibilitam a sobrevivência do Homem são um recurso e um instrumento de desenvolvimento.

Os Vales e as meias encostas da serra, nas zonas mais abrigadas de Mortágua, eram normalmente os locais selecionados pelas populações como zonas para habitação. Nas zonas de encosta, nos terrenos de menor declive, eram feitos socalcos sustentados por muros de pedra para o uso agrícola, mas o mais usual nesta zona eram as leiras, terrenos planos também destinados à agricultura. Próximo destes existem os cursos de água que serviam de regadio para estes terrenos, tornando-os mais produtivos. Nas áreas de maior altimetria, ou seja, nas encostas, predominava a zona de floresta, que servia também como zona de caça, de onde retiravam algum sustento/alimento, assim como o abate de árvores para comércio e para a construção de habitações.

Nos restantes terrenos, normalmente designados “terrenos acidentados”, eram adaptados de acordo com a construção das habitações, levando à criação de aglomerados/aldeias. As aldeias que marcam a paisagem do Concelho de Mortágua, construídas com materiais locais, xisto e em alguns locais granito, criam uma relação harmoniosa entre o edifício e a Natureza que marca a identidade do Concelho.

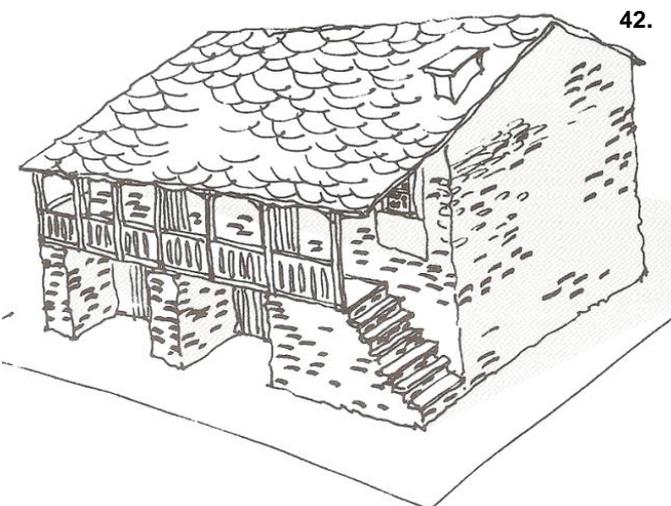
As construções tradicionais eram a prova viva da harmonia entre o património construído, a geologia e o coberto vegetal, pertencentes ao território de Mortágua. Os edifícios de habitação eram normalmente de proporções simples com implantações regulares, de forma quadrada ou retangular, em xisto sobreposto, com argamassa de cal, o seu interior era grosseiro e o exterior mais regular.

Os edifícios de habitação apresentam um ou dois pisos. Neste último caso, o acesso é feito a partir de uma escada exterior. As coberturas, geralmente de duas águas, eram em estrutura de madeira de carvalho, castanheiro ou pinho, depois cobertas com telha de barro.

O primeiro piso, destinado à habitação, era constituído por quatro ou cinco divisões: dois ou três quartos, uma sala que era a zona mais ampla da casa e onde se reunia a família, a cozinha onde estava situada a lareira e o forno a lenha e ainda o corredor. Algumas casas tinham uma varanda com janelas envidraçadas que dava para a zona mais exposta ao sol. O rés de chão era a zona da loja ou adega e o armazém da casa era a zona onde se situavam os currais dos animais. A loja era o local onde guardavam os artigos da lavoura, os produtos alimentares, as pipas, dornas entre outros artigos. O teto do rés de chão era o pavimento do piso superior, “um sobrado” em madeira, constituído por barrotes que serviam de suporte estrutural às tábuas aplanadas que serviam de pavimento ao primeiro piso. Neste piso superior as divisórias eram feitas em tabique, uma armação em madeira revestida em argamassa e cal. O pavimento do piso térreo era normalmente em terra batida, só mais tarde, em meados do século XIX, começaram a ser revestidos a cimento e em alguns sítios em pedra. A cantaria de janelas e portas eram em madeira, granito ou até mesmo em calcário. A maioria das janelas eram em madeira de duas folhas, em algumas abriam os retângulos para se colocar vidro. Mais tarde é que se começou a colocar as janelas interiores, que vieram melhorar a climatização e regularização da luminosidade (Sá, Neto, Abreu & Gonçalves, 2001). A casa de banho dentro de casa não existia.

Na parte posterior da habitação existia um logradouro (pátio). Espaço este cercado que dava acesso direto ao quintal. O aspeto exterior das habitações variava consoante a capacidade económica de cada família. Alguns caiavam as casas e depois pintavam e normalmente as cores que mais usavam era o banco, amarelo ou azul forte.

A mudança dos tempos e requisitos da vida contemporânea fez com que houvesse uma alteração das condições de habitabilidade, como, por exemplo, a introdução de elementos de extração de fumo que nem todas as casas tradicionais usavam ou introduziam nas suas casas, a rede elétrica e a água, que fez com que fossem feitas alterações arquitetónicas profundas de acordo com disposição interna e uso dos espaços. Isto fez com que nos dias de hoje, seja difícil encontrar construções de configuração original e completamente tradicional.



40. Casa Típica de Mortágua

41. Casa típica (atualmente)

42. Desenho em perspetiva de uma casa típica de Mortágua

As ruas entre habitações, seriam maioritariamente em terra batida. Apenas as mais nobres seriam em calçada, muitas delas atualmente foram pavimentadas a alcatrão, existindo ainda algumas que mantêm a calçada e terra batida. Estas de terra batida atualmente são as que dão acesso aos terrenos de cultivo. Entre algumas habitações existem ainda caminhos de passagem, as eiras e espigueiros. Normalmente as eiras estão orientadas a poente devido à maior incidência solar.

Nas aldeias, alguns edifícios de habitação, destacam-se, pela forma e imagem, os edifícios de utilização religiosa e comunitária. Presentes em todas as aldeias, desde capelas, igrejas ou santuários, estas construções evidenciam-se da malha urbana pela sua implantação, forma e imagem. Habitualmente localizadas no ponto mais alto das aldeias apresentando uma imagem mais cuidada e geralmente estão associadas a um espaço público com uma zona de estar, uma fonte ou um chafariz. A contínua existência da tradição religiosa faz, com que estes edifícios sejam usados regularmente, para as festas religiosas da terra, rezas de terço entre outros. Destaco a Capela de Vale de Mouro, a Igreja, a Capela e o Santuário da Marmeleira, a capela de Caparrosinha, a Capela de Monte Lobos, a Capela de Pala, a Capela de Laceiras e a de Paredes, porque são lugares de culto e que o comunidade das aldeias valoriza.

Temos ainda que destacar edifícios de produção e uso comunitário, como os lagares para a produção de azeite, fornos comunitários para a produção de pão e assados (lampantana), os moinhos para a produção de farinhas, os lavadouros para a lavagem das roupas e as fontes e fontanários para o abastecimento de água. Como nem todas as aldeias dispunham de alguns destes equipamentos, existia a troca de produtos, fazendo destes equipamentos espaços de socialização, onde as pessoas se reuniam, conviviam e trocavam saberes.

Estas construções normalmente tinham um aspeto mais tosco, mas o tipo de construção era idêntico ao das habitações, construídos em xisto, com planta quadrangular ou circular (moinhos), com cobertura de duas águas com vigas de madeira e revestidas em colmo, mais tarde substituídos por telha de barro vermelho. Nos dias de hoje ainda existem alguns destes equipamentos. Dos lagares, destaco o de Vale de Mouro, restaurado e inaugurado há pouco tempo e que pertence à Junta de Freguesia de Espinho, mas que não produz azeite, só serve de museu. Mas onde poderiam ser reativadas as suas funções de produção para servir a Rede e a comunidade do concelho.

Dos moinhos, apesar de a maioria não estar a funcionar, ou ao abandono e em ruína e alguns reabilitados, destes vários casos temos, o moinho da aldeia de Vale de Mouro, Marmeleira, Caparrosinha, Laceiras e Paredes.

Já dos fornos comunitários, destaco o da aldeia da Marmeleira, usado para convívios e para eventos por marcação. Por último, os lavadouros existem no conjunto das sete aldeias (Vale de Mouro, Marmeleira, Caparrosinha, Monte Lobos, Pala, Laceiras e Paredes).

Para finalizar é de referir a reabilitação das casas e espaços de carácter tradicional, onde destaco os dois edifícios, o espaço museológico de Vale de Mouro, A Casa da Ribeira, as Raízes e Memórias da Marmeleira (espaço Museológico) e a casa das Paredes.

IV. Do Conhecer ao Plano Estratégico

Sobre “As aldeias nos tempos de hoje” - Levantamentos

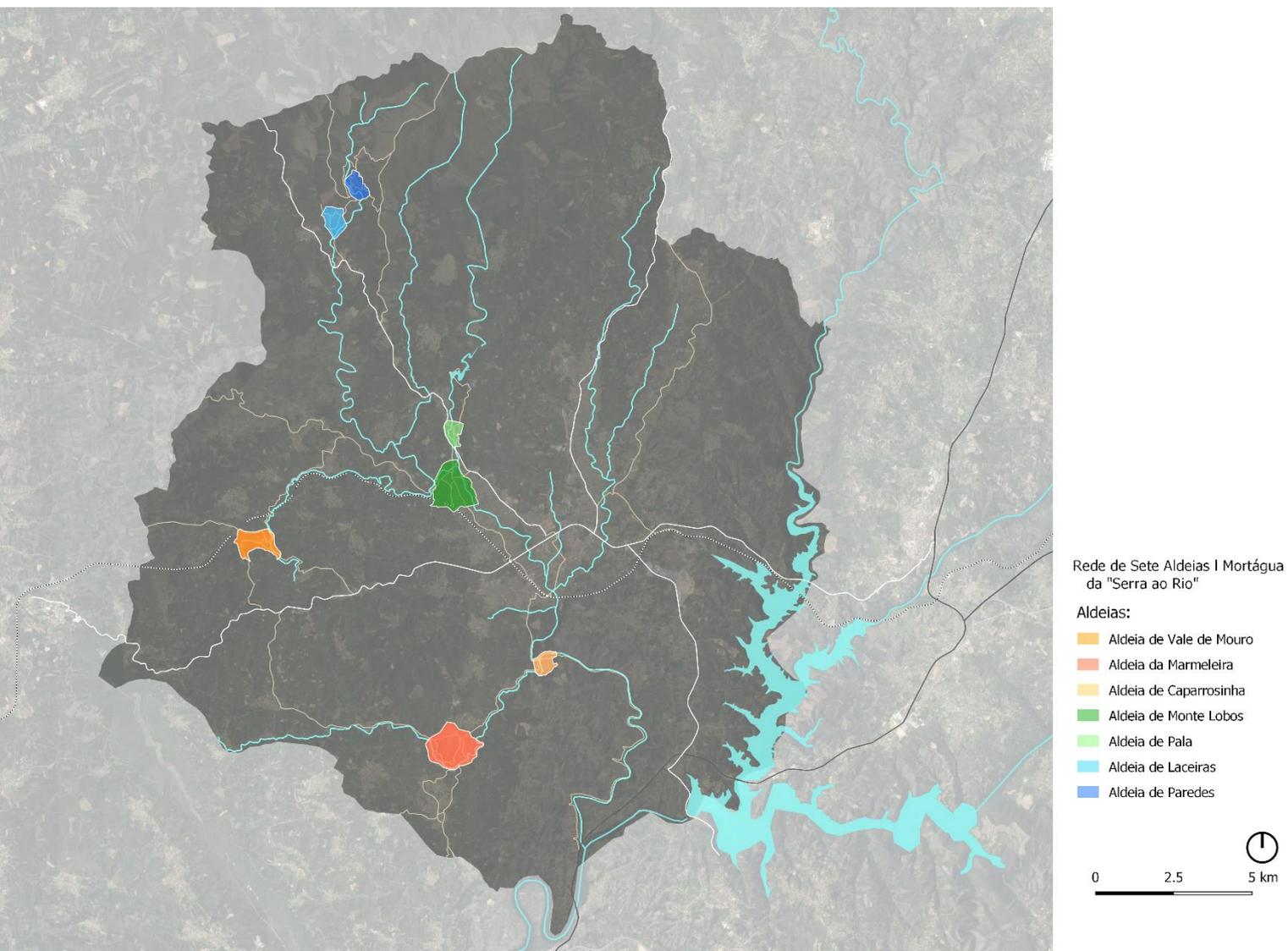
“A terra de Mortágua é uma região de toponímia arcaica onde abundam os nomes cristalizados que denunciam lugares antigos” (Sá, Neto, Abreu & Gonçalves, 2001).

Para uma melhor compreensão da realidade atual destas aldeias, para a proposta estratégica de desenvolvimento rural a realizar, foi necessário elaborar um conjunto de levantamentos, de análise individual de cada uma das aldeias selecionadas para a criação de uma Rede De Sete Aldeias de Mortágua da “Serra ao Rio”, designada assim devido à herança paisagística e natural da região. Tendo em conta os serviços e comércio, acessibilidades, infraestruturas, tipo de edificado, atividades, entre outros, de modo a verificar quais as fragilidades e qualidades das aldeias, com o objetivo de atrair, melhorar a vida e permanência nas mesmas. A realidade atual de cada uma destas aldeias ajuda a compreender de que maneira é necessário intervir e que programa e ações são necessárias para melhorar a qualidade de vida do povo Mortaguense assim como fixar novos habitantes.

Os núcleos escolhidos caracterizam-se todos pela existência de arquitetura vernácula, estão organizados de maneira harmoniosa, ligados e envolvidos numa paisagem montanhosa, abundante em vales, várzeas e rios e ribeiras.

Esta região, como mencionado, caracteriza-se, pela presença da pedra de xisto, sendo, por isso, este material o mais utilizado na maioria das construções. No entanto, na atualidade com a facilidade dos meios de transporte permite a chegada de novos materiais de construção à região. Tal faz com que não só se deixe de usar os materiais típicos da região, como se opta mais pelo uso do tijolo, bloco e telha, visto que a sua mão-de-obra e construção é menos dispendiosa.

A agricultura e a criação de gado continuam a ter um papel importante nestas aldeias e marcam a imagem dos aglomerados. Atualmente ainda é possível verificar a ligação harmoniosa entre a aldeia e envolvente, pela proximidade das hortas e quintais às habitações, e pela diversidade de edificado de apoio às práticas agrícolas, como espigueiros, pequenas arrecadações de alfaias, abrigos de animais e eiras, que ainda são usados para guardar os seus utensílios, sementeiras e animais.



43. Mapa de Representação da Rede de Sete Aldeias de Mortágua da "Serra ao Rio"

Por conseguinte é fundamental fazer o levantamento destes aglomerados, para avaliar as qualidades formais e dimensionais existentes. O levantamento das aldeias é um conjunto de operações de avaliação e análise, cujo objetivo é perceber e documentar o bem arquitetónico no seu formato global, territorial e urbano, nas suas características estruturais e construtivas, na sua complexidade histórica, assim como características formais e funcionais.

Este tipo de levantamento baseia-se num conjunto planeado de várias informações, organizadas de modo a serem produzidos levantamentos temáticos para uma melhor compreensão dos locais. Contudo pretendeu-se elaborar seis estudos analíticos por aglomerado que têm como objetivo dar a conhecer o carácter individual de cada aglomerado.

Como tal foi feito o registo do (1) Estado de Conservação, classificando, os edifícios em três categorias: Ruína – são construções, que devido ao seu estado de conservação demonstram elevado risco de ruir. Estado Razoável – consideramos que são as edificações que se encontram com evidentes sinais de degradação, que demonstram a olho nu que necessitam de obras de recuperação e reabilitação. Os considerados em Bom Estado – são edifícios que demonstram boas condições de habitabilidade.

Relativamente ao (2) Tipo de Utilização, identificamos os Edifícios Devolutos – edifícios sem utilização; os Anexos Agrícolas/Anexos - incluímos os currais, espigueiros, celeiros e arrecadações de alfaias; o Comércio e Restauração – consideramos os cafés, minimercados, restaurantes, lojas e padarias; os Equipamentos/serviços - compreendemos as escolas, juntas de freguesia, associações, museus, capelas, igrejas e cemitérios; e por último as habitações. Este tipo de análise permite entender não só a estrutura, como a organização e composição das aldeias, e ainda a forma como é feita a distribuição das várias funções no espaço.

Também se elaborou o levantamento dos (3) Tipos de Pavimento da Rede Viária dos espaços públicos – verificando o seu estado de conservação e a sua materialidade. Organizado por: estradas em calçada, estradas em terra batida, estradas em asfalto e ainda identificamos a linha de água e linha de comboio. Este tipo de registo torna-se fundamental para avaliar a ligação entre as sete aldeias e verificar as suas fragilidades, com o objetivo de reduzir o isolamento destes aglomerados. Nas visitas feitas às aldeias apercebemo-nos que o Município tem feito um grande investimento no melhoramento dos acessos para facilitar as ligações entre as várias aldeias. Contudo em contato com os habitantes, foi possível detetar uma

escassez de rede de transportes públicos. A maioria dos núcleos é apenas servido por transporte escolar e quando há interrupções letivas, não existe transporte público, tornando-se assim fundamental investir nos transportes públicos.

Tentámos, ainda, fazer o registo do (4) Tipo de Ocupação dos edifícios, identificados como Ocupação Sazonal - edifícios que têm uma utilização temporária e Ocupação Permanente - que são utilizados sempre. A identificação desta utilização é importante para perceber o número de utilizadores das aldeias. Contudo, e considerando a dimensão e a falta de informação estatística sobre cada aldeia, esta avaliação ficou incompleta e limitada às aldeias de Paredes, Laceiras, Pala, Caparrosinha e Vale de Mouro.

Realizamos também a análise aos (5), Espaços públicos – espaços diferenciadores com potencial. Nesta análise, incluímos as zonas de convívio mais importantes para a organização dos aglomerados como largos, adros das igrejas, zonas desportivas, eiras, entre outras.

Procedeu-se assim ao estudo das (6) Áreas Agrícolas, de modo a entendermos como se relacionam e se organizam nas aldeias, que tipo de impacto tem nestas (aldeias) e que tipo de consequências estão estas áreas a sofrer.

O levantamento destes vários parâmetros permitiu a análise ajudando assim na sua comparação e compreensão.

A aldeia de **Vale de Mouro**, como o próprio nome indica, situa-se num vale. É uma pequena aldeia inserida na Freguesia de Espinho, localizada a cerca de 12 km da Vila de Mortágua. O nome Vale de Mouro, poderá significar povoação antiga, visto que o povo apelidava de “mouro” tudo o que era muito antigo.

Concelho: Mortágua

Distância ao Centro da Vila de Mortágua: 12 Km

Habitantes Permanentes:65

Padroeiro: São Francisco

Pontos de visita:

- A Capela de São Francisco de Assis, situada no centro da aldeia,
- Parque Temático de Vale de Mouro
- Lagar de Azeite,
- Moinhos
- Lavadouro

Produtos:

- Azeite
- Pão tradicional
- Cereais
- Mel
- Resina
- Bacalhau com batatas a murro
- Papas com Sardinha

Festas e Eventos:

- Outubro: Festa em honra a São Francisco

Acolhimento:

- Casa pertencente ao conjunto do Parque Temático (T2) para 4 pessoas
- Casa também pertencente ao conjunto do Parque Temático (T1) para 2 pessoas

Serviços:

- Associação Cultural e Recreativa de Vale de Mouro

Vale de Mouro



44. Aldeia de Vale de Mouro

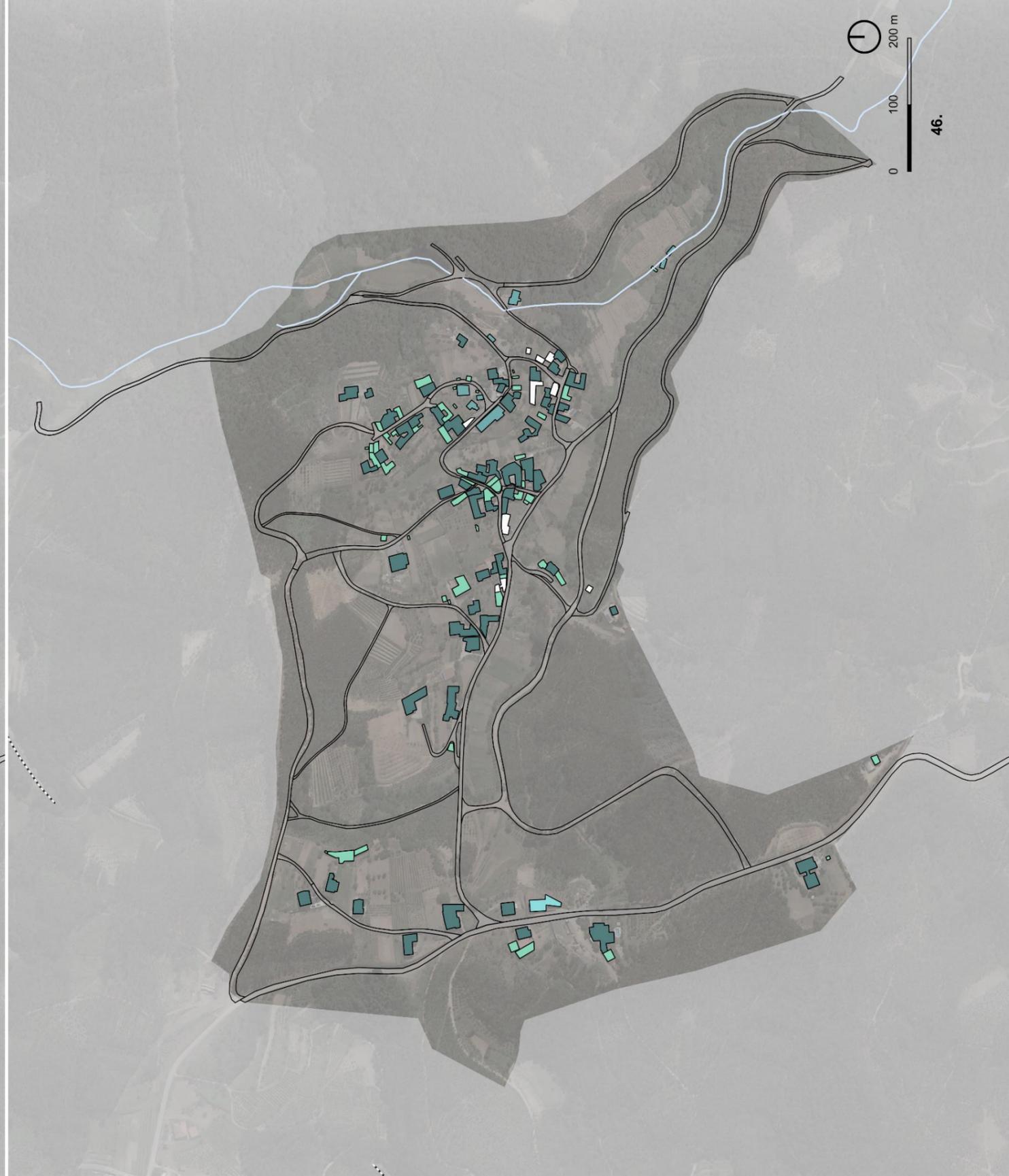


Vale de Mouro | Mortágua

1_ Estado de Conservação

- Ruina
- Estado Razoavel
- Bom Estado
- Linha de Água
- Linha de comboio

45. Levantamentos



Vale de Mouro | Mortágua

2_ Tipo de Edificado

- Edifícios Devolutos
- Anexos Agrícolas /Anexos
- Estufas
- Comércio | Restauração
- Equipamentos | Serviços
- Habitação
- Linha de Água
- Linha de comboio

46.



Vale de Mouro I Mortágua

3_Tipo de Pavimento

Estradas em Calçada

Estradas de terra Batida

Estradas em Asfalto

Linha de Água

....
Linha de comboio

0 100 200 m
47.



Vale de Mouro I Mortágua

4_Tipo de Ocupação

Ocupação Sazonal

Ocupação Permanente

Linha de Água

....
Linha de comboio

0 100 200 m
48.



Vale de Mouro I Mortágua

5_Espaços Públicos

- Eiras Fontanários Lavadouro
- Largo
- Zona de Convívio
- Adro
- Zona Desportiva
- Linha de Água
- Linha de comboio



Vale de Mouro I Mortágua

6_Áreas Agrícolas

- Campos Agrícolas
- Campos de Vinhas
- Linha de Água
- Linha de comboio

Numa primeira visita ao terreno tentou-se compreender a estrutura da malha desta aldeia e o tipo de edificado do núcleo. Assim como foi possível registar o estado de conservação do edificado construído. Com estas duas análises tentou-se, entender como tem sido organizado e alterado este núcleo, permitindo assim, identificar o que necessita de ser reabilitado.

Vale de Mouro, de acordo com o levantamento do “Tipo de Edificado”, verificou-se que é composta por 126 edificações divididas em 57 habitações, 51 anexos agrícolas, 10 edificações devolutas e 6 edifícios dedicados a serviços e equipamentos. Esta aldeia não dispõe de qualquer tipo de estabelecimento de comércio ou restauração. Mas é de referir que a população é servida por carrinhas de venda, que vão às aldeias vender fruta e mercearia (de quinze em quinze dias), pão (diariamente), peixe (semanalmente) e ainda por uma carrinha de saúde (mensalmente). Se assim não fosse as pessoas teriam de se deslocar à Vila ou aos aglomerados onde se localizam supermercados ou minimercados. Mas para isso era necessário existir transportes públicos regulares, visto que o único transporte público existente só funciona em tempo de aulas. Quem necessita de transporte para satisfazer as suas necessidades básicas, tem de recorrer a outros transportes (táxi ou ao vizinho). É assim fundamental criar um serviço de transportes que sirvam as aldeias, para que as populações tenham a possibilidade e a facilidade de se deslocarem segundo as suas necessidades.

Importa ainda referir que a aldeia já possui rede de distribuição de água e de saneamento que serve toda a aldeia, apesar de continuarem a funcionar os fontanários, os tanques e um lavadouro que ainda hoje é usado³⁵ e também já é servida de rede de comunicações (telefone e internet) que atualmente tem sido melhorada devido à situação atual de Covid-19, de modo a responder às necessidades da população.

Foi ainda possível analisar o “Tipo de Ocupação”, deste aglomerado onde se verificou que trinta e cinco são edifícios de ocupação permanente e dezassete são de uso sazonal³⁶. Este tipo de ocupação sazonal tem também influência sobre os campos agrícolas, visto que as terras que pertencem às famílias que só vêm sazonalmente, ou estão em pousio/abandono ou são entregues para exploração de outros (familiares ou não), evitando que estas fiquem ao abandono.

³⁵ - A distribuição da água às várias habitações era feita pelas pessoas que, com os cântaros à cabeça, iam buscar água para o comer e para a higienização pessoal das várias famílias. As roupas eram lavadas pelas mulheres e coradas nos lavadouros ou no rio.

³⁶ - Ocupadas só em tempo de férias ou feriados prolongados.

Quanto ao “Estado de Conservação”, o “bom estado” de conservação, associa-se aos edifícios mais recentes e também a algumas construções recentemente reabilitadas. Já os edifícios integrados no “estado razoável”, demonstram algumas fragilidades e deterioração devido à falta de manutenção. São os anexos e algumas habitações. Os restantes 10 edifícios consideradas em estado de ruína ou devolutos, trata-se somente de edifícios de arquitetura vernacular.

Este aglomerado na sua maioria apresenta algumas reabilitações e construções recentes que alteram a imagem harmoniosa do conjunto. No entanto é ainda possível observar a imagem vernacular na maioria das construções, principalmente na zona mais antiga. Atualmente, algumas destas construções foram reabilitadas, salvaguardando em quase todos os casos o seu aspeto exterior. Porém, existem ainda construções com características típicas de carácter vernacular e que funcionam atualmente como celeiro ou arrumos, ou que se encontram em ruína ou devolutos. Edifícios que demonstram a necessidade e urgência de serem reabilitados, devido ao risco da perda do valor patrimonial construído e da identidade.

O complexo que foi adaptado a alojamento e a museu local, denominado de “Museu de Usos e Costumes”³⁷, mantém a sua imagem e o exterior foi adaptado ainda a um pequeno parque infantil, denominado Parque Temático de Vale de Mouro. Situa-se junto à Capela, na zona centro da aldeia, o complexo é formado por uma antiga habitação, com a sua eira, um palheiro e dois espigueiros. Este conjunto foi reabilitado pela associação de Vale de Mouro, por iniciativa da comunidade, e financeiramente ajudado pela Câmara Municipal. Projeto este que mostra e representa a casa tradicional, mantendo a sua construção interior e exterior em pedra de xisto tradicional da região, com dois pisos, em que o rés-de-chão se destinava aos animais ou às lojas e o primeiro andar a habitação. Atualmente, com a reabilitação, o rés de chão e parte do primeiro andar do edifício integram o espaço museológico, onde podemos encontrar objetos ligados à cultura tradicional, os ciclos do azeite, mel, cereais e pão, resina, entre outros.

A casa de alojamento local foi mobilada com móveis e louças antigas, foi também recriada a cozinha antiga, assim como o quarto, exemplos do século passado. Tudo o que representava a típica habitação e as suas características rurais, foram mantidas, mas atualmente e para responder às comodidades e conforto dos tempos modernos, estas foram adaptadas aos tempos atuais, com casa de banho, eletrodomésticos e eletricidade. No seu exterior fizeram melhoramentos na eira e nos espigueiros, locais onde se trabalhava os cereais e se convivia. Atualmente não se utilizam para fins produtivos, só como elementos de exposição, sendo este espaço exterior e a evolvente

³⁷ - Criado por um grupo de populares da Associação Cultural e Recreativa de Vale de Mouro – Mortágua.



51.



52.



53.



54.



55.



56.

51. Habitação Reconstruída

52. Habitação tradicional (atualmente serve de anexo agrícola)

53. Habitações tradicionais (em estado de ruína)

54. Parque Temático (Edifício de alojamento local e Museu)

55. Interior do edifício de alojamento (sala e cozinha)

56. Quarto

da casa uma zona de convívio sem qualquer outro tipo de uso. Ainda neste local exterior foi colocada em modelo de exposição uma antiga malhadeira, umas mesas e bancos em pedra onde as pessoas podem usufruir do espaço, de envolvência e relação com o meio natural.

Quanto aos “Espaços Públicos”, observamos que existem cinco zonas de convívio. A primeira corresponde ao adro da capela em louvor a São Francisco de Assiz, local dedicado a cerimónias religiosas, de carácter simbólico onde as pessoas permanecem e convivem, ainda que estas sejam realizadas muito esporadicamente. O espaço exterior envolvente do museu também é um local de convívio e um local dedicado às crianças, visto que neste existe um pequeno parque infantil e um espaço como mesas para piqueniques. Depois temos o espaço exterior e a Associação Cultural de Vale de Mouro, onde se realiza a festa anual em honra a São Francisco. É também onde a comunidade se junta todos os domingos para jogar às cartas e conviver. O lavadouro também se pode considerar um local de convívio. Era onde as mulheres antigamente iam lavar as roupas e passavam ali muito tempo, aproveitando para cantar e para pôr a conversa em dia. Atualmente é usado muito esporadicamente. Por último, o lagar e o seu espaço exterior que atualmente foi reabilitado, local onde se produzia o azeite da aldeia e de algumas aldeias vizinhas, e onde no fim da produção do azeite se faziam as tradicionais tibornadas, comia-se o bacalhau com as batatas a murro, a broa e o novo azeite. Recentemente o edifício e o seu espaço exterior foram reabilitados, mas serve só de espaço museológico sem qualquer outra função. Já o seu exterior é composto por um pequeno parque de merendas que integra um pequeno percurso pedestre que faz ligação à aldeia.

O estudo ao “Tipo de Pavimento” existente na aldeia, permite concluir que a aldeia dispõem de uma rede de vias de pequenas dimensões e em alguns sítios quase não dá para dois carros se cruzarem ao mesmo tempo. A única rua que se mantém em calçada é a Rua de S. Francisco. Todos os outros acessos são em asfalto. Contudo e apesar de asfaltados, alguns dos acessos não se encontram em muito bom estado de conservação. Os restantes caminhos existentes de acesso aos campos são em terra batida, visto não ser necessário melhorar estas passagens de acesso aos campos.

Para concluir, a análise às “Áreas Agrícolas” deste aglomerando, permite-nos concluir que o envelhecimento da população, o êxodo dos jovens, a diminuição da população, levaram à diminuição e desaparecimento da área agrícola. A população refere que atualmente o cultivo de alguns campos serve só para alimentar o gado e as restantes áreas servem unicamente de subsistência às famílias.



57. Espaço para crianças denominado de "Parque Temático"

58. Associação de Vale de Mouro

59. Terrenos de vinhas e cultivo

60. Terrenos de cultivo

A aldeia da **Marmeleira** é sede de freguesia. Com 503 habitantes, situa-se a sul do concelho a uma distância de 7,8km da Vila de Mortágua e é uma terra com História e memórias.

O nome Marmeleira, aparece pela primeira vez referenciada num documento datado de 973 *“illa karraria wadit ad illa marmeleira”*, parece que começou por designar a conserva de marmelo que se obtinha cozendo-o com mel. Esta aldeia é ainda conhecida por “Vila da Irmânia”. Segundo Zília Gonçalves (2001) este nome “Vila Irmânia” provém da instituição do Padre S. Sebastião da Irmandade, com objetivos de caridade, associação de socorro mútuo, serviços piedosos de ajuda ao próximo.

O percurso de Mortágua à Aldeia da Marmeleira é sempre acompanhado pela presença da Ribeira de Mortágua e pela sua paisagem arbórea que povoa as suas margens. Mas antes de se chegar à Marmeleira passasse por outras duas aldeias, Caparrosa e Caparrosinha, aldeia esta (Caparrosinha) que também faz parte da Rede de Aldeias proposta.

Concelho: Mortágua

Distância ao Centro da Vila de Mortágua: 7.8 Km

Padroeiro: São Miguel

Pontos de visita:

- Igreja Matriz (o culto a São Miguel remonta aos finais do séc. IX), construída no séc. XVIII.
- Capela da Senhora da Ribeira, construída em 1645 e reconstruída em 1747.
- Moinho da Nossa Senhora da Ribeira.
- Ruínas do Santuário de Nossa Senhora do Carmo, séc. XVI. Fundada pelo Padre Sebastião de Monte Calvário destinava – se a um mosteiro para religiosas Carmelitas;
- Núcleo Museológico da Irmânia “Raízes e Memórias”, localizado na antiga Escola Primária da Marmeleira;

Produtos:

- Pão/Broa
- Enchidos
- Bolo de Cornos
- Mel
- Cereais
- Linho

Marmeleira



61. Aldeia da Marmeleira

- Produtos de vime
- O bacalhau com batatas a murro

Festas e Eventos:

- Julho: festa em honra à Nossa Senhora do Carmo.
- Agosto: Feira do Pão
- Setembro: festa em honra a São Miguel, festa muito antiga, existente desde os finais do séc. IX.

Experiências:

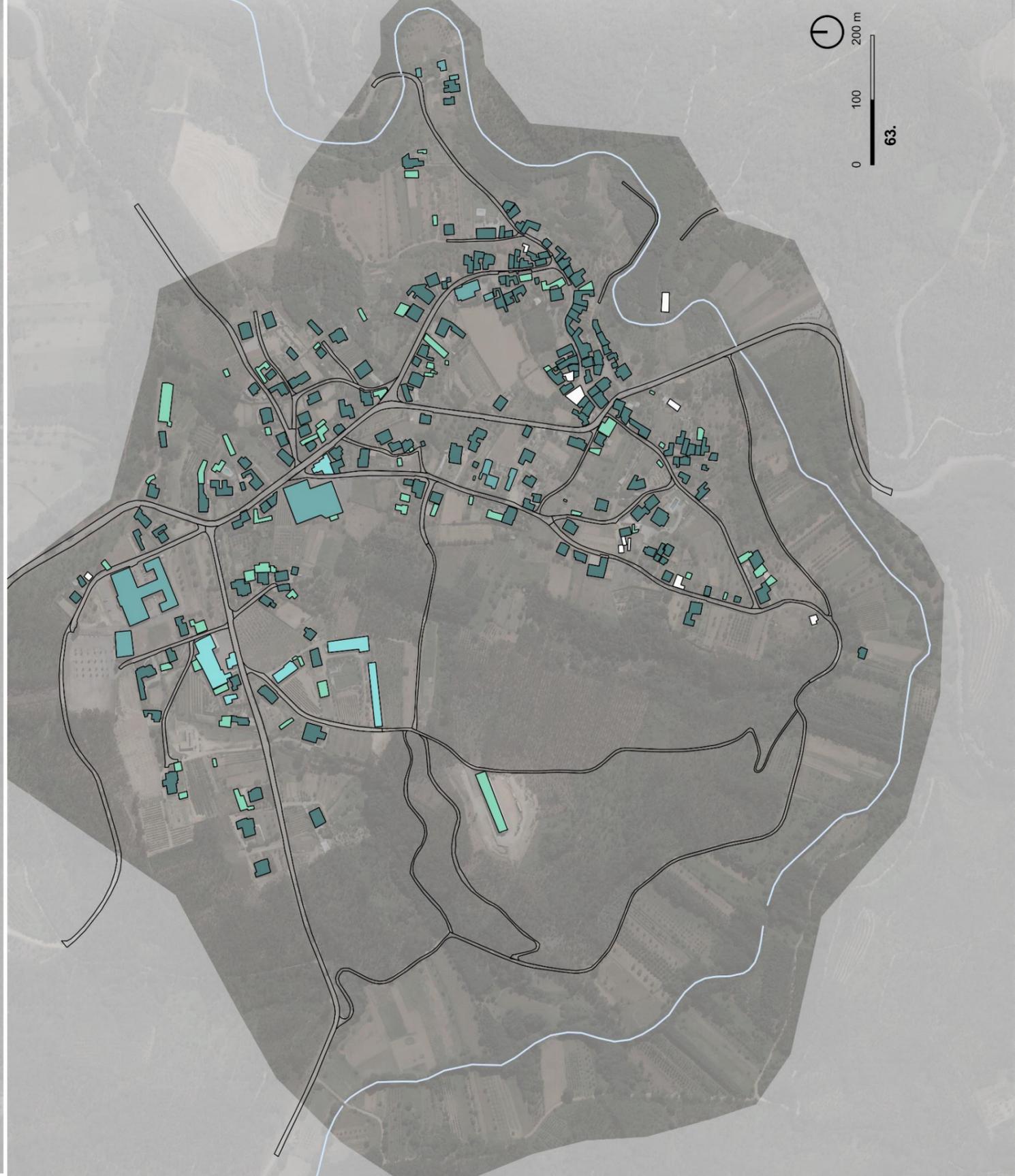
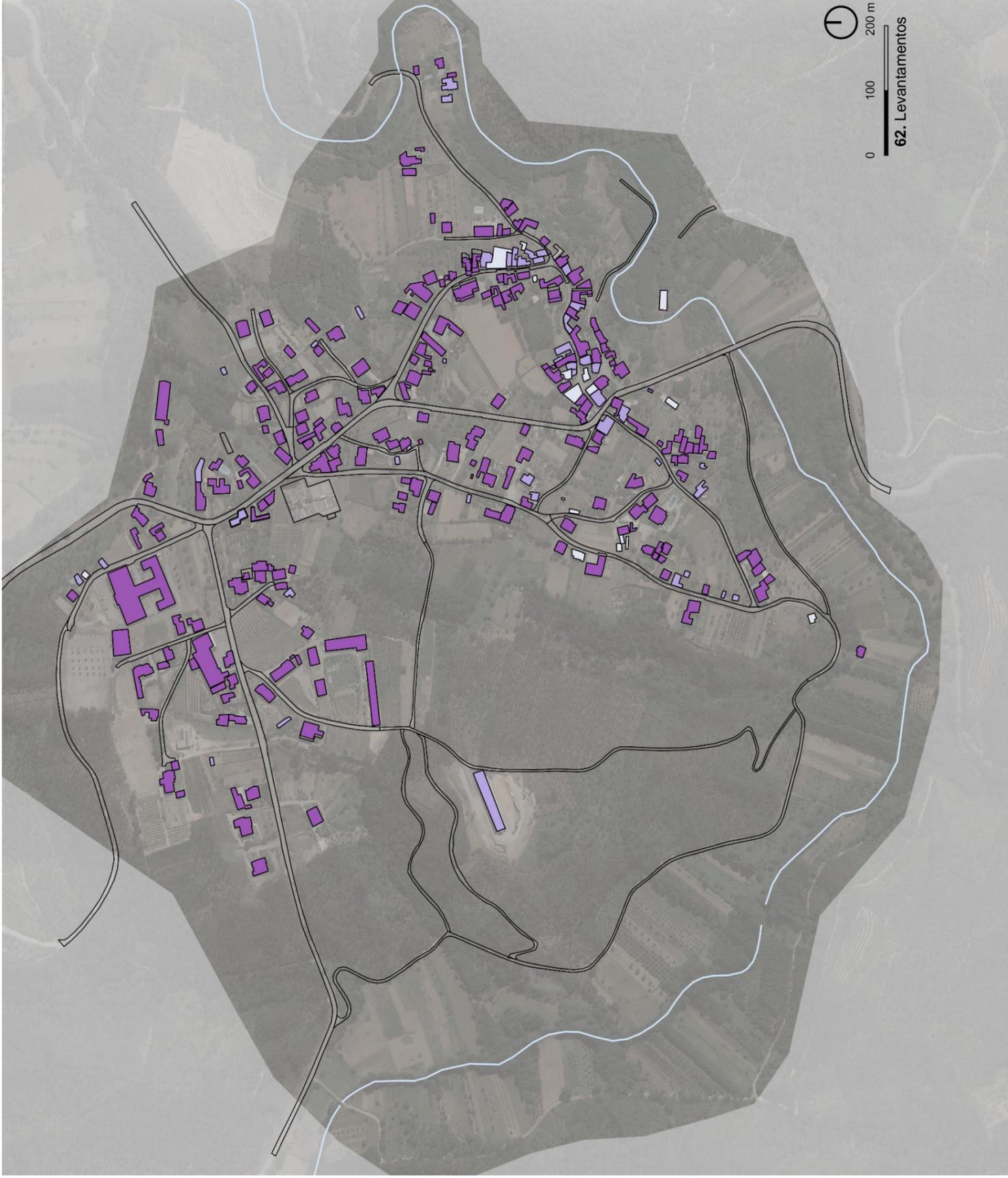
- Caminho de Observação de Aves - Um passeio dedicado à Observação de Aves que é organizada pelo Núcleo Museológico da Irmânia em parceria com o CERVAS (Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens).

Acolhimento:

- Casa da Ribeira (T3), máximo de 6 pessoas

Serviços:

- Parque de Merendas da Sr^a da Ribeira
- Estacionamento
- Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira - Criado em 15 de Outubro de 1961 com a designação de “Clube Desportivo da Marmeleira”, esta Associação passou em 03 de Julho de 1987 a designar-se Centro cultural e Recreativo da Marmeleira (Desenvolve inúmeras atividades nas áreas do desporto, do lazer e da ocupação dos tempos livres).
- Rancho Folclórico e Etnográfico “ Os Irmânicos “ da Marmeleira, (associação que desenvolve atividades culturais com o propósito da preservação cultural e histórica da região tendo já criado uma escola de música e encontrando-se a finalizar um projeto (Raízes e Memórias) através de uma candidatura a fundos comunitários.
- Centro Balmar - Fundação de Beneficência e Cultura destina-se a apoiar à infância, juventude e terceira idade, dando prioridade aos habitantes da freguesia da Marmeleira e arredores, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias (Centro Balmar, 2010). Deste modo, foi criado através do legado do **Dr. António Lopes de Araújo e sua esposa, D. Beatriz de Albuquerque Saraiva Lopes de Araújo**, que à sua morte testamentaram o seu património para obras de apoio à infância, juventude e terceira idade.

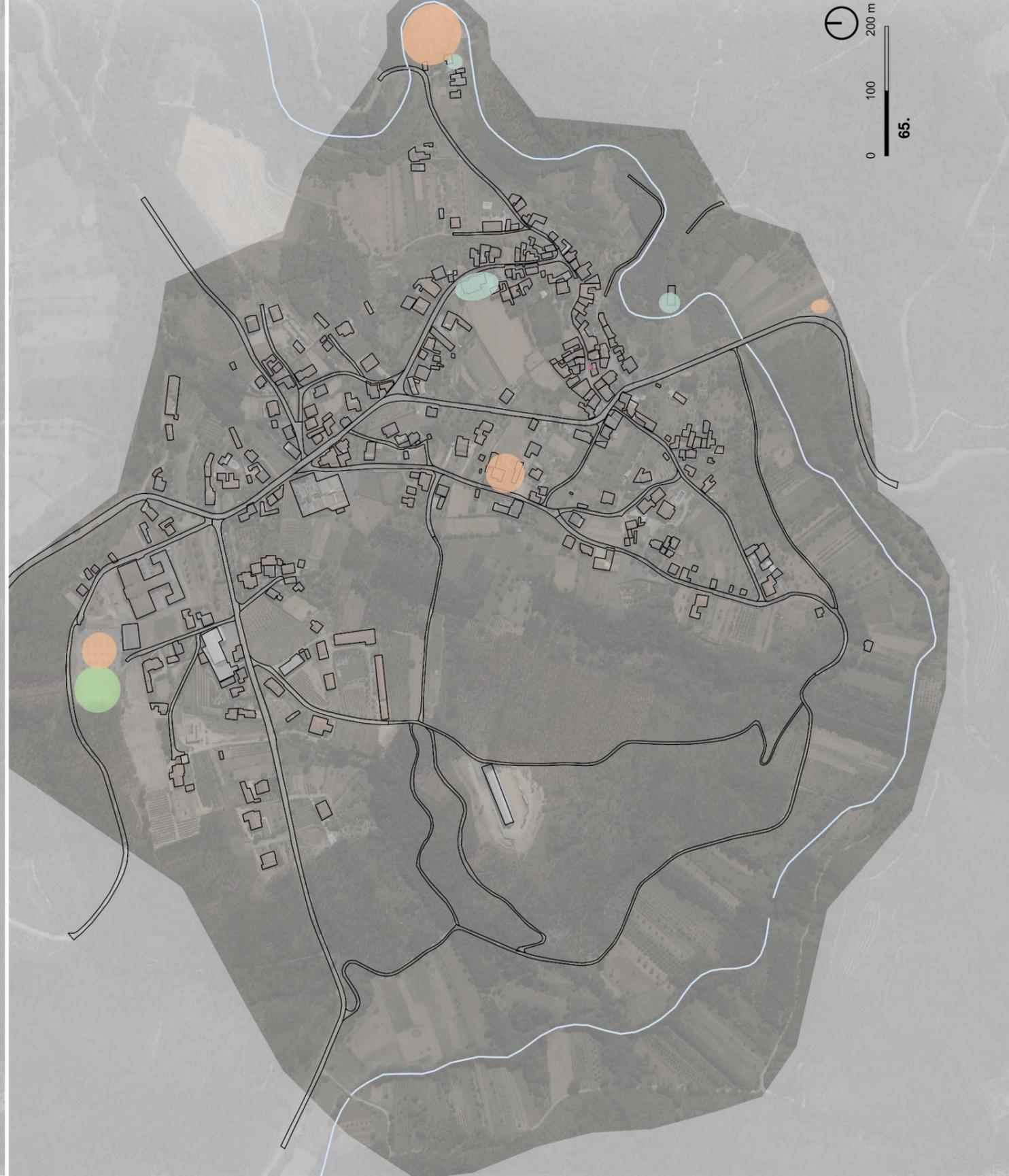




Marmeleira | Mortágua

3_Tipo de Pavimento

- Estradas em Calçada
- Estradas de terra Batida
- Estradas em Asfalto
- Linha de Água
- Linha de comboio



Marmeleira | Mortágua

4_Espaços Públicos

- Eiras Fontanários Lavadouro
- Largo
- Zona de Convívio
- Adro
- Zona Desportiva
- Linha de Água
- Linha de comboio

Marmeleira | Mortágua

5_Áreas Agrícolas

- Campos Agrícolas
- Campos de Vinhas
- Linha de Água
- Linha de comboio



Na primeira visita à aldeia foi possível analisar o “Tipo de Edificado” do núcleo, bem como o “Estado de Conservação”.

Marmeleira é constituída por 280 construções. No decorrer do estudo e análise do local foi possível verificar que existem, aproximadamente, 185 habitações, 11 edifícios devolutos, 71 anexos/anexos agrícolas, 1 edifício dedicado a alojamento local 4 edifícios associados ao comércio e 8 construções destinadas a equipamentos e serviços.

Atualmente existe um café. Existia um minimercado com caixa de multibanco, mas foi encerrado. Quanto aos serviços, destacam-se a Igreja Matriz em honra de São Miguel; a capela em louvor a Nossa Senhora da Ribeira, um moinho, o santuário da Nossa Senhora do Carmo; a Casa da Ribeira (alojamento local); a antiga escola primária, que atualmente é um núcleo Museológico designado de “Raízes e Memórias”; a Junta de Freguesia; o Centro de idosos, designado de Balmar; e, por último, o Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira.

A água é um elemento bem presente nesta aldeia. Este recurso era importante para o funcionamento dos moinhos e para regar as terras. Atualmente a aldeia é abastecida pela rede pública de saneamento e também pela rede de eletricidade e comunicações (telefone e internet).

Quanto ao “Estado de Conservação” dos edifícios, os classificados em “bom estado”, na sua maioria são as habitações, equipamentos e serviços, o comércio e restauração. São edifícios de construção mais recente e alguns reabilitados, que apresentam boas condições. Já as construções de “estado razoável” correspondem aos anexos e anexos agrícolas, e ainda a algumas habitações. Salientando que a maioria destes edifícios se encontra no centro da aldeia, na zona mais antiga da aldeia, próximo da Igreja, local onde ainda existem edifícios caracterizadores de arquitetura tradicional da região. Quanto às construções em “estado de ruína” maioritariamente são construções inseridas também na zona mais antiga, algumas habitações, anexos e anexos agrícolas e ainda o Santuário da Nossa Senhora do Carmo.

Na visita ao aglomerado verificamos, que atualmente a casa de arquitetura vernacular já não é usada para habitação. Com a construção de habitações de volumetria e técnicas construtivas diferentes, com a emigração e imigração, as antigas habitações começaram a ser abandonadas e usadas como celeiros e arrumos de utensílios e produtos agrícolas, bem como locais de currais de animais (normalmente situados no piso térreo).



67. Igreja Matriz em Honra a São Miguel

68. / 69. Capela Nossa Senhora da Ribeira e Moinho

70. Antiga escola “atualmente pertence ao conjunto - Raízes e Memórias “Núcleo Museológico da Irmânia”

71. Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira

72. Fonte da Bica

Contudo, é importante que os proprietários reutilizem estes espaços para outros fins, impedindo o seu abandono e a conseqüente perda da sua característica material, preservando a sua arquitetura tradicional. Mas mais importante seria que estas fossem reabilitadas e adaptadas a novas funções ou usos, como alojamento, restauração entre outros ou até que mantenham o seu carácter e função de habitação, permitindo a fixação de novas famílias.

Nesta aldeia temos assim como exemplo de construção típica vernacular a Casa da Ribeira que foi reabilitada para alojamento local. No entanto, trata-se de uma ampliação do seu sistema construtivo e da estrutura, existindo uma memória pelas paredes em pedra de xisto onde houve o cuidado de manter a identidade e imagem da típica casa vernácula da região. Mas, ao mesmo tempo, o uso da cor “vermelha” no acabamento exterior dificulta a leitura do antigo edifício, de arquitetura vernácula, onde sugerimos que seja feita uma alteração da cor, de modo a que esta não sobressaia, facilitando a leitura da imagem identitária do edifício.

Com a análise ao “Espaço Público” pretende-se identificar zonas diferenciadoras e com potencial de desenvolvimento que incentivem à reabilitação/intervenção da aldeia. Assim com este objetivo identificámos uma zona desportiva, inserida no ponto mais alto do aglomerado, um campo de futebol, com poucas condições, ainda em terra batida, mas localizado junto ao Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira (CCRM) que apoia este mesmo espaço desportivo e de convívio. Contudo considera-se que com uma pequena intervenção urbanística neste local, poderia melhorar-se este espaço e a vontade das pessoas o usarem. Acreditamos ainda que este, sendo o único elemento desportivo, poderá incentivar a outras práticas desportivas como as caminhadas ao ar livre pela natureza, usando o percurso existente na aldeia.

O CCRM, para além de receber alguns eventos culturais é o local que recebe e onde funcionam as aulas de música “Da Escola de Música do Rancho Folclórico e Etnográfico da Marmeleira” (uma vez por semana, por cada turma). Entre o ano 2009 e 2010 esta escola contou com 38 alunos, sendo a grande maioria alunos entre os 8 e 15 anos, havendo ainda alunos mais velhos (CMM, 2010). Sendo algo positivo visto que cria dinamismo entre a comunidade, mas por outro lado, as instalações são um fator negativo, porque não são adequadas do ponto de vista acústico, sendo importante contornar este ponto negativo com a adaptação de um espaço que garanta estas condições.

O adro da Igreja Matriz é outro espaço público, de grande importância simbólica e afetiva, acima de tudo é um espaço de convívio e permanência no período em que se realizam as cerimónias religiosas e festas visto que neste local ainda existe um palco.



73.



74.



75.



76.

73. Casa Típica (Degradada)

74. Casa da Ribeira (alojamento local)

75. Fotomontagem do Espaço exterior do Centro Cultural Recreativo da Marmeleira (usado como campo de futebol)

76. Adro da Igreja Matriz de São Miguel

O adro e a zona envolvente da Capela da Nossa Senhora da Ribeira³⁸ é outro espaço público de grande importância simbólica, e de convívio, sendo que na sua envolvente existe um parque de merendas, em harmonia com a natureza, rio e paisagem. Este conjunto localiza-se na zona sul da povoação, junto à Ribeira da Marmeleira. Ribeira esta que delimita este espaço e faz mover o moinho que também faz parte deste “conjunto” e que recentemente foi reabilitado. Mas, atualmente, este conjunto está um pouco ao abandono. Neste local, além das cerimónias religiosas, era também o local que recebia a típica feira do pão, que atualmente (contra a vontade de alguns habitantes) foi “mudada” para o espaço do Centro Cultural e Recreativo da Marmeleira, perdendo um pouco o seu carácter tradicional, memória e a identidade.

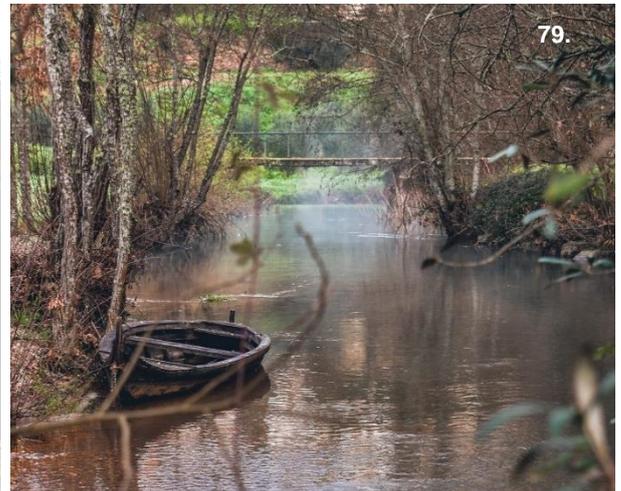
Com isto, é ainda de referir que existem poucas mesas neste parque de merendas e que o moinho que foi recuperado está atualmente parado. Próximo deste local e também situado junto à Ribeira, elemento de “ligação” entre os dois locais, existe outro espaço que em análise consideramos público. Trata-se do espaço envolvente ao Santuário da Nossa Senhora do Carmo³⁹, atualmente em ruína. Local que também era de culto e de carácter simbólico. Situado junto à Ribeira da Marmeleira e isolado da aldeia, num local envolto pela natureza, que infelizmente se encontra ao abandono. Atualmente é um local unicamente de passagem, parte do percurso de “Observação de Aves” e de caminhadas pela natureza. Posto isto, consideramos pertinente que fosse feita uma intervenção a vários níveis destes dois locais ligados pela ribeira. Intervenções essas ao nível da requalificação das margens da ribeira e criação de um percurso ao longo da mesma, de ligação entre os dois espaços e o melhoramento e reabilitação dos espaços exteriores de ambos os locais e do Santuário.

Como espaço dedicado ao público, temos ainda o Espaço Museológico “Zé do Pereiro”⁴⁰, situado no espaço da antiga escola primária. Atualmente este conjunto, conhecido como núcleo Museológico e designado de “Raízes e Memórias”, reúne um pouco do que é o património material e imaterial das suas gentes e do concelho. Este projeto de reabilitação foi executado por iniciativa do Rancho e parceria da Junta, e foi apoiado a nível técnico, logístico e financeiro pela Câmara Municipal (CMM, 2007). Neste local foi recriado o modo de vida do início do séc. XX. É uma viagem à memória coletiva de um povo.

³⁸ Capela com uma decoração de estilo barroca no altar-mor e rococó nos altares laterais, construída por volta de 1645 e reedificada e ampliada em 1747.

³⁹ Capela/Santuário que terá sido construído no século XVI, destinado a um mosteiro de Carmelitas. Os vestígios que ainda perduram mostram que outrora terá sido um local de culto de inimaginável valor.

⁴⁰ - O nome dado ao espaço, “Zé do Pereiro”, foi uma forma de homenagear um dos fundadores e principais impulsionadores dos “Irmânicos”.



77. Adro da Capela da Nossa Senhora da Ribeira

78. / 79. Santuário Nossa Senhora do Carmo e Ribeira da Marmeleira

80. Raízes e Memórias “Núcleo Museológico” (habitação, antiga escola primária e edifício da alfaiataria)

Trata-se de um espaço etnográfico de recolha, preservação e divulgação das tradições e vivências rurais. O edifício da antiga escola foi reabilitado e adaptado, para receber o Rancho Folclórico e Etnográfico “Os Irmânicos”, para os seus ensaios. Deste conjunto representativo é de destacar o edifício que era uma típica habitação da região, “A Casa do Lavrador”, onde foi feita a recriação dos espaços da habitação tradicional do século passado, decorada e mobilada, com todo o rigor, com um conjunto variado de utensílios ligados ao trabalho da terra, à produção do linho e artefactos domésticos, que nos levam a tempos antigos. Espaço este onde foi possível manter o seu carácter tradicional, através de uma boa intervenção de recuperação e reabilitação da identidade do espaço, mantendo o seu tipo de construção tradicional, em pedra de xisto. Com a intervenção feita neste espaço é possível verificar como era organizada a típica casa da região, de dois pisos, com os currais no rés de chão e a habitação no primeiro piso, como já referido anteriormente. Este conjunto, para além de espaços de aprendizagem e visita, é composto ainda por mais dois espaços, que recriam os antigos espaços comerciais, a “Loja Progresso” e uma “Alfaiataria Lysiana”.

Podemos assim entender que este núcleo Museológico é dedicado à cultura e tradição rural, onde se pode ainda passar pela experiência de regar a horta a partir do engenho do poço da portela, saborear o pão, cozido no forno comunitário ou simplesmente apreciar o grande número de espécies da flora autóctone portuguesa que povoam os espaços verdes do “Raízes e Memórias”.

A análise ao “Tipo de Pavimentos”, permitiu-nos entender que as ruas mais estreitas e com pavimento em calçada são as que pertencem à zona mais antiga, e mantêm-se em bom estado de conservação. A maioria do núcleo é servido de ruas em asfalto, que também apresentam boas condições. Por último, existem ainda outros arruamentos que dão acesso aos campos, sendo esses em terra batida sem ter necessidade de usar alcatrão ou outro tipo de pavimento.

Na análise às “Áreas Agrícolas”, verificamos que a maioria dos campos agrícolas são próximos do rio, mas muitos deles já estão a ficar um pouco ao abandono devido à falta de uso e à população envelhecida, que preferem amanho as terras junto às suas casas, dando assim só para consumo próprio e da família. A referência a estes elementos deve-se às potencialidades de aproveitamento que estes podem trazer para a estratégia de desenvolvimento a apresentar.

Por fim é fundamental explicar a ausência do levantamento do “Tipo de Ocupação” dos edifícios, que se deve, à grande dimensão do aglomerado, tornando impossível este tipo de análise, assim torna-se difícil compreender o tipo de ocupação, sazonal ou permanente dos edifícios.



81. / 82. Edifício da Antiga Escola e Edifício da Alfaiataria.

83. / 84. Habitação tradicional, Cozinha típica

85. Pavimento em Calçada

86. Terreno Agrícola envolvente do Santuário da Nossa Srª do Carmo

87. Terreno Agrícola/ vinha Próximo das habitações

A aldeia de **Caparrosinha**, pertencente à freguesia da Marmeleira, localiza-se a 3.8 km da Vila de Mortágua, esta situa-se na encosta, possuidora de um vale fértil e verde. O nome desta aldeia ribeirinha, "Caparrosinha", segundo Zília Gonçalves (2001), poderá ter origem nas alcaparras, existente em abundância, na altura em que esta fora conquistada pelos Árabes por volta de 712, batizando assim esta aldeia de Caparrosinha. A aldeia de Caparrosinha situada na encosta, é dividida em dois pela estrada municipal 1555, mais especificamente a Rua São Bento, e delimitada paralelamente à Ribeira da Marmeleira, pela estrada municipal 1555-1.

Concelho: Mortágua

Distância ao Centro da Vila de Mortágua: 3.8 Km

Habitantes Permanentes: +/-62

Padroeiro: São Bento

Pontos de visita:

- Moinho de rodízio de Caparrosinha, que se encontra situado no cruzamento dos dois cursos de água (ribeira da Marmeleira como as da ribeira de Mortágua)
- Ribeira da Marmeleira/Mortágua

Produtos:

- Chanfana com batata cozida e grelos
- Broa caseira
- Enchidos caseiros

Festas e Eventos:

- Agosto, festa em honra de São Bento.

Experiências:

- Pesca

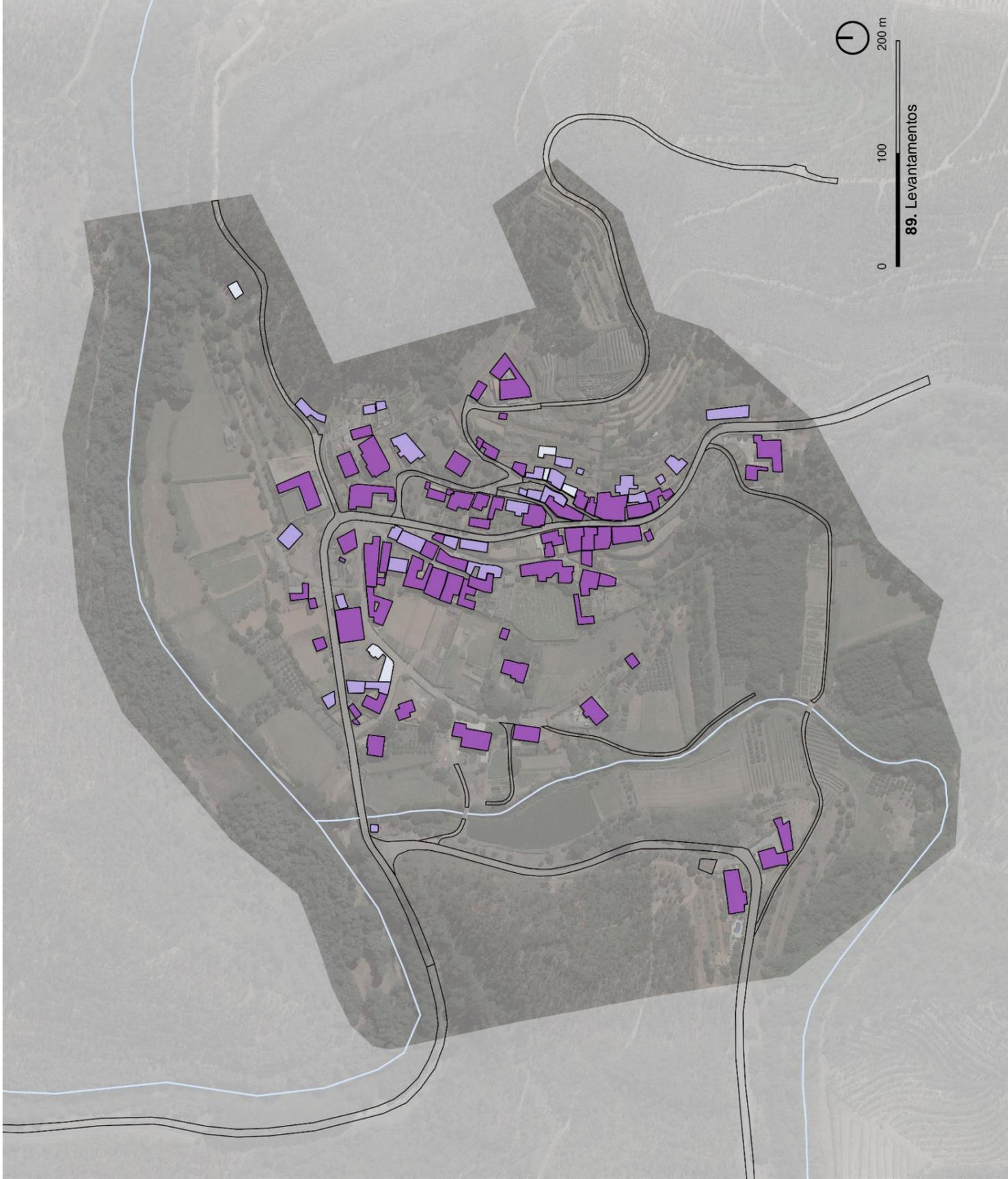
Serviços:

- Associação Rancho Folclórico "Os Ribeirinhos" de Caparrosinha
- Parque de Merendas

Caparrosinha



88. Aldeia de Caparrosinha

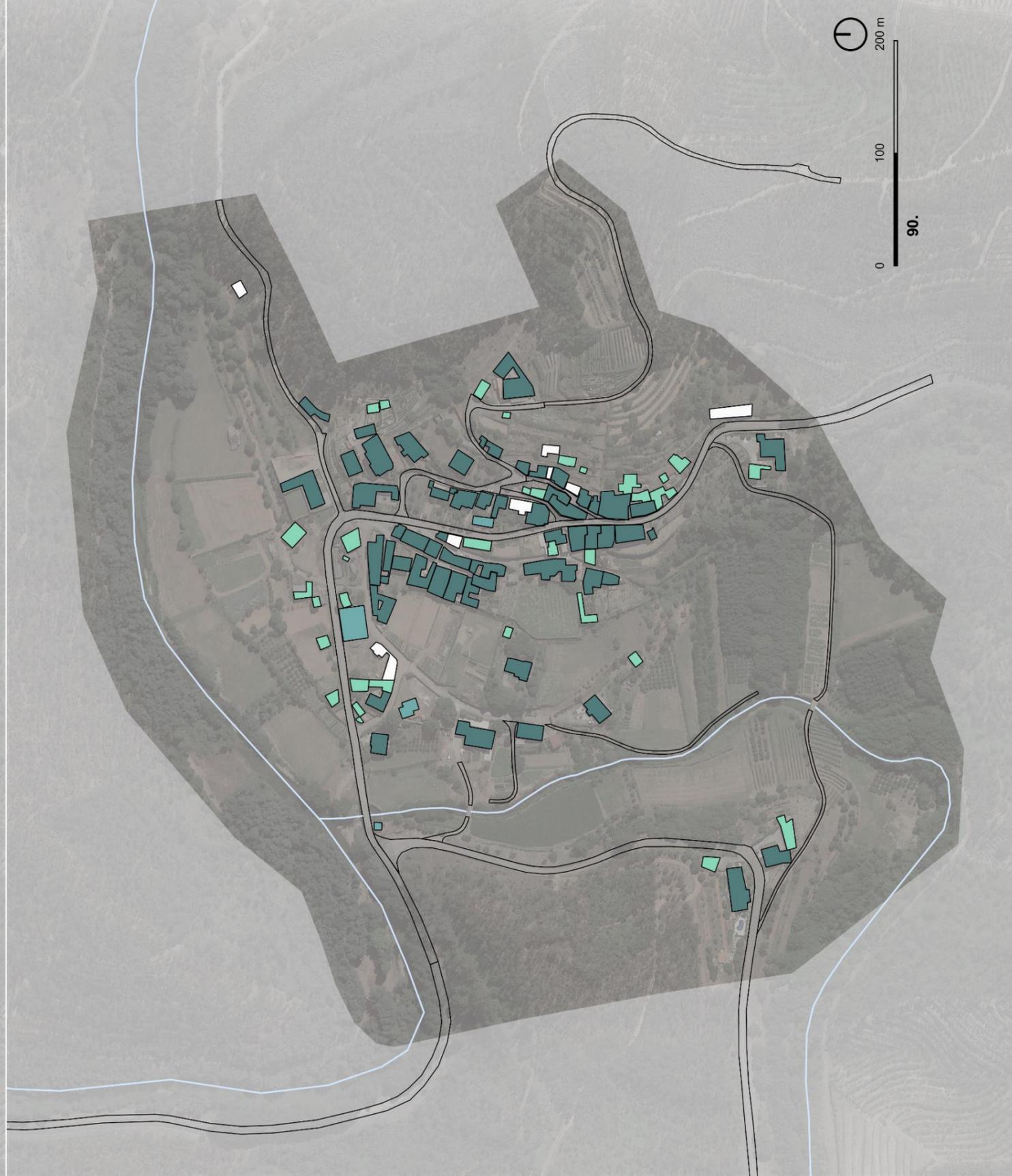


Caparrosinha I Mortágua

1_ Estado de Conservação

- Ruína
- Estado Razoavel
- Bom Estado
- Linha de Água
- Linha de comboio

89. Levantamentos



Caparrosinha I Mortágua

2_ Tipo de Edificado

- Edifícios Devolutos
- Anexos Agrícolas /Anexos
- Estufas
- Comércio | Restauração
- Equipamentos | Serviços
- Habitação
- Linha de Água
- Linha de comboio

90.





A presença das construções recentes e as requalificações de casas de arquitetura antiga é notória, mas neste conjunto ainda é visível a presença de construções de arquitetura vernacular, em pedra de xisto.

A presença da água nesta aldeia é também um dos elementos marcantes, materializada pelos vários regos, infraestruturas que asseguram a rega dos campos agrícolas e que são construídas com um sistema de controlo da água, que transporta a água do rio e permite a produção agrícola. Para além dos regos para a agricultura a aldeia estava equipada com fontanários, onde os habitantes iam buscar água para as suas necessidades básicas de higiene e alimentação, e ainda para darem de beber aos animais. Atualmente este aglomerado é abastecido pela rede de água pública e de saneamento e também pela rede de comunicações (telefone e internet).

A análise do “Tipo de Edificado” e do “Estado de conservação” do edificado permitiu perceber que Caparrosinha é composta aproximadamente por 106 edificações, 59 habitações, 35 anexos l anexos agrícolas, 4 serviços, e 8 devolutos.

Quanto aos equipamentos e serviços existentes, identificamos a capela, em honra a S. Bento. A escola primária de Caparrosinha, que atualmente está encerrada, é usada para atividades da povoação e ainda como sede da Associação Rancho Folclórico “Os Ribeirinhos” de Caparrosinha. O núcleo é ainda servido por duas eiras de uso comunitário associadas a espigueiros. Antigamente e ainda hoje algumas pessoas utilizam estes espaços para armazenar milho, trigo, palha que são destinados ao alimento do gado. Existe também um moinho que foi reabilitado.

Ao elaborar os levantamentos do “Estado de Conservação” do edificado verificou-se que as edificações em, “bom estado” correspondem às habitações. Nesta aldeia são poucos os edifícios em ruínas, alguns encontram-se degradados e outros foram reabilitados. Contudo, nessas reabilitações, não mantiveram as suas características construtivas e arquitetónicas tradicionais, o que quebra a imagem e a identidade original da aldeia.

Destas 59 habitações, e do que conseguimos identificar, 41 são de ocupação permanente, sendo as restantes de uso sazonal, usadas apenas como casas de férias.

Em termos de “Espaços Públicos”, identificamos duas eiras, local de trabalho mas também de convívio. O adro, zona da capela onde se convive e permanece após a celebração das missas. A outra é a zona da escola básica e a associação que serve para convívios e eventos do povo e do Rancho Folclórico.



95. Antiga Escola de Caparrosinha

96. Edifício de típica construção vernacular

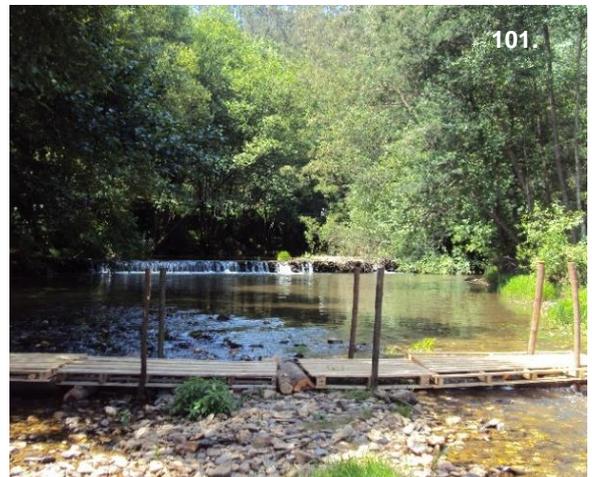
97. Capela em honra a São Bento

Por último, o parque de merendas onde as pessoas convivem e disfrutam dos prazeres da natureza. Mas atualmente este local encontra-se um pouco desprezado algo que falaremos mais à frente.

A nível de “Tipo de pavimento”, esta aldeia apresentam uma boa rede viária, com boas condições. Nesta aldeia atualmente só em três ruas se mantêm em pavimento de calçada, ruas estas pertencentes à zona mais antiga da aldeia e que atualmente ainda mantêm a sua aparência/estrutura tradicional. Já os arruamentos que ligam aos campos agrícolas são em terra batida. As restantes são todas em asfalto e consideradas em bom estado.

Por último, as “Áreas Agrícolas”, verificou-se que a sua área é delimitada pelas zonas das ribeiras, que servem de rega estas zonas agrícolas, e pelas habitações, onde concluímos que é uma área agrícola pequena, que provavelmente foi diminuindo ao longo dos anos e que atualmente só serve para a subsistência das famílias e por isso a justificação destas se localizarem tão próximo das habitações.

É de destacar a presença de dois cursos de água, a “Ribeira de Mortágua” e a “Ribeira da Marmeleira”, que se cruzam e delimitam a aldeia. Estes são um grande potencial de desenvolvimento e promoção, mas que necessitam de ser requalificados e valorizados, para as mesmas ou outras funções em benefício da aldeia e da Rede. Melhorar o contacto e a relação do homem com natureza e o meio ambiente e podendo depois promover e divulgar esta aldeia e o seu património.



98. Parque de merendes

99. Diferenças de Pavimento (Alcatrão e calçada na zona mais antiga)

100. Ribeira da Marmeleira

101. Ribeira de Mortágua

102. Terrenos Agrícolas

A aldeia de **Monte Lobos** pertencente à Freguesia de Pala, localiza-se a 5 quilómetros da Vila de Mortágua. Este núcleo organiza-se ao longo da Rua Principal, rua esta em pedra (calçada) que faz ligação à estrada nacional 334-1, tanto a estrada como a aldeia são adornadas por várzeas, terras de boa qualidade que em tempos produziam toneladas de hortaliça para exportação. Devido à sua localização e à sua estrutura e organização territorial de encostas, sobressaem as várzeas e a Ribeira de Monte Lobos, favoreceu e permitiu à população tirar proveito dos seus terrenos, nos seus campos planos.

Concelho: Mortágua

Distância ao Centro da Vila de Mortágua: 5 Km

Habitantes Permanentes: 150

Padroeiro: São Silvestre

Pontos de visita:

- Capela de São Silvestre
- Ribeira de Santa Cristina

Produtos:

- Cozido Caseiro
- Chanfana
- Vinho
- Produtos Hortícolas
- Azeite

Festas e Eventos:

- Festa anual em honra a São Silvestre

Experiências:

- Percursos Pedestres – “Sola Gasta”, Caminhada em Monte de Lobos

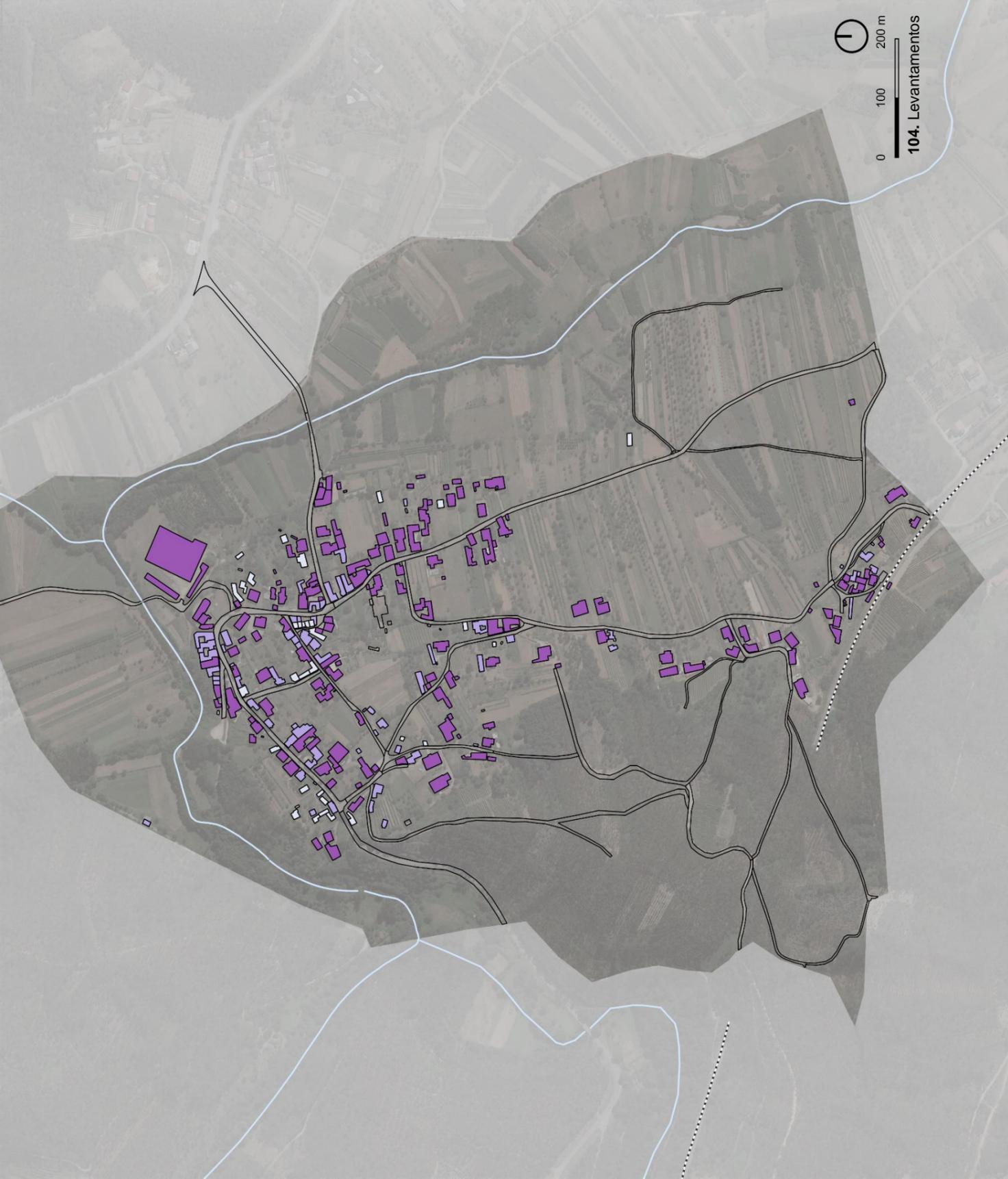
Serviços:

- Associação Cultural e Recreativa de Monte de Lobos
- Café Local

Monte Lobos



103. Aldeia de Monte Lobos



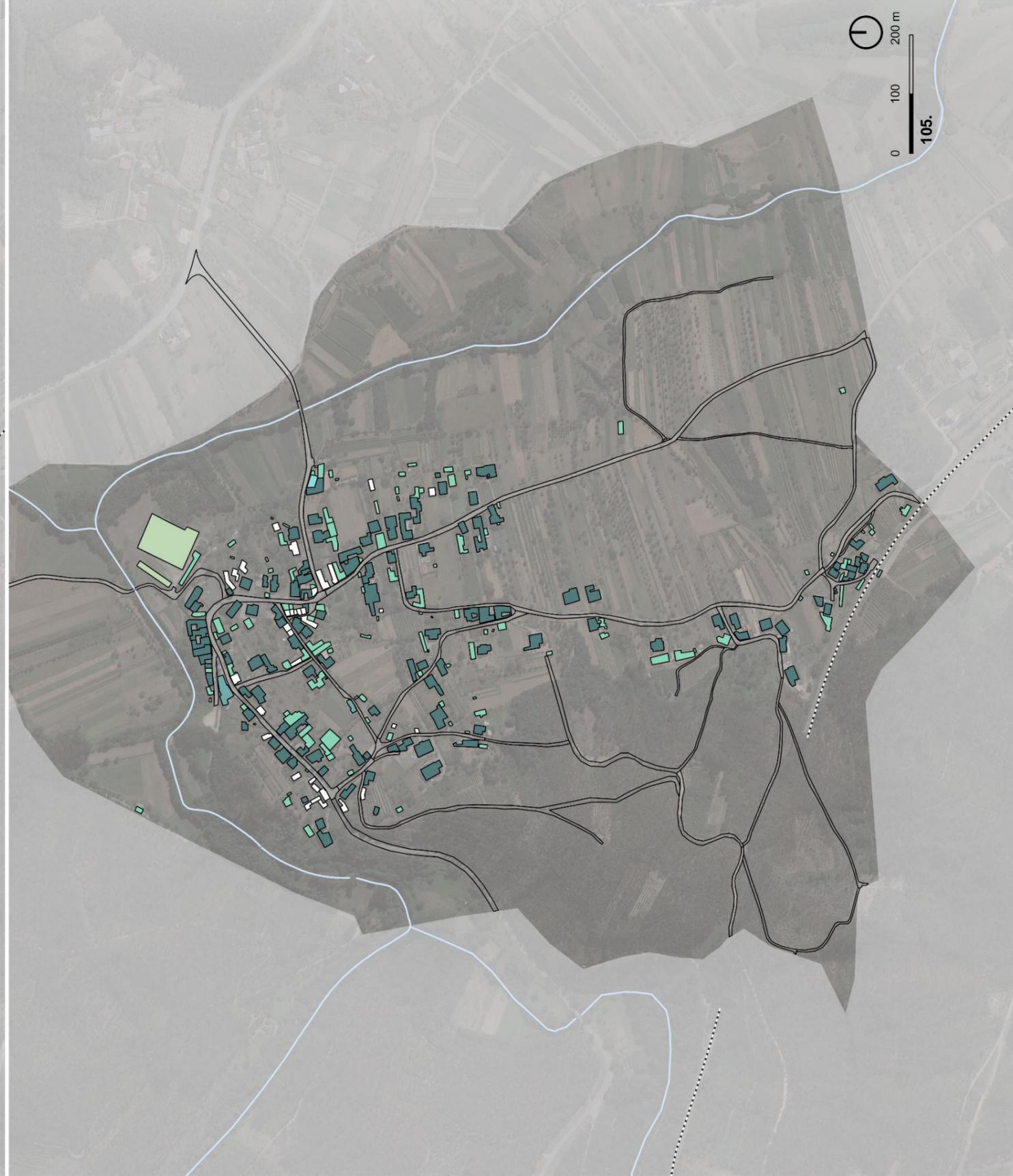
Monte Lobos I Mortágua

1_ Estado de Conservação

- Ruína
- Estado Razoavel
- Bom Estado
- Linha de Água
- Linha de comboio

0 100 200 m

104. Levantamentos



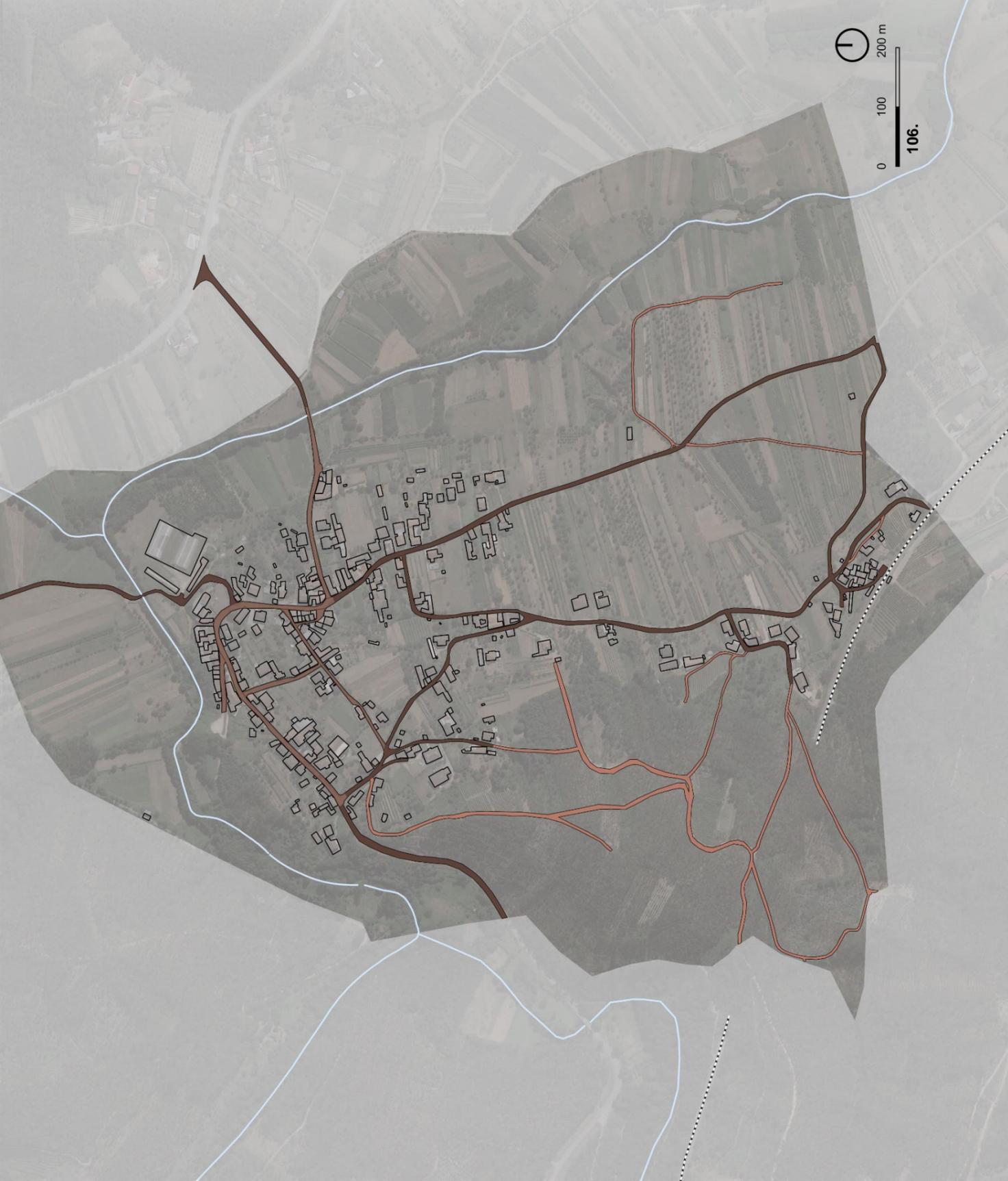
Monte Lobos I Mortágua

2_ Tipo de Edificado

- Edifícios Devolutos
- Anexos Agrícolas /Anexos
- Estufas
- Comércio | Restauração
- Equipamentos | Serviços
- Habitação
- Linha de Água
- Linha de comboio

0 100 200 m

105.

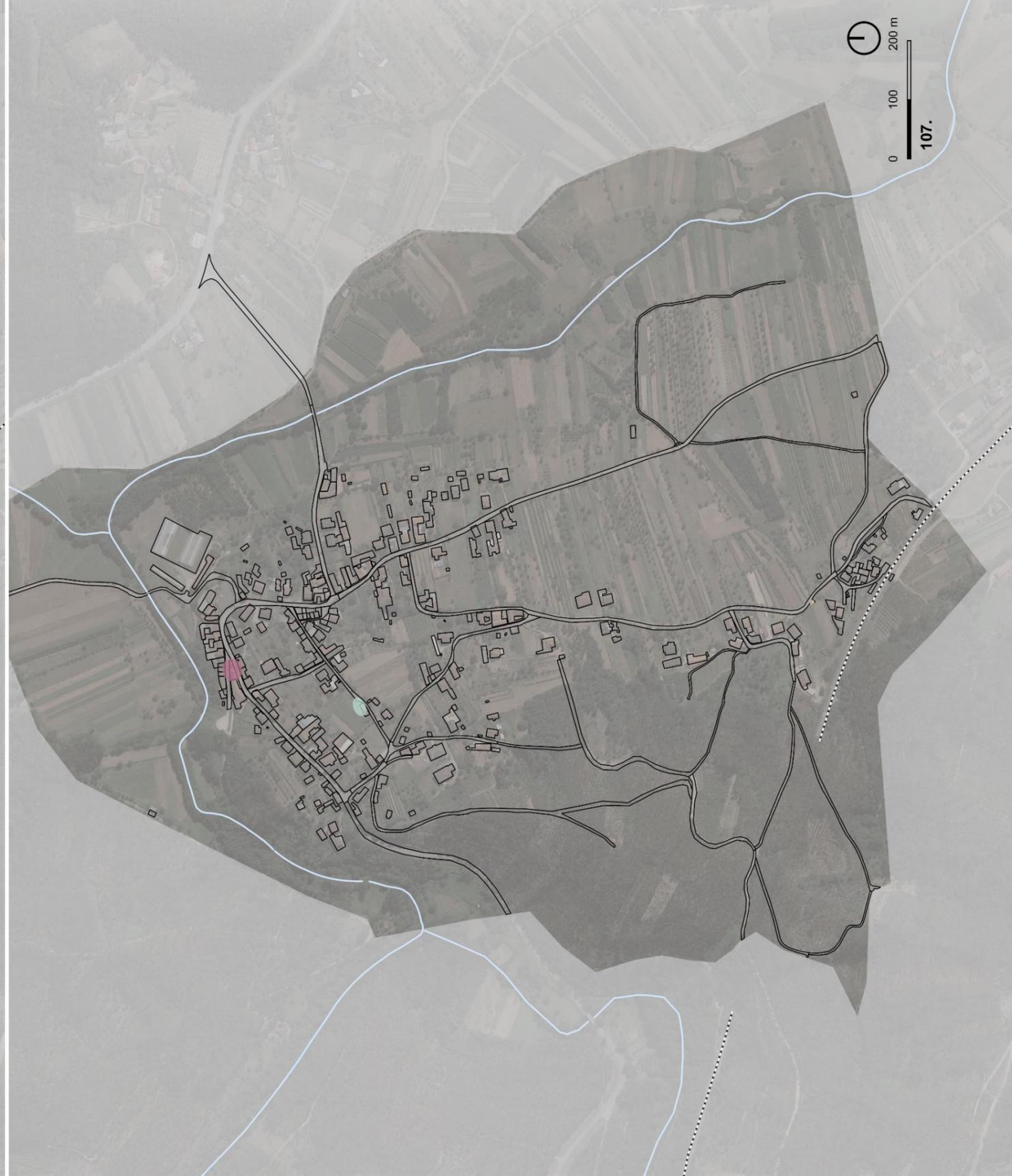


Monte Lobos I Mortágua

3_Tipo de Pavimento

- Estradas em Calçada
- Estradas de terra Batida
- Estradas em Asfalto
- Linha de Água
- Linha de comboio

106.



Monte Lobos I Mortágua

4_Espaços Públicos

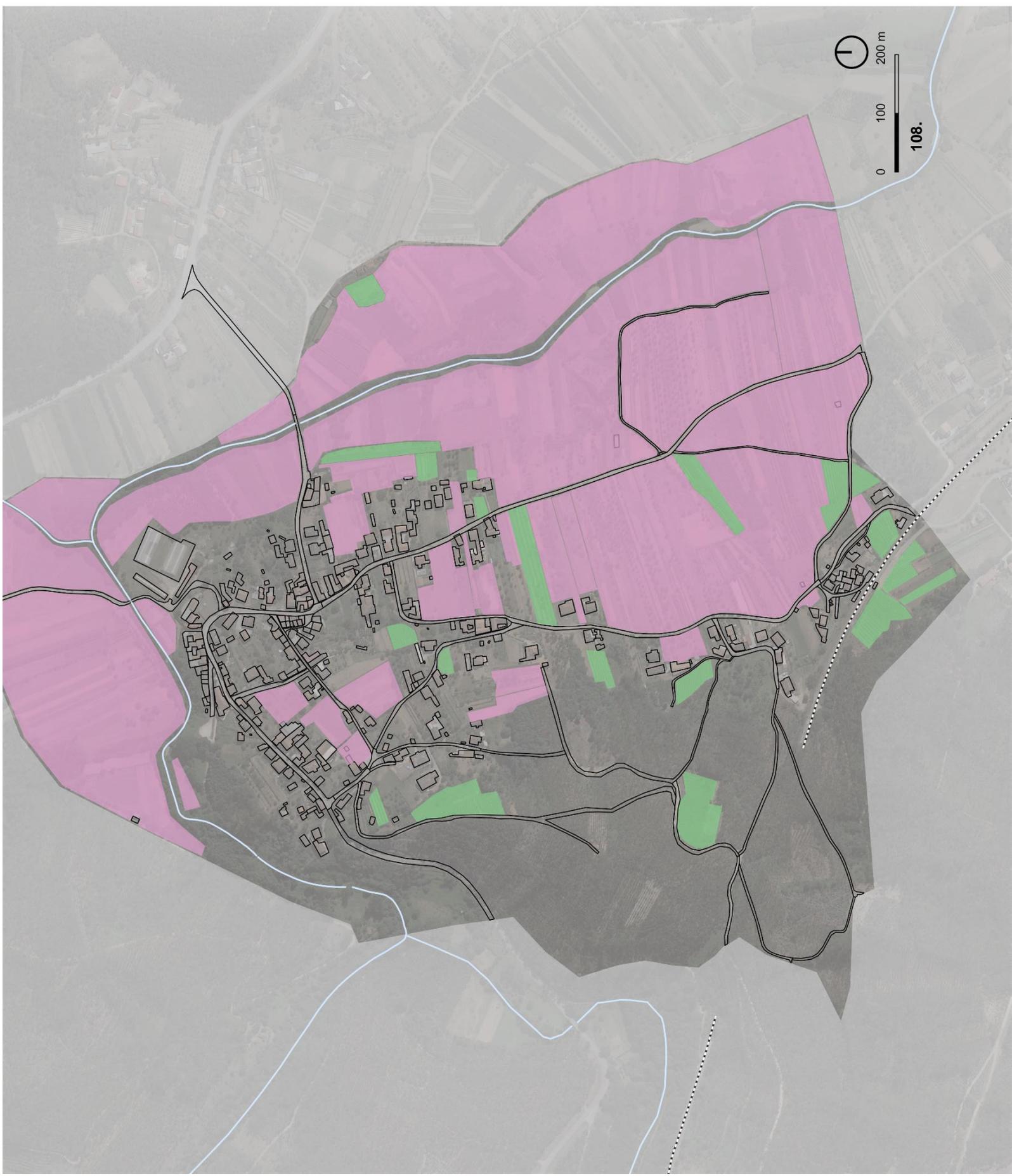
- Eiras Fontanários Lavadouro
- Largo
- Zona de Convívio
- Adro
- Zona Desportiva
- Linha de Água
- Linha de comboio

107.

Monte Lobos | Mortágua

5_Áreas Agrícolas

- Campos Agrícolas
- Campos de Vinhas
- Linha de Água
- Linha de comboio



A aldeia de Monte Lobos conta com 150 habitantes e é servida pela rede pública de abastecimento de água e saneamento, e também é servida de rede de eletricidade e comunicações (telefone e internet). O aglomerado tradicional de construções em pedra de xisto foi desaparecendo ao longo dos anos e hoje a maioria dos edifícios são de construção recente, permanecendo apenas algumas construções antigas pontualmente ao longo de todo o aglomerado. A organização da aldeia foi-se alterando, com as novas construções a ocuparem a zona mais a sul, mas nem só, ao longo dos tempos em todo o aglomerado se foram construindo e inserindo novas construções, em espaços livres ou substituindo as antigas habitações, enquanto algumas as antigas habitações passaram a ser usadas como anexos agrícolas. Estes edifícios mais recentes apresentam uma forma e imagem que alteram a identidade original da aldeia.

A escolha desta aldeia para integrar na Rede de Aldeias deve-se ao facto de esta possuir não só uma paisagem de campos agrícolas, naturais em harmonia com o aglomerado, mas pelo potencial agrícola que esta aldeia tem.

Depois de uma primeira visita de reconhecimento da aldeia, a análise do “Tipo de Edificado” e do, “Estado de Conservação”, dos edifícios pertencentes a esta aldeia permitiu identificar quais são as zonas mais frágeis do aglomerado que necessitam de ser recuperadas e reabilitadas.

Desta forma, começamos então por fazer o levantamento do “Tipo de Edificado”, verificando que a aldeia de Monte de Lobos é composta, mais ou menos, por 294 edificações, das quais 128 são habitações, 118 anexos agrícolas, espigueiros, 2 estufas, 5 são equipamentos ou serviços, e um estabelecimento de comércio ou restauração, e por último, mais ou menos 40 edificações encontram-se devolutas.

Junto à capela localiza-se a sede da Associação Cultural e Recreativa de Monte de Lobos onde se realiza a festa de São Silvestre e outro tipo de eventos. Um apeadeiro, da Linha da Beira Alta, que serve a localidade de Monte Lobos. Próximo deste existe ainda uma pequena capelinha e o lavadouro de uso comunitário.

A nível de equipamentos de saúde, não existe nesta aldeia posto de saúde e farmácias só na Vila de Mortágua. Mas é de referir que uma vez por mês se desloca uma carrinha de apoio médico à aldeia, de auxílio à população. Ao percorrer a aldeia é ainda possível observar a existência de vários fontanários, que servem a aldeia.

A análise do registo do “Estado de Conservação” do edificado possibilita compreender que as edificações em “bom estado” são na sua maioria as habitações e edifícios de construção mais recente. Já os edifícios em “estado razoável”, demonstram algumas fragilidades e deterioração devido à falta de manutenção, sendo estes construções também recentes mas também de construção antiga, em pedra e madeira.



109.



110.



111.



112.

109. Associação Cultural e Recreativa de Monte Lobos

110. Apeadeiro de Monte Lobos (Linha da Beira Alta)

111. Café Marques

112. Capela de São Silvestre

Apesar do seu estado, algumas ainda são habitadas, e outras encontram-se em avançado estado de degradação, mas têm ainda potencial para serem reabilitadas e adaptadas a outros fins/funções. Em “ruína” classificamos só algumas construções de arquitetura vernácula.

A arquitetura vernácula de Monte Lobos situa-se na zona central da aldeia e mais próxima da Ribeira, zona mais antiga, onde ainda são visíveis algumas construções típicas, construídas com pedra de xisto e estrutura de madeira, com dois ou um piso e cobertura de duas águas e telha de barro. Atualmente algumas destas construções de carácter vernacular são usadas como anexos agrícolas.

Em análise às “Áreas Agrícolas”, verificamos que em Monte Lobos existe uma forte presença de campos agrícolas. É um núcleo rodeado por várzeas, junto à Ribeira. Estas várzeas demonstram a grande importância que a prática agrícola tinha e tem para esta aldeia. Sendo atualmente exclusivo para consumo próprio e familiar, mas em tempos produzia toneladas de produtos hortícolas para venda nacional e internacional.

Estes campos têm um grande potencial para a produção agrícola em grandes quantidades, isto porque estes solos são muito férteis e a sua proximidade com a água, facilita a irrigação. Existe ainda um local de produção em estufa destinada à produção de espécies arbóreas. Esta aldeia contém também na encosta junto à linha de caminho-de-ferro, terrenos agrícolas (vinhas), para produção vinícola.

Quanto ao levantamento dos “Espaços Públicos”, à semelhança das restantes aldeias da Rede, o primeiro espaço identificado corresponde ao adro da capela em louvor a São Silvestre, local de importante vivência, situada na Rua de São Silvestre, rua de pequenas dimensões, que devido ao reduzido fluxo viário permite em altura de cerimónias religiosas que esta zona seja de convívio. A outra zona de convívio situa-se junto à Associação Cultural e Recreativa de Monte de Lobos, localizada na Rua Principal, este local serve a festa em honra a São Silvestre, e no seu exterior (no lateral do edifício) existe um espaço público com um fontanário e um ou dois bancos, onde a população convive. É ainda de referir que devido à largura da rua principal e com a falta de estacionamento é possível o estacionamento ao longo da mesma. Consideramos ainda como zona de convívio o espaço do lavadouro, que apesar das novas tecnologias e adaptações às habitações, ainda é usado pela comunidade.

Quanto ao “Tipo de Pavimento”, o núcleo apresenta uma rede viária em bom estado de conservação, a presença de estradas em pedra, mais precisamente calçada, nesta aldeia ainda é bem presente e mantida até aos dias de hoje. No entanto, a maioria das vias são de pequenas dimensões, com largura apenas para circular um carro. Já a Rua Principal, que é também a estrada municipal M608, que estabelece a ligação entre



113. Casas Típicas (Atual função-Anexos)

114. Campos Agrícolas

115. Campos Agrícolas e Estufas

116. Campos de Vinhas junto à linha de caminho-de-ferro

117. Espaço "Adro" da Capela de São Silvestre

Viseu e Mortágua, mantém ainda a sua característica em pedra, mas de maiores dimensões, possibilitando o cruzamento de dois automóveis. No entanto, nesta aldeia também já existem acessos em asfalto e os restantes arruamentos que fazem ligação aos campos são caminhos de terra batida.

Outra análise que se tentou fazer foi o registo da frequência de utilização sazonal ou permanente, mas devido à dimensão do aglomerado, foi impossível fazer este levantamento.

Por fim, é de destacar a inserção da aldeia de Monte de Lobos nos percursos pedestres, um deles impulsionado pela Associação Cultural e Recreativa de Monte de Lobos. Atividade que promove o contato com a natureza ao mesmo tempo que dá a conhecer o património local. Este percurso deveria ser mais divulgado e devidamente assinalado e melhorado, de modo a criar as devidas condições a quem o percorre.



118. Rua Principal – em Calçada

119. Rua Principal – em Calçada

120. Rua São Silvestre – em Calçada

Pala, sede de freguesia com 1016 habitantes, encontra-se situada na zona norte do concelho de Mortágua, a uma distância de 4,8km da Vila. Pala esteve sobre a jurisdição eclesiástica do convento de Santa Cruz de Coimbra até ao séc. XIX. Foi inicialmente pertença do conde Ovieco Garcia que no séc. X doou parte das suas terras ao Mosteiro do Lorvão, incluindo a freguesia de Pala (Sá, Neto, Abreu & Gonçalves, 2001:50). Só no período da Reconquista Cristã, com a ocupação de terras por parte do exército cristão de D. Afonso Henriques é que as terras de Pala passaram a fazer parte da Coroa Portuguesa. Pala em tempos ter-se-á chamado de S. Gens, nome que se conserva até a atualidade. Visto que foi o nome dado à típica festa realizada anualmente em Agosto dedicada a S. Gens. Que representa o agricultor, sendo considerado o padroeiro dos agricultores, evocado contra a seca. Pala é uma terra de agricultores, integrante da Várzea de Mortágua, poderá ser este o motivo que levou esta aldeia a venerar este santo padroeiro.

A freguesia de Pala em tempos era atravessada por uma das principais vias de comunicação do concelho, que fazia ligação a Aveiro e Porto (estrada de Aveiro ou estrada de Almocreves), esta via sofreu grandes movimentos estratégicos criados pelas tropas napoleónicas, em 1810, na altura da 3ª invasão francesa.

Pala é uma aldeia muito antiga, o seu nome provém do latim, designado de pá (de limpar o grão) e enxada.

Concelho: Mortágua

Distância ao Centro da Vila de Mortágua: 4,8 Km

Habitantes Permanentes:+ /-62

Padroeiro: São Gens

Produtos:

- Castanha
- Chanfana com batata e grelos
- Bacalhau com batata a murro e o azeite e broa

Festas e Eventos:

- Agosto: realizada em honra de São Gens

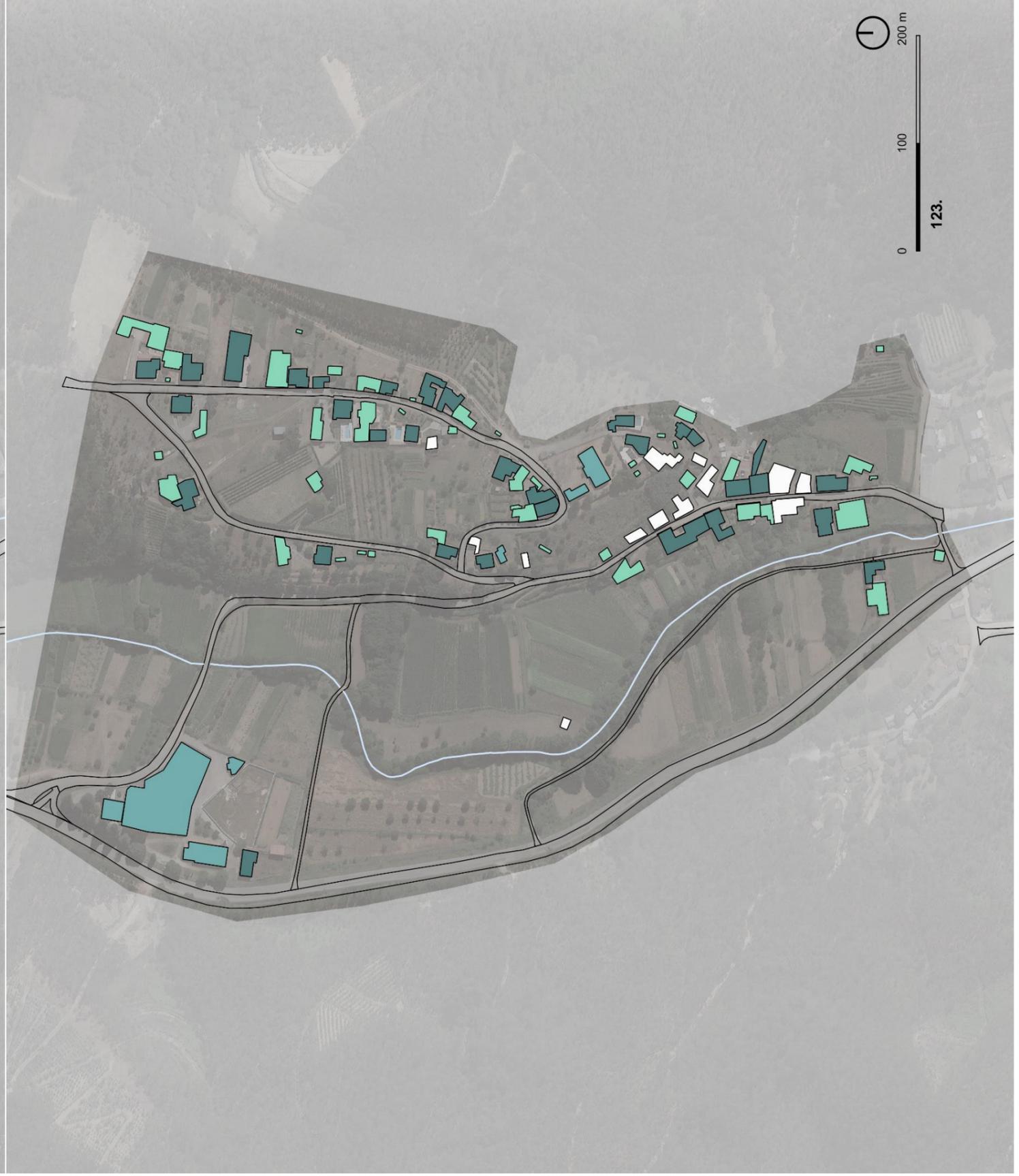
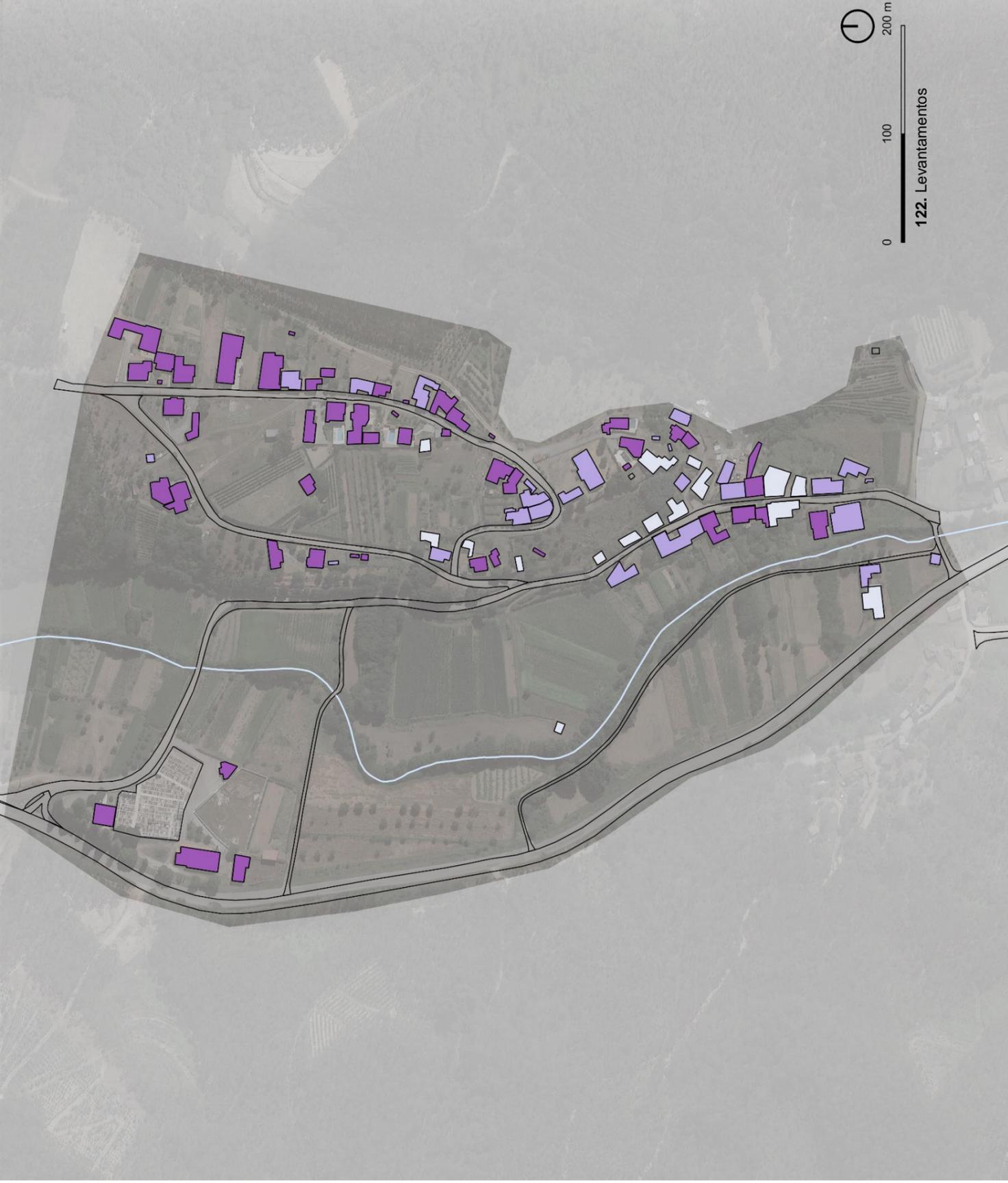
Serviços e equipamentos:

- Cemitério

Pala



121. Aldeia de Pala





Pala I Mortágua

- 3_Tipo de Pavimento
- Estradas em Calçada
 - Estradas de terra Batida
 - Estradas em Asfalto
 - Linha de Água
 - Linha de comboio

124.



Pala I Mortágua

- 4_Tipo de Ocupação
- Ocupação Sazonal
 - Ocupação Permanente
 - Linha de Água
 - Linha de comboio

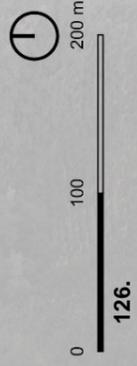
125.



Pala I Mortágua

5_ Espaços Públicos

- Eiras Fontanários Lavadouro
- Largo
- Zona de Convívio
- Adiro
- Zona Desportiva
- Linha de Água
- Linha de comboio



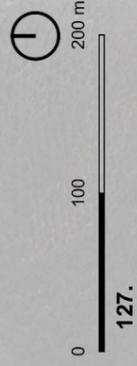
126.



Pala I Mortágua

6_ Áreas Agrícolas

- Campos Agrícolas
- Campos de Vinhas
- Linha de Água
- Linha de comboio



127.

A escolha deste aglomerado para esta Rede deve-se ao facto de ter edifícios de construções antigas que podem ser reabilitados para diversos fins, principalmente habitação e alojamento, e à existência de área de cultivo/agrícola, que pode trabalhar em conjunto e parceria com a aldeia de Monte Lobos, criado um plano de subsistência e de aprendizagem para a Rede e para o Concelho.

Como temos vindo a fazer anteriormente como os outros aglomerados, procedemos a uma análise, do “Tipo de Edificado”. Seguidamente aproveitamos para fazer o levantamento e análise do Estado de Conservação dos edifícios, de maneira a perceber qual o seu impacto no conjunto edificado. Pala é constituída por mais ou menos 96 edificações, em que 33 são habitações, 44 são anexos e anexos agrícolas, 4 são equipamentos ou serviços e por último aproximadamente 15 edificações devolutos.

Devido à pequena dimensão deste aglomerado permitiu-nos realizar o levantamento do “Tipo de Ocupação”, dos edifícios desta aldeia. Através deste levantamento verificou-se que a maioria das habitações existentes são de uso permanente, outras apesar de em menor número são de ocupação sazonal, este tipo de ocupação é associado à ocupação em tempo de férias ou em fins-de-semana prolongados, e existem ainda outras, que estão devolutas.

Quanto à análise do “Estado de Conservação”, o “bom estado” corresponde aos edifícios mais recentes e ainda a alguns edifícios recuperados para habitação, equipamentos e alguns anexos. Acrescentamos ainda que o “estado razoável e em ruína” corresponde aos edifícios que demonstram fragilidades e deterioração devido à falta de manutenção, correspondem normalmente a construções antigas.

Seguidamente passamos à análise dos “Espaços Públicos”, de modo a identificar zonas públicas e de convívio. Identificamos duas eiras, são equipamentos importantes na vida da aldeia, são locais que cumprem também uma função social, era na eira que o povo se juntava, para fazer a debulha, o escamisar do milho, se limpava a azeitona etc. Outro espaço público o adro da capela em louvor a Santa Ana, local dedicado a cerimónias religiosas, de carácter simbólico onde as pessoas permanecem e convivem no fim de cada missa e reza do terço, depois um outro espaço também dedicado à religião, o adro da Igreja Paroquial de Pala, local de simbolismo e afeto, mas acima de tudo trata-se de um local de reunião e permanência nos momentos antecedentes e que seguem as cerimónias religiosas. De seguida o fontanário, local onde a população ou o visitante “mata” a sede depois de um passeio ou depois de um dia de trabalho, servia em tempos para abastecer as casas. Uma outra zona de convívio ao ar livre, é o local onde se realiza a festa em honra a S.Gens.



128. Habitação típica, atualmente Anexo

129. / 130. Antiga Habitação e seu interior

131. Fontanário de Pala

Esta é também uma área usada para jogos de futebol e outras atividades ou festividades. É ainda usado pela comunidade para a seca de cereais. Por último, outra zona que consideramos de convívio, situada ao ar livre, um local onde existe um banco entre duas oliveiras à borda do caminho, local onde as pessoas permanecem e descansam, aproveitam e disfrutam da paisagem dos campos, da natureza e da aldeia.

A análise das “Áreas Agrícolas”, demonstra a presença de um vasto conjunto de campos agrícolas, que em harmonia com a água e com o espaço construído (aldeia) definem este aglomerado. A presença destes campos demonstra a importância que a prática agrícola tinha e tem para esta aldeia, embora atualmente seja para consumo próprio e familiar.

Por último, a análise ao “Tipo de Pavimento” existente na aldeia. Esta apresenta todos os acessos já em asfalto, contudo e apesar de asfalto, estes não se encontram em muito bom estado de conservação. Os restantes caminhos de acesso aos campos são em terra batida.



132. Espaço da Festa em Honra a São Gens e local onde se realizam jogos

133. Campos Agrícolas

134. Ribeira e Campo de Oliveiras

Laceiras pequeno núcleo pertencente à freguesia de Pala, esta é conhecida por ser a aldeia que viu nascer a 10 de Março de 1977 o escritor e político republicano, Tomás da Fonseca⁴¹.

Este conjunto apresenta características de montanha/serra com declives. A implantação e estruturação desta aldeia é feita ao longo da rua principal. A periferia do aglomerado é composta por campos de cultivo e por floresta, onde predomina o eucalipto. É uma aldeia constituída por mais ou menos 20 habitantes. Atualmente a agricultura e a criação de animais, são ainda duas atividades bem presentes na vida desta população.

Esta é ainda a aldeia onde se dá início ao PR1 MRT Percurso Pedestre das Quedas de Água das Paredes, onde se pode apreciar a variedade de biodiversidade e a relação da água com a paisagem e os moinhos ao longo do percurso até à aldeia vizinha.

Concelho: Mortágua

Distância ao Centro da Vila de Mortágua: 11,6 Km

Habitantes Permanentes: +/- 20

Padroeiro: Nossa Senhora da Saúde

Pontos de visita:

- Moinho
- Eiras

Produtos:

- Enchidos, Hortaliças, Mel, etc

Festas e Eventos:

- Nossa Senhora da Saúde

Experiências:

- PR1 MRT Percurso Pedestre das Quedas de Água das Paredes

Acolhimento:

- 1 Casa

⁴¹ Grande opositor ao regime ditatorial, participou em 1903 numa campanha para implantação da República. Em 1910 foi chefe de gabinete do primeiro Presidente do Ministério Republicano, Dr. Teófilo Braga. Foi deputado à Assembleia da República e em 1916 foi eleito senador pelo distrito de Viseu. Preso em 1918 por se opor à Ditadura de Sidónio Pais. Em 1941 participa na fundação do Circulo de Leitura em Mortágua. Em 1945 participa na campanha do Movimento da Unidade Democrática (MUD). Em 1947 é preso pela PIDE por protestar contra a existência do Campo de Concentração no Tarrafal, nas ilhas de Cabo Verde. Escreveu inúmeros romances, muitos tendo como palco a terra que o viu nascer, um bom retrato disso é o romance "Filha do Labão". Morreu em Lisboa a 12 de fevereiro de 1968. Em 1984, recebeu a título póstumo a Ordem da Liberdade.

Laceiras



135. Aldeia de Laceiras



Ladeiras | Mortágua

1_ Estado de Conservação

- Ruína
- Estado Razoavel
- Bom Estado
- Linha de Água
- Linha de comboio

136. Levantamentos



Ladeiras | Mortágua

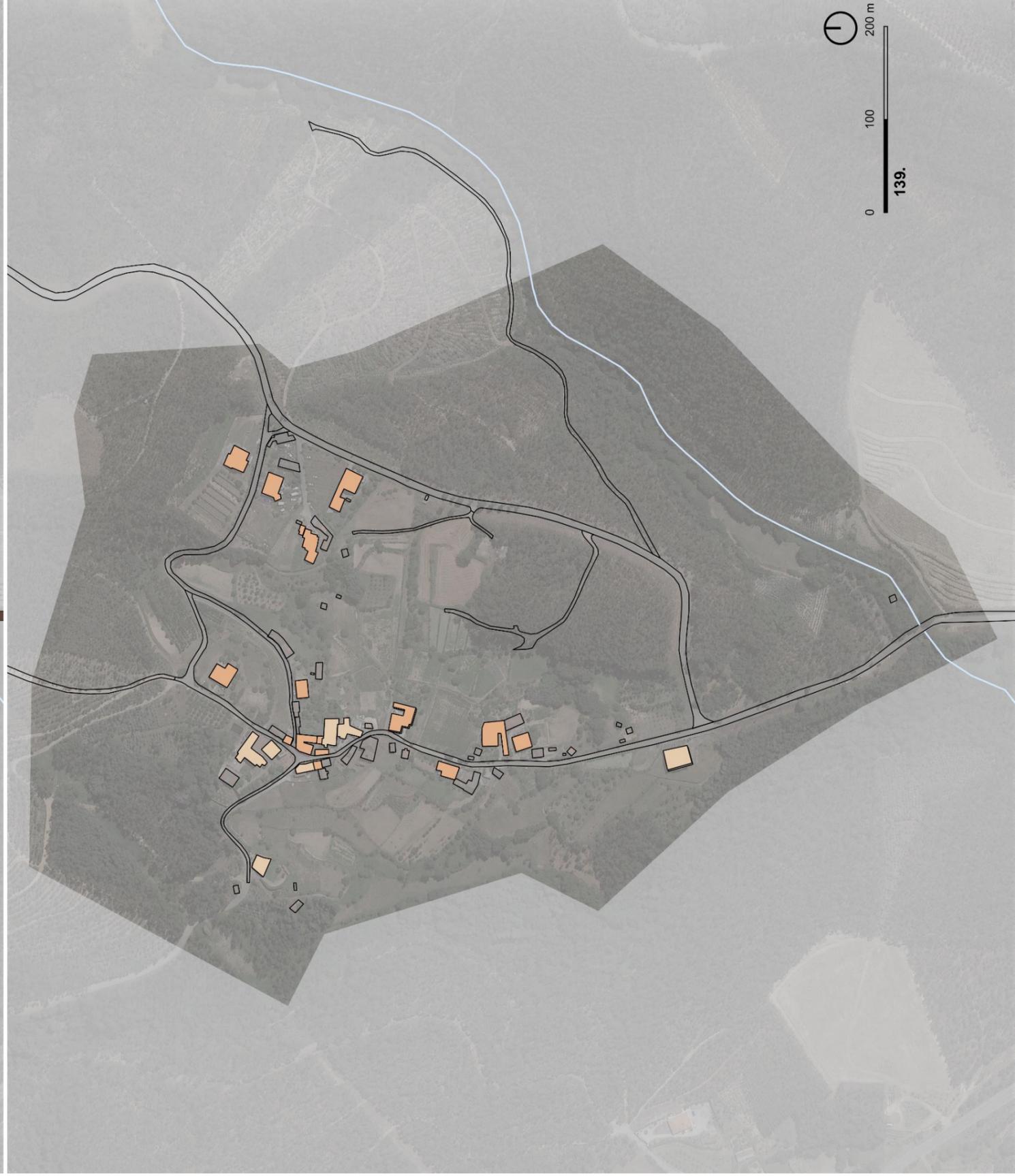
2_ Tipo de Edificado

- Edifícios Devolutos
- Anexos Agrícolas /Anexos
- Estufas
- Comércio | Restauração
- Equipamentos | Serviços
- Habitação
- Linha de Água
- Linha de comboio

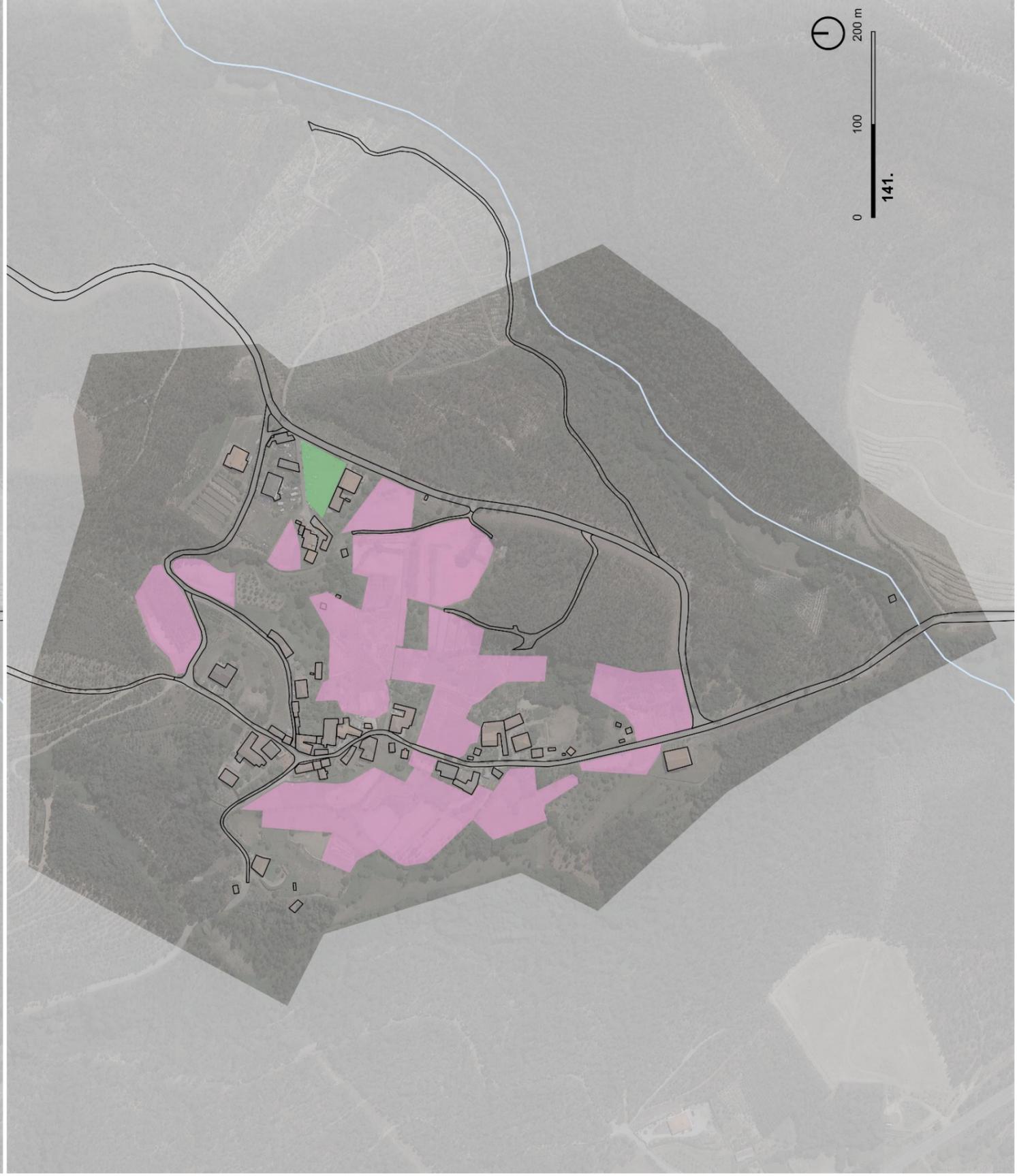
137.



Laceiras | Mortágua
 3_Tipo de Pavimento
 Estradas em Calçada
 Estradas de terra Batida
 Estradas em Asfalto
 Linha de Água
 ... Linha de comboio



Laceiras | Mortágua
 4_Tipo de Ocupação
 Ocupação Sazonal
 Ocupação Permanente
 Linha de Água
 ... Linha de comboio



A análise do “Tipo de Edificado” permite entender o núcleo e de que modo se organiza, ajudando assim a identificar os locais que apresentam fragilidades e que necessitam de intervenções de reabilitação. Laceiras é uma aldeia composta por 60 edificações divididas por 22 habitações, 28 anexos agrícolas, 2 equipamentos I serviços e 8 construções devolutas.

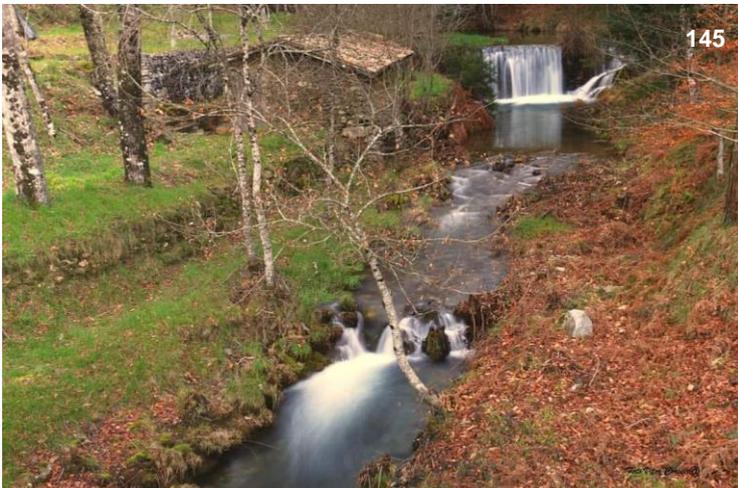
É importante mencionar que esta aldeia já possui rede de distribuição de água e saneamento básico e também rede de comunicações, apesar de ter fraca ligação à internet o que dificulta por exemplo em tempo de pandemia o trabalho e escola das pessoas e crianças que aqui habitam. Aqui, assim como nas outras aldeias a agricultura diversificada volta a ter um papel importante na subsistência da população, apesar de ser praticada, essencialmente, para consumo próprio e da família.

Quanto ao “Estado de Conservação” dos edifícios, verifica-se que o “bom estado” corresponde a habitações, sendo a maioria de construção mais recente, com exceção de três que já foram reabilitadas. No “estado razoável” integram-se e os anexos agrícolas e algumas casas mais antigas (construções em pedra de xisto) desabitadas, apesar de em grande parte demonstrar alguma degradação. As edificações consideradas em ruína (8 edifícios) têm um grande potencial para a estratégia de desenvolvimento para este aglomerado e para a Rede.

A aldeia apresenta algumas reabilitações e construções recentes que modificam um pouco a imagem do conjunto. Ainda assim é possível verificar a imagem da arquitetura vernacular em algumas construções.

Atualmente algumas construções que foram reabilitadas, salvaguardaram o aspeto exterior. Contudo ainda existem algumas construções com estas características vernaculares, que funcionam como anexos agrícolas, outras estão em ruína. Posto isto é urgente e necessário que se façam intervenções a nível da reabilitação nestas construções, ou acaba-se por perder o seu valor patrimonial.

Em análise aos “Espaços Públicos”, foi possível identificar zonas comunitárias com potencial. Segundo o que observamos e que nos foi possível observar existem duas zonas de convívio: uma zona na rua principal e outra à entrada de Laceiras. O primeiro espaço a ser identificado foi um local junto à Ribeira de Paredes e ao Moinho e que marca a entrada de Laceiras, local de convívio e de relação com o meio natural.



142. Habitação em processo de reabilitação

143. Habitação Reabilitada

144. Habitações em degradadas e em ruína

É também o local onde se inicia o “P1 Percurso Pedestre das Quedas de Água das Paredes”⁴², que faz ligação, à aldeia vizinha Paredes (que iremos abordar a seguir), um percurso que acompanha a Ribeira de Paredes, marcado pela vegetação e paisagem florestal. Mas é uma zona que neste momento necessita de algumas intervenções/adaptações a nível urbanístico, assim como o moinho que necessita de ser recuperado para a sua função inicial ou para outra função que sirva de apoio a este percurso.

O segundo espaço corresponde ao adro da capela em louvor a Nossa Senhora da Saúde, local de carácter simbólico e de convívio, ainda que as cerimónias sejam realizadas muito esporadicamente. Identificaram-se ainda algumas eiras, localizadas próximas das habitações, local de trabalho mas ao mesmo tempo de convívio, e ainda e um lavadouro.

Quanto ao estudo do, “Tipo de Pavimento”, em Laceiras, atualmente os seus arruamentos apresentam boa qualidade. Sendo que, os arruamentos principais são asfalto, de pequenas dimensões, mas permitindo a passagem de duas viaturas. Os restantes, como os acessos aos campos agrícolas são em terra batida, não justificando a sua pavimentação.

Ao analisar o conjunto apercebemo-nos da existência de um maior número de habitações do que habitantes e ao realizar o levantamento, do “Tipo de Ocupação” verificou-se que existem doze habitações de uso permanente e sete de ocupação sazonal, ocupadas em tempos de férias ou nos fins-de-semana.

Por último a análise às “Áreas Agrícolas”, onde podemos verificar que em termos de quantidade são poucos os terrenos agrícolas existentes nesta aldeia, sendo que, os que existem são de acesso fácil, ou seja são mais próximos das habitações e a produção serve só para consumo próprio e familiar. Isto porque cada vez mais a população é reduzida e mais envelhecida, e muitos dos terrenos de cultivo passaram a ser áreas florestais, passando os habitantes unicamente a utilizar os mais próximos das habitações.

⁴² A criação deste percurso resultou de um projeto candidatado pela Câmara Municipal à Iniciativa Comunitária Leader +/Adices, tendo como finalidade a preservação do património natural e a promoção turística do concelho, nomeadamente do turismo de natureza.



146./147. Mapa do percurso PR1, indicação de Início de percurso e, Laceiras às Quedas de Água das Paredes

148. Moinho, situado no início do Percurso PR1

149. Anexo Agrícola

150. Eira

Paredes é uma aldeia pertencente à freguesia de Pala, situada na serra, por entre as árvores, neste caso e atualmente por eucaliptos. Paredes também é considerada uma aldeia muito antiga e a sua designação terá a ver com uma fortificação (Sá, António, et al. 2001:41).

A aldeia de Paredes é constituída maioritariamente por um conjunto de edificações em pedra de xisto, muitas delas conservam o seu carácter construtivo, mas apenas 4 ou 5 são habitadas, sendo que a restante população habita em casas de construção mais recente fora do núcleo mais antigo dispersando-se pela área envolvente da aldeia.

Com isto e ao todo a aldeia de Paredes conta mais ou menos com 25 pessoas, que atualmente ainda dependem da agricultura e da criação de animais, como meio de subsistência. Apesar de existirem novas construções e de a maior parte das habitações antigas estarem ao abandono, esta aldeia ainda conseguiu manter a estrutura antiga do seu núcleo inicial, bem como o seu património cultural, material e imaterial de uma forma quase inalterada. A criação do homem, do seu património construído (habitações, eiras, espigueiros), em harmonia com a paisagem natural e de relação harmoniosa com os campos agrícolas ainda é algo bem presente nesta aldeia.

Esta é também conhecida pela aldeia das Quedas de Água das Paredes onde se dá continuação ao PR1 MRT Percurso Pedestre das Quedas de Água das Paredes que tem início na aldeia de Laceiras.

Concelho: Mortágua

Distância ao Centro da Vila de Mortágua: 12,9 Km

Habitantes Permanentes: +/-25

Padroeiro: Santa Luzia

Pontos de visita:

- Quedas de Água das Paredes

Produtos:

- Bolo de Cornos
- Chanfana com batata e grelos
- Enchidos

Festas e Eventos:

- Dezembro, Festa de Santa Luzia

Experiências:

- | PR1 MRT Percurso Pedestre das Quedas de Água das Paredes

Alojamento:

- 1 Habitação de alojamento local

Paredes



151. Aldeia de Paredes



Paredes | Mortágua

1_ Estado de Conservação

- Ruína
- Estado Razoavel
- Bom Estado
- Linha de Água
- Linha de comboio

152. Levantamentos



Paredes | Mortágua

2_ Tipo de Edificado

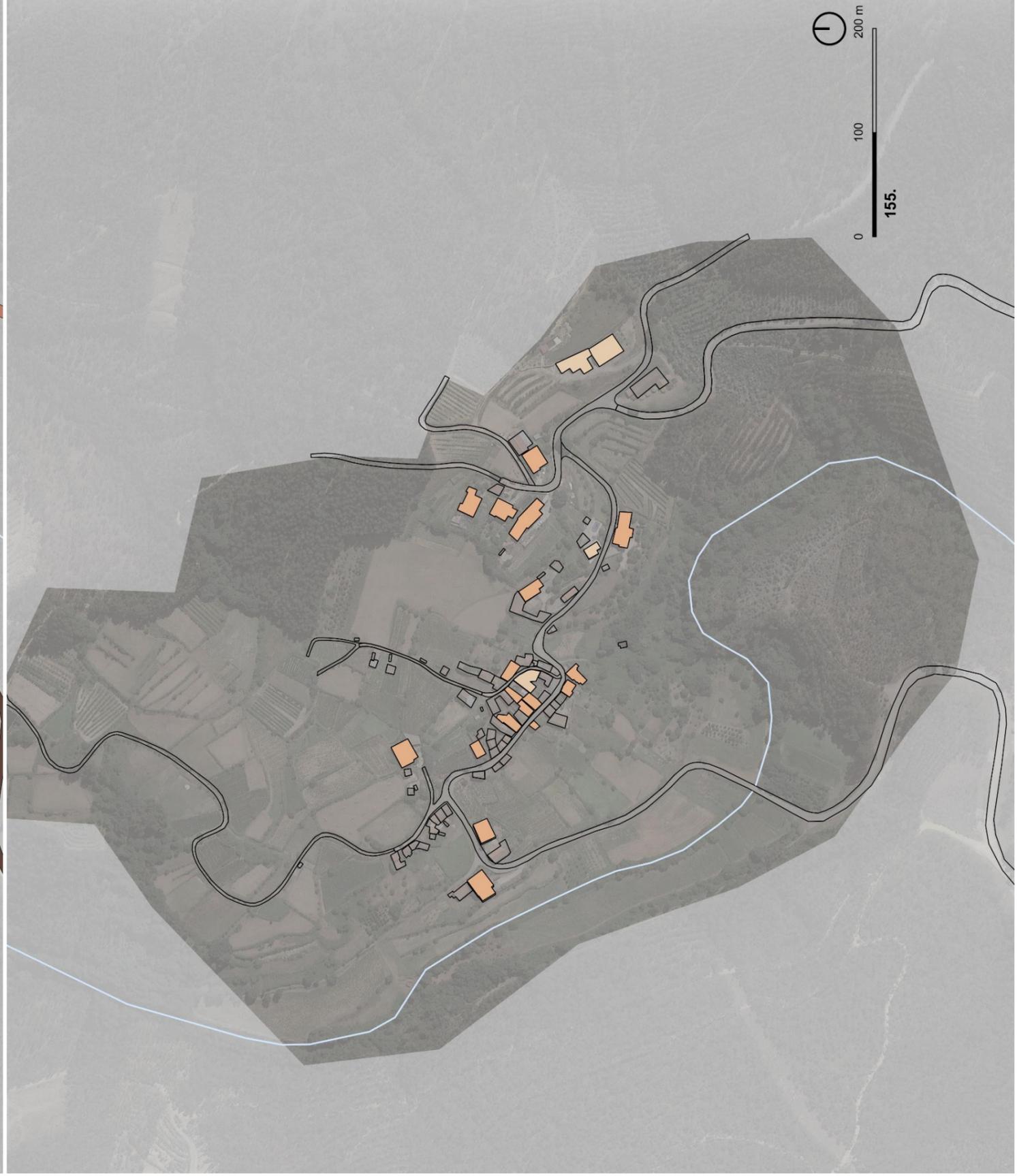
- Edifícios Devolutos
- Anexos Agrícolas /Anexos
- Estufas
- Comércio | Restauração
- Equipamentos | Serviços
- Habitação
- Linha de Água
- Linha de comboio

153.



Paredes I Mortágua

- 3_Tipo de Pavimento
- Estradas em Calçada
 - Estradas de terra Batida
 - Estradas em Asfalto
 - Linha de Água
 - Linha de comboio



Paredes I Mortágua

- 4_Tipo de Ocupação
- Ocupação Sazonal
 - Ocupação Permanente
 - Linha de Água
 - Linha de comboio



Paredes I Mortágua

5_Espaços Públicos

- Eiras Fontanários Lavadouro
- Largo
- Zona de Convívio
- Adro
- Zona Desportiva
- Linha de Água
- Linha de comboio



Paredes I Mortágua

6_Áreas Agrícolas

- Campos Agrícolas
- Campos de Vinhas
- Linha de Água
- Linha de comboio

Paredes assim como Laceiras é um núcleo que apresenta características de montanha. O conjunto caracteriza-se por construções organizadas que se desenvolvem, quase que exclusivamente, ao longo da rua principal (Rua de Santa Luzia). Esta é uma aldeia que sofreu poucas alterações na sua malha construída, ao percorrer a aldeia identificamos sete edifícios de construção recente. É importante ainda referir que esta aldeia já dispõem de rede pública de saneamento e águas, e também da rede de eletricidade e comunicações, mas como na aldeia anterior de Laceiras, esta rede necessita de ser melhorada, de modo a responder às necessidades dos habitantes e do visitante.

Seguindo a rua principal (Rua de Santa Luzia) começamos por estudar a área, iniciando o levantamento pelo, “Tipo de Edificado”, verificamos que a aldeia de Paredes é composta por 85 edificações, sendo que 21 são habitações, aproximadamente 48 anexos e anexos agrícolas, 4 equipamentos e serviços e 12 construções devolutas. A nível de equipamentos e serviços dispõem de uma capela em louvor a Santa Luzia, que se encontra situada no centro da aldeia, junto à rua principal, acima da cota da estrada. Existe ainda um lavadouro público que se encontra na zona mais baixa, entre as terras de cultivo e a entrada da aldeia de Paredes e ainda um pavilhão para a realização de festas e atividades e ainda um equipamento (paragem de autocarro). Após o estudo verificamos que o conjunto é maioritariamente constituído por anexos e anexos agrícolas e habitações. Deste modo verifica-se a importância, que estes representam para a aldeia, e para a agricultura local e permanecem, na memória e na identidade local.

Devido à sua dimensão foi ainda possível realizar o levantamento do “Tipo de Ocupação” dos edifícios. Onde foi possível verificar que há três habitações de uso sazonal, casas estas que pertencem a estrangeiros e emigrantes. As restantes 18 são de uso permanente. A nível de comércio esta aldeia não dispõem de qualquer estabelecimento, os habitantes para não se dirigirem ao centro da Vila esperam que o padeiro, o peixeiro ou o merceiro, tragam os seus produtos transportados em carrinhas ambulantes.

Dando seguimento à análise do “Estado de Conservação”, verificou-se que as habitações, de um modo geral, apresentam-se em “bom estado” e apresentam novos sistemas de construção. Contudo algumas das construções de arquitetura vernacular apresentam fragilidades e degradação, por isso foram classificadas como “estado razoável”. No entanto, estas tem-se mantido, porque os habitantes ainda vão fazendo a



158.



159.



160.

158. Capela em Honra a Santa Luzia

159. Lavadouro

160. Anexos agrícolas e currais

Na análise aos “Espaços Públicos”, verificamos e identificamos seis eiras, locais de trabalho mas também propícios à conversa e ao convívio entre a população. Um largo situado no centro da aldeia com um fontanário, onde as pessoas se reúnem e esperam pelo padeiro ou pelo merceiro e aproveitam para pôr a conversa em dia. O adro da capela, local de permanência e convívio durante as cerimónias religiosas. O pavilhão de festas com a sua envolvente exterior, onde são feitas as festas anuais e que serve de uso à comunidade para outros eventos. Por último um lavadouro, espaço este localizado no percurso de acesso às quedas de água das Paredes, um local onde as pessoas podem descansar e apreciar o espaço em harmonia com a natureza, e claro é também o local onde as mulheres vão lavar algumas das suas peças.

O estudo do “Tipo de Pavimento” existente na aldeia, permite concluir que os arruamentos, de pequenas dimensões, apresentam boas qualidades e são em asfalto. Ao longo dos anos estes foram sendo alterados, sem deixarem qualquer vestígio de calçada. Já os arruamentos que ligam aos campos e ao PR1 MRT Percurso Pedestre das Quedas de Água das Paredes, referido anteriormente, são em terra batida.

Nesta aldeia, é também importante referir, que existem caminhos que nos levam ao início do percurso PR1 MRT, denominado dos moinhos, visto que existem vários moinhos que antigamente eram de uso comunitário, no percurso que liga as duas aldeias de Laceiras e Paredes às Quedas de Água. Além do percurso pedestre existe um acesso viário de ligação às quedas de água. Mas este acesso é em terra batida, e não dispõe de boas condições de conservação, deste modo seria importante que este fosse devidamente sinalizado e melhorado, para facilitar o acesso às quedas de água através de automóveis.

Por último a análise às, “Áreas Agrícolas”, podemos verificar que os campos agrícolas são um pouco mais afastados das habitações, acreditamos que isto se deve ao facto de ficarem mais próximos da ribeira e por existirem mais anexos / eiras / espigueiros que permite ao agricultor guardar os seus produtos sem ter que os transportar para casa, algo também positivo, visto que deste modo permite a preservação e conservação do património rural da aldeia.



161.



162.



163.



164.



165.

161. Habitação Reabilitada

162. Edifícios degradados e em ruínas (Anexos)

163./164. Continuação do Percurso PR1 (Quedas de Água das Paredes)

165. Adro da Capela de Santa Luzia

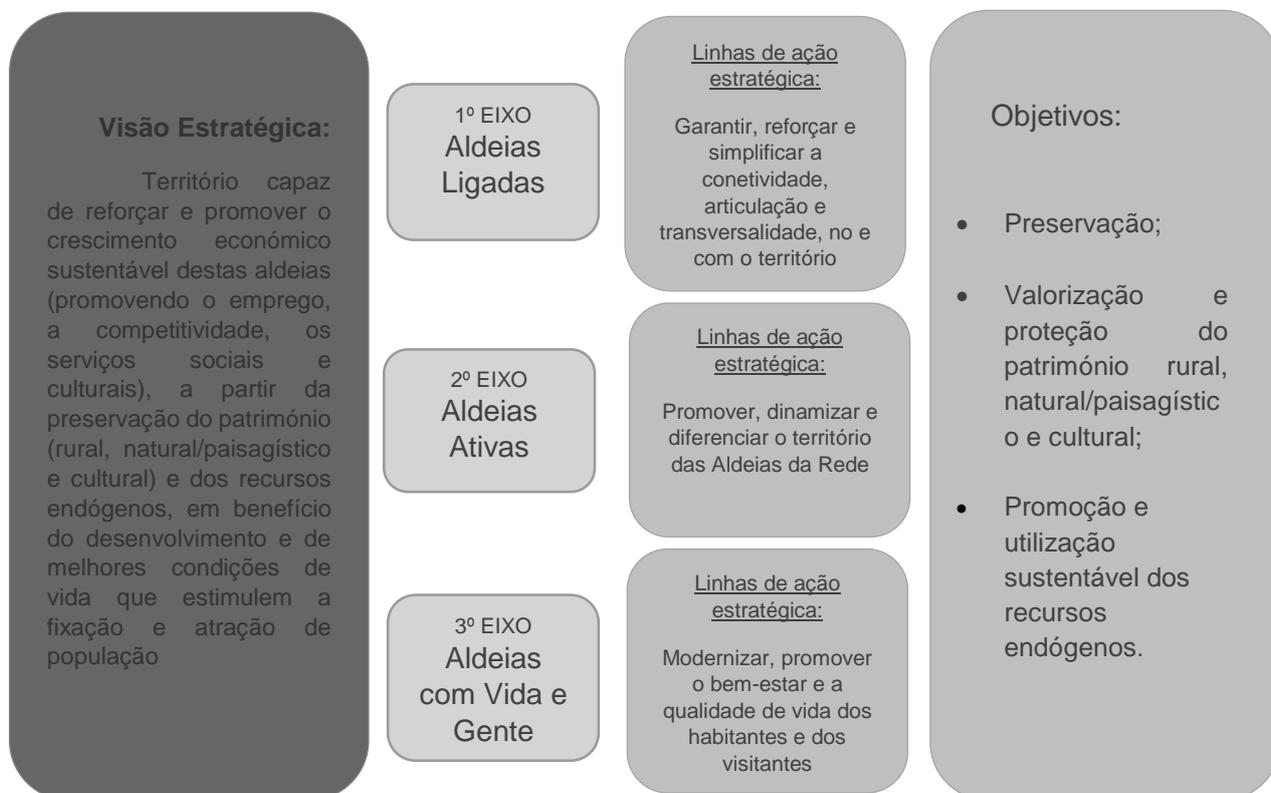
V. Da Estratégia à Rede

A Estratégia de Desenvolvimento Rural para uma Rede de Sete Aldeias

Este conjunto de sete Aldeias do Concelho de Mortágua, dispõem de um território caracterizado pela sua diversidade, cultural e natural. Porém, através da análise efetuada, constatou-se que estes aglomerados se encontram descaracterizados, pouco atrativos e aproveitados. Isto deve-se à inexistência de um planeamento de proteção, valorização e a preservação dos patrimónios (rural, cultural, natural, arquitetónico) existentes neste território. É essencial definir objetivos que contrariem as tendências de abandono e despovoamento. No entanto, a entidade administrativa com poderes sobre o concelho de Mortágua (a Câmara Municipal) tenta combater estas tendências. Mas com a falta de uma estratégia integrada para a gestão e planeamento deste território, impossibilita assim políticas (rural, geográfica e urbana) estruturantes que fomentem a coesão territorial.

Logo, propõe-se uma estratégia integrada de desenvolvimento rural territorial (sustentável) para uma rede que integra Sete Aldeias da “Serra ao Rio” do território de Mortágua. O objetivo passa por valorizar as aldeias e as suas características. A estratégia proposta assenta na dinamização dos lugares através dos seus habitantes, contrariando a tendência de abandono e estimulando a fixação de população e ainda na promoção e divulgação da Rede. A estratégia pretende um território capaz de reforçar e promover o crescimento económico sustentável destas aldeias (promovendo o emprego, a competitividade, os serviços sociais e culturais), a partir da preservação do património (rural, natural e cultural) e dos recursos endógenos, em benefício do desenvolvimento e de melhores condições de vida que estimulem a fixação e atração de população.

Logo, e tendo claro que as ferramentas base para o sucesso da estratégia são a população, os recursos endógenos e o património (rural, natural e cultural), são delineados três eixos: Aldeias Ligadas, Aldeias Ativas e Aldeias com Vida e Gente. A cada eixo correspondem um objetivo específico e um conjunto de linhas estratégicas de ação aos quais se determinam, paralelamente, a preservação, valorização e proteção do património rural, natural e cultural, e ainda, a promoção e utilização sustentável dos recursos endógenos.



O primeiro eixo, “Aldeias Ligadas”, tem como objetivo, reforçar a coesão, articulação e transversalidade (ensino, formação) no e com o território. Nesse seguimento são propostas algumas linhas de ação estratégicas que tencionam fomentar novas medidas, tais como, a melhoria da acessibilidade e das ligações entre e para os núcleos, criação de uma rede de transportes públicos e de mobilidade alternativa (veículos elétricos e bicicletas) sustentáveis, a promoção e colaboração empresarial, e ainda, o reforço das dinâmicas interdependentes das comunidades, dos produtores e das entidades.

O segundo eixo “Aldeias Ativas”, tem como objetivo promover e dinamizar o território das Aldeias da Rede de Mortágua. Deste modo são propostas linhas de ação estratégicas, nomeadamente, garantir a qualificação dos recursos humanos, através de ações de formação e ensino profissional⁴³, fornecendo às comunidades competências em áreas como construção tradicional, agricultura, gastronomia, atendimento turístico entre outras; o apoio à criação e melhoria de locais de alojamento, hotelaria e restauração; o desenvolvimento de ações de reabilitação, criação e adaptação de espaços representativos e interpretativos (moinhos, lagares, entre outros); de reabilitação de imóveis públicos e privados; de requalificação da estrutura dos edifícios de espaços comunitárias; valorização e potencialização dos produtos e atividades locais; de afirmação da identidade territorial; de promoção do desporto, lazer e cultura; de fomento do trabalho em rede; da criação e divulgação da “Marca Sete Aldeias da “Serra ao Rio”; da criação de uma rede de promoção e divulgação do território, e ainda, da diversidade, transversalidade e multifuncionalidade das ofertas.

Por fim, o terceiro eixo “Aldeias com Vida e Gente” tem como objetivo modernizar, promover o bem-estar e a qualidade de vida dos habitantes e dos visitantes. Nesse sentido são propostas linhas de ação estratégicas como apoio, através de prestação de serviços técnicos e de orientação das populações, aos novos habitantes e aos visitantes; incentivo para a conservação dos costumes e atividades tradicionais; sensibilização para o uso sustentável e para a preservação dos recursos (rurais, culturais e naturais) e do património existente, estímulo para iniciativas de envolvimento social dando ao visitante a oportunidade de “viver e aprender” o meio rural; apoio às associações locais e à sua interdependência; e ainda a promoção da participação coletiva e ativa nos processos de desenvolvimento territorial.

⁴³ Importa sensibilizar as escolas da necessidade de transmitirem e ensinarem também aos alunos, o que é o valor patrimonial das aldeias e a necessidade da defesa de identidade cultural do território, isto através de várias atividades pedagógicas em meios rurais e de relação com as comunidades.

Contudo, é essencial melhorar a competitividade agroflorestal e sustentabilidade rural, e reforçar o potencial humano e os serviços agrícolas nas zonas rurais. Fazendo assim com que seja um incentivo para os habitantes e para quem tenciona ir viver nas aldeias. Pretende-se investir no meio agrícola, oferecendo novas oportunidades e apoios aos mais jovens e não só, fazendo assim com que haja ainda mais postos de trabalho e possibilitando a fixação nestes meios rurais. Para isto é necessário criar apoios e formações relacionados com o setor como referido anteriormente.

Deste modo, é necessário esclarecer que existem métodos para o sucesso destes três eixos, como, por exemplo, o envolvimento da população, que exige a sua habilitação e qualificação, com a finalidade de assegurar o diálogo e a cooperação entre a comunidade e as entidades relevantes para este propósito. Também, a cooperação entre a Câmara Municipal e entidades de formação, especialmente instituições de ensino capazes de aumentar a capacidade de inovação e desenvolvimento de novas soluções. Seguidamente, a colaboração empresarial entre produtores locais, através de compra e venda de produtos locais, que são o que dinamiza a economia local. Ainda, medidas que reforcem o desenvolvimento regional através da inclusão e da atratividade, e também da cooperação, internacional e nacional, entre os vários produtores locais, possibilitando o aumento da exportação de produtos regionais, visto que existe capacidade e qualidade que torne tudo isto viável.

A proposta de uma estratégia integrada tem de ser posta em prática a partir de uma associação, multidisciplinar, com equipas, com habilitações técnicas de operacionalização no terreno e de diálogo com a população e com as entidades locais. Logo, propõe-se a criação da Associação de Desenvolvimento Rural Integrado da Rede de Aldeias de Mortágua (ADRIRAM) com o objetivo de colocar em prática a estratégia proposta. Sendo os objetivos da associação promover o desenvolvimento das comunidades locais, assegurar a valorização da diversidade do património (rural, cultural e natural), dos recursos endógenos, da paisagem e natureza, e ainda assegurar a preservação das Aldeias de Mortágua, pertencentes à Rede.

Para isso, a ADRIRAM deve ser constituída por representantes da entidade administrativa do município, por representantes das associações locais e, ainda, por parceiros privados e públicos. Deve ainda incluir uma secção técnica, um Gabinete Técnico Local multidisciplinar, possibilitando assim o planeamento e a gestão integrada, o diálogo e a transversalidade entre os vários agentes do território de Mortágua.

De acordo com as possibilidades de atuação da associação, para facilitar a execução da estratégia, propõe-se um modelo de intervenção que assenta num sistema de planeamento que qualifique o território das Aldeias de Mortágua, de modo a melhorar e assegurar a vivência nas mesmas. Como verificado anteriormente, Mortágua tem um território amplo e diverso, com vários ambientes e paisagens distintas, de costumes, saberes e tradições. Se é evidente que existem várias características comuns a toda a região, principalmente relativamente às atividades culturais e económicas, por outro lado, existem diferenças e elementos distintivos. A ligação do Homem com o meio natural permitiu a subsistência das comunidades, isto a partir do desenvolvimento de atividades como a agricultura (hortícola, cereais, vinho, azeite), pecuária, moagem de cereais, produção de mel, produção de cerâmica e tecelagem, entre outros. Logo, os produtos de cultivo e os produtos tradicionais são semelhantes nas várias aldeias do território. Com o artesanato, as atividades e tradições acontecem o mesmo.

Todos estes aspetos conduzem para a ideia de uma região homogénea. Contudo, a partir da análise e do diagnóstico percebemos que essas semelhanças não são lineares. As diferenças morfológicas do território apresentam formas distintas de interação entre o meio rural/natural e o homem, dando origem a ambientes únicos, representados nas paisagens. O desafio passa, principalmente, por encontrar semelhanças entre lugares e aldeias, de modo a potencializá-las através da ligação e relação de dependência entre aldeias, mas ainda por valorizar as diferentes características (rurais, culturais ou naturais). Através do modelo de intervenção, tenciona-se incentivar as relações entre, e com, a população e entre o homem e o meio ambiente. Assim sendo, é fundamental que se valorizem e cuidem estas relações, visto que preservar é também desenvolver.

Posto isto, o modelo de intervenção proposto assenta num conjunto territorial complementar inserido no Concelho de Mortágua, a Rede de Aldeias de Mortágua da “Serra ao Rio”. Conjunto este que permite especializar e operacionalizar a implementação da estratégia de desenvolvimento rural integrada proposta. A Rede constituída por sete núcleos dispersos entre montes e vales, estruturados entre a Serra e o Rio. Pela relação, ou pela proximidade, estabelecem relações, criando assim, um conjunto de sete aldeias, sendo elas: Vale de Mouro, Marmeleira, Caparrosinha, Monte Lobos, Pala, Ladeiras e Paredes.

Para estas Sete Aldeias propomos a criação de Planos de Aldeia, ou seja, a criação de um plano estratégico que seja semelhante a todas as aldeias. Propõe-se assim, que este Plano de Aldeia adquira um instrumento de gestão territorial, semelhante aos Planos de Pormenor, em que o princípio passa pela criação de um documento operativo de planeamento, transformação e conservação dos aglomerados. Através da definição de propostas e linhas de ação ligadas à intervenção física, no seguimento de uma análise e diagnóstico do território de cada aldeia. E que delimite o planeamento da ARU para a execução da reabilitação da área urbana.

Deste modo propomos a conservação e reabilitação, dos edifícios existentes para habitações de carácter permanente (para incentivo à fixação), restauração, laboratórios e oficinas, quinta e hostel. Propomos também a requalificação de espaços públicos, das ribeiras e a criação de espaços de convívio. Propõe-se ainda a criação de vários equipamentos e serviços. Com o objetivo de contrariar a tendência de abandono e dar vida às aldeias da Rede. Propomos ainda, para estes planos de aldeia, a criação de regulamentos cujo objetivo passa por diminuir o impacto negativo devido a novas construções e até reabilitações que alteram a identidade dos aglomerados. Regulamentos estes que definam regras e medidas de construção para a execução de novas construções que se adaptem ao existente, como a volumetria e o carácter dos edifícios, e ainda regras para reabilitações, definindo o tipo de volumetria, acabamento entre outros. De modo a preservar e conservar o património existente e mantendo a memória e identidade local, evitando a descaracterização das aldeias.

A criação destes Planos de Aldeia e a sua implementação territorial propõe-se que se realize no contexto de ideias do GTL, pertencente à ADRIRAM, podendo ainda contar com a colaboração de empresas particulares que prestem serviços na área do planeamento.

A conexão e articulação entre os sete aglomerados, pelo trabalho, produção e troca de produtos ou por atividades complementares como eventos, entre outros, fomentam o desenvolvimento do conjunto. Visto que a colaboração entre as capacidades e os recursos das várias aldeias é uma mais-valia para superar as carências de cada aldeia. A rede hidrográfica, um dos recursos do concelho que esteve na origem da fixação das comunidades, é agora o mote para a definição da Rede de Aldeias. As atividades (desde a agricultura, à pesca e a outras) dependentes da água foram sendo reorganizadas ou desapareceram, e assim estas aldeias “abandonaram” as linhas de água, deixando de as preservar. Atualmente, os rios, ribeiras e canais

encontram-se quase sem uso, sem valor, o que, com o passar do tempo, pode causar danos. A importância dada a este recurso nesta rede revela-se pertinente, visto que também vem criar condições de habitabilidade das zonas fluviais e fomentar a relação entre os aglomerados. As linhas de água reforçam a unidade do conjunto e são um potencial de valorização do território para o lazer, e práticas desportivas. Pela qualidade paisagística, atraem visitantes e são também um recurso essencial à vida e à agricultura da população. Os cursos de água são elementos estruturantes e unificadores do território e contribuem para unir as diferenças existentes entre as Sete Aldeias da Rede.

Posto isto, a criação da Rede de Sete Aldeias da “Serra ao Rio”, justifica-se pela possibilidade de desenvolver a valorização do património e dos recursos endógenos e conseqüentemente minimizar a descaracterização das aldeias e mantendo a identidade local. Acreditamos que se os objetivos propostos, anteriormente, pelo modelo de intervenção, forem concretizados, será possível estimular e alterar a mentalidade dos proprietários, dos agentes responsáveis e da população em geral e ainda incentivar a conservação e a dinamização deste território. Apesar das propostas terem sido elaboradas para um conjunto de sete Aldeias, estas poderiam ser aplicadas e ajustadas às restantes aldeias do concelho, com os seus valores e características únicas. No entanto, tendo em consideração que este é um trabalho académico, a definição de prioridades para a execução da proposta de intervenção revela-se fundamental. Acredita-se que o mais importante não é a execução de todas as medidas/ações sugeridas, mas sim o resultado/efeito que estas possam provocar e estimular em cada aldeia, influenciando no desenvolvimento imediato e no sucesso da Rede de Aldeias. Todos os objetivos propostos para a Rede de Sete Aldeias da “Serra ao Rio”, têm em conta a salvaguarda do património material e imaterial das aldeias e a importância da adequação aos usos e necessidades da atualidade (contemporaneidade).

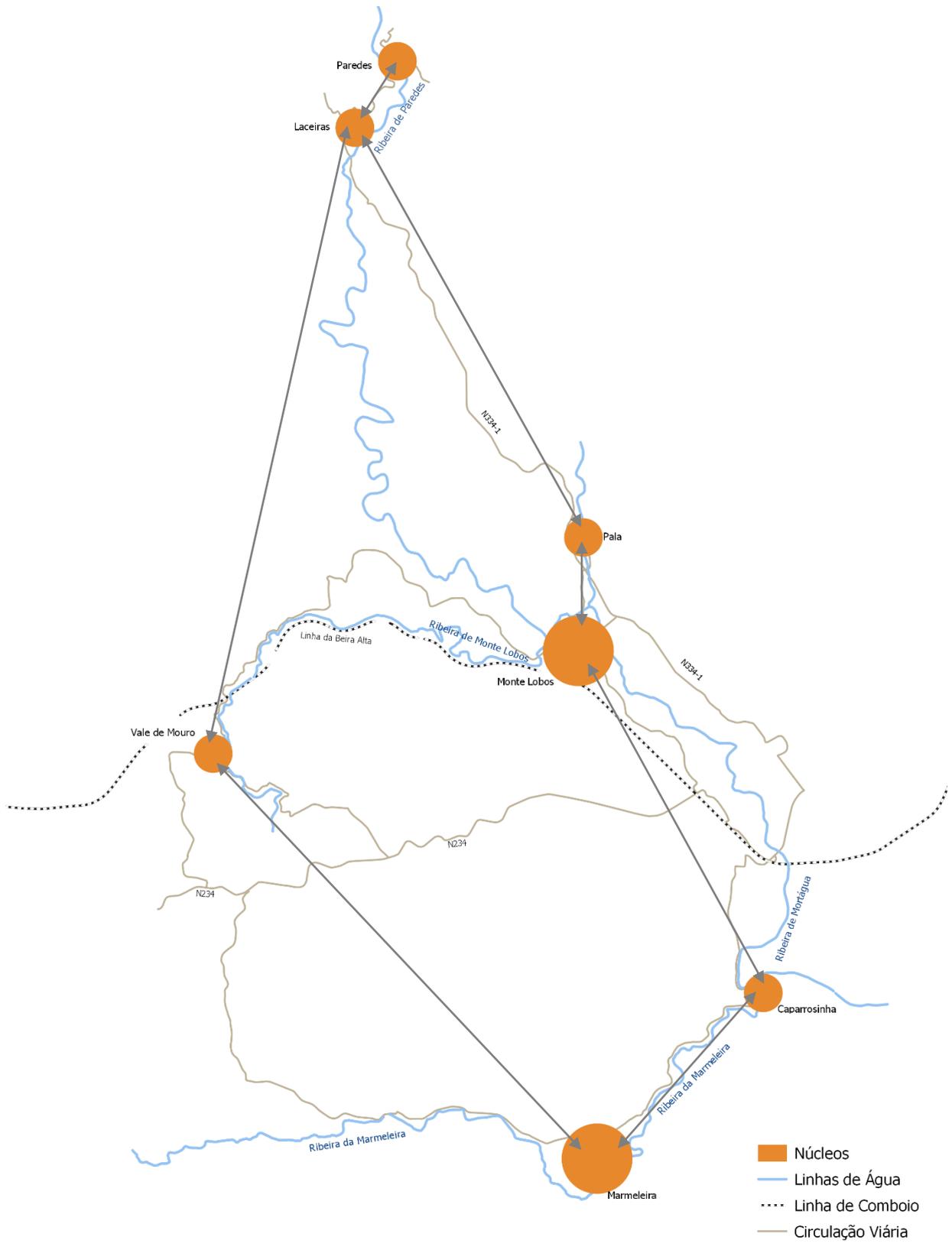
A Rede de Aldeias de Mortágua da “Serra ao Rio”

Numa época em que o crescimento urbano nos grandes centros é cada vez maior, o interesse pelo rural também cresce e Mortágua contém um conjunto de características capazes de dar resposta às “novas reivindicações ligadas à natureza e ao ambiente, a novas formas de lazer, ao turismo, ao empreendimento e a estratégias de mudança residencial” (Peixoto, 2001). Posto isto, tem-se como objetivo a criação de estruturas que proporcionem melhores condições de vida à população residente, associada à preservação do valor arquitetónico rural e cultural local. De modo a cumprir tais objetivos propôs-se um conjunto de ações de intervenção para cada aldeia que têm como finalidade proporcionar novas e variadas experiências e vivências destinadas aos residentes.

À semelhança do que acontece no caso dos exemplos de estudo referidos neste trabalho, o PAHP e o PAX, o programa estratégico proposto tem como objetivo melhorar a qualidade de vida e a beleza de viver neste Município. Com tal, é importante reabilitar as casas antigas e adaptar e melhorar algumas construções e equipamentos que tenham potencial para divulgar e dar a conhecer o património local, os produtos locais, a gastronomia e a natureza, tais como alojamento local e habitações permanentes, restauração, comércio, espaços didáticos das atividades locais (Lagares, Moinhos, Oficinas, Laboratórios). Este tipo de investimento teria de partir da união de esforços entre o público e o privado, fazendo assim com que esta fosse uma oportunidade de integração de toda a população na iniciativa, contribuindo para a integração de novos residentes.

Esta iniciativa permite conservar o património local que nos dias de hoje corre o risco de ficar abandonado e até mesmo desaparecer, devido à falta de emprego e de iniciativas e ao envelhecimento da população destes meios rurais. É essencial alterar esta tendência, criando condições que levem ao aumento do tipo de ocupação permanente, tipo de ocupação sazonal (emigrantes e visitantes), alterando opiniões e a imagem sobre o modo de vida no mundo rural, e até em relação à atividade agrícola.

Do mesmo modo que o pretendido é oferecer a oportunidade aos mais novos (em tempo de escola, ou férias) e aos visitantes, num ambiente social e comunitário e de entajuda, proporcionando aos mesmos o contacto direto com a prática agrícola, vivenciado o que em tempos e memórias do nossos antepassados era a sua vida, podemos dizer de subsistência e agora é de tristeza devido ao abandono.



167. Esquema da Rede / da Serra ao Rio

Tal como acontece com o PAHP e o PAX este Programa pretende atrair novos residentes oferecendo uma oportunidade de trocar os centros urbanos pelas aldeias e a sua natureza.

Com a proposta de uma Associação de Desenvolvimento Rural Integrado da Rede de Aldeias de Mortágua (ADRIRAM), sendo esta a entidade responsável por promover a marca da Rede da “Serra ao Rio”. Propõe-se que a associação se localize na aldeia da Marmeleira, visto que é de maior dimensão e dinâmica, sendo esta o fio condutor de todas as outras. Propomos ainda que a Associação seja a promotora de iniciativas de animação cultural e atividades do meio rural, festividades, promoção e divulgação da Rede e destes mesmos espaços, tendo estes também um pouco o papel de promover e divulgar não só a Rede mas também a Região. A associação contribuirá também para a melhoria da qualidade de vida local e para a diversificação e dinamização da atividade económica e nomeadamente na área do turismo sustentável, bem como a qualificação e divulgação do património, dos recursos naturais e humanos.

Propomos ainda, a criação de dois laboratórios, o Laboratório **Produz**, o Laboratório **Emprende e Aprende**; uma oficina, Oficina **Vive e Aprende**; uma Quinta Pedagógica; e um posto de informações, Espaço **Explora**, destinados às aldeias. Para estes equipamentos propomos que a entidade (ADRIRAM) seja a entidade gestora. Propomos que estes equipamentos sejam os principais potenciadores, promotores e dinamizadores das sete aldeias da rede, incentivando a comunidade a adquirir hábitos rurais e a melhorar o modo de vida nas mesmas. A localização de cada espaço e serviço deve-se às diversas características e potencialidades que cada aldeia dispõe e pode oferecer, possibilitando assim, as várias funções destinadas a cada espaço e serviço proposto para as aldeias da rede.

Laboratório **Produz** (na Aldeia de Vale de Mouro) – Funcionará para a troca de saberes tradicionais e pretende ser um espaço dedicado a workshops e também a realização de atividades de experimentação ao ar livre, relacionadas com o mundo rural, e com as atividades da região. Este espaço terá como objetivo dar a conhecer e dar aos visitantes, crianças das escolas e famílias, a oportunidade de trabalhar no campo e de passar pelas várias fases de processo de cada produto, desde a apanha (de azeitonas, cereais, uvas, hortaliças, girassóis, mel, entre outros), à produção de azeite, do vinho e da gastronomia tradicional (enchidos, negalhos, pratos típicos, entre outros).

Laboratório **Emprende e Aprende** (Monte Lobos e Pala) – Local onde se pode dar formação a jovens e outros que tenham vontade de mudar de vida e de aprender e

empreender no mundo rural (práticas agrícolas, artesanais entre outros), este também será um local de workshops e pedagógico dedicado às várias faixas etárias, laboratório este que depois terá à sua responsabilidade campos agrícolas e estufas de diversos produtos, tanto da aldeia de Pala como de Monte Lobos. Contudo, propomos que o laboratório, em conjunto com os profissionais (guias, pessoas especializadas até na área de crianças) e com a população, mostrem e proporcionem aos visitantes e crianças a oportunidade de realizarem várias atividades nos campos, ou nos workshops, que os ensinem e sirvam de incentivo para executarem nas suas próprias casas em família (visitantes e crianças).

Oficina **Vive e Aprende** (Aldeia Marmeleira e Caparrosinha) – Espaço dedicado à aprendizagem da produção de cereais, que depois terá workshops dedicados à produção de produtos típicos. Workshops de artesanato, como barro, linho, entre outros, e ainda workshops dedicados à fauna (como observação e estudo dos comportamento dos animais) e a possibilidade de, em conjunto com o grupo CERVAS, criar o passeio para observação de aves. Espaço dedicado a workshops de troca de prática e conhecimentos tradicionais onde seria possível usar o espaço Museológico Raízes e Memórias, para as várias atividades, relacionadas com o artesanato, alfaiataria produção de produtos típicos (pão tradicional, Bolo de Cornos, pratos típicos da região entre outros).

Quinta Pedagógica (Laceiras) – Um espaço dedicado a tempo de férias dando às crianças a oportunidade e a experiência de lidar com os animais, com a terra e os seus produtos, mas também um local dedicado aos visitantes que também queiram passar por estas mesmas experiências.

Espaço Explora (Paredes) – Um espaço destinado à divulgação do concelho e das aldeias, sendo ainda responsável por promover e dar a conhecer à comunidade, aos turistas e aos visitantes, tudo o que de melhor tem o concelho, Percursos naturais, festividades, tipos de atividades, gastronomia. Um espaço de receção ao visitante onde se dão a conhecer as várias opções de percursos diferentes dentro da Rede e do Concelho.

Detetou-se que nas sete aldeias uma das fragilidades que é comum é a falta de transportes públicos que assegure a deslocação das populações. Posto isto, como medida geral, propõe-se a criação de uma rede de transportes públicos que assegure a deslocação das comunidades entre os diferentes aglomerados e o centro da Vila, isto através de um serviço de automóveis elétricos, disponíveis à população. Para este tipo de serviço seriam criados postos de carregamento nas várias

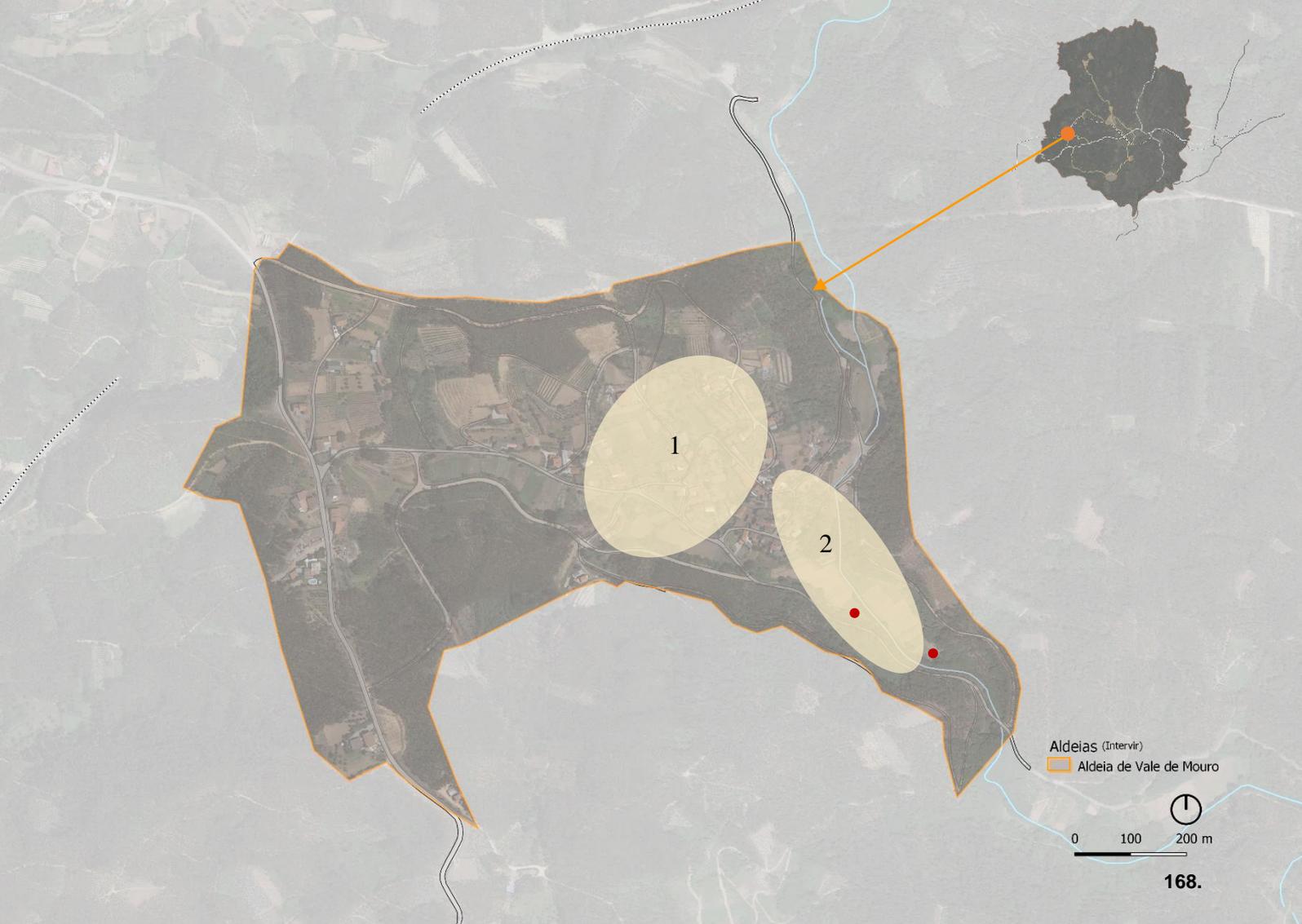
aldeias da Rede e no Concelho, mas isto pressupõe que os habitantes tenham carta e capacidade de conduzir.

Outra medida passa por assegurar a ligação aos pontos estratégicos nacionais, entre Lisboa e Porto e às aldeias da Rede, a partir do serviço de transporte ferroviário, inter-regional, realizado mais regularmente, aumentando a oferta já existente, e que permita o transporte de passageiros, entre o trajeto Porto - Lisboa até ao apeadeiro da Aldeia de Monte Lobos. A partir do apeadeiro de Monte Lobos, existirá um serviço de autocarros, por exemplo, mini-bus, que sirva a rede e que esteja ao dispor dos passageiros, assim como o serviço de aluguer de carros elétricos, possibilitando ao passageiro a facilidade de se deslocar independentemente do apeadeiro ao seu destino e permanência no Concelho.

Na aldeia de Vale de Mouro, através da Associação Cultural e Recreativa de Vale de Mouro, propõe-se a recriação de algumas das atividades tradicionais com o mundo rural, como a matança do porco, o jogo da malha, o fazer negalhos, entre outras. Desta forma e a partir das intervenções propostas de requalificação e reabilitação, para a adaptação dos espaços e edifícios a novas funções, possibilitando a criação de atividades económicas e um rendimento extra para a população.

Além da criação destas atividades propomos, para Vale de Mouro, a reabilitação do moinho e do seu espaço envolvente, (não sendo necessário reabilitar o lagar uma vez que essa reabilitação ocorreu recentemente tornando-o num espaço museológico). Propomos assim, como para o lagar, que o moinho também seja transformado em espaço museológico. No entanto, pretendemos que em ambos sejam reativadas as suas atividades de produção. Estes edifícios pretendem ser “oficinas de produção, pedagógica” onde os visitantes possam “aprender” e levar o produto que produzem, e que sirvam a comunidade da aldeia e da rede (para moer os cereais e produzir azeite, para venda e uso da comunidade da rede). Visto que ainda existem mais dois moinhos de água situados ao longo da ribeira, propõe-se a limpeza e reabilitação das suas estruturas para que seja possível visitar. De modo a ligar estes espaços propomos ainda a criação de um percurso ao longo da ribeira, em que o objetivo passa por valorizar e requalificar os espaços junto à mesma, através de um projeto de reabilitação, estruturação das linhas de água, para a criação do percurso, de ligação entre o lagar e do moinho.

Com a proposta de reabilitar e preservar os edifícios típicos que se encontram em ruínas ou degradados, (mantendo o seu aspeto arquitetónico original), propomos a criação de condições de habitabilidade, para habitação permanente, para alojamento



168. Aldeia de Vale de Moura

● 1 e 2 Zonas de Propostas a Intervir

● Moinhos

169. Rua

170. Espigueiro

171. Antiga habitação

172. Ribeira

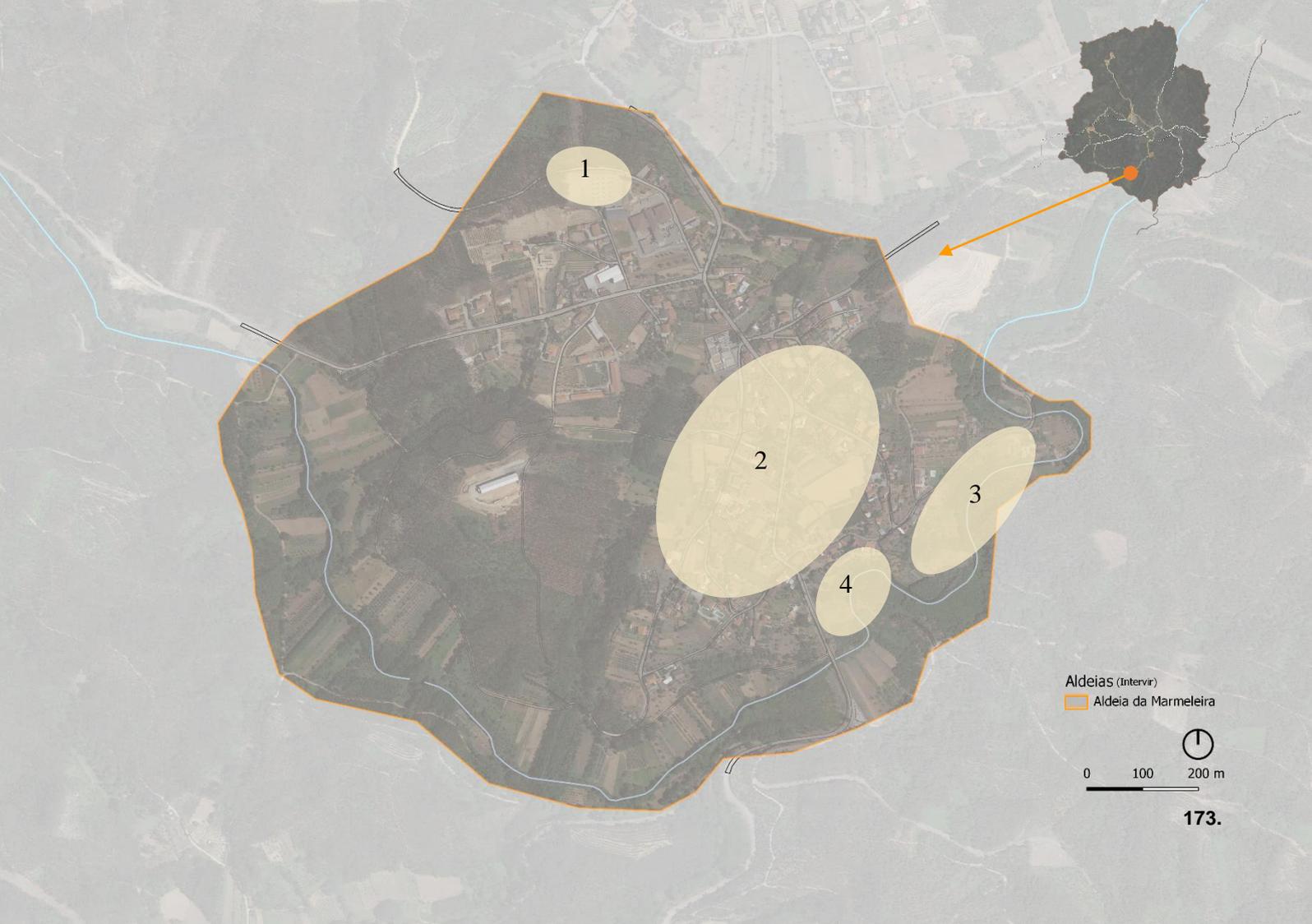
turístico, e ainda outros para outro tipo de uso e funções. Deste modo para um dos edifícios propõe-se a criação e adaptação do Laboratório “Produz” dedicado às suas funções de ensinar e produzir, a partir dos produtos locais, como mencionado anteriormente.

Propõe-se ainda a criação de uma cafetaria e mercearia num dos edifícios devolutos, para venda de produtos locais. Pretende-se, ainda, a reabilitação do interior do edifício sede da Associação da aldeia, para dar continuidade a eventos festivos, musicais, associativos e ainda lúdicos, e a criação de uma sala de jogos e um espaço para a projeção de cinema. Por fim, propomos a criação de estacionamento para a aldeia.

O aglomerado da Marmeleira é o conjunto mais desenvolvido, onde já existe o Núcleo Museológico “Raízes e Memórias” (que integra a Capela da Nossa Senhora da Ribeira, um Moinho e o parque de merendas).

Nesta aldeia existe um elemento diferenciador de grande potencial e de carácter histórico e cultural, mas que se encontra em ruína. É o Santuário da Nossa Senhora do Carmo, localizado num sítio isolado e envolto pela presença da água e da natureza. Deste modo, para esta aldeia, propõem-se duas intervenções focalizadas. Primeiramente propomos a limpeza, valorização, requalificação e reabilitação do Santuário da Nossa Senhora do Carmo e do seu espaço envolvente, adaptado à mesma outra função, como espaço de convívio e permanência com um serviço ou comércio, que satisfaça o visitante e lhe dê a oportunidade de disfrutar o monumento e o seu espaço envolvente natural e paisagístico. Por outro lado, propomos ainda a valorização e requalificação da Ribeira da Marmeleira e da envolvente do Santuário. Por conseguinte, é necessário a realização de uma intervenção urbanística que requalifique a ligação entre o espaço do Santuário, o espaço da Capela da Nossa Senhora da Ribeira e o moinho. Nesse sentido, propõem-se a criação de um percurso ao longo da ribeira que ligue os três espaços.

Para a área exterior da Capela e do Moinho propomos, a requalificação do parque de merendas que já existe, mas que se encontra desvalorizado, para a criação de um espaço de convívio - dedicado a atividades e costumes tradicionais - um parque de lazer para as crianças, e a criação de um espaço que possa receber a Feira do Pão, que aqui se realizava antigamente. Ainda a reabilitação dos equipamentos de apoio (l. S.) e a criação de um estacionamento. Propomos também a requalificação do percurso para observação das aves (percurso este que já é feito pela comunidade e pelo CERVAS, mas não está devidamente sinalizado).



173. Aldeia da Marmeleira

● 1, 2, 3, 4 Zonas de Propostas a Intervir

174. Santuário Nossa Srª do Carmo

175. Espaço envolvente do Santuário Nossa Srª do Carmo

176. Ribeira da Marmeleira

177. Moinho

178. Antiga habitação

Na zona mais antiga da aldeia propõe-se a reabilitação das casas de arquitetura vernácula, que se encontram degradadas e em ruínas, para alojamento turístico e habitações permanentes e para outras funções com por exemplo restauração.

Propõe-se ainda que o moinho, a Capela e o Núcleo Museológico estejam abertos durante o dia, para que seja possível aos visitantes, utilizarem os espaços a qualquer hora e/ou a qualquer dia da semana, sem qualquer tipo de marcação. Atualmente o espaço museológico só está aberto aos domingos 14h -18h, e para grupos de segunda a sábado por marcação (entre o período de Fevereiro a Novembro), e para grupos e eventos por marcação (no período de Dezembro a Janeiro). Seria importante continuar então com as marcações quando são grandes grupos de pessoas ou crianças, mas se este permanecesse aberto à semana, com horário estipulado, permitia a quem vem visitar a aldeia em qualquer altura do ano ou da semana, a possibilidade de visitar este local de cultura, história e memórias.

Para esta aldeia, com o objetivo de revitalizar costumes e tradições propõem-se a criação e adaptação, como já mencionado anteriormente, da Oficina “Vive e Aprende” no espaço do conjunto museológico já existente. Propõe-se ainda que a Oficina use o moinho, como local de demonstração, aprendizagem e produção, de modo a proporcionar ao aprendiz, visitante ou turista, a oportunidade de ver ou “pôr as mãos na massa” no processo de moagem dos cereais. Passando depois ao processo de produção do pão, que seria feito no espaço do museu, onde existe um forno comunitário, usado em épocas de festa e eventos. Ainda no local do moinho propomos a venda dos produtos, como farinhas, os cereais, e o pão tradicional produzido pela população local, e outros produtos como o foliar ou bolo de cornos, o que permitiria criar um ou dois postos de trabalho.

Com esta iniciativa, será possível aumentar a interação entre a população residente e visitante, dando a oportunidade aos visitantes, de aprenderem como funcionam os vários processos agrícolas e como são as suas atividades tradicionais, dando ainda a oportunidade de conhecerem e aprenderem como são feitos os produtos regionais. Propõe-se ainda que a Oficina “Vive e Aprende” trabalhe também com a aldeia de Caparrosinha, que oriente várias atividades tradicionais (como o trabalho com o milho e a azeitona) fazendo assim com que as duas aldeias funcionem em conjunto e contribuam para as restantes aldeias da Rede, e também para o Concelho.

Propõe-se ainda para esta aldeia, a reabilitação de um dos edifícios existentes para a criação de um restaurante com gastronomia típica da região e venda de produtos tradicionais da rede. Propomos também a requalificação e reabilitação do campo usado

para jogar futebol e outros desportos, proporcionando melhores condições a este espaço e incentivando à atividade física a toda a comunidade e a competições.

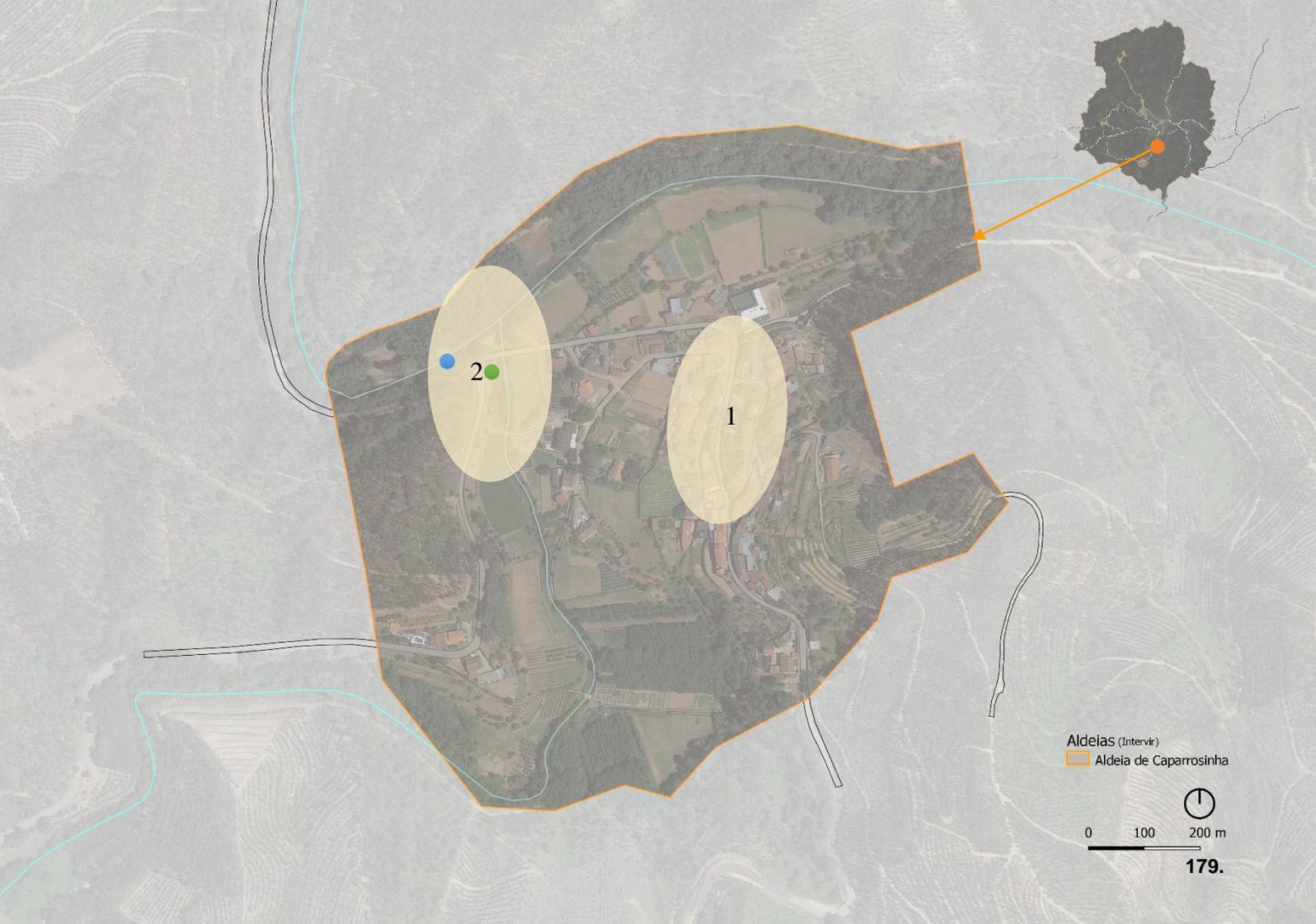
Por último, achamos pertinente que os grupos culturais existentes sejam valorizados e mais divulgados. Referimo-nos, assim, ao Grupo de Rancho Folclórico “Os Irmânicos” que ainda hoje funciona, mas que necessita de mais reconhecimento e incentivos. Existiam ainda o Grupo de Teatro Amador e o Jornal Sol Nascente, que atualmente se encontram inativos, mas que acreditamos que poderiam ser reativados com o contributo dos residentes destas aldeias. Sendo este tipo de iniciativas uma mais-valia ao desenvolvimento integrado da aldeia e da Rede.

Todas estas iniciativas podem conduzir ao sucesso do desenvolvimento integrado e sustentado do aglomerado e da região, pela criação de postos de trabalho na aldeia; atração e fixação de pessoas, mas também para o desenvolvimento da Rede de Aldeias de Mortágua da “Serra ao Rio”, criando uma marca de referência, potenciadora e de divulgação dos valores da região utilizando o marketing, gerando desenvolvimento económico. Com isto, e de modo a criar dinâmica à Rede, propomos ainda que o Rancho Folclórico da Marmeleira trabalhe em parceria com o Rancho Folclórico da Caparrosinha programando atividades, festividades musicais e de dança para toda a comunidade.

Na aldeia de Caparrosinha, o elemento que mais se destaca, diferenciador de grande potencial, são as linhas de água. A sua forte presença nesta aldeia reforça a ligação entre a envolvente e a natureza. As linhas de água que atravessam este aglomerado são a Ribeira da Marmeleira e a Ribera de Mortágua.

São duas linhas que delimitam a aldeia, com a presença de uma paisagem florestal, uma vegetação variada e campos agrícolas nas margens. No cruzamento destes dois cursos de água, mais precisamente junto à Ribeira da Marmeleira, existe um Moinho de rodizio que é o cartão-de-visita da aldeia de Caparrosinha. Porém apesar de ter sido reabilitado atualmente, não têm qualquer uso. Apesar de ser possível visitar, raramente está aberto. O mesmo acontece do lado oposto, do lado da Ribeira de Mortágua, onde existe um parque de merendas que se encontra igualmente desvalorizado. Estes dois espaços têm um grande potencial, mas necessitam de intervenções de requalificação para se tornarem mais atrativos, com melhores condições e acessos.

Posto isto, propõe-se assim uma intervenção urbanística que valorize e requalifique as duas ribeiras e os dois espaços, do moinho e do parque de merendas, e envolvente. No lado da Ribeira de Mortágua propomos a requalificação e reabilitação



179. Aldeia de Caparrosinha

1, 2, Zonas de Propostas a Intervir

180. Acesso à Ribeira de Mortágua e parque de merendas

181. Parque das Merendas

182. Moinho de Caparrosinha situado junto à Ribeira da Marmeleira

183. Habitações antigas de construção tradicional

do parque de merendas, do seu espaço envolvente, e a criação de equipamentos de apoio (I.S., duche), propõe-se ainda para este espaço a requalificação das margens da ribeira para criação de uma praia fluvial e, por último, a requalificação para melhorar os acessos ao conjunto. Do lado da Ribeira da Marmeleira propomos a requalificação da envolvente do moinho, e ainda a instalação de equipamentos e um café no exterior do espaço do moinho, permitindo a sua visita tornando-se uma mais-valia para a aldeia. Pretende-se ainda a criação de um estacionamento que sirva os dois espaços e a aldeia.

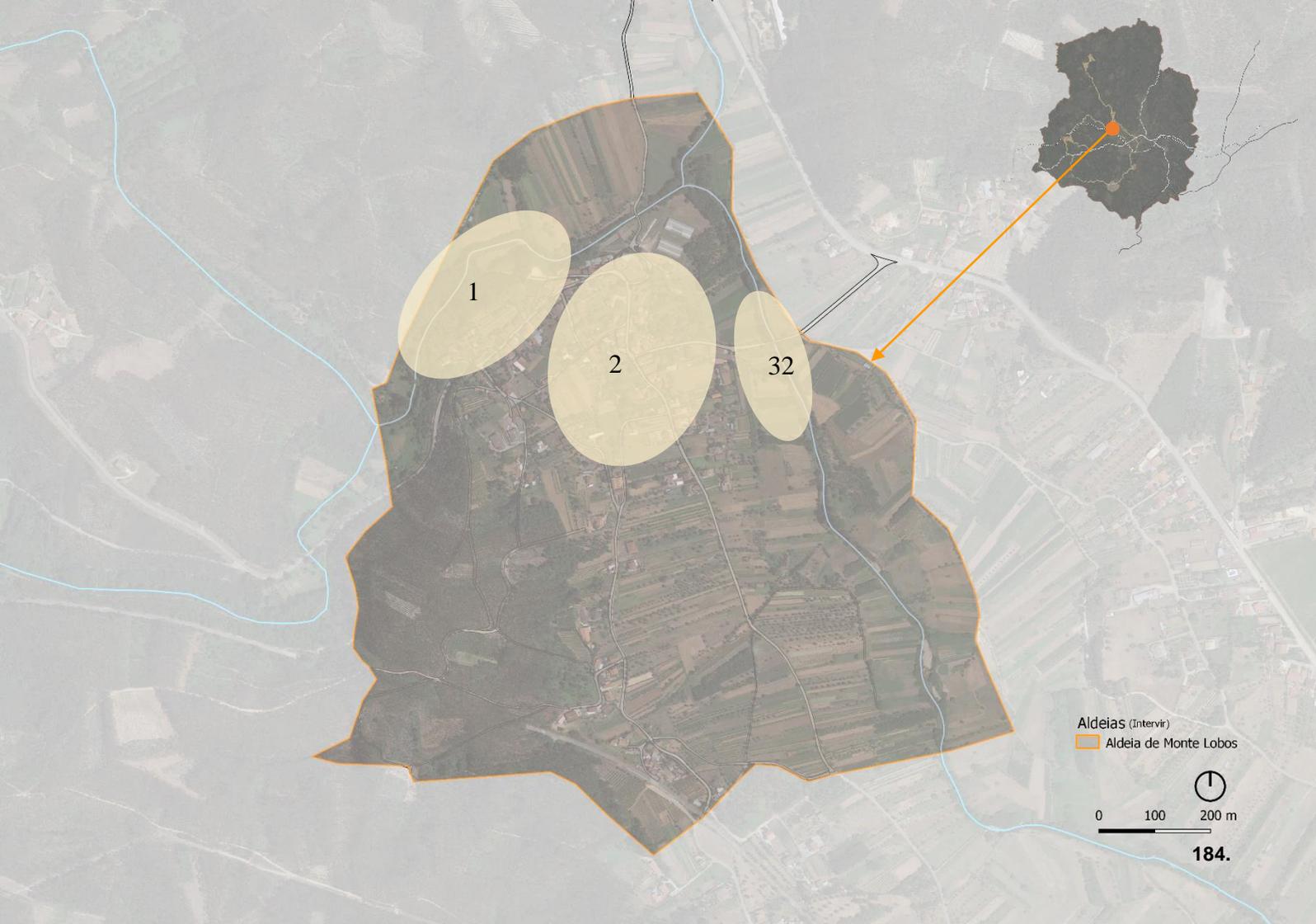
Todas estas intervenções permitem a apreciação dos valores locais da região, conduzindo à atração de um maior número de visitantes.

Neste núcleo propomos a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou em ruína. Seguidamente e visto que em tempos existia um grupo de Rancho Folclórico denominado de “Os Ribeirinhos de Caparrosinha” que treinava e tinha a sede na antiga escola primária, propomos a reativação deste Rancho Folclórico permitindo criar uma nova dinâmica na aldeia.

O aglomerado de Monte Lobos é conhecido pela sua várzea, de campos agrícolas e vinhateiros, pela presença da Ribeira de Monte Lobos e pela existência de construções tradicionais em xisto, ainda que a maioria esteja em ruína. Esta aldeia situa-se próximo do centro da Vila de Mortágua e localiza junto da EN 334-1 e linha de comboio da Beira Alta, podendo beneficiar de uma fácil acessibilidade.

Consideramos que esta aldeia tem potencial para empreender e investir na produtividade agrícola. Iniciativa que se propõe que seja estimulada pelo Laboratório “Empreende e Aprende”, que se situará num dos edifícios reabilitados da aldeia. Com esta iniciativa pretende-se atrair nova população (jovem), que invista no território de Mortágua, ao mesmo tempo que possibilite melhores condições de vida para os que já residem nas duas aldeias de Monte Lobos e de Pala, e também nas restantes aldeias da Rede.

Consideramos que as aldeias de Monte Lobos e Pala têm potencial para atrair investimentos agrícolas e ainda de empreendimentos relacionados com o turismo de natureza. Este é um projeto que tem como finalidade a criação de postos de trabalho que justifique a fixação de pessoas nestas aldeias, dando assim outro incentivo a estes aglomerados e às pessoas que lá habitam, apostando nos valores locais e no turismo. Nesta aldeia, a presença da água também é um elemento muito importante. Posto isto, propomos a valorização e requalificação da Ribeira de Monte Lobos, de modo a realçar as suas características e reforçar a sua presença. É importante melhorar e manter o habitat limpo e em bom estado, tornando possível a atividade piscatória.



184. Aldeia de Monte Lobos

 1, 2,3 Zonas de Propostas a Intervir

185. Campos Agrícolas

186. Espigueiro

187. Habitações antigas

188. Ribeira de Monte Lobos

Propõe-se ainda a criação de um percurso ao longo da ribeira que ligue ao centro da aldeia ao meio natural (percurso este que já é feito pela comunidade desta aldeia, mas que não está assinalado). Também consideramos importante que nesta aldeia sejam feitas intervenções a nível da requalificação do espaço público, junto à associação, onde propomos a criação de um espaço de convívio e permanência, como um parque de merendas e um parque para crianças.

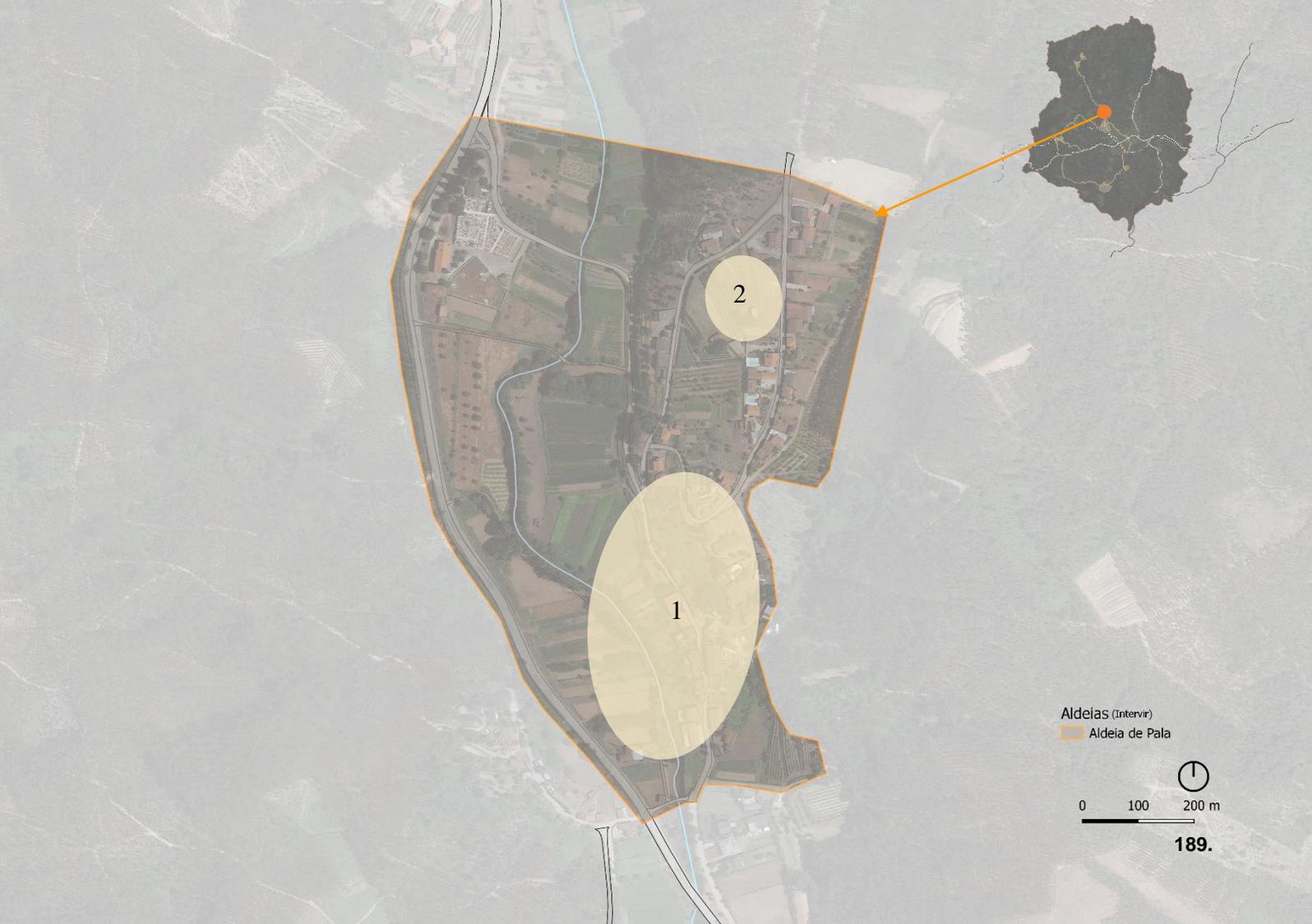
Para este local propõe-se ainda a criação de estacionamento. Ainda ao nível dos espaços públicos, propõe-se a requalificação do espaço exterior junto à capela.

Propomos ainda a criação de um espaço dedicado à venda de produtos, produzidos nesta aldeia, e também a criação e adaptação de um edifício dedicado ao Laboratório proposto, designado de “Empreende e Aprende”. Destina-se a todos os, que queiram aprender por lazer ou que tenham interesse em vir trabalhar e viver nestas aldeias. Este servirá não só de apoio ao empreendedorismo agrícola, mas também tem como objetivo revitalizar costumes e tradições, deste modo, propõe-se e considera-se importante que este seja um laboratório de troca de saberes agrícolas, desde a plantação ao cuidado e produção (de vinho, produtos hortícolas), onde através de formações especializadas, workshops, se poderá ensinar e dar a conhecer as técnicas e práticas agrícolas.

Para a aldeia de Pala, vizinha da aldeia de Monte de Lobos e com características idênticas, propõe-se a adoção de uma estratégia semelhante, através do Laboratório “Empreende e Aprende” situado na aldeia de Monte Lobos, no entanto as atividades também se estendem à aldeia de Pala, através da prática agrícola, trabalhando em conjunto/parceria com o aglomerado de Monte de Lobos, a partir dos seus terrenos férteis, cuja função passa pela produção e venda agrícola.

Este tipo de iniciativas, de uso dos terrenos para a prática agrícola, é destinado às famílias destas aldeias que procurem novas oportunidades de vida; às famílias que pretendem mudar e fixar-se no município, ou até às que tencionem voltar. Sendo estes espaços ainda dedicados aos que pretendem passar por novas experiências, em busca da relação com o meio natural/rural (de calma e de sossego). Desfrutando da vivência social e comunitária, e ainda da relação e harmonia com a natureza.

Contudo, para o sucesso da iniciativa será necessário investimento público e privado que garanta a execução de intervenções a nível da reabilitação e requalificação de alguns edifícios. Sendo que para um dos edifícios reabilitados propomos a criação e adaptação de um Hostel, onde os visitantes possam permanecer.



189. Aldeia de Pala

● 1, 2, Zonas de Propostas a Intervir

190. Antiga habitação em ruína e antiga habitação desabitada

191. Habitações e anexos

192. Antiga escola

193. Local dedicado a festas e a jogos

Propõe-se também a criação de um restaurante ou cafetaria num dos edifícios reabilitados da aldeia.

Propõe-se também a requalificação do espaço público e a criação de equipamentos de apoio como instalações sanitárias, propondo a melhoria do espaço dedicado à típica festa de S. Gens e ainda a criação de um espaço dedicado às crianças (parque infantil). Propomos ainda a criação de um espaço desportivo e ainda a requalificação do espaço dedicado e a outras festividades e atividades do povo, situados na antiga escola desta aldeia.

Laceiras é a aldeia onde se inicia o percurso PR1 das Quedas de Água das Paredes⁴⁴. Para este espaço, propõe-se a requalificação e a reabilitação do moinho e da sua área exterior, para adaptação e instalação de uma cafetaria com esplanada. Oferecendo ao visitante e à comunidade que iniciem ou terminem o percurso das Quedas de Água das Paredes, a oportunidade de descansarem, permanecerem por instantes e disfrutarem dos prazeres da natureza, com uma paisagem verdejante e fresca à beira da Ribeira das Paredes (ou Ribeira dos Moinhos). E propomos ainda a criação de estacionamento.

Para este local propõe-se ainda a valorização e requalificação do percurso das Quedas de Água das Paredes e dos seus espaços junto à Ribeira. Propõe-se ainda a valorização, preservação dos moinhos que se encontram em ruína, ao longo do percurso, entre a aldeia de Laceiras e Paredes. Deste modo, propomos que sejam feitas intervenções a nível da reabilitação para acolher um núcleo museológico, sobre as tradições locais. Seria também importante requalificar os locais de convívio e adaptar equipamentos de higiene e apoio para melhorar as condições do percurso com instalações sanitárias, mobiliário urbano, como papeleiras e mesas de merendas. Este projeto de requalificação da Ribeira das Paredes e do seu espaço envolvente deve utilizar materiais locais.

Laceiras, pela posição estratégica junto ao percurso das Quedas de Água das Paredes, tem potencial turístico. Neste sentido propõe-se que sejam instaladas duas unidades de alojamento local. Propomos ainda a reabilitação e a adaptação de um edifício da aldeia para a criação de uma Quinta Pedagógica relacionada com agricultura que promova o contacto das crianças e grupos, com a ruralidade e as várias atividades da terra.

⁴⁴ Paredes é também a aldeia pertencente à Rede de Sete Aldeias da “Serra ao Rio”, e a aldeia vizinha de Laceiras. E é o local onde se dá continuação ao PR1- Percurso Quedas de Água das Paredes.



194. Aldeia de Laceiras

● 1, 2, Zonas de Propostas a Intervir

195. Moinho junto à Ribeira de Paredes (início do percurso PR1)

196. Percurso PR1

197. Antiga habitação e eira

198. Antiga habitação

Ainda neste aglomerado, e como conclusão retida do levantamento efetuado, propõe-se para esta aldeia um equipamento multifuncional, que responda à necessidade de um espaço para a população reunir e reforçar o carácter comunitário.

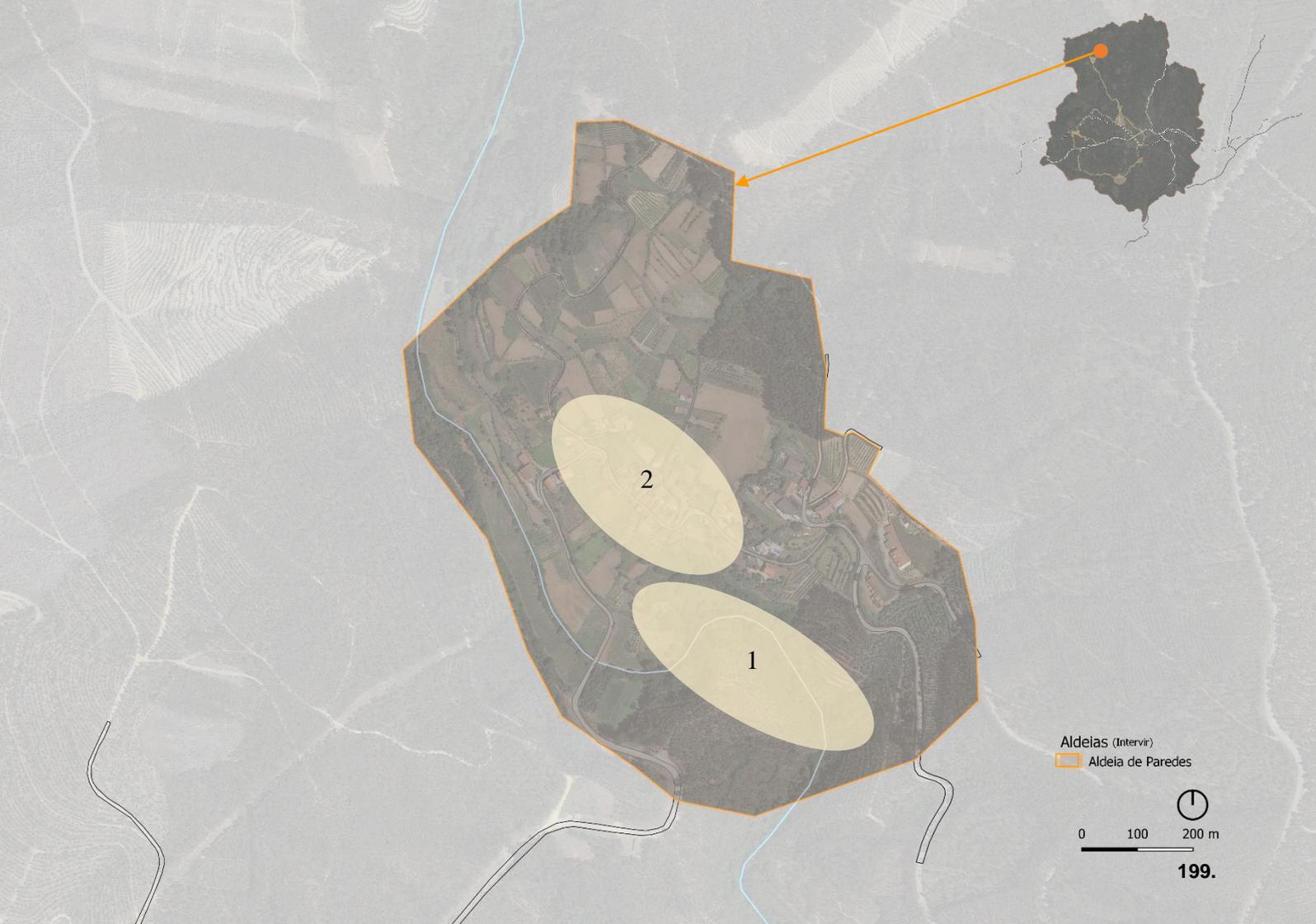
Paredes é um núcleo que apresenta, atualmente, um reduzido número de habitantes e um número elevado de construções degradadas. Contudo é importante, preservar o seu carácter comunitário, bem como os valores culturais, rurais e arquitetónicos. Esta aldeia é um lugar que concentra um conjunto de valores patrimoniais rurais, culturais, naturais e arquitetónico. Desde a existência de casas típicas de arquitetura vernácula e a sua malha/organização original e típica.

Nesta aldeia com a continuação e existência do percurso pedestre e o espaço das Quedas de Água das Paredes, e onde é possível a prática de desportos de escalada, mergulho e exploração. Acreditamos que esta aldeia se encaixa nos princípios necessários para receber visitantes que pretendem viver a emoção/sensação de uma vida completamente fora da cidade e em completa relação com a natureza, mas para que tal aconteça, é importante intervir, criar, divulgar e explorar.

Para esta aldeia, a proposta assenta na requalificação dos espaços públicos e na promoção e valorização das atividades de contacto com a Natureza e ainda, nas intervenções a nível da reabilitação dos edifícios pertencentes à aldeia. Propondo, deste modo, a criação de alojamento turístico, uma mercearia, um restaurante com loja, de venda de produtos locais/regionais, (de fumeiro, artesanato e a gastronomia) e um espaço de informações e de divulgação do património local não só desta aldeia mas de toda a Rede e do Concelho de Mortágua.

Para promover esta aldeia e a aldeia de Laceiras, propõe-se a criação do Espaço Explora, num dos edifícios propostos para reabilitar, que oriente e crie dinâmicas entre as duas aldeias: o percurso, e a rede, através de várias atividades (possibilitando ao visitante várias ofertas de atividades a realizar nestas duas aldeias e na Rede. Este será um local informativo e de apoio aos visitantes e exploradores).

Este tipo de promoção será feito também a partir dos vários espaços propostos: Laboratórios, Quinta Pedagógica, Espaço Explora da Rede de Aldeia e ainda pelas entidades Municipais. Propomos ainda, para esta aldeia de Paredes, a criação de espaços públicos de lazer para todas as faixas etárias, como um parque para crianças e ainda espaços que possam integrar festividades e atividades variadas ao ar livre, para que estas possam estar em convívio e em comunidade.



199. Aldeia de Paredes

1, 2, Zonas de Propostas a Intervir

200. Percurso PR1 (Quedas de água)

201. Quedas de água das Paredes

202. Antigas habitações e anexos agrícolas

203. Anexos agrícolas e corrais

Deste modo, e com estas propostas, pretende-se incentivar os moradores através da sua atividade agrícola à produção e venda dos seus produtos, à reabilitação e adaptação dos edifícios às funções de produção e venda dos mesmos.

Assim e em conclusão, este tipo de iniciativas devem basear-se num investimento público/privado sempre com a participação da população. Estas intervenções possibilitam a criação de novos postos de trabalho e novas dinâmicas, que atraem e podem fixar mais população, como temos vindo a referir, despertando o interesse da população visitante, como também serve de motivação e melhora a autoestima da população residente. De modo que as famílias que aceitem o desafio de se mudarem para Mortágua, obtenham um apoio económico à habitação, financiado pela Câmara Municipal, podendo estas disfrutar de uma vida tranquila e enquadrada na natureza e a oportunidade de começar o próprio negócio no Concelho/região. É fundamental reforçar que este programa estratégico, pensado para este conjunto de aldeias tem como objetivo servir de projeto piloto, pretendendo assim a ampliação destas iniciativas às outras aldeias do Concelho de Mortágua.

Neste seguimento o município deve desenvolver ações de promoção da “marca” da Rede da “Serra ao Rio”. De outro modo, e ao potenciar e divulgar os valores da região usando o marketing estabelece o desenvolvimento económico através do ambiente local, dos produtos regionais, da riqueza da sua gastronomia, da diversidade arquitetónica e da simplicidade e pureza da população.

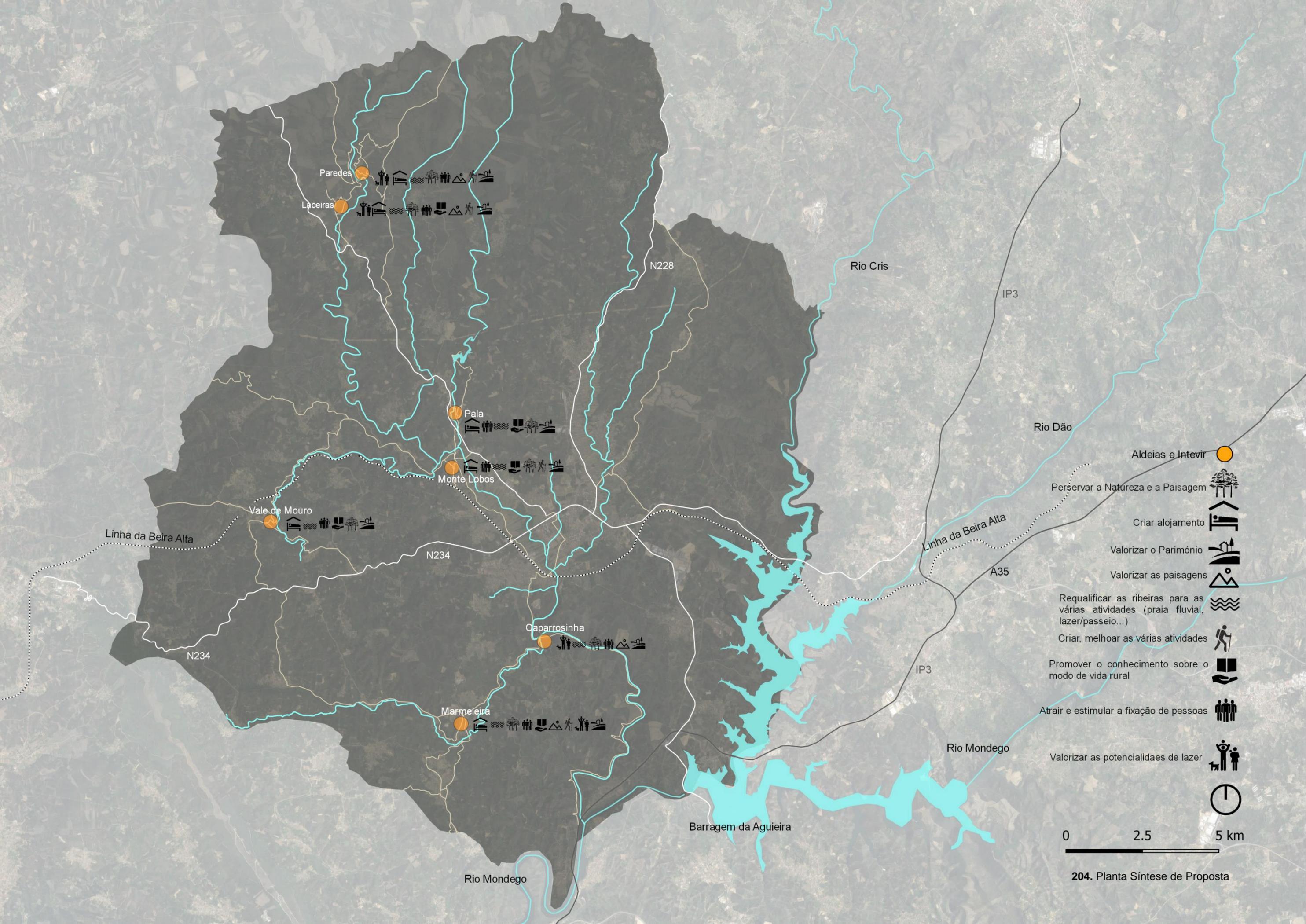
Numa era em que as novas tecnologias têm grandes influências nas comunidades é importante aproveitar esta componente, sendo que a divulgação da Rede depende também da aposta nas novas tecnologias, tais como websites e redes sociais, que surgem como uma fonte de informação importante na divulgação da mesma. É necessário encontrar estratégias originais e criativas que envolvam todos os grupos etários, através da valorização do seu património arquitetónico, cultural/rural e gastronómico, tornando possível a conceção de bases sólidas que motivem o crescimento integrado e sustentado e a melhoria da qualidade de vida local, colaborando assim para a fixação e atração de população.

Síntese

Com a execução das medidas propostas e de outras que possam ser definidas futuramente conforme as novas necessidades, o território de Mortágua ganha mais coesão e as aldeias conseguem ligar-se naturalmente. A estratégia delineada para a Rede apresenta objetivos específicos, semelhantes para as sete aldeias e ao mesmo tempo um pouco diferentes, onde se procura responder às necessidades locais através da adaptação e reforço das potencialidades da região. Contudo, os objetivos gerais passam sempre pela melhoria da qualidade de vida da comunidade e a divulgação das qualidades da região. A criação de três eixos temáticos (dinâmico, didático e acolhimento), suportados pelas Ribeiras da Marmeleira, Mortágua, Monte Lobos, Paredes e pela Terra assumem diferentes possibilidades de interação com o território e de adaptação de cada local, sempre em harmonia com os valores naturais, rurais e culturais. A presença de elementos de riqueza geográfica, natural, rural, cultural e patrimonial, apoia a interajuda e dependência entre os lugares e as sociedades, porque apesar de culturalmente ou visualmente ligadas entre si, nenhum lugar é igual a outro.

O método de desenvolvimento integrado e cooperativo é importante para a conservação das aldeias do concelho, através do desenvolvimento e da potencialização dos valores das aldeias de Mortágua (materiais e imateriais). Devemos ter a consciência de que as pessoas, a cultura, o meio ambiente, rural, natural e as estruturas físicas são os elementos que podem motivar o desenvolvimento e a conservação. Num concelho com abandono territorial, baixa densidade demográfica e baixa capacidade económica, estrategicamente decidiu-se de modo a garantir a coesão e a elaboração de um desenvolvimento rural sustentável através das ribeiras e da terra. O principal objetivo das medidas propostas passa pela requalificação das aldeias, dos espaços públicos, da natureza e da paisagem, através do incentivo à produção local e tradicional, da dinamização e animação das aldeias e ainda, do reforço da comunicação e marketing. Com isto, é possível incentivar o crescimento da marca identitária Aldeias da “Serra ao Rio”, atrair, estimular, valorizar novos investimentos.

Em conclusão, esperamos que com este tipo de propostas e outras, os conjuntos rurais do Concelho de Mortágua, sejam revitalizados, através de “[...] um território patrimonializado, simbolicamente reinventado e reativado, que pode funcionar como vetor de novas identidades e de novas sociabilidades e, nesse sentido, ajudar à emergência de novas dinâmicas locais” (Peixoto, 2004).



Paredes

Laceiras

Pala

Monte Lobos

Vale de Mouro

Caparrosinha

Marmeleira

Rio Cris

Rio Dão

Linha da Beira Alta

Rio Mondego

Barragem da Aguieira

N228

IP3

N234

A35

N234

IP3

- Aldeias e Intevir 
- Preservar a Natureza e a Paisagem 
- Criar alojamento 
- Valorizar o Património 
- Valorizar as paisagens 
- Requalificar as ribeiras para as várias atividades (praia fluvial, lazer/passeio...) 
- Criar, melhorar as várias atividades 
- Promover o conhecimento sobre o modo de vida rural 
- Atrair e estimular a fixação de pessoas 
- Valorizar as potencialidades de lazer 

0 2.5 5 km

204. Planta Síntese de Proposta

Considerações Finais

Não queremos concluir a presente dissertação, sem deixar aqui algumas reflexões sobre o que foi elaborado neste trabalho de investigação. Pretendeu-se, com o presente estudo, registar, como memória, edificações e modos de vida de um “mundo rural”. Realidade esta que se repete noutras regiões do interior de Portugal onde o Homem se limitou a um único meio e onde criou a herança dos seus, durante centenas de anos.

O mundo rural vive atualmente uma constante perda de identidade, que não deve deixar de ser visto como uma atitude de desintegração social ou de desenraizamento, provocados pelo rápido crescimento da vida moderna, pelo abandono dos campos e pelo desaparecimento dos modos de vida tradicional. O património, neste contexto, funciona como uma inovação cultural e rural, de modo a melhorar o presente através de uma nova oportunidade do mundo rural a um passado esquecido e aparentemente longínquo. A sua refuncionalização (dos registos do passado) está presente entre a reativação, a reinvenção e a idealização, de novas formas de caso para caso, que passará pela criação de projetos concretos de ordenamento e de promoção do local.

A descoberta do património (material e imaterial) no mundo rural tanto pode basear-se em descobrir algo que já existia, mas que não estando atualmente integrado nas práticas quotidianas é adaptado a novas funções. Esta descoberta consiste, maioritariamente, em ações de valorização, cujo objetivo é responder a uma situação de crise acentuada.

Cada vez mais existem várias políticas de desenvolvimento, quer nos seus objetivos quer nos seus modelos que contrariem as tendências negativas do mundo rural, tais como: o abandono, a falta de emprego, de estímulos à permanência e fixação de população, entre outros. Nos seus diversos pontos de vista, essas políticas apostam na valorização e preservação de recursos, através da implantação de planeamentos do território, que desenvolvam os mesmos, e que potenciem o aumento populacional nas aldeias. O ordenamento territorial que aposte na criação de uma rede equilibrada e no reforço integrado do território.

As questões levantadas e as propostas apresentadas no decorrer deste trabalho, têm como principal objetivo, estimular o pensamento sobre o modo de intervir e de planear este território rural. Apesar de se ter partido do caso concreto do Concelho de

Mortágua, e apesar de se concordar e já se ter referido, que esta é uma realidade da maior parte do interior do país.

Como se verificou na primeira parte do trabalho, as noções de desertificação/abandono das aldeias, de património cultural/rural e o desenvolvimento rural/local, são muitas vezes problemáticas de difícil explicação. Reconhecendo assim a importância da necessidade de combater o problema do mundo rural, de despovoamento e abandono das aldeias, da falta de qualidade e melhores condições de vida, da falta da valorização e preservação do património, deve-se à dificuldade na aplicação de políticas eficientes de ordenamento, planeamento e intervenções nestes meios rurais. Por último, o desenvolvimento local/rural, que também contém falhas devido à falta de programas adaptados, iniciativas públicas que incentivem as populações à permanência e fixação. Desta maneira, é notória a clara necessidade de uma gestão do património material e imaterial em função da sua preservação e conservação. Em contrapartida, a salvaguarda fica dependente da tomada de consciência dos proprietários, visto que as entidades responsáveis têm feito o mínimo pela preservação e valorização do património cultural e rural de Mortágua.

Posto isto, o trabalho de campo elaborado nas aldeias teve como objetivo identificar e levantar elementos da arquitetura rural de Mortágua, para avaliar as potencialidades dos recursos endógenos em harmonia com a comunidade. A importância da comunidade no dia-a-dia destas aldeias, é evidente nas suas práticas tradicionais e culturais, visto que estas produzem atualmente para consumo próprio. Através destas vivências, da relação com a população residente e a oportunidade de contacto com o meio rural, é possível oferecer aos visitantes, turistas uma experiência diferente e única nas aldeias.

Apesar de nesta dissertação o turismo não ser abordado, consideramos que este é um motor fundamental para a salvaguarda do valor cultural de Mortágua por ser um contributo para a economia local, da rede e do Concelho. Muitos dos incentivos são fundamentais à elaboração de espaços turísticos rentáveis e viáveis. No entanto, o planeamento também deve ter o turismo inserido na base das ações criadas, mas tendo sempre as necessidades da população como objetivo principal.

As ideias e os princípios das propostas de intervenções expostos têm como objetivo, apoiar o planeamento estratégico de todas as aldeias do Mortágua, principalmente as aldeias da Rede, empenhando-se em contrariar a tendência de descaracterização e desvalorização dos núcleos rurais. Contudo, é necessário referir que estas propostas

são linhas de orientação para a preservação e dinamização deste património rural.

A criação da Rede surge, desta maneira, como elemento promotor da conservação e do desenvolvimento destas aldeias. Ao estabelecer relações entre os vários elementos verificaram-se as várias diferenças existentes em cada aldeia, a nível espacial, material, cultural e histórica que define cada um dos núcleos. Este conjunto de elementos incentivam ao conhecimento e a descoberta da região, proporcionando ao visitante uma variada experiência ao recuperar as memórias e identidades dos lugares, o modo de vida comunitário que nos dias de hoje ainda existem no mundo rural e ativando práticas que, hoje em dia, correm grande risco de extinção, e que, um dia, tiveram um papel fundamental na vida das populações do meio rural. No entanto, o que se pretende é que estas iniciativas vão além do modo cenográfico e exibicionista, sendo importante integrá-las numa estratégia integrada e estruturada, e que integre a arquitetura vernácula no modo de vida contemporâneo.

A presente dissertação pretendeu sensibilizar e demonstrar o património existente no Concelho de Mortágua, criando assim uma base para a valorização e ajuste deste património às necessidades contemporâneas.

No decorrer da investigação deparamo-nos com a escassez de algumas informações mais atualizadas sobre o concelho. No entanto, não nos podemos esquecer do valor patrimonial endógeno que integra o concelho de Mortágua e que atualmente se encontra mais próximo do abandono e desertificação do que propriamente da valorização e conservação. Com este trabalho, procurou-se mostrar o potencial que estas aldeias têm para valorizar e dinamizar este Município.

É por isso fundamental e urgente refletir sobre como incentivar o desenvolvimento das aldeias. Como tal, será necessário a criação de um desenvolvimento rural integrando em colaboração com a população e as entidades competentes, como a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e as Associações locais.

Do nosso ponto de vista, o sucesso da valorização do património endógeno de Mortágua, só tem grandes chances de se tornar possível, se o Estado, em conjunto com as entidades competentes, assumirem os seus deveres, em colaboração com a população. Deste modo, ao elaborarem e organizarem os vários objetivos e interesses, conseguem chegar a uma definição conjunta de estratégias organizadas e estruturadas, dinamizadoras e idealizadas, cujo princípio passa pela salvaguarda e preservação das características endógenas e da identidade local, assim como para a divulgação e promoção da região.

Estas aldeias, por diversos elementos, tais como arquitetura vernácula, a relação do homem com o meio ambiente e o espírito comunitário de interajuda, aumenta a ligação entre comunidades, fazendo destes locais únicos e de interesse social e cultural, onde a paisagem envolvente e a naturalidade dos residentes contribuem para a valorização deste património. São estes vários e diferentes elementos locais, em conjunto com uma boa gestão, que contribuem para o sucesso do desenvolvimento rural/local da Rede.

É importante contornar todos os aspetos negativos, desde o despovoamento, ao abandono e desvalorização do património material e imaterial, a perda de memórias e identidades e desta forma, desejamos que este trabalho seja um incentivo a novas investigações neste âmbito e que chame a atenção para a importância da valorização do património nas estratégias e políticas de desenvolvimento, que sejam aplicadas neste “Mundo Rural”.

Como Marques, (2014) refere, a “[..] convicção, desejo e vontade que o passado das comunidades seja uma preocupação que acompanhe as gerações herdeiras desse valor histórico. Que a salvaguarda do património rural se posicione como uma missão prioritária a levar a cabo e que, através dele, se entenda melhor o presente servindo como ponto de comparação para preparar melhor o futuro” (Marques, 2014).

Referências bibliográficas

AAVV. (2009). Guia de Observação do Património Rural. Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural. Lisboa.

ADXTUR. (2000). A Rede das Aldeias de Xisto. Obtido, de <http://aldeiasdoxisto.pt/content/rede>

ADXTUR. (2009). Documento Estratégico, Aldeias do Xisto- Anexo 1, EEC, RAX

ALVES, J. E. (2002). Património rural e desenvolvimento: Do discurso institucional às dinâmicas locais. O programa de Revitalização de Aldeias e Vilas Históricas da Região Alentejo. Tese de Mestrado em Cidade, Território e Requalificação, Apresentado ao Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

ALVES, J. E. (2004). Sobre o Património rural. Contributos para a Clarificação de um Conceito”, Cidades – Comunidades e Territórios, 8, Gráfica Almondina, Porto

BAPTISTA, A. P. S. (2017). O Caso das Aldeias Serranas – Importância e limites destas unidades sociais e patrimoniais na sustentabilidade do território. Tese de Doutoramento, Apresentada à Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Sevilla Departamento de Urbanística y Ordenación del Territorio da Universidade de Sevilla.

BATISTA, J.P.M.M. (2015). O Espaço Rural – As Aldeias do Xisto da Serra da Lousã. Dissertação de Mestrado em Design de Interiores, Apresentada a Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva. Lisboa.

BATISTA, R. (2007). “Património e Desenvolvimento Rural”. In Pessoas e Lugares - Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader+, II Série, nº45.

BOURA, I. (2002/2004). Património e mobilização das comunidades locais: das aldeias históricas aos contratos de aldeia. Cadernos de Geografia, n.º 21/23. FLUP. Porto.

CARDOSO, P. A. A. (2011). As Dinâmicas do mundo rural no virar do século: o caso do concelho do Sabugal. Dissertação de mestrado em Geografia (Geografia Humana, Ordenamento do Território e Desenvolvimento), Apresentada à F.L.U. C. Coimbra.

CARNEIRO, I. Ferreira (2005). O Desenvolvimento em Portugal: caminhos percorridos e por percorrer... A contribuição do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER para uma Política de Desenvolvimento Rural em Portugal, ISCTE, Lisboa.

CARTA EUROPEIA DO PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, (1975). Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu. Comité dos Ministros do Conselho da Europa. Amsterdão. Retirado de: www.patrimoniocultural.gov.pt

CARTA SOBRE O PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO VERNACULAR, (1999). Retificada pela 12ª Assembleia Geral do ICOMOS. México. Retirado de: www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartasobrepatrimoniovernaculo1999.pdf

CARVALHO, P. (2007/2008). União Europeia, Políticas públicas e desenvolvimento rural. Cadernos de Geografia, (nº 26/27). FLUC. Coimbra.

CARVALHO, P. (2008). Património cultural, ordenamento e desenvolvimento: uma nova visão e valorização do território”, Cadernos de Geografia, nº 24/25, FLUC. Coimbra.

CARVALHO, P. (2009). A AIBT do Pinhal Interior e as Aldeias do Xisto: novos caminhos e actores para o desenvolvimento de territórios de baixa densidade em ambientes de montanha. Cadernos de Geografia nº28/29. FLUC: Coimbra. pp.185-191

CARVALHO, P. (2012). Ordenamento e desenvolvimento territorial, Imprensa da Universidade de Coimbra, FLUC. Coimbra

CARVALHO, P. (2017), Animação Turística, Inovação e Criatividade no Desenvolvimento Rural. O Caso das Aldeias do Xisto. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. FLUC. Coimbra.

CARVALHO, P.; Fernandes, J. L. J. (2012). Património cultural e paisagístico, Imprensa da Universidade de Coimbra, FLUC. Coimbra

CARVALHO, P. (2011). Património e desenvolvimento em ambiente rural: lugares, rotas e rede. Cadernos de Geografia nº 30/31, FLUC. Coimbra.

CAVACO, C. (2004). Desafios De Desenvolvimento Rural. Notas de leitura, Finisterra, XXXIX (78), PP.99-112. Faculdade de Letras Universidade de Lisboa. Lisboa

CCDRC (1998). Programa das Aldeias Históricas de Portugal. Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.

CCDRC. (2011). Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro. Coimbra: Pro-Centro.

CCRC. (2001), Programa Operacional da Região Centro: 2000-2006, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro.

CHOAY, F. (2018). A Alegoria do Património, Lisboa: Edições 70.

CHOAY, F. (2018a). As Questões do Património, Lisboa: Edições 70.

CLEMENTE, S. (2016). Políticas de Desenvolvimento em Áreas Rurais Classificadas: O caso português. Tese de Doutoramento em Geografia, Apresentada ao Instituto de Geografia e Ordenamento do Território Universidade de Lisboa, Lisboa.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. (1991). *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas.

CORREIA, E. P. (2005). Êxodo Rural e Desertificação Humana. A morte de uma Freguesia do Alentejo Central: São Bento da Ana Loura. F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

DECLARAÇÃO DE CORK 2.0 (2016). Uma vida melhor nas zonas rurais. Retirado de: https://parceriaptsolo.dgadr.gov.pt/images/Cork2Declaracao_PT.pdf

EEC REDE DAS ALDEIAS DO XISTO. (2009). Aldeias do Xisto, A descoberta começa aqui. ADXTUR.

FERNANDES, L. S. (2008). Turismo e desenvolvimento local: o contributo do turismo rural-cultural. *Máthesis*, (17), Departamento de Letras da Universidade Católica Portuguesa Viseu. Viseu.

FERRÃO, J. (2000). Relações entre o Mundo Rural e Mundo Urbano – Evolução Histórica, Situação Atual e Pistas para o Futuro, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº33, pp.45-45.

FERREIRA, P. N. (2011). Programa de Recuperação de Aldeias Históricas em Portugal. Um Balanço. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Apresentado ao Departamento de Arquitetura da F. C. T. da Universidade de Coimbra. Coimbra

FIGUEIREDO, E. M. M. (2003). Um Rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para áreas rurais. Dissertação de Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente, Apresentada ao Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro. Aveiro.

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL (2014). Caderno I, Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Mortágua. Mortágua.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2017). Retrato Territorial de Portugal. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2019). Retrato Territorial de Portugal. Instituto Nacional de Estatística. Lisboa

MARQUES, J.O. S. V. (2014). Pelos meandros do xisto: o património rural na Freguesia de Vide. Tese de Doutoramento, Apresentada à F.L.U.C. da Universidade de Coimbra. Coimbra.

MORTÁGUA, C. L. (2004). Câmara Municipal de Mortágua, Diagnóstico Social do Concelho de Mortágua. Consultado em: 25 de Outubro de 2019, de <http://www.cm-mortagua.pt/docs/RedeSocial/diagnostico.pdf>

MORTÁGUA, C. L. (2011). Câmara Municipal de Mortágua, Cooperar para Desenvolver. Mortágua

O APELO DE GRANADA, (1976). A Arquitetura Rural No Ordenamento do Território, Conselho da Europa, Cadernos De Sociomuseologia,15(15). Retirado de <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/340>

OLIVEIRA, Sandra. C. C. (2013). Quão local é o Desenvolvimento Rural? O caso das Aldeias do Xisto. Dissertação de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, Apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro. Aveiro.

PEIXOTO, P. (2002). Os meios rurais e a descoberta do património. Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Coimbra Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313631900_Os_meios_rurais_e_a_descoberta_do_patrimonio.

PEREIRA, A. Santos. (2010). Património rural, ambiente e educação, pp.1-18.

PEREIRA, O. M. Fonseca e Marques, A. P. Sousa. (2012). "Estratégias de desenvolvimento local face ao abandono populacional – que desafios e que futuros para Penedos (Mértola)?" II Congresso Internacional de verão da Escola de Ciências Sociais. Universidade de Évora

PNPOT (2019). Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Primeira Revisão - Estratégia e Uma Agenda para o Território (Programa de Ação). Direcção-Geral do Território. Lisboa.

PRIMO, Júlio. (1999). Museologia e património: documentos fundamentais. Cadernos de Sociomuseologia, nº15. Universidade de Lisboa, Lusófona de Humanidades e Tecnológicas, Lisboa.

REIS, José. (2001). Observar a Mudança. o papel dos Estudos Rurais” em Oficina do CES, Resolução do Conselho de Ministros nº 69-99 (1999), “Aprova o Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação, aprovado a 17 de Junho de 1999”, publicado em Diário da República, I- Série B,158. Faculdade Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra.

REIS, Manuela. (1999). Cidadania e Património. Notas de uma pesquisa sociológica. Sociologia – Problemas e Práticas, (nº 29), Oeiras, CIES/CELTA, pp. 77-94

RIBEIRO, F.V. Félix. (2017). Práticas de Reabilitação em Áreas Rurais: Contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas de revitalização de aldeias em Portugal. Tese de Doutoramento em Arquitetura, Apresentada Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.Lisboa.

SÁ, António P. F. D.; NETO, C. J. S.; ABREU, F. M. C.; GONÇALVES, M.Z. (2001). Contributos para a Monografia do Concelho de Mortágua. Câmara Municipal de Mortágua. Mortágua.

SILVA, L. (2006). Os impactos do turismo em espaço rural. Tese de Doutoramento, Apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.

SILVA, M.L. Gonçalves (2009) Aldeias de Xisto, Construção das imagens do turismo, Caso de Estudo – Gondramaz. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Apresentado ao Departamento de Arquitetura da F.C.T. da Universidade de Coimbra. Coimbra.

SOUSA, L. Cardoso (2014). Património como estratégia de desenvolvimento local: o caso de Arnelas, Crestuma e Lever. Tese de Mestrado em Património e Turismo Cultural, Apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Minho.

SOUSA, P. R. Baronet. (2010). As encruzilhadas do despovoamento: interior, jovens e emprego: o caso do Concelho de Castro de Aire. Dissertação de mestrado em Sociologia apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Coimbra.

TELES, Susana M.M. (2009). O Património como Fonte de Desenvolvimento Sustentável nas Zonas Rurais do Interior Norte de Portugal. O caso do Concelho de Vieira do Minho nas últimas três décadas. Dissertação de Mestrado em História e Património, Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

UNESCO. (1972). Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Paris

UNESCO. (2003). Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. 32ªsessão. Paris. Retirado de: https://ich.unesco.org/doc/src/2003_Convention-Basic_texts_version_2012-PT.pdf

VALENTE, S. & Figueiredo, E. (2003) B. As Políticas de Desenvolvimento Rural e os novos modelos de utilização do espaço. Habitantes e Visitantes – Uma “Luta” Inevitável. Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro. Aveiro.

VALVERDE, M. C. V. (2012) património rural como fator de desenvolvimento local, entre espaços de representação e espaços vivenciais – o caso da aldeia de Manhouce. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Apresentada à Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa

Decreto lei nº 13/85 de 6 de julho. Diário da República nº 153/1985, I Série (1985). Assembleia da República, Património Cultural Português, Princípios Fundamentais. Acedido em 11 de março, 2020, <https://dre.pt/home/-/dre/182874/details/maximized>

Decreto lei nº 107/2001 de 8 de setembro. Diário da República nº 209/2001, Série I-A (2001). Assembleia da República. Acedido em 11 de março, 2020, <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized>

Decreto lei nº 99/2019 de 5 de setembro. Diário da República nº 170/2019, I Série (2019). Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território. 1ª Revisão. Assembleia da República. Acedido em 17 de novembro, 2020, <https://dre.pt/web/guest/home/-/dre/124457181/details/maximized>

Bibliografia Digital

www.aldeiashistoricasdeportugal.com | Site oficial das Aldeias Históricas de Portugal (AHP)

www.aldeiasdoxisto.pt | Site oficial das Aldeias do Xisto (ADXTUR)

www.cm-mortagua.pt | Site oficial da Câmara Municipal de Mortágua (CM Mortágua)

www.facebook.com/pg/raizesememorias | página da Marmeleira, Mortágua - Raízes e Memórias

<https://bookinxisto.com/pt/site/index>

www.tapaaosal.pt/plantaxisto/

www.pordata.pt | Site oficial PRODATA

www.centrobalmar.org | Site do Centro Balmar

www.solagasta.com | Site do Sola Gasta

Fontes de Imagens

1. Fotografia de Amantes de Viagens. Data incerta. Retirada de:
<https://www.amantesdeviagens.com>
2. Fotografia de Amantes de Viagens. Data incerta. Retirada de:
<https://www.amantesdeviagens.com>
3. Quadro da Autora.
4. Esquema da Autora. Informação retirada de:
<https://www.amantesdeviagens.com>
5. Esquema da Autora. Informação retirada de: ADTAHP 2009 “Rede das Aldeias Históricas de Portugal”. Estratégia de Eficiência Coletiva e Plano de Acção.
6. Marca e Selo de Recomendação. Retirado de:
<http://www.aldeiashistoricasdeportugalblog.pt/>
7. Fotografia de Paulo Magalhães. Data Incerta.
8. Fotografia de Paulo Magalhães. Data Incerta.
9. Diagrama da Autora. Informação retirada de: ADXTUR. 2009. Retirada de: ADRXTUR. (2009). Estratégia de Eficiência Coletiva Rede de Aldeias do Xisto. Candidatura PROVERE. ADXTUR
10. Imagem da ADXTUR. Data incerta. Retirada de:
<https://www.aldeiasdoxisto.pt>
11. Imagem da ADXTUR. Data incerta. Retirada de:
<https://www.aldeiasdoxisto.pt>
12. Imagem da ADXTUR. Data incerta. Retirada de:
<https://www.aldeiasdoxisto.pt>
13. Imagem adquirida através da página Aldeias do Xisto. Retirada de:
<https://www.aldeiasdoxisto.pt>
14. Imagem de Mortágua Acontece. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/mortaguaacontece/>
15. Imagem de Mortágua Acontece. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/mortaguaacontece/>
16. Imagem de Mortágua Acontece. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/mortaguaacontece/>
17. Imagem de Mortágua Acontece. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/mortaguaacontece/>
18. Mapa da autora.

19. Esquema da autora.
20. Mapa da autora.
21. Gráfico da autora. Informação retirada de:
<https://www.meteoblue.com/pt>
22. Gráfico da autora. Informação retirada de:
<https://www.meteoblue.com/pt>
23. Fotografia de Paulo Rodrigues. Retirada de Olhares de Mortágua:
<https://www.facebook.com/groups/olharesdemortagua>
24. Fotografia de Paulo Rodrigues. Retirada de Olhares de Mortágua:
<https://www.facebook.com/groups/olharesdemortagua>
25. Fotografia de Paulo Rodrigues. Retirada de Olhares de Mortágua:
<https://www.facebook.com/groups/olharesdemortagua>
26. Quadro da autora. Informação retirada dos: Censos 2011 – Resultados do INE
<https://censos.ine.pt>
27. Quadro da autora. Informação retirada dos: Censos 2001/2011 – Resultados do INE; <https://censos.ine.pt>
28. Mapa com Gráficos da autora. Informação retirada de: PRODATA 1991 / 2001 / 2011; <https://www.pordata.pt>
29. Gráfico da autora. Informação retirada de: PRODATA 1991 / 2001 / 2011 / 2017 / 2019; <https://www.pordata.pt>
30. Gráfico da autora. Informação retirada de: PRODATA 1991 / 2001 / 2011
<https://www.pordata.pt>
31. Mapa da autora
32. Imagem de Mortágua Acontece. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/mortaguaacontece>
33. Imagem de Raízes e Memórias. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/raizesememorias>
34. Imagem de Mortágua Acontece. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/mortaguaacontece>
35. Imagem de Raízes e Memória. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/raizesememorias>
36. Imagem de Mortágua Acontece. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/mortaguaacontece>
37. Imagem de Mortágua Acontece. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/mortaguaacontece>
38. Imagem de Mortágua Acontece. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/mortaguaacontece>

39. Imagem de Mortágua Acontece. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/mortaguaacontece>
40. Imagem de Mortágua Acontece. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/mortaguaacontece>
41. Fotografia da autora. 2019
42. Imagem de perspectiva de casas típicas portuguesas (em xisto)
43. Desenho da autora
44. Fotografia da autora. 2017
45. Desenhos da autora (do desenho 45. ao 50., 6 folhas de levantamentos, Aldeia de Vale de Mouro)
51. Fotografia da autora. 2019
52. Fotografia da autora. 2019
53. Fotografia da autora. 2019
54. Fotografia da autora. 2019
55. Fotografia da autora. 2017
56. Fotografia da autora. 2017
57. Fotografia da autora. 2017
58. Fotografia da autora. 2019
59. Fotografia da autora. 2019
60. Fotografia da autora. 2019
61. Foto da Aldeia da Marmeleira, de Josete José. Retirada de Olhares de Mortágua: <https://www.facebook.com/olharesdemortagua>
62. Desenhos da autora (do desenho 62. ao 66., 5 folhas de levantamentos, Aldeia da Marmeleira)
67. Fotografia de Paulo Rodrigues. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/olharesdemortagua>
68. Fotografia da autora. 2019
69. Fotografia da autora. 2019
70. Fotografia da autora. 2019
71. Fotografia da autora. 2019
72. Imagem do Mapio. Data incerta. Retirada de:
<https://www.mapio.net>
73. Fotografia da autora. 2019
74. Fotografia da autora. 2019
75. Fotografia da autora. 2019
76. Fotografia de Fernando Gonçalves. Data Incerta

77. Fotografia da autora. 2019
78. Fotografia da autora. 2019
79. Fotografia de Paulo Rodrigues. Data incerta. Retirada de Olhares de Mortágua:
<https://www.facebook.com/olharesdemortagua>
80. Imagem de Raízes e Memórias. Data incerta. Retirada de:
<https://www.facebook.com/raizesememorias>
81. Fotografia da autora. 2019
82. Fotografia da autora. 2019
83. Fotografia do Espaço Museológico. Data incerta. Retirada de:
<https://www.aldeiasol.com>
84. Fotografia de Glorybox. Data incerta. Retirada de:
<https://www.glorybox.pt>
85. Fotografia da autora. 2019
86. Fotografia da autora. 2019
87. Fotografia da autora. 2019
88. Fotografia da Aldeia de Caparrosinha. Retirada de Olhares de Mortágua
89. Desenhos da autora (do desenho 89. ao 94., 6 folhas de levantamentos, Aldeia de Caparrosinha)
95. Fotografia da autora. 2019
96. Fotografia da autora. 2019
97. Fotografia da autora. 2019
98. Fotografia da autora. 2019
99. Fotografia da autora. 2019
100. Fotografia da autora. 2019
101. Fotografia da autora. 2019
102. Fotografia da autora. 2019
103. Fotografia. Retirada de Sola Gasta
104. Desenhos da autora (do desenho 104. ao 108., 5 folhas de levantamentos, Aldeia de Monte Lobos)
109. Fotografia da autora. 2019
110. Fotografia da autora. 2019
111. Fotografia da autora. 2019
112. Fotografia da autora. 2019
113. Fotografia da autora. 2019
114. Fotografia da autora. 2019
115. Fotografia da autora. 2019
116. Fotografia de Fernando Liberato, 2016, Aldeia de Monte Lobos

117. Fotografia da autora. 2019
118. Fotografia da autora. 2019
119. Fotografia da autora. 2019
120. Fotografia da autora. 2019
121. Fotografia da autora. 2019
122. Desenhos da autora (do desenho 122. à 127., 6 folhas de levantamentos, Aldeia de Pala)
128. Fotografia da autora. 2019
129. Fotografia da autora. 2019
130. Fotografia da autora. 2019
131. Fotografia da autora. 2019
132. Fotografia da autora. 2019
133. Fotografia da autora. 2019
134. Fotografia da autora. 2019
135. Fotografia da autora. 2019
136. Desenhos da autora (do desenho 136. ao 141., 6 folhas de levantamentos, Aldeia de Laceiras)
142. Fotografia da autora. 2019
143. Fotografia da autora. 2019
144. Fotografia da autora. 2019
145. Fotografia de Paulo Rodrigues. Data incerta. Retirada de Olhares de Mortágua:
<https://www.facebook.com/olharesdemortagua>
146. Mapa do PR1 Quedas de Água das Paredes. Data incerta. Retirado de:
www.memoriacorderosa.blogspot.com/;
147. Fotografia da autora. 2019
148. Fotografia da autora. 2019
149. Fotografia da autora. 2019
150. Fotografia da autora. 2019
151. Fotografia da autora. 2019
152. Desenhos da autora (do desenho 152. ao 157., 6 folhas de levantamentos, Aldeia de Paredes)
158. Fotografia da autora. 2018
159. Fotografia da autora. 2018
160. Fotografia da autora. 2019
161. Fotografia da autora. 2019
162. Fotografia da autora. 2019

163. Mapa do PR1 Quedas de Água das Paredes. Data incerta. Retirado de:
<https://www.memoriacorderosa.blogspot.com/>
164. Fotografia da autora. 2018
165. Fotografia da autora. 2018
166. Esquema da autora
167. Esquema da autora
168. Desenho da autora, Aldeia de Vale de Mouro
169. Fotografia da autora. 2019
170. Fotografia da autora. 2019
171. Fotografia da autora. 2019
172. Fotografia da autora. 2019
173. Desenho da autora, Aldeia de Marmeleira
174. Fotografia da autora. 2019
175. Fotografia da autora. 2019
176. Fotografia da autora. 2019
177. Fotografia da autora. 2019
178. Fotografia da autora. 2019
179. Desenho da autora, Aldeia de Caparrosinha
180. Fotografia da autora. 2019
181. Fotografia da autora. 2019
182. Fotografia da autora. 2019
183. Fotografia da autora. 2019
184. Desenho da autora, Aldeia de Monte Lobos
185. Fotografia da autora. 2019
186. Fotografia da autora. 2019
187. Fotografia da autora. 2019
188. Fotografia da autora. 2019
189. Desenho da autora, Aldeia de Pala
190. Fotografia da autora. 2019
191. Fotografia da autora. 2019
192. Fotografia da autora. 2019
193. Fotografia da autora. 2019
194. Desenho da autora, Aldeia de Laceiras
195. Fotografia de Paulo Rodrigues. Data incerta. Retirada de Olhares de
Mortágua:
<https://www.facebook.com/olharesdemortagua>
196. Fotografia da autora. 2019

197. Fotografia da autora. 2019
198. Fotografia da autora. 2019
199. Desenho da autora, Aldeia de Paredes
200. Fotografia da autora. 2019
201. Fotografia da autora. 2018
202. Fotografia da autora. 2019
203. Fotografia da autora. 2019
204. Desenho da autora